INÊS 249

**Combustíveis fósseis**
É fantasia achar que o mundo vai eliminar o petróleo e o gás, diz o secretário-geral da Opep, Al Ghais B4



**Bets**
Brasileiros gastam até R$ 21 bi por mês com apostas; cadastrados no Bolsa Família jogaram R$ 3 bi em agosto B3



**Líbano**
Israel anuncia morte de um dos líderes do Hezbollah; ataques já causaram ao menos 558 mortes A15

Quarta-feira, 25 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6095 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

# Copom adota tom duro na ata e reforça expectativa de alta mais forte do juro na próxima reunião

**Conjuntura** Comitê destaca estimativas de inflação e índices de preços acima da meta e ressalta impulso fiscal para demanda

**Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Gabriel Shinohara, Alex Ribeiro, Álvaro Campos e Anaïs Fernandes**
De São Paulo e Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) adotou um tom duro na ata da reunião da semana passada, traçando um cenário marcado por expectativas de inflação desancoradas, índices de preços correntes superiores à meta e um crescimento da economia acima de sua capacidade. Embora sem indicar os próximos passos para os juros, o documento divulgado ontem reforçou a avaliação no mercado de que o Banco Central (BC) vai acelerar o ritmo de alta da Selic de 0,25 para 0,5 ponto percentual no próximo encontro. Ganhou peso a aposta de que a taxa subirá de 10,75% para 11,25% ao ano em novembro.

A ata também deu destaque ao papel da política fiscal. "A conjunção de um mercado de trabalho robusto, política fiscal expansionista e vigor nas concessões de crédito às famílias segue indicando um suporte ao consumo e consequentemente à demanda agregada", diz o documento. Em outro trecho, ressalta que uma política fiscal crível, "embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados", e estratégias que reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal são importantes para a ancoragem das expectativas de inflação e redução dos prêmios de risco.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, também tratou ontem das contas públicas, afirmando que a recente piora na percepção do mercado sobre a situação fiscal do país não se deu apenas pelo receio com a trajetória do endividamento, mas também pela questão da qualidade e transparência dos números. Ainda assim, disse que os prêmios de risco embutidos na curva de juros parecem exagerados.

O quadro inflacionário inspira cuidados. Estudo da instituição financeira ASA mostra que a inflação de demanda não só roda acima da de oferta no Brasil desde junho de 2022, como tem acelerado. O resultado é que o peso da demanda na inflação geral aumentou. Da alta de 4,23% do IPCA em 12 meses até junho, 2,32 pontos percentuais vêm da demanda. Em maio, eram 2,13 pontos. **Páginas A4, C1 e C2**

RICARDO STUCKERT/VALOR



O presidente Lula reuniu-se com o secretário-geral da ONU, António Guterres

## Na ONU, Lula destaca crise climática e defende reforma da Organização

**Fabio Murakawa, Jéssica Sant'Ana e Daniela Chiaretti**
De Brasília e Nova York

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ser preciso "fazer muito mais" para enfrentar a emergência climática e pregou o multilateralismo para lidar com a crise. A declaração foi feita enquanto o Brasil sofre com queimadas em seu território, agravadas por seca histórica. Sobre isso, afirmou que seu "governo não terceiriza responsabilidades" e que não transige com ilícitos ambientais.

Lula também defendeu reforma ampla da ONU, e não apenas do Conselho de Segurança, para revitalizar o papel das Nações Unidas "em temas de paz e segurança internacionais." Ao demonstrar preocupação com conflitos, em especial as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, afirmou que "o que começou como ação terrorista de fanáticos contra civis isralenses inocentes tornou-se punição coletiva de todo o povo palestino." **Páginas A6 e A7**

## Carros elétricos influenciam eleitor nos EUA

**Marcos de Moura e Souza**
De Detroit

A eletrificação dos automóveis entrou na corrida presidencial dos EUA. De um lado está Kamala Harris, a favor da transição energética; do outro, Donald Trump, pró-indústria do petróleo. Estados como Michigan, Ohio, Alabama, Nevada e Arizona, entre outros, abrigam montadoras de carros a combustão e empresas fornecedoras, com grandes fábricas e milhões de operários. Em Michigan estão, por exemplo, as Big Three: General Motors, Ford e Chrysler. "Queremos nos manter atualizados com a tecnologia, mas não queremos perder nenhum emprego", diz Joseph Losier, do United Automobile Workers, sindicato de trabalhadores do setor. **Página A18**

## China anuncia pacote para reanimar economia do país

Agências internacionais

A China anunciou uma série de medidas para combater a desaceleração prolongada em seu mercado imobiliário, que pesa sobre a segunda maior economia do mundo. Em rara entrevista coletiva, o presidente do Banco do Povo (banco central chinês), Pan Gongsheng, disse que a instituição reduzirá a taxa do compulsório bancário em 0,5 ponto porcentual "no curto prazo". Também anunciou redução de juros nas linhas de financiamento aos bancos comerciais e do valor da entrada na compra de imóveis, além de prometer mais medidas.

O pacote, incomumente amplo, sinaliza a crescente inquietação de Pequim com a série de dados fracos sobre emprego, consumo e inflação. O anúncio fez as bolsas subirem em todo o mundo. No entanto, economistas disseram que, embora bem-vindo, o apoio não será suficiente para resolver o crescimento fraco. **Páginas A15 e C2**

Na ONU, Lula aplica 'vacinas' e avança em proposta de reforma
**Fernando Exman** A12

O tripé para vencer os desafios globais
**Wellington Vitorino** B2

## Arauco vai investir R$ 25 bi em fábrica de celulose no MS

**Stella Fontes e Helena Benfica**
De São Paulo

A Arauco vai investir R$ 25 bilhões na construção da primeira fábrica de celulose do grupo chileno no Brasil. Com isso, a companhia eleva em 40% a capacidade produtiva que terá a futura unidade, passando de 2,5 milhões de toneladas do projeto anterior para 3,5 milhões de toneladas de fibra de eucalipto por ano. O principal fornecedor do Projeto Sucuriú, que será erguido em Inocência (MS), será a finlandesa Valmet, responsável por entregar cerca de 50% do projeto industrial.

O empreendimento está na fase de terraplenagem e o início das obras é previsto para o ano que vem. No pico da construção, serão 14 mil empregos. "É o maior projeto de produção de celulose do mundo implantado em etapa única", disse o presidente da Arauco do Brasil, Carlos Altimiras. A fábrica deve entrar em operação no 2º semestre de 2027. **Página B1**

## Destaque

**Boulos vê "absurdo" em Marçal**
Ao comentar os incidentes da noite de segunda-feira provocados por Pablo Marçal (PRTB) em debate do Flow, o candidato do Psol à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, disse ontem em sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN que o comportamento do adversário na campanha tem sido "absurdo" e que sua candidatura visa a combater "as duas faces do bolsonarismo" na capital, representado por Marçal e pelo atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), que conta com o apoio do ex-presidente. **A12**

## Indicadores

| | | |
|---|---|---|
| **Ibovespa** | 24/set/24 | 1,22 % R$ 23,2 bi |
| **Selic (meta)** | 24/set/24 | 10,75% ao ano |
| **Selic (taxa efetiva)** | 24/set/24 | 10,50% ao ano |
| **Dólar comercial (BC)** | 24/set/24 | 5,4696/5,4702 |
| **Dólar comercial (mercado)** | 24/set/24 | 5,4621/5,4627 |
| **Dólar turismo (mercado)** | 24/set/24 | 5,4903/5,6703 |
| **Euro comercial (BC)** | 24/set/24 | 6,0986/6,0998 |
| **Euro comercial (mercado)** | 24/set/24 | 6,1047/6,1053 |
| **Euro turismo (mercado)** | 24/set/24 | 6,1607/6,3407 |






## Quaest traz Nunes, Boulos e Marçal em empate técnico

**Lilian Venturini e Cristiane Agostine**
De São Paulo

A disputa pela Prefeitura de São Paulo segue praticamente inalterada, com três candidatos tecnicamente empatados na liderança, conforme nova rodada da pesquisa Quaest, divulgada ontem. Com 25% das intenções de voto, o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), avançou um ponto percentual em relação ao levantamento anterior. Guilherme Boulos (Psol) manteve os 23% e Pablo Marçal (PRTB) repetiu os 20%. A deputada federal Tabata Amaral (PSB) subiu de 7% para 8% e José Luiz Datena (PSDB) recuou de 10% para 6%. Marina Helena (Novo) ficou nos 2%. Os demais candidatos não alcançaram 1% ou não pontuaram.

A pesquisa foi realizada ontem, mas antes do debate no Flow, em que Marçal acabou expulso nos instantes finais do encontro, que acabou em tumulto após um de seus assessores agredir um membro da campanha do prefeito. **Página A10**

INÊS 249



# Lupa nos investimentos federais nos Estados



**Lu Aiko Otta**

O Estado cuja economia foi mais impactada pelos investimentos federais no período de 2000 a 2020 não está no Nordeste, Centro-Oeste ou Norte do país, diferentemente do que se poderia supor. É o Rio de Janeiro. Foram R$ 123,4 bilhões, liderados pelos investimentos da Marinha em seu projeto de construção de submarinos.

A segunda colocação é de Minas Gerais, que recebeu R$ 86,7 bilhões principalmente para obras em rodovias. A terceira unidade da Federação entre destinatários de investimentos da União foi São Paulo, com R$ 77,8 bilhões, liderados por ações em desenvolvimento urbano, unidades de saúde e urbanização de assentamentos precários.

É o que mostram dados da plataforma Infere, lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na comemoração de seus 60 anos.

O objetivo do pesquisador Nelson Fernando Zackseski, responsável pela plataforma, é refinar dados que mostram onde os investimentos federais viram canteiros de obras, máquinas, empregos. Futuramente, ele quer chegar a um cálculo sobre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em cada Estado.

"É um passo para fazer modelos macroeconômicos de simulação de reforma tributária, de juros, de todos esses movimentos que podem ser calculados com antecedência, para termos uma previsão sobre qual será o impacto em cada unidade da Federação ou região", informou.

Formulado a partir de bases de dados do Orçamento federal, o Infere não capta o impacto dos investimentos das empresas estatais. Ainda assim, a plataforma oferece a pesquisadores um detalhamento de dados inédito neste século.

A regionalização de gastos federais foi calculada pela Fundação Getulio Vargas até 1985, contou Zackseski. O trabalho foi encerrado e posteriormente retomado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1991 e 2000. O pesquisador disse que atuou em parceria com o instituto à época. "Então, essa informação só eu que consigo produzir."

O Balanço Geral da União (BGU), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, traz a regionalização dos investimentos, mas em um recorte diferente. Por exemplo, considera como de caráter nacional os investimentos nos submarinos. Também classifica em "nacional" os contratos de manutenção de rodovias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

Assim, cerca de 55% dos investimentos não estão detalhados por unidade da Federação ou por região, afirma Zackseski. É aí que ele centra seu trabalho.

A lupa nos investimentos por Estados pode melhorar o direcionamento de políticas públicas para as regiões e setores mais necessitados, avaliou o diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Roberto Figueiredo Guimarães. "Há décadas, o planejamento deixou de ser prioridade dos governos brasileiros, que tiveram que lidar com a hiperinflação, endividamento público e reformas estruturais", comentou.

"Avançar em estimativas de FBCF certamente vai ter impactos positivos nos modelos de previsão de PIB", comentou o professor Joelson Sampaio, da Fundação Getulio Vargas. A plataforma ainda ajuda a melhorar a transparência e o controle sobre os investimentos federais nos Estados, observou.

Nada disso afasta, porém, o fato que os investimentos públicos e privados estão muito aquém do necessário ao país. Para Zackseski, empreendimentos que "não acabam" nem devem ser interrompidos, como a transposição do São Francisco ou o projeto dos submarinos, deixam pouco espaço para projetos novos que poderiam trazer impacto na transformação regional.

O drama, como sempre, é a restrição fiscal.

**São Pedro e o ajuste**

O governo projeta em relatório divulgado na última sexta-feira que cumprirá a meta fiscal deste ano. Mesmo assim, seguem as preocupações do mercado com as contas públicas.

Um motivo são os R$ 40,5 bilhões em créditos extraordinários para emergências no Rio Grande do Sul e as queimadas, além da recomposição de verbas do Judiciário.

São despesas que não entram nas contas da meta fiscal. Porém, elevam a dívida pública, que é o principal item de atenção do mercado.

Nem tudo o que foi autorizado em gastos para enfrentar calamidades será usado, informa-se nos bastidores. Estão nessa conta, por exemplo, os R$ 7,5 bilhões destinados à importação de arroz, que não foi realizada.

Dos R$ 53,7 bilhões autorizados para a calamidade no Rio Grande do Sul, R$ 34,8 foram empenhados (comprometidos com um gasto específico) até agora.

Também é possível que fique sem uso parte dos créditos para queimadas, que estão em R$ 514,4 milhões e podem aumentar. A expectativa é que o início das chuvas no centro do país, aguardado para os próximos dias, refreie a edição de novos créditos extraordinários. Até São Pedro está sendo chamado a contribuir com o ajuste fiscal.

**Lu Aiko Otta** é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
**E-mail** lu.aiko@valor.com.br

**Gestão pública** Presidente do Instituto defende alvo das críticas como 'vontade discricionária' da gestão

# IBGE nega acusação de sindicato contra Pochmann

**Lucianne Carneiro**
Do Rio

Comunicado publicado no site do IBGE rebate as acusações feitas pelo sindicato dos servidores do órgão (Assibge) e por uma declaração pública de funcionários na semana passada atribuindo medidas autoritárias ao presidente do órgão, Marcio Pochmann. Uma manifestação foi convocada para a porta da sede do IBGE nesta quinta-feira (26), que pede que Pochmann altere "o comportamento autoritário que tem marcado suas ações recentes".

> Uma das críticas dos servidores é a criação de uma fundação de direito privado no órgão

"A direção do IBGE não pode senão refutar com firmeza as infundadas acusações de comportamento autoritário", diz um comunicado divulgado no site do IBGE.

Na declaração pública, os servidores reclamaram de falta de transparência e pediram o fim do mandato de Pochmann. A preocupação com as iniciativas recentes da atual gestão do órgão também foi expressa em cartas de gerentes e coordenadores das diretorias de Pesquisas e Geociências do IBGE.

Um dos pontos de alerta é a criação da Fundação IBGE+ (Fundação de Apoio à Inovação Científica e Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entidade de direito privado. Além disso, há reclamações sobre a mudança no regime de trabalho, com a adoção de ao menos dois dias de trabalho presencial, e o plano de transferir servidores da diretoria de pesquisas de um prédio alugado no centro do Rio para o Horto, bairro da zona sul com dificuldade de acesso por transporte público.

LEO PINHEIRO/VALOR



Marcio Pochmann: "Compromisso com a causa pública e republicana"

Em meio à crise interna no IBGE, Marcio Pochmann participou esta semana do Seminário Brics 2024 sobre Governança e Fórum de Intercâmbio Cultural, em Moscou, e terá três dias de encontros no Escritório Nacional de Estatísticas da China, segundo sua agenda pública. Procurada sobre a agenda no Escritório Nacional de Estatísticas da China, a assessoria de Pochmann não respondeu.

Esta é pelo menos a segunda vez, em sua gestão de pouco mais de um ano, que Pochmann visita a sede do escritório de estatísticas da China. Em setembro de 2023, essa proximidade foi alvo de críticas, já que o órgão do país asiático chegou a suspender a divulgação do desemprego juvenil após recordes negativos no ano passado.

Na nota, o IBGE defende que a Fundação IBGE+ permitirá o recebimento de recursos adicionais para pesquisa e inovação tecnológica, para que o instituto não fique "sujeito às restrições obrigatórias do orçamento federal".

O texto frisa que a fundação é parte do contexto da conjuntura orçamentária, que pede soluções para obtenção de recursos, já que "o orçamento do IBGE para despesas discricionárias é insuficiente e impede a necessária inovação no atendimento às demandas da sociedade para novas pesquisas". O instituto diz que a fundação foi aprovada por todos os órgãos de controle e será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.

Segundo a nota do IBGE, as medidas não são "uma vontade discricionária da atual gestão, mas sim a realidade, e o compromisso com a causa pública e republicana". "E nesta causa o Brasil trabalha presencialmente, busca economizar e corre atrás de recursos para inovar e avançar", escreveu.

O comunicado afirma que, a despeito de diálogos com os servidores, "houve uma aparente inflexão" após a definição do fim do teletrabalho integral e adoção de pelo menos dois dias de trabalho presencial. Servidores e sindicato negam que o problema seja a mudança, mas sim o prazo de menos de 60 dias e o descumprimento da promessa de diálogo.

# Pesquisadores da UFF desenvolvem IA contra fake news

"O Globo", do Rio

Uma pesquisa na Universidade Federal Fluminense (UFF) planeja criar um instrumento de combate às fake news usando uma inovação que desperta temores de também ser empregada para a fabricação de informações falsas no mundo digital: a inteligência artificial. A plataforma desenvolvida pelo engenheiro de telecomunicações Nicollas Rodrigues, em sua dissertação de mestrado, junto ao seu orientador Diogo Mattos, é um exemplo de iniciativa que a 30ª edição do Prêmio Jovem Cientista busca estimular, com o tema "Conectividade e Inclusão Digital". As inscrições vão até o dia 4 de outubro.

Para checar a veracidade de informações publicadas em redes sociais, os pesquisadores "treinam" algoritmos a partir da coleta de um grande volume de dados, tanto de notícias verdadeiras quanto falsas.

"A proposta é que o resultado desse trabalho seja implementado como um site ou aplicativo no qual o usuário poderá inserir um post ou um texto suspeito e o sistema retornará um grau de confiabilidade, baseado em elementos como o estilo de escrita e outras características linguísticas", explica Mattos, professor do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Redes de Nova Geração da UFF.

A margem de confiabilidade obtida pela IA nos experimentos foi superior a 90%. Apesar de a plataforma ter sido testada majoritariamente com base em posts do X, que está suspenso no Brasil por determinação do Supremo Tribunal Federal, também é possível detectar o nível de veracidade da informação com qualquer texto escrito.

De acordo com Mattos, aplicação da plataforma em larga escala ainda depende de treinos contínuos da inteligência artificial, já que o comportamento das fake news evolui com o tempo. Mas o professor acredita que a ferramenta pode gerar maior conscientização sobre conteúdos nas mídias sociais que muitas vezes têm fonte duvidosa.

"Os instrumentos da IA são cruciais para detectar padrões que indicam a falsidade de um conteúdo", defende o engenheiro.

A plataforma, ainda sem nome definido, deve ser lançada até o fim do ano, com a ajuda também de alunos da graduação de Mattos.

Como forma de incentivar pesquisas como essa, o Prêmio Jovem Cientista desafia estudantes do ensino médio e superior, além de mestres e doutores a pensarem soluções tecnológicas sustentáveis no contexto brasileiro.

A premiação busca projetos que tratem de temas que podem ir desde a construção de modelos utilizando inteligência artificial para abordar questões de saúde pública, educação e sustentabilidade até a necessidade de uma discussão mais filosófica sobre a ética em tempos de realidade virtual.

O Prêmio Jovem Cientista, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. As inscrições são feitas pelo site jovemcientista.cnpq.br. Entre as premiações previstas, estão laptops, bolsas do CNPq e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.



## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

**Conjuntura** Estudo do ASA aponta para pressão maior sobre preços mais suscetíveis à política monetária; Banco Central vê composição pior

# Inflação de demanda acelera mais depressa e pesa sobre o IPCA

**Anaïs Fernandes**
De São Paulo

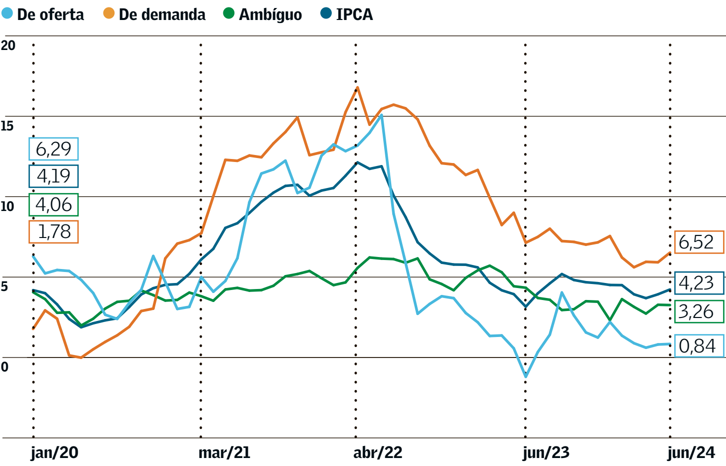
A inflação de demanda não só roda acima da inflação de oferta no Brasil há um bom tempo, desde meados de junho de 2022, como, na ponta, ela tem acelerado mais rápido. A instituição financeira ASA calcula que, em 12 meses até junho, a inflação gerada pela pressão de demanda acumula alta de 6,52%, 0,6 ponto percentual acima do observado até maio. Enquanto isso, a inflação pressionada pela oferta oscilou menos, de 0,81% até maio para 0,84% até junho.

O resultado é que a participação da demanda na inflação geral também aumentou. Da alta de 4,23% do IPCA em 12 meses até junho, 2,32 pontos percentuais vêm da demanda. Em maio, eram 2,13 pontos e, em junho de 2023, 2,17 pontos. Enquanto a demanda ganha quase 0,2 ponto de participação na inflação cheia, a oferta não oscila nem 0,1 ponto, com 0,04 ponto a mais de maio para junho. O ASA considera os dados até junho porque utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) trimestral, do IBGE, em seus cálculos.

"O que vemos é uma inflação de demanda mais resistente, explicada pela atividade econômica ainda bastante forte, com mercado de trabalho aquecido e PIB crescendo acima do potencial", afirma Leonardo Costa, economista do ASA.

Seu estudo é baseado em um exercício da distrital de San Francisco do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) que correlaciona, para cada item de um índice de inflação ao consumidor, uma série de preços e uma de quantidades. "Para cada série, eles fazem uma regressão, com defasagem de 12 meses, e analisam os resíduos. Dependendo de como os resíduos se comportam, eles definem se, naquele período, a inflação é mais de oferta ou de demanda", explica Costa.

**Sem alívio**
Variação da inflação em 12 meses - em %




Fonte: ASA

Ainda que alguns itens, geralmente, sofram mais choques de demanda do que de oferta, e vice-versa, a metodologia do Fed permite uma análise mais flexível. "Você não está amarrado em nada e cada mês é diferente. Pode ser que, em um dado momento, a inflação de alimentos, por exemplo, tenha sofrido um choque de oferta, mas pode ser que, em outro, a pressão esteja mais ligada à demanda. Ou pode ser, ainda, que você não consiga chegar a uma conclusão determinada", diz Costa.

Para transpor o exercício ao Brasil, o desafio é que não há um mesmo índice com desagregações de preços e quantidades. Por isso, Costa combinou informações de preços com outros dados, por exemplo, de pesquisas do IBGE para o comércio e os serviços, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

"Em 2015, quando houve aquela aceleração forte da inflação, foi muito por causa da oferta, de um choque na energia elétrica. Logo adiante, a economia desacelerou, e a inflação de demanda foi junto, a despeito de a inflação cheia ficar rodando em nível elevado", observa Costa. Em 2018, outro evento associado à oferta: a greve dos caminhoneiros. "Mas, daí, a atividade econômica ficou rodando baixo por muito tempo e ajudou a inflação de demanda a não ficar muito alta", diz.

"Quando vem a pandemia, a inflação de demanda é a que sente mais no começo, com aquela paralisação geral; depois, tem o choque e tudo sofre junto. Mas a inflação de demanda demora mais para desacelerar e a gente não vê ela desacelerando mais", afirma.

> "Riscos altistas para a inflação de serviços não faltam"
> *Bruno Balassiano*



SILVIA ZAMBONI/VALOR

**Leonardo Costa: Mesmo com jura em alta e perspectiva de desacelaração da atividade, inflação não deve aliviar tanto**

O ponto, diz Costa, é que é na inflação de demanda que a atuação da política monetária tende a ser mais eficaz. "Vemos que, mesmo com juro tão alto, tivemos um primeiro movimento de desaceleração, mas ela ainda está em patamar muito elevado."

Na sua avaliação, isso e outras ferramentas mais "comuns" ao Banco Central, como a análise de inflação de núcleos (que exclui itens voláteis), das expectativas de inflação, que estão desancoradas, e dos dados de atividade fortes, reforçam a elevação dos juros, iniciada pelo BC na semana passada.

A ata dessa reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, mostra que os membros avaliaram uma "deterioração" da composição da inflação, ainda que o número agregado não tenha divergido significativamente do que era esperado. "Observa-se, ademais, uma interrupção no processo desinflacionário no período mais recente", afirmam.

O ASA espera um ciclo total de alta da Selic de 1,5 ponto percentual, levando a taxa a 12%. "Pode ser até mais do que isso, se a inflação não ceder. O que a gente tem visto é que esse segundo estágio de desaceleração está, de fato, bastante difícil", afirma Costa.

Mesmo com a perspectiva de desacelaração da atividade no segundo semestre, a inflação, notadamente a de demanda, não deve aliviar tanto, porque há inércia e o mercado de trabalho deve afrouxar apenas muito gradualmente, diz Costa. "Não vejo muito espaço para essa inflação desacelerar."

A projeção do ASA para o IPCA em 2024 está em 4,6%, acima do teto da meta do ano, que é de 4,5%. Para 2025, a expectativa é de 4,1%.

O Bradesco projeta IPCA de 4,4% em 2024 e de 3,9% em 2025. Na avaliação do banco, a inflação mais ligada ao hiato (medida para a ociosidade da economia) está "relativamente bem comportada".

Por seus cálculos, a inflação de serviços mais correlacionada com a ociosidade, por exemplo, está rodando em 4,3% em 12 meses. "É indicativo de uma economia que não deve estar superaquecida, como verificado entre 2011 e o começo de 2014", afirma a equipe liderada por Fernando Honorato.

Juros mais elevados e gastos mais contidos, dizem, devem desacelerar o PIB, mas a perspectiva de um câmbio mais apreciado, em um contexto global desinflacionário, pode permitir que a economia ainda apresente expansão próxima ao potencial "com alguma desaceleração da inflação", afirmam.

Bruno Balassiano, economista do BTG Pactual, reconhece que a inflação tem se mostrado mais benigna do que o esperado no segundo e terceiro trimestre, mas diz não esperar que leituras favoráveis persistam nos próximos meses. "Riscos altistas para a inflação de serviços não faltam", diz em relatório.

Ele cita o mercado de trabalho "muito apertado" e "sem sinais claros de arrefecimento". Diante disso, a expectativa é que a inflação de serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico) reacelere de 5% em agosto para 5,6% ao fim do ano, pela média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada.

Isso, somado ao efeito do repasse cambial sobre os bens industriais e ao crescimento de riscos altistas em itens suscetíveis aos efeitos da seca, como alimentação, energia elétrica e, em menor grau, combustíveis, faz o BTG projetar inflação de 4,7% neste ano. Para 2025, a expectativa é de 4%.

**Ver também página C1**

# Falta de intermediação afeta desemprego de longo prazo

**Marsílea Gombata**
De São Paulo

A alta taxa de desemprego de longo prazo que o mercado de trabalho brasileiro ostenta poderia ser menor se fossem feitos ajustes nos serviços de intermediação de mão de obra, mostra pesquisa da Jobs and Opportunities Initiative (JOI) Brasil, da Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL), fundado por Esther Duflo, Abhijit Banerjee e Michael Kremer, vencedores do Nobel de Economia de 2019.

Apesar da taxa de 33% de desempregados de longo prazo (pessoas que buscam trabalho há mais de um ano), no universo do total dos desocupados, a utilização do Sistema Nacional de Emprego (Sine), serviço público de intermediação de mão de obra do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), vem caindo ano a ano: passou de 5,08% em 2014 para 2,55% em 2019 e 1,68% em 2024, segundo média dos dois primeiros trimestres de cada ano.

De acordo com dados do MTE, o Sine tem 1.400 unidades espalhadas pelo país e busca estabelecer condições para adequar a força de trabalho à demanda do mercado, assim como organizar informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho. Além da intermediação de mão de obra, são objetivos qualificação, orientação e certificação profissional, habilitação ao seguro-desemprego e fomento a atividades empreendedoras.

O estudo da JOI Brasil mostra que o percentual de desempregados de longo prazo poderia ser menor e a taxa de utilização do Sine maior, se o Brasil implementasse melhores práticas feitas em outros países, como subsídio de transporte para ex-empregados nos setores formal e informal, acesso a informações mais amplas sobre o mercado de trabalho via comunicação direta, uso de cartas de referência, e ensino de estratégias comportamentais.

DIVULGAÇÃO



> "O Sine é importante por causa da capilaridade"
> *André Mancha*

O estudo Assistência à Busca por Emprego faz parte da série Evidências sobre Políticas de Mercado de Trabalho e Implicações para o Brasil, produzida pela JOI Brasil em coautoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e será apresentado nesta quarta-feira 25, em evento em São Paulo.

"O Sine é importante por causa da capilaridade, está presente em todo o país e é ligado ao ministério, o que ajuda na divulgação de vagas. Mas a diminuição de seu uso está diretamente relacionada ao custo de se procurar emprego", diz André Mancha, gerente da Iniciativa de Empregos e Oportunidades Brasil, da JOI Brasil.

"Para o trabalhador desempregado sair da sua casa, pagar transporte para se deslocar para uma entrevista [a uma vaga apontada pelo Sine] é um custo importante. Se isso se prolonga, a percepção das pessoas é que o serviço é pouco efetivo: tem alto custo de deslocamento e não há certeza de que isso será suficiente para se obter um emprego."

Mancha menciona que o próprio ministério tem o portal Emprega Brasil, onde é possível encontrar vagas, o que diminui o custo da busca. "Mas, primeiramente, é importante informar as pessoas sobre isso. No imaginário de muitas, é preciso pegar ônibus ou metrô para ir a uma agência do Sine, depois se deslocar para entrevistas, ou seja, gerar custos quando o benefício é incerto."

A pesquisa que será apresentada hoje afirma que, "embora a relativa baixa atividade econômica nos últimos dois anos seja uma possível causa do desemprego de longa duração, outros fatores também podem aumentar o tempo investido na busca por emprego."

São apontadas, por exemplo, dificuldades em comunicar habilidades e em obter informações sobre o mercado de trabalho, barreiras geográficas e vieses comportamentais enfrentados pelos candidatos, assim como custos e barreiras psicológicas de pessoas há muito tempo fora do mercado.

Estudo feito em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o Sine enfrenta nos últimos anos dificuldades para captar vagas em empresas, o que limita sua capacidade de encaminhar candidatos e explica, em parte, a queda do uso da ferramenta.

Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), argumenta que o Sine costuma indicar empregos de baixa remuneração, o que o torna menos interessante.

"O governo tentou criar ferramentas eletrônicas, aplicativos. Mas ainda temos uma exclusão digital bastante grande no país e parte dos trabalhadores com dificuldade de leitura ou tecnológica para navegar nesses aplicativos."

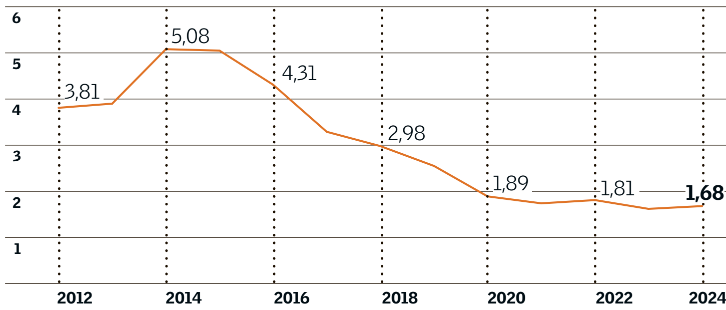
Ela argumenta que seria interessante o Sine priorizar também a reciclagem de trabalhadores afastados do mercado há muito tempo. "Muitos precisam passar por um processo de requalificação profissional, voltada para o mundo do trabalho atual, mas que não seja descolada das potencialidades que existem naquele território", afirma, ao dar como exemplo capacitação em energia renovável nas regiões com esse potencial.

Carlos Henrique Corseuil, diretor de estudos e políticas sociais do Ipea, atribui à queda do uso do Sine ao surgimento de sites e aplicativos de emprego.

"Com baixo custo financeiro e de tempo, a pessoa tem acesso a informações e possibilidades de emprego, ao mesmo tempo em que se coloca à disposição do público empregador", afirma.

Corseuil argumenta que uma reorientação do Sine poderia ser atrelar seu uso ao recebimento do seguro-desemprego.

**Ferramenta em desuso**
Parcela de candidatos que utilizam o SINE para conseguir emprego - em %




Fonte: PNAD-C/ IBGE. *Média dos dois primeiros trimestres em cada ano.

"A pessoa teria de provar que se colocou à disposição do serviço de intermediação de mão de obra e compareceu às entrevistas para continuar sendo reelegível para o seguro-desemprego", diz.

Outra medida, afirma, poderia ser a implementação de algoritmos para tentar melhorar o encaminhamento dos trabalhadores à disposição.

"Na Escócia, pegaram informações não apenas sobre qualificação e ocupações desse trabalhador no passado recente, mas também mapearam competências necessárias para esses empregos. Com isso, abriu-se leque maior de opções para aquela pessoa, com base nas habilidades que podem ser utilizadas em outras funções, e não apenas nos postos que ocupou."

O estudo da JOI Brasil observa que, recentemente, o Sine incorporou medidas para mitigar problemas e ampliar seu uso, como tecnologias digitais, mudanças nas regras de financiamento e compartilhamento de dados com empresas. "Mas poucas avaliações dessas mudanças foram feitas (...), e estratégias nessa direção seriam bem-vindas", diz o texto.

Nesse sentido, afirma Mancha, medidas como envio de SMS ou comunicação por WhatsApp para avisar sobre disponibilidade de vagas, treinamento sobre onde acessar tais vagas, elaboração e publicização de currículos, destacando habilidades do candidato, assim como cartas de referência de antigos empregadores e certificados de formação complementar impulsionariam a recolocação de pessoas no mercado de trabalho.

Ele acrescenta que uma opção frequentemente mencionada é a contratação de agências privadas pelo governo para fazer a intermediação de mão de obra.

"Mas não necessariamente essas agências são uma solução, se não focarem na qualidade da vaga", diz. "Na França, por exemplo, o governo não conseguiu alocar essas pessoas de forma eficiente e contratou empresas privadas para fazer essa intermediação. Elas alocaram as pessoas mais rapidamente, mas houve ressalvas sobre a qualidade de emprego. O foco, portanto, foi recolocar as pessoas, mesmo que isso tenha implicado em um salário menor que anterior."

# Brasil

## Atividade econômica

Indicadores agregados

| | ago/24 | jul/24 | jun/24 | mai/24 | abr/24 | mar/24 | fev/24 | jan/24 | dez/23 | nov/23 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1) | - | -0,41 | 1,36 | 0,36 | 0,38 | -0,17 | 0,50 | 0,66 | 0,74 | 0,10 |
| **Indústria (1)** | | | | | | | | | | |
| **Produção física industrial (IBGE - %)** | | | | | | | | | | |
| Total | - | -1,4 | 4,3 | -1,5 | -0,4 | 0,8 | 0,2 | -0,8 | 0,9 | 0,8 |
| Indústria de transformação | - | -1,3 | 4,9 | -2,4 | 0,3 | 0,7 | 0,6 | 0,2 | 0,4 | 0,1 |
| Indústrias extrativas | - | -2,4 | 2,6 | 3,1 | -3,5 | 0,6 | -1,3 | -6,6 | 3,7 | 3,2 |
| Bens de capital | - | 2,5 | 0,8 | -1,9 | 3,0 | -0,7 | 2,1 | 11,0 | -1,7 | -0,4 |
| Bens intermediários | - | -0,3 | 2,3 | -0,6 | -1,1 | 1,1 | -0,8 | -2,7 | 1,6 | 1,8 |
| Bens de consumo | - | -2,5 | 7,0 | -2,3 | 0,4 | 0,4 | 1,6 | -0,6 | 1,1 | 0,1 |
| Faturamento real (CNI - %) | - | 0,1 | 5,9 | -4,1 | 2,2 | -1,2 | 3,1 | -0,6 | 2,4 | 0,8 |
| Horas trabalhadas na produção (CNI - %) | - | 0,9 | 2,0 | -2,3 | 2,4 | -1,5 | 2,5 | 0,2 | 1,6 | 0,6 |
| **Comércio** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | 0,9 | 0,0 | 1,1 | 0,3 | 1,3 | 1,3 | 1,1 | 0,4 | 1,0 |
| Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2) | - | 0,6 | -0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,2 | 0,7 | 3,7 | -2,3 | 0,4 |
| **Serviços** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 2,1 | 2,5 | -0,8 | 0,6 | 1,8 | -1,5 | 2,2 | 0,1 | 1,0 |
| Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1) | - | 1,2 | 1,7 | -0,5 | 0,2 | 0,3 | -0,4 | 0,4 | 0,5 | 1,0 |
| **Mercado de trabalho** | | | | | | | | | | |
| Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %) | - | 6,8 | 6,9 | 7,1 | 7,5 | 7,9 | 7,8 | 7,6 | 7,4 | 7,5 |
| Emprego industrial (CNI - %) (1) | - | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,1 | 0,3 |
| Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3) | 1,5 | 2,2 | 0,5 | -1,3 | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 0,9 | 2,3 | 0,0 |
| **Balança comercial (US$ milhões)** | | | | | | | | | | |
| Exportações | 29.079 | 30.919 | 28.766 | 30.201 | 30.478 | 27.711 | 23.419 | 26.708 | 28.786 | 27.886 |
| Importações | 24.251 | 23.279 | 22.381 | 21.875 | 21.882 | 20.495 | 18.223 | 20.512 | 19.463 | 19.097 |
| Saldo | 4.828 | 7.640 | 6.384 | 8.326 | 8.596 | 7.216 | 5.197 | 6.197 | 9.323 | 8.789 |

**Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts**

## Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

| | Em % | | | | | | | | | Em R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mês | TR (1) | Poupança (2) | Poupança (3) | TBF (1) | Selic (4) | TJLP | TLP | FGTS (5) | CUB/SP | UPC | Salário mínimo |
| fev/23 | 0,0830 | 0,5834 | 0,5834 | 0,8536 | 0,92 | 0,5546 | 0,4931 | 0,3298 | 0,00 | 23,93 | 1.302,00 |
| mar/23 | 0,2392 | 0,7404 | 0,7404 | 1,0912 | 1,17 | 0,6142 | 0,4986 | 0,4864 | -0,18 | 23,93 | 1.302,00 |
| abr/23 | 0,0821 | 0,5825 | 0,5825 | 0,8527 | 0,92 | 0,5873 | 0,4907 | 0,3289 | 0,29 | 24,06 | 1.302,00 |
| mai/23 | 0,2147 | 0,7158 | 0,7158 | 1,0465 | 1,12 | 0,6070 | 0,4812 | 0,4619 | 1,44 | 24,06 | 1.320,00 |
| jun/23 | 0,1799 | 0,6808 | 0,6808 | 1,0014 | 1,07 | 0,5873 | 0,4622 | 0,4270 | 0,64 | 24,06 | 1.320,00 |
| jul/23 | 0,1581 | 0,6589 | 0,6589 | 0,9694 | 1,07 | 0,5843 | 0,4464 | 0,4051 | 0,09 | 24,17 | 1.320,00 |
| ago/23 | 0,2160 | 0,7171 | 0,7171 | 1,0578 | 1,14 | 0,5843 | 0,4321 | 0,4632 | 0,05 | 24,17 | 1.320,00 |
| set/23 | 0,1130 | 0,6136 | 0,6136 | 0,9039 | 0,97 | 0,5654 | 0,4194 | 0,3599 | -0,05 | 24,17 | 1.320,00 |
| out/23 | 0,1056 | 0,6061 | 0,6061 | 0,8964 | 1,00 | 0,5478 | 0,4186 | 0,3525 | -0,05 | 24,29 | 1.320,00 |
| nov/23 | 0,0775 | 0,5779 | 0,5779 | 0,8481 | 0,92 | 0,5301 | 0,4337 | 0,3243 | 0,12 | 24,29 | 1.320,00 |
| dez/23 | 0,0690 | 0,5693 | 0,5693 | 0,8395 | 0,89 | 0,5478 | 0,4519 | 0,3158 | 0,00 | 24,29 | 1.320,00 |
| jan/24 | 0,0875 | 0,5879 | 0,5879 | 0,8582 | 0,97 | 0,5462 | 0,4551 | 0,3343 | 0,00 | 24,35 | 1.412,00 |
| fev/24 | 0,0079 | 0,5079 | 0,5079 | 0,7380 | 0,80 | 0,5109 | 0,4456 | 0,2545 | 0,10 | 24,35 | 1.412,00 |
| mar/24 | 0,0331 | 0,5333 | 0,5333 | 0,7733 | 0,83 | 0,5462 | 0,4400 | 0,2798 | 0,10 | 24,35 | 1.412,00 |
| abr/24 | 0,1023 | 0,6028 | 0,6028 | 0,7830 | 0,89 | 0,5395 | 0,4456 | 0,3492 | 0,05 | 24,38 | 1.412,00 |
| mai/24 | 0,0870 | 0,5874 | 0,5874 | 0,7576 | 0,83 | 0,5576 | 0,4630 | 0,3338 | 1,22 | 24,38 | 1.412,00 |
| jun/24 | 0,0365 | 0,5367 | 0,5367 | 0,7268 | 0,79 | 0,5395 | 0,4796 | 0,2832 | 0,79 | 24,38 | 1.412,00 |
| jul/24 | 0,0739 | 0,5743 | 0,5743 | 0,8402 | 0,91 | 0,5770 | 0,4970 | 0,3207 | 0,41 | 24,44 | 1.412,00 |
| ago/24 | 0,0707 | 0,5711 | 0,5711 | 0,8080 | 0,87 | 0,5770 | 0,5088 | 0,3175 | 0,35 | 24,44 | 1.412,00 |
| set/24 | 0,0675 | 0,5678 | 0,5678 | 0,7760 | 0,84 | 0,5584 | 0,5088 | 0,3143 | - | 24,44 | 1.412,00 |
| **2024** | **0,57** | **5,18** | **5,18** | **7,29** | **7,99** | **5,06** | **4,32** | **2,82** | **3,06** | **0,62** | **6,97** |
| **Em 12 meses*** | **0,82** | **7,04** | **7,04** | **10,08** | **11,05** | **6,78** | **5,69** | **3,85** | **2,31** | **1,12** | **6,97** |
| **2023** | **1,76** | **8,04** | **8,04** | **12,01** | **13,04** | **7,15** | **5,65** | **4,81** | **2,31** | **2,02** | **8,91** |

**Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência**
**(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)**

## Produção e investimento

Variação no período

| Indicadores | 2º Tri/24 | 1º Tri/24 | 2024 (1) | 2023 | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB (R$ bilhões) * | 2.888 | 2.714 | 11.174 | 10.856 | 10.080 | 9.012 |
| PIB (US$ bilhões) ** | 553 | 547 | 2.233 | 2.174 | 1.952 | 1.670 |
| Taxa de Variação Real (%) | 1,4 | 1,0 | 2,5 | 2,9 | 3,0 | 4,8 |
| Agropecuária | -2,3 | 11,1 | 0,0 | 15,1 | -1,1 | 0,0 |
| Indústria | 1,8 | -0,1 | 2,6 | 1,6 | 1,5 | 5,0 |
| Serviços | 1,0 | 1,4 | 2,6 | 2,4 | 4,3 | 4,8 |
| Formação Bruta de Capital Fixo (%) | 2,1 | 3,8 | -0,9 | -3,0 | 1,1 | 12,9 |
| Investimento (% do PIB) | 16,8 | 16,9 | 16,6 | 16,5 | 17,8 | 17,9 |

**Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data**
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

## Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

| Salário de contribuições em R$ | Alíquotas em % (1) |
|---|---|
| Até 1.412,00 | 7,50 |
| De 1.412,01 até 2.666,68 | 9,00 |
| De 2.666,69 até 4.000,03 | 12,00 |
| De 4.000,04 até 7.786,02 | 14,00 |
| Empregador doméstico | 8,00 |

**Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS**

## IR na fonte

Faixas de contribuição

| Base de cálculo* em R$ | Alíquota em % | Parcela a deduzir IR - em R$ |
|---|---|---|
| Até 2.259,20 | 0,0 | 0,00 |
| De 2.259,21 até 2.826,65 | 7,5 | 169,44 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15,0 | 381,44 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 662,77 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 896,00 |

**Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data**
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
**Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59**

## Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

| Discriminação | Janeiro-agosto 2024 | Janeiro-agosto 2023 | Var. % | agosto 2024 | agosto 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Federal** | | | | | | |
| **Imposto de renda total** | **563,7** | **503,0** | **12,07** | **57,9** | **48,9** | **18,34** |
| Imposto de renda pessoa física | 50,9 | 41,4 | 22,86 | 5,9 | 4,8 | 21,79 |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 223,3 | 215,4 | 3,67 | 19,2 | 18,7 | 2,53 |
| Imposto de renda retido na fonte | 289,5 | 246,2 | 17,60 | 32,8 | 25,4 | 29,35 |
| Imposto sobre produtos industrializados | 50,7 | 39,5 | 28,52 | 6,8 | 5,0 | 37,26 |
| Imposto sobre operações financeiras | 43,3 | 39,7 | 9,28 | 5,9 | 5,0 | 19,57 |
| Imposto de importação | 47,0 | 36,0 | 30,70 | 6,9 | 4,8 | 44,36 |
| Cide-combustíveis | 2,0 | 0,3 | - | 0,3 | 0,3 | -7,64 |
| Contribuição para Finsocial (Cofins) | 270,8 | 217,2 | 24,65 | 35,9 | 28,9 | 24,51 |
| CSLL | 119,5 | 111,5 | 7,22 | 10,8 | 9,8 | 10,45 |
| PIS/Pasep | 74,2 | 60,3 | 22,99 | 9,7 | 7,7 | 26,88 |
| Outras receitas | 559,9 | 510,0 | 9,78 | 67,3 | 62,5 | 7,63 |
| **Total** | **1.731,1** | **1.517,4** | **14,08** | **201,6** | **172,8** | **16,69** |

| | fev/24 Valor** | fev/24 Var. %* | jan/24 Valor** | jan/24 Var. %* | fev/23 Valor | fev/23 Var. %* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ICMS - Brasil** | **51,2** | **-16,88** | **61,6** | **-5,42** | **50,7** | **-9,74** |

| | jun/24 Valor | jun/24 Var. %* | mai/24 Valor | mai/24 Var. %* | jun/23 Valor | jun/23 Var. %* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **INSS** | **49,7** | **1,33** | **49,1** | **-2,76** | **45,9** | **-3,85** |

**Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar**

## Inflação

Variação no período (em %)

| | | | Acumulado em | | | Número índice | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | set/24 | ago/24 | 2024 | 2023 | 12 meses | set/24 | ago/24 | dez/23 | set/23 |
| **IBGE** | | | | | | | | | |
| IPCA | - | -0,02 | 2,85 | 4,62 | 4,24 | - | 6.966,50 | 6.773,27 | 6.700,66 |
| INPC | - | -0,14 | 2,80 | 3,71 | 3,71 | - | 7.149,55 | 6.954,74 | 6.901,51 |
| IPCA-15 | - | 0,19 | 3,02 | 4,72 | 4,35 | - | 6.846,50 | 6.645,93 | 6.583,85 |
| IPCA-E | - | - | 2,52 | 4,72 | 4,06 | - | - | 6.645,93 | 6.583,85 |
| **FGV** | | | | | | | | | |
| IGP-DI | - | 0,12 | 2,07 | -3,30 | 4,23 | - | 1.128,41 | 1.105,54 | 1.087,42 |
| Núcleo do IPC-DI | - | 0,20 | 2,51 | 3,48 | 3,77 | - | - | - | - |
| IPA-DI | - | 0,11 | 1,54 | -5,92 | 4,11 | - | 1.314,28 | 1.294,35 | 1.268,88 |
| IPA-Agro | - | 0,30 | 2,48 | -11,34 | 4,94 | - | 1.829,58 | 1.785,32 | 1.704,49 |
| IPA-Ind. | - | 0,04 | 1,19 | -3,77 | 3,80 | - | 1.107,61 | 1.094,53 | 1.083,28 |
| IPC-DI | - | -0,16 | 2,85 | 3,55 | 4,18 | - | 754,55 | 733,67 | 726,26 |
| INCC-DI | - | 0,70 | 4,27 | 3,49 | 5,23 | - | 1.134,78 | 1.088,31 | 1.082,10 |
| IGP-M | - | 0,29 | 2,00 | -3,18 | 4,26 | - | 1.146,58 | 1.124,07 | 1.103,74 |
| IPA-M | - | 0,29 | 1,45 | -5,60 | 4,20 | - | 1.353,52 | 1.334,20 | 1.304,27 |
| IPC-M | - | 0,09 | 3,05 | 3,40 | 4,19 | - | 738,33 | 716,46 | 710,56 |
| INCC-M | - | 0,64 | 4,00 | 3,32 | 4,84 | - | 1.129,64 | 1.086,15 | 1.080,07 |
| IGP-10 | 0,18 | 0,72 | 2,54 | -3,56 | 4,25 | 1.172,34 | 1.170,28 | 1.143,35 | 1.124,56 |
| IPA-10 | 0,14 | 0,84 | 2,04 | -6,02 | 4,12 | 1.394,69 | 1.392,81 | 1.366,78 | 1.339,54 |
| IPC-10 | 0,02 | 0,33 | 3,34 | 3,43 | 4,23 | 744,92 | 744,76 | 720,87 | 714,68 |
| INCC-10 | 0,79 | 0,59 | 4,69 | 3,04 | 5,28 | 1.120,46 | 1.111,71 | 1.070,21 | 1.064,31 |
| **FIPE** | | | | | | | | | |
| IPC | - | 0,18 | 2,12 | 3,15 | 3,56 | - | 689,58 | 675,27 | 667,80 |

**Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia set/24 0,47% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana set/24 0,10%**
**Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data**

## Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

| | | No prazo legal | | |
|---|---|---|---|---|
| Quota | Vencimento | Valor da quota (Campo 7 do DARF) | Valor dos juros (Campo 9 do DARF) | Valor total (Campo 10 do DARF) |
| 1ª ou única | 31/05/2024 | | - | Campo 7 |
| 2ª | 28/06/2024 | | 1,00% | |
| 3ª | 31/07/2024 | | 1,79% | + |
| 4ª | 30/08/2024 | Valor da declaração | 2,70% | Campo 8 |
| 5ª | 30/09/2024 | | 3,56% | |
| 6ª | 31/10/2024 | | | + |
| 7ª | 29/11/2024 | | | |
| 8ª | 30/12/2024 | | | Campo 9 |

**Pagamento com atraso**

**Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data**

**Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br**

## Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

| Dívida líquida do setor público | jul/24 Valor | jul/24 % do PIB | jun/24 Valor | jun/24 % do PIB | jul/23 Valor | jul/23 % do PIB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dívida líquida total** | **6.962,6** | **61,90** | **6.946,2** | **62,18** | **6.186,2** | **58,53** |
| (-) Ajuste patrimonial + privatização | -45,5 | -0,40 | -12,8 | -0,11 | 2,3 | 0,02 |
| (-) Ajuste metodológico s/ dívida* | -964,9 | -8,58 | -912,6 | -8,17 | -661,7 | -6,26 |
| **Dívida fiscal líquida** | **7.973,1** | **70,89** | **7.871,6** | **70,46** | **6.845,5** | **64,77** |
| **Divisão entre dívida interna e externa** | | | | | | |
| Dívida interna líquida | 7.795,8 | 69,31 | 7.706,3 | 68,98 | 6.838,3 | 64,70 |
| Dívida externa líquida | -833,2 | -7,41 | -760,1 | -6,80 | -652,1 | -6,17 |
| **Divisão entre as esferas do governo** | | | | | | |
| Governo Federal e Banco Central | 5.980,4 | 53,17 | 5.954,1 | 53,30 | 5.256,5 | 49,74 |
| Governos Estaduais | 872,4 | 7,76 | 872,3 | 7,81 | 823,9 | 7,80 |
| Governos Municipais | 70,1 | 0,62 | 64,4 | 0,58 | 45,1 | 0,43 |
| Empresas Estatais | 39,7 | 0,35 | 55,4 | 0,50 | 60,7 | 0,57 |

| Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses | jul/24 Valor | jul/24 % do PIB | jun/24 Valor | jun/24 % do PIB | jul/23 Valor | jul/23 % do PIB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total nominal** | **1.127,5** | **10,02** | **1.108,0** | **9,92** | **721,8** | **6,83** |
| Governo Federal** | 867,8 | 7,72 | 875,9 | 7,84 | 590,1 | 5,58 |
| Banco Central | 169,3 | 1,51 | 149,3 | 1,34 | 46,6 | 0,44 |
| Governo regional | 77,9 | 0,69 | 72,6 | 0,65 | 79,1 | 0,75 |
| **Total primário** | **257,7** | **2,29** | **272,2** | **2,44** | **80,5** | **0,76** |
| Governo Federal | -50,7 | -0,45 | -47,2 | -0,42 | -189,4 | -1,79 |
| Banco Central | 0,9 | 0,01 | 0,6 | 0,01 | 0,4 | 0,00 |
| Governo regional | -18,8 | -0,17 | -25,6 | -0,23 | -13,7 | -0,13 |

**Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

## Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de julho*

| Discriminação | Janeiro-julho 2024 | Janeiro-julho 2023 | Var. % | julho 2024 | julho 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita total** | **1.546,9** | **1.423,8** | **8,64** | **221,5** | **202,3** | **9,49** |
| Receita Adm. Pela RFB** | 1.002,0 | 896,8 | 11,73 | 144,4 | 125,0 | 15,51 |
| Arrecadaçao Líquida para o RGPS | 354,6 | 339,7 | 4,37 | 50,9 | 49,6 | 2,75 |
| Receitas Não Adm. Pela RFB | 190,3 | 187,3 | 1,56 | 26,2 | 27,8 | -5,80 |
| **Transferências a Estados e Municípios** | **298,2** | **274,8** | **8,52** | **37,9** | **34,7** | **9,31** |
| **Receita líquida total** | **1.248,6** | **1.149,0** | **8,67** | **183,5** | **167,6** | **9,53** |
| **Despesa Total** | **1.325,9** | **1.230,5** | **7,75** | **192,8** | **205,1** | **-5,99** |
| Benefícios Precidenciários | 577,2 | 558,3 | 3,39 | 73,4 | 94,6 | -22,42 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 212,0 | 208,9 | 1,47 | 36,6 | 36,8 | -0,50 |
| Outras Despesas Obrigatórias | 223,7 | 190,0 | 17,71 | 30,6 | 31,0 | -1,13 |
| Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira | 313,0 | 273,3 | 14,54 | 52,2 | 42,8 | 22,10 |
| **Resul. Primário do Gov. Central (1)** | **-77,3** | **-81,5** | **-5,17** | **-9,3** | **-37,5** | **-75,27** |

| Discriminação | jul/24 Valor | jul/24 Var. % | jun/24 Valor | jun/24 Var. % | jul/23 Valor | jul/23 Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ajustes metodológicos | -0,7 | 81,20 | -0,4 | 450,94 | 1,4 | - |
| Discrepância estatística | 1,4 | - | -1,0 | - | 2,2 | - |
| **Result. Primário do Gov. Central (2)** | **-8,6** | **-78,64** | **-40,3** | **-34,02** | **-33,9** | **-30,21** |
| **Juros Noniminais** | **-72,8** | **-16,10** | **-86,7** | **29,56** | **-38,7** | **11,11** |
| **Result. Nominal do Gov. Central** | **-81,4** | **-35,96** | **-127,1** | **-0,79** | **-72,7** | **-12,96** |

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data**
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249



**Relações externas** Presidente recebe aplausos ao saudar delegação palestina e volta a defender reforma do regimento das Nações Unidas

# Na ONU, Lula cobra agenda ambiental e critica guerras

**Fabio Murakawa e Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

No primeiro dia da 79ª Assembleia Geral da ONU, na terça-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que é preciso "fazer muito mais" para enfrentar a emergência climática e pregou o multilateralismo como forma de lidar com a crise. O alerta foi dado enquanto o Brasil sofre com queimadas em seu território, agravadas por uma seca histórica. Sobre isso, Lula afirmou que seu governo "não terceiriza sua responsabilidade" e não será transigente com o desmatamento ilegal.

O brasileiro abriu os debates entre os chefes de Estado — como tradicionalmente ocorre nas edições do encontro em Nova York. No discurso de 19 minutos, defendeu ainda a reforma do regimento da ONU e demonstrou preocupação com os conflitos no mundo, em especial as guerras entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas — esta marcada pela escalada de tensão após os ataques israelenses ao Hezbollah. Para o presidente, "o direito de defesa transformou-se no direito de vingança".

Sobre a agenda ambiental, o petista frisou o que chamou de "interdependência" na mudança climática. Nesse sentido, defendeu o auxílio para que países pobres lidem com a emergência.

"Estamos condenados à interdependência da mudança climática. O planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está farto de acordos climáticos não cumpridos. Está cansado de metas de redução de emissão de carbono negligenciadas e do auxílio financeiro aos países pobres que não chega", criticou o presidente.

Lula lembrou que o Brasil viveu recentemente dois eventos extremos que sinalizam os efeitos do desequilíbrio do clima: as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios florestais. Ele prometeu ação contra o desmatamento ilegal.

"O meu governo não terceiriza sua responsabilidade nem abdica de sua cidadania", disse Lula sobre incêndios florestais. "Não transigiremos com o desmatamento ilegal e o garimpo."

O presidente também defendeu soluções que levem em consideração os povos indígenas, lembrou que o Brasil sediará a COP30 em 2025 e reforçou o discurso de que o país é um "celeiro de oportunidades" por ter ampla oferta de energia renovável.

"O Brasil desponta como celeiro de oportunidades neste mundo revolucionado pela transição energética. Somos hoje um dos países com a matriz energética mais limpa. 90% da nossa eletricidade provém de fontes renováveis como a biomassa, a hidrelétrica, a solar e a eólica", afirmou.

Para Lula, o mundo vive um ritmo lento de descarbonização. Assim, cobrou que o planeta trabalhe por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis. Hoje, no entanto, há um embate dentro do governo sobre a ampliação de frentes de exploração do petróleo, principalmente na Margem Equatorial. O presidente e integrantes do seu governo defendem que o Brasil deve continuar a explorar petróleo enquanto houver demanda pelo produto.

"É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis."

A preocupação com os conflitos armados ocupou boa parte do discurso do presidente. Lula lembrou de guerras em curso e disse que "o uso da força sem o amparo no direito internacional está se tornando a regra".

"Presenciamos dois conflitos simultâneos com potencial de se tornarem um confronto generalizado", continuou, em referência às guerras entre Israel e Hamas e entre Rússia e Ucrânia.

Em seguida, fez menção ao ataque de Israel ao Hezbollah, grupo que atua no Líbano. O episódio acendeu o alerta para a possibilidade de uma "guerra total" na região.

> "O direito de defesa transformou-se no direito de vingança"
> *Lula*

"Em Gaza e na Cisjordânia, assistimos a uma das maiores crises humanitárias da história recente, e que agora se expande perigosamente para o Líbano", disse o presidente. "O que começou como ação terrorista de fanáticos contra civis israelenses inocentes tornou-se punição coletiva de todo o povo palestino. São mais de 40 mil vítimas fatais, em sua maioria mulheres e crianças. O direito de defesa transformou-se no direito de vingança, que impede um acordo para a liberação de reféns e adia o cessar-fogo."

Lula também lamentou os conflitos no Sudão e no Iêmen, que "impõem sofrimento atroz a quase 30 milhões de pessoas".

Ao iniciar seu discurso, Lula fez uma menção à delegação palestina, que integra pela primeira vez a Assembleia-Geral na condição de país observador, momento em que foi aplaudido. Saudou a presença do presidente da Autoridade Palestina, Mahmmoud Abbas.

O presidente também fez questão de pedir uma reconfiguração da "Carta das Nações Unidas". Ele acredita que o documento ficou obsoleto com a entrada de novos países na entidade e as mudanças na geopolítica global nas últimas décadas. O discurso está em linha com a defesa da reforma da governança global que o Brasil vem fazendo também em outros fóruns, como o G20, neste ano sob a presidência brasileira. "A versão atual da carta não trata de alguns dos desafios mais prementes da humanidade. Na fundação da ONU, éramos 51 países. Hoje somos 193", disse.

O presidente lembrou que "várias nações, principalmente no continente africano, estavam sob domínio colonial" quando a carta foi formulada. Na sequência, voltou a receber aplausos ao lembrar que o cargo de secretário-geral da ONU jamais foi ocupado por uma mulher.

Lula queixou-se da ausência da América Latina e da África entre os membros com assento permanente do Conselho de Segurança da ONU. E disse que promoverá uma discussão "de forma transparente" em fóruns como o G77, o G20, o Brics e na Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), e o Caricom (Comunidade do Caribe e Mercado Comum).

Por fim, Lula ainda destacou em seu discurso para o combate à fome: o compromisso "mais urgente" do seu governo, disse. Lamentou que a dívida pública reduz o espaço fiscal dos países emergentes no combate as desigualdades. E ainda prometeu lançar no G20, no Rio de Janeiro, a "A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza".

Ver também páginas A7 e A14

JEENAH MOON/BLOOMBERG



Lula: "Planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está farto de acordos climáticos não cumpridos"

## *Abrangente, discurso ignora opção por explorar petróleo*

**Análise**

**Daniela Chiaretti**
*Nova York*

Lula fez um discurso abrangente na ONU. Voltou a dar estatura ao Brasil na Assembleia Geral, no ano em que o país preside o G20 e na véspera de hospedar a COP do clima, em Belém. O melhor de sua fala está na promessa.

A fala do presidente foi precisa em tópicos importantes de um mundo atormentado por conflitos bélicos que se ampliam. Falou da guerra na Ucrânia, que se prolonga sem perspectiva de paz. "Em Gaza e na Cisjordânia, assistimos à maior crise humanitária da história recente, e que agora se expande perigosamente para o Líbano."

Falou na desigualdade entre países e dentro deles, um dos temas mais caros de sua gestão. Disse que as 150 maiores empresas do mundo somaram juntas um lucro de US$ 1,8 trilhão nos últimos dois anos, a fortuna dos cinco maiores bilionários mais que dobrou desde o início desta década e que 60% da humanidade ficou mais pobre.

Mencionou a crise da dívida, que complica a vida nas nações de renda média e baixa, e que países africanos tomam empréstimos a taxas oito vezes mais altas que na Alemanha e quatro vezes maiores do que nos Estados Unidos. "É um Plano Marshall às avessas, em que os países mais pobres financiam os mais ricos."

Discorreu sobre riscos da inteligência artificial e das plataformas digitais para a democracia, a desinformação e o discurso de ódio.

Foi aplaudido três vezes. Logo no início, ao saudar a delegação da Palestina. Depois, ao falar que a voz no Conselho de Segurança da ONU ainda ecoa o colonialismo. E quando lembrou que a ONU fará 80 anos em 2025 e nunca teve uma mulher como secretária-geral.

Lula citou a crise climática que castiga o Brasil com secas e inundações, o financiamento que nunca chega e a transição, que não é justa nem inclusiva globalmente. Disse estar convencido de que o multilateralismo é a única forma de o mundo enfrentar a crise climática.

Assumiu os deveres do Brasil, o quinto maior emissor de gases-estufa do mundo, em cuidar da Amazônia. E aí veio a promessa. "Nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (a NDC) será apresentada ainda neste ano, em linha com o objetivo de limitar o aumento da temperatura do planeta a um grau e meio."

Trata-se do compromisso climático brasileiro para os próximos anos, algo que todos os países têm que fazer até fevereiro. O Brasil sempre prometeu liderar pelo exemplo, vamos aguardar.

O que Lula não disse é o desejo brasileiro de seguir explorando petróleo. É verdade que, se o Brasil deixar de fazê-lo e os outros não, o ponteiro do aumento da temperatura não irá se mexer. Mas também é verdade que Lula tem que escolher a marca que quer imprimir ao seu governo: ou o Brasil lidera a agenda climática ou insiste em continuar como um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Na segunda-feira, 23, no Rio, o ministro Alexandre Silveira anunciou que a abertura da Foz do Amazonas está próxima. Lula abriu sua agenda, anteontem em Nova York, para um encontro que só se tornou público porque a BBC Brasil divulgou, com a cúpula global e brasileira da Shell.

A diplomacia brasileira age, no debate climático, para que as últimas gotas da exploração de petróleo caibam aos países em desenvolvimento, o que soa ao mesmo tempo justo e dramático.

## Presidente vê democracia como maior desafio mundial desde a 2ª Guerra

De Nova York

"É inegável que a democracia vive hoje seu momento mais crítico desde a Segunda Guerra Mundial", começou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no evento sobre "Em defesa da democracia: lutando contra o extremismo", promovido por iniciativa do brasileiro e do premiê espanhol, Pedro Sánchez, na sede da ONU, em Nova York.

Lula listou os exemplos de ações violentas que desafiam o resultado das urnas no Brasil e nos Estados Unidos e "notícias falsas que corroem a confiança e afetam os processos eleitorais na América Latina".

Na Europa, disse o brasileiro, "uma mistura explosiva de racismo, xenofobia e campanhas de desinformação coloca em risco a diversidade e o pluralismo". Na África, golpes de Estado refletem resquícios do colonialismo. "Compreender por que a democracia se tornou alvo fácil para a extrema direita e suas falsas narrativas é um desafio compartilhado", seguiu Lula.

Na sua visão, o extremismo é sintoma de uma crise mais profunda e de causas múltiplas.

A democracia liberal se demonstrou insuficiente e frustrou as expectativas de milhões, disse Lula. "Ela se tornou apenas um ritual que repetimos a cada quatro ou cinco anos. Um modelo que trabalha para o grande capital e abandona os trabalhadores à própria sorte não é democrático. Um sistema que privilegia os homens brancos e falha com as mulheres negras é imoral."

Seguiu: "Fartura para poucos e fome para muitos em pleno século XXI é a antessala para o totalitarismo. Nossa luta é fazer com que a democracia volte a ser percebida como o caminho mais eficaz para conquista e efetivação de direitos".

> "Notícias falsas corroem a confiança e afetam processos eleitorais na AL"
> *Lula*

Lula criticou as tecnologias digitais, que, se de um lado ajudam a promover o conhecimento, de outro se tornaram "um terreno fértil para os discursos de ódio misóginos, racistas e xenofóbicos que fazem vítimas todos os dias".

"Nenhuma empresa de tecnologia ou indivíduo, por mais ricos que sejam, podem se considerar acima da lei", continuou Lula, em um momento em o STF bloqueou no Brasil a rede X, do bilionário Elon Musk.

"A extrema direita também se tornou viável eleitoralmente ao organizar os descontentes em torno de um discurso identitário às avessas. Culpam migrantes, mulheres e minorias pelos problemas da atualidade. E fazem isso tensionando os limites das instituições democráticas. Ceder diante dessas narrativas é cair em uma armadilha", seguiu Lula. *(DC)*

## Estados não devem se intimidar ante plataformas digitais, afirma petista

De Brasília

Em menção indireta a Elon Musk, dono do X, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dedicou parte de seu discurso na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas para criticar "falsos patriotas" e "isolacionistas". E ainda disse que os Estados não devem se intimidar ante "plataformas digitais que se julgam acima da lei".

A fala do presidente ocorreu num momento em que o X, de Musk, ainda está bloqueado no Brasil, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após a plataforma descumprir decisões judiciais.

"O futuro de nossa região passa, sobretudo, por construir um Estado sustentável, eficiente, inclusivo e que enfrenta todas as formas de discriminação. Que não se intimida ante indivíduos, corporações ou plataformas digitais que se julgam acima da lei", disse Lula.

"A liberdade é a primeira vítima de um mundo sem regras. Elementos essenciais da soberania incluem o direito de legislar, julgar disputas e fazer cumprir as regras dentro de seu território, incluindo o ambiente digital."

Lula disse também em seu discurso que a defesa da democracia no Brasil "implica ação permanente ante investidas extremistas, messiânicas e totalitárias, que espalham o ódio, a intolerância e o ressentimento".

"Brasileiras e brasileiros continuarão a derrotar os que tentam solapar as instituições e colocá-las a serviço de interesses reacionários", disse o presidente. "A democracia precisa responder às legítimas aspirações dos que não aceitam mais a fome, a desigualdade, o desemprego e a violência."

Lula ainda comentou que interessa ao Brasil "uma inteligência artificial emancipadora que tenha a cara do Sul Global". "Esse sistema de governança global da inteligência artificial em que todos os Estados tenham participação. E, sobretudo, que seja ferramenta para a paz, não para a guerra."

No último dia 30 de agosto, Moraes determinou o bloqueio do X em todo o território brasileiro, depois que a empresa negou-se a tirar do ar contas vetadas pelo ministro, além de retirar seu representante legal no país.

Na semana passada, a empresa chegou a driblar o bloqueio por meio de uma técnica que utiliza IPs (espécie de endereço digital) dinâmicos. Mas, na última sexta (20), recuou e começou a retirar do ar as contas determinadas por Moraes, além de nomear uma representante legal no Brasil, a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova.

Moraes, no entanto, manteve o bloqueio e solicitou informações à plataforma sobre as medidas adotadas e o pagamento de multas estipuladas por ele. Moraes multou o X e a Starlink, outra empresa de Musk, em R$ 5 milhões por dia por causa da manobra que burlou o bloqueio imposto por ele. *(FM e JS)*

**Relações externas** Em discurso forte, secretário-geral da ONU critica guerras e modelo de instituições multilaterais

# Guterres vê mundo sob risco diante de 'barril de pólvora'

RICHARD DREW/AP



**O secretário-geral das Nações Unidas, o português António Guterres: estado do mundo é insustentável, mas os desafios têm solução**

**Daniela Chiaretti e Luiza Palermo**
De Nova York e São Paulo

"Nosso mundo está em um turbilhão" foi a primeira frase do longo discurso do secretário-geral da ONU, o português António Guterres, ao abrir a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. "Estamos nos aproximando do inimaginável: um barril de pólvora que corre o risco de engolir o mundo."

Em um de seus discursos mais longos e contundentes no organismo que lidera há sete anos, Guterres disse que "Gaza é um pesadelo ininterrupto que ameaça levar junto toda a região" e disse que todos deveriam estar alarmados com a escalada do conflito no Líbano. "O Líbano está no limite" e acrescentou: "O Líbano não pode se tornar outra Gaza".

"Sejamos claros", disse o secretário-geral, "nada pode justificar os abomináveis atos de terror cometidos pelo Hamas em 7 de outubro [de 2023], ou a tomada de reféns, que condenei rapidamente". E seguiu: "Mas nada pode justificar a punição coletiva do povo palestino", sendo interrompido por aplausos da plateia.

O discurso de Guterres aconteceu enquanto o Exército israelense lançava novos ataques aéreos contra o Hezbollah nesta terça-feira (24). No dia anterior, Israel havia realizado um dos seus bombardeios mais mortais no sul do Líbano, matando 558 pessoas, incluindo dezenas de mulheres e crianças, além de ferir mais de 1,8 mil, segundo as autoridades libanesas.

Pedindo por um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, o secretário-geral pressionou mais uma vez para que a comunidade internacional se mobilize para chegar a um acordo que garanta a libertação imediata e incondicional de todos os reféns e "o início de um processo irreversível rumo a uma solução de dois Estados."

Citando outros conflitos que se espalham pelo mundo — como a guerra no Sudão e a violência em Mianmar —, Guterres criticou a interferência de potências externas "sem uma abordagem unificada" para entregar a paz. "A instabilidade em muitos lugares do mundo é um subproduto da instabilidade nas relações de poder e das divisões geopolíticas."

O secretário-geral também falou da polarização e do envelhecimento das instituições multilaterais do pós-guerra. "Até hoje a África ainda não tem assento permanente no principal fórum de paz do mundo", disse, referindo-se ao Conselho de Segurança da ONU controlado pelo poder de veto de cinco potências (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido).

Por fim, Guterres afirmou que para o mundo voltar ao "bom caminho" é necessário um aumento do financiamento para a Agenda 2030, o plano de ação global da ONU para alcançar um futuro melhor, e para o Acordo de Paris, para frear o aumento das temperaturas.

"Isto envolve os países do G20 liderando um estímulo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de US$ 500 milhões por ano", disse o secretário-geral, citando também os riscos das mudanças climáticas, especialmente na economia de países mais pobres. "Os riscos climáticos estão abrindo um buraco nos orçamentos de muitos países africanos, custando até 5% do PIB — todos os anos."

> "Um futuro sem combustíveis fósseis é certo. Uma transição justa e rápida não o é"
> *António Guterres*

Guterres falou longamente sobre a necessidade de o mundo colocar preço ao carbono e da obrigação dos países do G20 de transferirem os subsídios e investimentos em combustíveis fósseis para a transição energética. Mostrou o dilema em duas frases: "Um futuro sem combustíveis fósseis é certo. Uma transição justa e rápida não o é". E jogou a responsabilidade aos líderes de 196 países do mundo: "Isso está em suas mãos".

"Sinto-me honrado por trabalhar em estreita colaboração com o presidente Lula — que é simultaneamente presidente do G20 e anfitrião da COP30 [em Belém]", acrescentou o chefe da ONU, mencionando os esforços que devem ser alcançado na COP30 em 2025, "para garantir o máximo de ambição, aceleração e cooperação".

Para Guterres, o estado do mundo é insustentável, mas os desafios têm solução. O futuro está atrelado ao equacionamento de três contextos: a impunidade, a desigualdade e a incerteza. Sobre o último ponto disse que "os riscos globais não geridos ameaçam o nosso futuro de formas desconhecidas".

Foi seu discurso mais interessante. Sobre a angústia atual, disse o que todos percebem ("O chão está mudando sob nossos pés"), o que é invisível nas métricas ("Os níveis de ansiedade estão fora dos gráficos") e a obrigação dos mais velhos com os mais jovens, "que contam conosco e procuram soluções".

# Reforma da ONU é improvável, mas defendê-la faz parte do jogo

**Humberto Saccomandi**
Para o **Valor**, de São Paulo

Em seus pronunciamentos em Nova York nos últimos dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insistiu na reforma da ONU e no pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança (CS). Isso não vai acontecer num futuro previsível, independentemente de ser melhor ou não para a governança global. Mas gastar saliva não custa nada e pode haver algum ganho em outras questões. Só não vale a pena apostar nenhum capital político nisso.

Os principais órgãos decisórios da ONU são: a Assembleia-Geral (AG), que é formada por todos os países-membros (hoje são 193), cada um com direito a um voto; e o CS, que é composto por 15 países, sendo que cinco são membros permanentes (EUA, China, Rússia, Reino Unido e França), com direito a veto, e os outros dez são rotativos, eleitos pela AG para mandatos de dois anos. O CS tem como principal atribuição manter a paz e cuidar da segurança internacional, e o poder de veto dos cinco membros permanente atinge apenas decisões do conselho.

Esse modelo foi montado depois da Segunda Guerra Mundial e deu poderes especiais aos cinco principais países vencedores. As potências derrotadas, Alemanha e Japão, ficaram de fora. Com o final da Guerra Fria, essa estrutura passou a ser questionada por potências regionais, como Índia e Brasil, além de Alemanha e Japão.

Em 1992, o então presidente Fernando Collor já falava sobre a necessidade de reformar a ONU. Em 1993, em discurso na abertura da AG, como o de Lula nesta terça, o então presidente Itamar Franco afirmou: "É essencial que o Conselho de Segurança seja ampliado de maneira a refletir a nova realidade internacional. O Brasil apoia a ideia de uma reforma que inclua tanto um aumento do número de membros permanentes como de não permanentes, a fim de garantir que países em desenvolvimento e aqueles que têm contribuído de maneira significativa para a paz mundial tenham um papel maior nas decisões globais".

Esse trecho poderia ter sido lido por Lula ontem. Com outras palavras, ele defendeu "a reforma do Conselho de Segurança, com foco em sua composição, métodos de trabalho e direito de veto, de modo a torná-lo mais eficaz e representativo das realidades contemporâneas". Nada mudou nos últimos 31 anos. E não há nenhuma indicação de que algo possa mudar nos próximos 31. Ao contrário.

Se a reforma da ONU não aconteceu nos anos 1990 e 2000, quando havia um clima de colaboração internacional e de alguma confiança mútua entre as três grandes potências militares (EUA, Rússia e China), é praticamente impossível que ocorra agora, num momento em que as relações entre Ocidente, de um lado, e China e Rússia, do outro, são as piores desde a Guerra Fria.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), onde ninguém tem poder de veto e onde os países-membros são obrigados a aceitar as decisões do órgão de apelação, foi criada nos anos 90, refletindo esse espírito de maior colaboração multilateral. Hoje a OMC está agonizando, praticamente paralisada.

O aumento dos membros permanentes do CS implicaria uma redução no poder de fato dos atuais cinco membros. E não há e dificilmente haverá num futuro previsível nenhuma disposição de redução de poder pelas grandes potência. Ao contrário, todas estão buscando aglutinar aliados e ampliar sua esfera de influência, até mesmo pela força, como está fazendo a Rússia na Ucrânia.

Ainda que houvesse disposição de reformar a ONU, essa reforma esbarra numa série de problemas. A China não quer, nem a Índia nem o Japão, seus inimigos históricos. A Rússia, que nunca apoiou a reforma, tem restrições à Alemanha e ao Japão. No CS, apenas França e Reino Unido apoiam abertamente uma reforma, mas mesmo isso tem de ser visto com cautela. Como sabem que os outros três países dificilmente aprovarão qualquer mudança, esses dois europeus podem fazer diplomacia sem custo. Ou seja, apoiam a reforma e ficam bem com os países pretendentes, como Brasil, mas sabem que nada vai mudar.

Mesmo fora do CS há divergências. Países vizinhos dos quatro pretendentes oficiais (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) também relutam. A Itália não tem simpatia pela candidatura da Alemanha. Argentina e México não compartilham o interesse do Brasil. O Paquistão não quer nem saber de a Índia entrar no CS. Membros permanentes exploram essas divergências. A Rússia costuma dizer que uma reforma teria de ter consenso na ONU, o que é praticamente impossível.

Também não está claro quem seria o representante da África numa eventual reforma. Os dois países mais ricos e com maior poderio militar são Nigéria e África do Sul. Mas isso deixaria o mundo islâmico sem um representante no CS. Poderia ser o Egito, mas não há consenso.

Por fim, há argumentos contra o benefício de uma ampliação do CS. É uma avaliação quase consensual hoje que o CS não consegue cumprir a sua função de manter a paz e a segurança internacional. Isso fica evidente na inação em relação às guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, além de temas como conter as ameaças do uso militar da inteligência artificial. Mas será que essa tarefa ficaria mais fácil ou mais difícil com um CS ampliado? Em qualquer grupo, quanto mais membros há, normalmente mais difícil fica tomar decisões efetivas.

> Fala de Itamar Franco em 1993 poderia ser facilmente repetida hoje por Lula

Defender a reforma pode ser justificável se o objetivo, na verdade, for outro. O país insiste num pleito impossível para ganhar outra coisa mais para a frente. É como o jogador de futebol que reclama depois do pênalti marcado (e confirmado pelo VAR). Ele sabe que o juiz não voltará atrás, mas quer criar uma situação que torne o juiz mais simpático ao seu time em decisões futuras.

Os países jogam com vários pleitos assim no tabuleiro internacional. A relação entre eles e o que efetivamente é obtido nunca é direta, de forma que é quase impossível estabelecer a relevância de defender esse tipo de coisa. No caso do Brasil, a defesa da reforma inclui o país num grupo com jogadores muito mais importantes (Alemanha, Japão e Índia), o que pode trazer algum benefício em termos de imagem.

De resto, é jogar para a torcida, dando a impressão de que se está fazendo alguma coisa. Curiosamente, todos os presidentes brasileiros pós-redemocratização acharam que isso valia a pena. A reforma da ONU é um dos pouquíssimos temas de consenso entre Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e agora Lula novamente. Talvez justamente por ser inatingível.

# Para ambientalistas, crise climática perdeu força em fala de brasileiro

De Nova York

A abrangência do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ONU, em Nova York, que listou o cenário turbulento do mundo hoje, deixou a crise climática mais diluída em sua fala, avaliam ambientalistas.

"Apesar do contexto de seca e queimadas que estamos vivendo, há um contexto global que se impõe para este tipo de palco, que são os conflitos e as guerras", pondera Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, maior rede de organizações que trabalham com clima no Brasil.

"Não ouvi nada de revolucionário, a não ser o anúncio da NDC ainda para este ano", seguiu, referindo-se ao novo compromisso climático que o governo brasileiro promete divulgar ainda neste ano.

"Embora tenha criticado o negacionismo climático na tribuna nas Nações Unidas, em reuniões bilaterais o presidente Lula fez movimentos em favor dos dois principais emissores dos gases de efeito estufa que estão aquecendo o planeta", disse à imprensa Mauricio Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.

"Primeiro, ao tentar postergar a lei europeia que tenta contribuir com o combate ao desmatamento da Amazônia. Depois, ao manter um encontro fora da agenda com uma das principais empresas do 'big oil'", continuou. Anteontem o presidente Lula se encontrou com a cúpula da Shell em reunião não assinalada na agenda oficial.

"Embora seja oportuno e necessário expor a falta de ambição dos países desenvolvidos, é importante alinhar as ações ao discurso e rever posicionamentos internos que estão levando o Brasil a subir no ranking dos maiores emissores globais dos gases que estão sufocando a vida no planeta", seguiu Voivodic.

Karen Oliveira, diretora de Políticas Públicas da The Nature Conservancy (TNC) Brasil lembra que o discurso foi contundente e crítico ao cenário global atual. "Como esperado, cobrou dos países doadores as promessas de investimentos para combate à emergência climática e perda de biodiversidade e destacou a interdependência entre as agendas", diz ela. "Foi um discurso atual e necessário dada a urgência climática que estamos atravessando no planeta."

A diretora da TNC destaca o fato de Lula ter mencionado a bioeconomia, termo ainda não aceito pela ONU, para a pauta, "como uma das soluções para manutenção das florestas, reconhecendo que não é possível criar soluções para florestas tropicais sem ouvir os povos indígenas, as comunidades tradicionais e quem mais vive nelas".

Camila Jardim, especialista em política internacional do Greenpeace, destaca a força do discurso do presidente brasileiro. Mas pondera: "Se, por um lado, a posição conciliadora da diplomacia brasileira é muito importante para apoiar o fortalecimento do multilateralismo e a responsabilização dos grandes poluidores históricos, por outro, reforça a lógica de 'compromissos possíveis e resultados insuficientes' que ele próprio critica em seu discurso".

> "Não ouvi nada de revolucionário, a não ser o anúncio da NDC neste ano"
> *Marcio Astrini*

INÊS 249



**Ambiente** Delegado responsável diz que novos inquéritos serão abertos, além dos 85 já em andamento

# PF promete resultado contra queimadas para 'breve'

**Isadora Peron**
De Brasília

A Polícia Federal (PF) já abriu 85 inquéritos para investigar a origem das queimadas que se alastram por diferentes regiões do país. Até agora, porém, ninguém foi preso. Responsável por coordenar as ações da área, o diretor de Amazônia e Meio Ambiente, Humberto Freire, afirma que as investigações trarão resultados "em breve". Em entrevista ao **Valor**, o delegado diz ainda que novos inquéritos também devem ser abertos.

Uma das linhas das apurações é que parte dos incêndios seja motivada por uma "retaliação" ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem intensificado o combate aos crimes ambientais, como o desmatamento e o garimpo ilegal. Há ainda a suspeita de que, em alguns casos, o fogo foi usado para criar novas áreas para grilagem. Em outra frente, especialmente em São Paulo, não se descarta que facções criminosas estejam por trás dos episódios e atuaram para causar o esgotamento das forças de segurança e gerar o caos no país.

Confira a seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

**Valor:** *Quantos inquéritos a PF já abriu para investigar os incêndios?*

**Humberto Freire:** Hoje são 85. Em um primeiro levantamento, a gente encontrou cerca de 50 inquéritos, porque focou na Lei dos Crimes Ambientais. Mas aí a gente notou que alguns outros inquéritos haviam sido instaurados com base em um crime previsto no Código Penal e a quantidade aumentou.

**Valor:** *Quantos inquéritos com esse foco foram abertos durante o governo Jair Bolsonaro (PL)?*

**Freire:** A gente fez um levantamento preliminar e, em 2022, encontrou apenas oito.

**Valor:** *Investigar esses incêndios é uma atribuição da PF?*

**Freire:** A gente emitiu diretrizes para que as nossas superintendências, vislumbrando que há uma possibilidade de o crime afetar interesse da União ou estar inserido em um contexto maior de criminalidade, instaurassem um inquérito para aprofundar essas possibilidades.

**Valor:** *A Advocacia-Geral da União (AGU) apontou que 20 municípios concentravam 85% das queimadas. A PF está investigando esses casos?*

**Freire:** Sim e possivelmente a gente vai instaurar até novos inquéritos. Com base nesse mapeamento, a gente criou polos dedicados a esse tipo investigação. Nós já tínhamos feito isso no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, quando eclodiram os incêndios no Pantanal e, agora que recebemos recursos extraordinários, a gente criou essas equipes exclusivas também no Acre, Rondônia, Amazonas e Pará. Se houver novos recursos, a gente deve criar também no Cerrado.

**Valor:** *Há um prazo de atuação para esses grupos?*

**Freire:** Inicialmente, até o final do ano. Havendo a necessidade de prorrogação, a gente vai pedir mais prazo. Mas nós queremos que haja celeridade nessas investigações, para que a gente possa chegar a esses criminosos.

**Valor:** *Esses inquéritos já resultaram em alguma prisão?*

**Freire:** Da Polícia Federal, não. Houve de outras polícias.

**Valor:** *Qual é principal linha de investigação sobre os incêndios?*

**Freire:** Eu não diria que há uma linha de investigação, há várias. Uma das possibilidades é a retaliação por essa retomada da pauta ambiental e das ações, tanto preventivas como repressivas, do atual governo. Exatamente os locais em que os incêndios têm mais intensidade, são os locais que compõem o arco do desmatamento. A insatisfação dessas pessoas que se dedicavam ao crime ambiental é notória.

**Valor:** *Há alguma outra?*

**Freire:** Outra linha é a possibilidade da utilização do fogo como uma forma de limpar áreas de vegetação nativa para um crime subsequente, que é o crime de grilagem, para depois explorar essa área economicamente. Essa, inclusive, já foi comprovada em uma das investigações, que gerou a deflagração de uma operação na sexta-feira passada, no Mato Grosso do Sul.


GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

"Legislação de crimes ambientais apresenta punições brandas"
*Humberto Freire*

**Valor:** *Mais alguma?*

**Freire:** O crime muitas vezes pode recorrer a essa tática, de espalhar o fogo, por vários municípios, para que haja o esgotamento das forças de segurança e de investigação e isso possa gerar caos e instabilidade no país.

**Valor:** *O incêndio em Brasília começou perto da Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência da República. Já foi possível avançar em relação a esse caso?*

**Freire:** O primeiro trabalho que a gente faz é definir se foi por ação humana ou se foi alguma ignição espontânea. A maioria das vezes é por ação humana. E uma vez constatado isso, a gente parte para identificar ou comprovar se foi culposo, ou se foi uma queimada que saiu do controle. Recentemente todas as unidades da federação proibiram o uso do fogo como uma ferramenta de manejo. Ou seja, há um recado claro de que nós estamos passando por uma situação mais intensa do ponto de vista climático. Então, no mínimo, pode se entender que o autor assumiu o risco de perder o controle.

**Valor:** *A PF arquivou o inquérito para investigar o Dia do Fogo, que ocorreu 2019. O que aconteceu?*

**Freire:** Uma das primeiras conversas que eu tive com os nossos superintendentes é que essas investigações precisam receber equipes dedicadas e empregar todas as técnicas de investigação possíveis para que efetivamente a gente identifique os autores desses crimes. A gente precisa que essas investigações caminhem de forma célere. No caso do Dia do Fogo, a PF até chegou a realizar buscas em um desses inquéritos, mas ao cabo da investigação não foi possível apresentar ações penais viáveis.

**Valor:** *E agora vai ser diferente?*

**Freire:** A diretriz é essa. Óbvio que nem todos os inquéritos trazem os elementos necessários para a gente avançar. Mas, na grande maioria dessas investigações, há o potencial de se chegar ao infrator.

**Valor:** *Quando isso vai ocorrer?*

**Freire:** A gente tem expectativa de ter novidades em breve.

**Valor:** *Deixar esses incêndios impunes não passa a sensação de que o crime compensa?*

**Freire:** Uma das grandes dificuldades que a gente enfrenta é que legislação em relação aos crimes ambientais apresenta punições brandas. Na Polícia Federal, a gente está discutindo uma proposta, e eu acredito que isso deve chegar ao Congresso em breve.

**Valor:** *Como será esse texto?*

Obviamente ninguém quer intensificar a pena para quem cometeu um incêndio culposo porque jogou uma bituca de cigarro no chão. Não é isso. A gente tem que graduar. Quem pratica um incêndio criminoso, com livre propósito de criar o caos, de devastar uma floresta de preservação, uma área indígena, por interesse econômico, precisa ser mais severamente punido.

**Valor:** *O Congresso precisa aprovar uma legislação mais dura?*

**Freire:** Esse é um componente importantíssimo. Sem uma legislação mais firme, a gente vai chegar em muitas encruzilhadas e não vai conseguir avançar mais.

**Valor:** *O que fazer enquanto isso não ocorre?*

**Freire:** A PF está tentando correlacionar esses crimes ambientais com outros que normalmente vêm a reboque: organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade documental, corrupção de agentes públicos. A diretriz é fazer investigações, que podem até durar um pouco mais de tempo, mas que vão atingir todos os elos. O principal elo que a gente quer atingir é o que suporta financeiramente esses organismos. Quando a gente atinge a logística, o financeiro, o comando dessas estruturas criminosas, a retomada da atividade criminosa é bem mais difícil.

**Valor:** *O governo não está falhando no combate aos incêndios?*

**Freire:** A gente não pode perder de vista que estamos em uma situação extraordinária. Às vezes reconstruir é mais difícil do que construir, porque você tem um entulho do que aconteceu antes, que precisa ser resolvido. O ano de 2023 foi muito desafiador, porque a gente tinha situações emergenciais a serem enfrentadas, com prioridade prioritária, desculpe a redundância. Um exemplo era a situação da Terra Indígena Yanomami. Só em relação a esse caso a PF fez 17 operações.

# Influenciadores digitais são desafio no combate a tráfico de animais

De Brasília

A Polícia Federal (PF) intensificou, nos últimos anos, o combate ao tráfico ilegal de animais silvestres. Até meados de setembro, mais de dez operações já foram deflagradas e o número de animais resgatados chegou a 733. O objetivo da corporação é bater a marca de 2023, quando foram contabilizados 1.448 resgates — o dobro do ano anterior (724).

O diagnóstico de delegados que atuam na área é que esse tipo de crime, assim como tantos outros, migrou para o mundo virtual. A venda de pássaros, répteis e macacos não acontece mais em feiras livres como antigamente. Os anúncios são feitos em sites e redes sociais.

Em junho, a PF conseguiu evitar a comercialização de um gato-mourisco, espécie em risco de extinção. O animal havia sido anunciado em um site por R$ 4,5 mil. "Eles ofereciam os animais pela internet e também se encarregavam de fazer o serviço de entrega. Era visível que o gato-mourisco não tinha os cuidados básicos mínimos. Ele estava extremamente debilitado e, depois que foi resgatado, alimentado da forma adequada, ele ganhou um outro viço", conta a delegada Paula Mary, que participou do resgate.

Em outra operação de destaque, a delegada lembra que, no ano passado, subiu um morro de uma comunidade no Rio para resgatar um filhote de onça-parda que estava sendo criado por um homem ligado ao tráfico de drogas. Ela diz que até hoje não ficou claro o motivo de manter o felino em cativeiro, se por uma questão de "status", como fazia o famoso narcotraficante colombiano Pablo Escobar com seus hipopótamos, ou se o animal era usado para outros fins.

Paula Mary aponta, porém, que é preciso desmistificar a ideia de que apenas criminosos se apropriam de animais silvestres, pois o mercado consumidor é muito mais vasto do que isso.

Um dos casos emblemáticos é o da apresentadora Nicole Bahls, que criava macaquinhos em sua casa. A apreensão dos animais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no início do ano passado, deu início a uma investigação que culminou em uma operação da PF deflagrada em março deste ano. A própria Nicole colaborou com as apurações, depois de reconhecer que havia cometido um erro. Três pessoas foram presas.

"Qual é a diferença de eu ter um gato, um cachorro, um macaco ou um filhote de onça em casa? A gente acabou, infelizmente, normalizando o uso da fauna silvestre com um produto a ser consumido. E o mercado consumidor se potencializou com o uso da internet", avalia a delegada.

Ela defende ainda que é preciso pensar alguma forma de responsabilizar também as plataformas digitais, porque essas empresas não apenas fomentam essa comercialização, como muitas vezes acabam auferindo lucro com esse tipo de crime, por meio da monetização de postagens que exibem animais silvestres.

O delegado Joziel Brito de Barros, chefe do Setor de Repressão aos Crimes contra a Flora, a Fauna e de Biopirataria da Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente, concorda com a avaliação. Segundo ele, hoje ter um animal "exótico" ou "fofinho" virou um símbolo de ostentação e muitos influenciadores costumam exibi-los em seus perfis nas redes sociais. "É uma cultura altamente perniciosa que naturaliza o crime e facilita a vida das organizações criminosas. Às vezes, as pessoas nem identificam que isso é crime", diz.



DIVULGAÇÃO

**Agente da Polícia Federal apreende caixotes com aves silvestres em operação contra o tráfico ilegal no Espírito Santo**

Ele afirma ainda que há um grande mercado consumidor em outros continentes, como na Europa e no Sudeste Asiático, onde uma arara-azul-de-lear pode chegar a custar cerca de US$ 6 mil. "Muitas vezes quem compra é o antigo colonizador, que ainda tem uma mentalidade de que a gente não consegue preservar a natureza. Então, eles acham que estão ajudando, quando, na verdade, estão incentivando o tráfico de animais."

Além disso, muitos animais são vendidos com o objetivo de alimentar a biopirataria. O veneno de aranhas e sapos, por exemplo, é uma substância considerada valiosa. No mercado negro, um grama de soro liofilizado de uma víbora brasileira é mais caro do que a mesma quantidade de cocaína.

Outra preocupação de quem atua na área é a sensação de impunidade, uma vez que as penas previstas para quem comete esse tipo de crime ambiental costumam ser brandas. "Ninguém trafica animal silvestre por hobby. Os animais são traficados porque eles geram lucros e lucros cada vez maiores. É uma atividade que, no geral, exige baixo investimento e de baixo risco, então há essa sensação de impunidade", explica Paula Mary.

Nos casos em que atua, ela tem procurado indiciar os suspeitos levando em conta o número de animais apreendidos, o que tem feito aumentar as punições para esse tipo de crime. "Eu gosto de fazer um paralelo: se você pega uma pessoa com um fuzil ou com dez fuzis, não tem diferença? Ninguém tem a menor dúvida de que alguém com dez fuzis é um criminoso mais perigoso do que uma pessoa com apenas um. Isso também vale para os animais."

Brito aponta ainda que, normalmente, esse tipo de criminoso não atua apenas no tráfico de animais e que, hoje em dia, os crimes ambientais também estão ligados a facções. "O peixe é vendido junto com a droga. A mala que leva a barbatana de tubarão também carrega cocaína. Coibir o tráfico de fauna, os maus tratos aos animais não é só proteger o meio ambiente, é proteger a sociedade de coisas muito piores."

Outro alerta importante feito pelos integrantes da PF é que as pessoas que compram esses animais também estão cometendo crimes. Independentemente da situação em que o bicho foi adquirido e de como está sendo criado, é possível falar em três deles: manter animal em cativeiro de forma ilegal, maus tratos e receptação. *(IP)*

# Gasto da Previdência tem queda e sugere estabilidade

**Contas públicas**

**Jéssica Sant'Ana**
De Brasília

A despesa com benefícios previdenciários apresentou uma pequena queda nominal pelo segundo mês consecutivo, após uma sequência de altas registradas desde o início do ano. Na avaliação do INSS, Alessandro Stefanutto, os números demonstram uma tendência de estabilidade do gasto.

De acordo com os dados do INSS antecipados ao **Valor**, os créditos emitidos para pagamentos de benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RPGS) somaram R$ 67,91 bilhões em setembro, contra R$ 67,95 bilhões em agosto. Em julho, por sua vez, o gasto foi de R$ 68,3 bilhões.

"O mais importante nesses dados é a estabilidade do gasto. Claro que com a revisão [dos benefícios] e com todo o trabalho que está sendo feito, conseguimos até uma redução nominal, mas já são dois meses de estabilidade no valor do gasto, independentemente se concede mais ou menos benefício", disse Stefanutto.

Ele reconhece que ainda é necessário aguardar o dado de outubro para começar a falar em tendência, mas diz que o prognóstico é bom. Na sua avaliação, o gasto ainda pode ficar estabilizado em outubro e novembro, para depois voltar a ter apenas o crescimento vegetativo (natural, já esperado, devido aos novos pedidos de aposentadoria, pensões e demais benefícios).

O presidente do INSS afirma que esse controle da despesa é reflexo, principalmente, do trabalho de revisão dos benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), um processo que começou em meados de julho e segue até o fim do ano, com a previsão de revisar até 800 mil auxílios, principalmente aqueles que estavam sendo pagos a mais tempo. Como o auxílio-doença é um benefício temporário e houve prorrogação automática no passado, muitos segurados podem estar recebendo irregularmente, porque já recuperam suas condições de trabalho, mas não informaram ao INSS. Há, ainda, os casos de fraudes.

"A revisão está sendo feita em um conjunto de benefícios que têm maior risco [de o pagamento ser indevido]. E o trabalho está confirmando que nós acertamos na escolha, mais ou menos 60% dos benefícios estão sendo cessados", conta Stefanutto.

Ainda de acordo com a avaliação do presidente do INSS, a greve dos servidores não contribuiu para a redução do gasto, porque a adesão não chegou a 10%. Além disso, o programa que prevê o pagamento de um bônus por produtividade aos servidores que trabalham na análise de requerimentos para diminuir a fila ajudou a compensar eventual impacto da greve.

Ele também explica que a fila voltou a aumentar em agosto, mas devido ao fato de o mês ter registrado 1,4 milhão de novos requerimentos de aposentadorias, pensões e demais benefícios pagos pelo INSS. É um número recorde, disse. O instituto já vinha trabalhando com uma média de 1 milhão de novos requerimentos mensais.

A despesa esperada para o ano com benefícios previdenciários é apontada como subestimada por economistas. No último relatório bimestral de avaliação do Orçamento, o governo previu gastar R$ 931 bilhões com Previdência neste ano, número que inclui sentenças judiciais e Comprev — uma compensação entre o RGPS e regimes próprios de aposentadoria dos servidores .

**Ambiente** Inclusão da questão da assimetria de impactos das alterações no clima do planeta foi contribuição da presidência brasileira no G20

# Grupo busca consenso sobre efeito desigual da mudança climática




**Lucianne Carneiro**
Do Rio

Em momento de intensificação dos debates sobre o aquecimento global, a coordenadora do Grupo de Trabalho Economia Global (FWG, na sigla em inglês) do G20, Julia Braga, disse estar otimista com as chances de aprovação de um texto de consenso sobre os impactos desiguais das mudanças climáticas entre os países.

Braga, que é subsecretária de acompanhamento macroeconômico e políticas comerciais do Ministério da Fazenda, informou que a nota "Impactos Distributivos e Macroeconômicos das Mudanças Climáticas e das Políticas de Transição" está em negociação por representantes das 19 economias do G20 mais União Europeia e União Africana e traz avanços em sugestões de mecanismos para proteger as economias mais vulneráveis.

"A gente está otimista que vai conseguir chegar a um texto consensual, com avanços nessa questão distributiva", disse, após participar da quarta e última reunião do grupo de trabalho, em um hotel na zona oeste do Rio.

Braga explicou que a inclusão da questão da assimetria de impactos das mudanças climáticas foi uma contribuição da presidência brasileira no G20. Até agora, ponderou, as discussões eram restritas às consequências macroeconômicas das mudanças climáticas, em pontos como preços de alimentos e de energia, e impacto na inflação, além de aspectos como desemprego, e políticas monetária e fiscal.

"Entende-se que, embora as mudanças climáticas afetem a humanidade inteira, acabam tendo impactos mais intensos em alguns grupos e países que não podem e não têm condição de lidar e absorver esses impactos", afirmou.

Sem dar detalhes sobre os pontos que ainda precisam de ajustes a pedido dos países, a coordenadora do grupo de trabalho disse que há avaliação compartilhada da importância dos aspectos da distribuição dos impactos, mas que permanece o contraponto entre o papel "muito mais significativo" dos países avançados em emissões de carbono que o dos países em desenvolvimento e a disputa sobre quem vai pagar pelas medidas necessárias no processo de transição.

Confiante no avanço das negociações, a coordenadora do Grupo de Trabalho Economia Global acredita que será possível resolver os impasses até a reunião ministerial da trilha de finanças, marcada para outubro, em Washington, para que o texto seja aprovado pelos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais.

Caso a expectativa de aprovação seja confirmada, este será o segundo texto de consenso do Grupo de Trabalho Economia Global, que fechou em julho uma nota sobre desigualdade, com sugestões de políticas para facilitar o combate e enfrentar diretamente o problema.

> "A gente está otimista que vai conseguir chegar a um texto consensual"
> *Julia Braga*

LUIZ CLAUDIO SOBREIRA/MINISTÉRIO DA FAZENDA




**Marcelo Aragão e Julia Braga: otimismo quanto à possibilidade de resolver pendências da trilha de finanças**

É a primeira vez que o tema é incluído nas discussões do grupo, classificado pelo chefe do Departamento de Relações Internacionais do Banco Central, Marcelo Aragão, como "a espinha dorsal" do G20, criado inicialmente para reunir ministros de finanças e autoridades monetárias.

Ele afirmou que as conversas dessa quarta reunião do Grupo de Trabalho confirmaram o cenário para a economia global traçado pelo BC e usado como base para a alta de juros da semana passada. Isso significa, segundo ele, que não houve necessidade de ajuste no Relatório de Inflação que será divulgado nesta quinta-feira (26).

"A visão construída, que foi usada pelo board, pela diretoria, para tomar a decisão, é uma visão. [...] A visão que a equipe construiria hoje seria exatamente a mesma", disse Aragão, após os dois dias de debates do grupo de trabalho.

Segundo ele, os encontros desse grupo ajudam a validar e refinar os cenários sobre a economia global e as políticas monetária e fiscal. E a boa notícia é que houve uma coincidência do cenário da autoridade monetária brasileira com o dos demais representantes dos países que compõem o G20, além de União Europeia e União Africana.

"O que a gente ouviu coincide com o cenário de como era o 'mindset' no momento da decisão [de alta de juros]. Como enxergava o mundo. Não houve nenhuma necessidade de correção do material [do Relatório da Inflação] que será divulgado nesta quinta-feira", apontou.



# Brasil é parceiro em feira de tecnologia na Alemanha

**Tatiana Schnoor**
De São Paulo

O Brasil é o primeiro país da América do Sul a ser escolhido como principal parceiro de negócios da maior feira de tecnologia industrial do mundo, a Hannover Messe, na edição de 2026, na Alemanha. Os governos do Brasil e da Alemanha oficializaram o acordo na 40ª edição do Encontro Econômico Brasil-Alemanha, na cidade de Wolfsburg na segunda-feira (23).

"Esse convite vai nos ajudar a ampliar as relações comerciais com a União Europeia, em especial com a Alemanha, dentro do contexto da nova indústria baseada na sustentabilidade. A nossa balança comercial com ambos é deficitária atualmente", disse Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Viana destacou que o fluxo de comércio com a Alemanha era de US$ 21 bilhões, em 2013. Dez anos depois está em US$ 18 bilhões. "Caiu e piorou também a qualidade do que é exportado, porque 20% disso é petróleo. Nós queremos mexer nesse número e um caminho importante para isso é participando ativamente de eventos como esse que está focado em transformação industrial por meio da transição energética", disse.

A visão da indústria brasileira baseada em inovação, sustentabilidade e economia circular não está consolidada no exterior. "Por isso, acho que será uma oportunidade de surpreender positivamente", disse Viana. Ele afirmou que o Brasil não quer ser só fornecedor de produtos básicos. "Que a gente seja uma plataforma de processamento de minerais estratégicos, por exemplo, para essa nova indústria e, ao mesmo tempo, sediar novas plantas no Brasil. Esse é o propósito. É possível produzir aqui a partir de uma matriz energética limpa e se engajar com as cadeias produtivas da Alemanha."

Para as indústrias alemãs, a participação do Brasil é uma oportunidade para encontrar novos parceiros de negócios e diversificar seus fornecedores. "Isso torna o Brasil interessante em 2026. Nos últimos anos, a China dominou os mercados produtivos. Agora temos o movimento de 'reshoring' [retorno das indústrias para o seu país de origem]. Por isso, muitas empresas alemãs estarão buscando novos negócios", afirmou Jochen Köckler, presidente do conselho administrativo da Deutsche Messe AG, empresa que gerencia a Hannover Messe.

Segundo Köckler, o compromisso assumido pelo Brasil nas agendas internacionais de mudanças climáticas e transição energética, como a COP20, foi fundamental para escolher o país como parceiro no tradicional evento que reúne empresários industriais e políticos há 77 anos.

Na edição de 2024, a Hannover Messe reuniu mais de 4 mil expositores e 300 start-ups que apresentaram soluções e tendências tecnológicas relacionadas à digitalização, automação e eletrificação da indústria — tendo a inteligência artificial como ponto de conexão.

A agência pretende levar ao evento na Alemanha mais de cem empresas brasileiras de base tecnológica, ligadas à bioeconomia e sustentabilidade. "Vamos começar uma triagem para selecionar companhias que tenham essa pegada de energias renováveis, que é algo que o mercado alemão demanda muito e que o Brasil tem condição de oferecer", ressaltou Ana Paula Repezza, diretora de negócios da ApexBrasil.

# Amazon e mais cinco vão comprar crédito da Amazônia

Agência O Globo

A Amazon e outras cinco empresas concordaram em comprar créditos de compensação de carbono que apoiarão a conservação da floresta amazônica no Pará, em um negócio avaliado em cerca de US 180 milhões.

A compra será feita por meio da iniciativa de conservação florestal da Coalizão LEAF, que a gigante do e-commerce ajudou a fundar em 2021 junto com um grupo de empresas e governos, entre os quais Estados Unidos e Reino Unido.

Segundo reportagem da Reuters, este é o primeiro acordo da LEAF na Amazônia, que é vital para conter as mudanças climáticas devido à enorme quantidade de gases de efeito estufa que suas árvores absorvem.

O governador do Pará, Helder Barbalho, anunciou que serão comercializados 12 milhões de toneladas a US$ 15 por tonelada, o equivalente a R$ 1 bilhão em uma única venda.

Do total comercializado, a Amazon, a Bayer, as consultorias BCG e Capgemini, a varejista de roupas H&M e a Fundação Walmart comprarão coletivamente 5 milhões de créditos a US$ 15 por crédito, valor que está muito acima da média da semana passada, de US 4,49, para créditos de carbono.

Os outros 7 milhões de créditos serão disponibilizados para outras empresas comprarem, diz a Reuters. Os governos dos EUA, do Reino Unido e da Noruega garantiram uma parte desses créditos e os comprarão se as empresas não o fizerem.

INÊS 249



**Eleições** Propostas incluem veto à participação de Marçal, reforço na segurança e regras mais rígidas

# Candidatos tentam eliminar violência em debates




**Cristiane Agostine e Lucas Ferraz**
De São Paulo

Com uma nova agressão em um debate entre os postulantes à Prefeitura de São Paulo, e com mais três eventos do gênero previstos na cidade até o primeiro turno, em 6 de outubro, os principais candidatos defendem medidas distintas para tentar amenizar o clima belicoso. Entre as propostas, estão o reforço na segurança, regras mais rígidas nos debates e o veto à participação do candidato do PRTB, Pablo Marçal, protagonista das polêmicas na disputa paulistana.

O episódio mais violento até o momento — que se junta a uma série de acusações, mentiras, ameaças e cadeirada — foi registrado na noite de segunda (23) no debate do Grupo Flow. O cinegrafista Nahuel Medina, da campanha de Marçal, provocou e deu um soco no rosto do marqueteiro Duda Lima, da campanha do prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), no fim do debate. Momentos antes, Marçal havia sido expulso por descumprir as regras e atacar verbalmente o prefeito.

Os assessores de Marçal e Nunes não seguiram regras que proibiam gravações nos celulares e determinavam que os presentes ficassem sentados. Pessoas que estavam no local relataram que seguranças dos candidatos portavam armas, um sinal de como a violência poderia ter saído do controle. A imprensa não teve acesso à sala e assistia ao debate de outro andar.

A campanha de Nunes tratou o ataque como um caso premeditado. Conforme relato feito ao **Valor** por três pessoas que estavam no estúdio na hora da agressão, o soco aconteceu segundos depois do momento em que Lima coloca a mão no telefone de Medina, e não como uma reação instantânea.

Para testemunhas e observadores da disputa eleitoral, que pedem reserva em seus nomes, o soco desferido pelo assessor foi pensado para "causar" em um cenário em que Marçal sairia do debate apagado e ainda expulso. A confusão final foi uma atitude de "doido" — já defendida por Marçal em suas mentorias — para que ele não passasse despercebido.

"Estamos diante de um cara doente, que tem psicopatia. Ele usa de todos os artifícios para fazer as agressões. Vocês não veem, ele fica o tempo inteiro provocando, usa a provocação para tirar as pessoas do sério", afirmou Nunes nessa terça (24), ressaltando que, ao deixar o púlpito do debate após ser expulso, Marçal fez um sinal com a cabeça para o desfecho da agressão.

Ele completou: "Aquilo é tudo articulado para fazer corte e colocar na rede social. Ele não tem proposta, não conhece a cidade. O que pode fazer com uma pessoa dessa? É ter cautela, com ele e a tropa dele que é agressiva. Tomar cuidado no próximo debate para ninguém ser agredido".

Logo depois do debate, Marçal declarou que seu assessor reagiu a uma agressão de Duda Lima, mas não há evidência ou prova de que isso tenha ocorrido. Na terça-feira, o candidato descartou o afastamento do cinegrafista.

A equipe do prefeito pede um reforço na segurança nos próximos debates — na TV Record, no sábado (28), na "Folha de S.Paulo", na segunda-feira (30), e na TV Globo, na quinta, 3 de outubro. No entanto, ela descarta pedir o boicote a Marçal, dizendo que a responsabilidade pelo debate é dos veículos que os organizam.

O clima entre Marçal e Nunes já era belicoso antes do debate: o candidato do PRTB provocou o prefeito e disse que ele será preso por supostas irregularidades envolvendo dinheiro das creches municipais e contratos de ônibus. Aos gritos, Marçal chamou Nunes de "tchutchuca do PCC" e o prefeito revidou chamando-o de "condenadozinho", referência à prisão por participar de um esquema de fraude bancária.

A campanha de Guilherme Boulos (Psol) também falou em reforço na segurança, respeito às regras e mais organização. "Sempre que teve falha na organização, houve problemas", comentou o coordenador da campanha de Boulos, Josué Rocha.

Tabata Amaral (PSB) defendeu que Marçal não participe dos próximos debates. "Chamo a atenção para a responsabilidade dos veículos de imprensa: é necessário avaliar os motivos que levam a convidar um candidato que não debate propostas, participa com a intenção de tumultuar e cujos requisitos legais não tornam a sua participação obrigatória", afirmou. "A confusão que ele causa é um método que só o favorece", disse, na mesma nota.

Pela legislação eleitoral, debates no rádio e na TV devem chamar candidatos de partidos com pelo menos cinco deputados federais — o PRTB não tem representação na Câmara. Os veículos de comunicação têm justificado o convite a Marçal por conta de sua pontuação nas pesquisas, entre os três primeiros colocados.

# Nunes, Boulos e Marçal seguem em empate técnico, indica Quaest

**Lilian Venturini e Cristiane Agostine**
De São Paulo

A disputa pela Prefeitura de São Paulo segue com três candidatos empatados tecnicamente em primeiro, de acordo com pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (24). O prefeito Ricardo Nunes (MDB) está numericamente à frente com 25%, seguido por Guilherme Boulos (Psol), com 23%, e Pablo Marçal (PRTB), com 20%.

Em relação ao levantamento anterior, de quarta-feira (18), Nunes oscilou um ponto para cima. Boulos repetiu os 23% e Marçal, os 20%. O apresentador José Luiz Datena (PSDB), que chegou a 10%, dias após o debate em que deu uma cadeirada em Marçal, caiu para 6%. A deputada Tabata Amaral (PSB) oscilou de 7% para 8%.

Marina Helena (Novo) manteve os 2%. Não atingiram 1% ou não pontuaram Bebeto Haddad (DC), João Pimenta (PCO), Ricardo Senese (UP), Altino Prazeres (PSTU). Os indecisos continuam 7%. Declararam que não vão votar, vão votar em branco ou anular 9%, ante 7% há uma semana.

A nova rodada da pesquisa foi feita após a campanha de Marçal ensaiar uma mudança de postura do candidato, que desde o início optou pelo tom belicoso em entrevistas e debates. No evento promovido pelo SBT/Terra, Marçal foi mais contido e disse que dali em diante teria uma "postura de governante". A mudança foi interpretada como uma tentativa de aceno ao eleitorado feminino, que sinalizou rejeitar o comportamento do influenciador.

Na segunda-feira à noite, no entanto, ele retomou os ataques, em especial contra Nunes, com quem disputa o voto do eleitorado bolsonarista. A pesquisa foi a campo até segunda-feira, mas antes do debate do Flow, em que Marçal foi expulso nos segundos finais do evento e um de seus assessores agrediu com um soco o publicitário de Nunes, Duda Lima.

Embora não seja o mais rejeitado pelo eleitor (Datena lidera, com 68%), Marçal é quem registrou a maior variação nesse campo desde 28 de agosto — de 35% para 50%. Ele empata com Boulos, que há três semanas tinha 45%. Rejeitam votar em Nunes 48%.

A Quaest entrevistou 1.200 eleitores entre sábado e segunda-feira. A margem de erro é de 3 pontos percentuais. A pesquisa foi encomendada pela TV Globo e está registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo SP-06330/2024.

O instituto perguntou a avaliação dos eleitores sobre os debates realizados até agora. Para 81%, os eventos são de "baixo nível". Apenas 7% pensam o contrário e para 4% não é "alto nem baixo". Para 19% quem se saiu melhor foi Marçal, seguido por Nunes (17%) e Boulos (13%). Segundo o instituto, a maioria dos entrevistados (51%) disse que os debates não influenciam o voto.

De uma semana para cá, aumentou de 54% para 61% o percentual de eleitores convictos da escolha feita para assumir a prefeitura em 2025. Os mais decididos estão com Boulos e Marçal, ambos com 71%. No caso de Nunes, esse universo representa 57%.

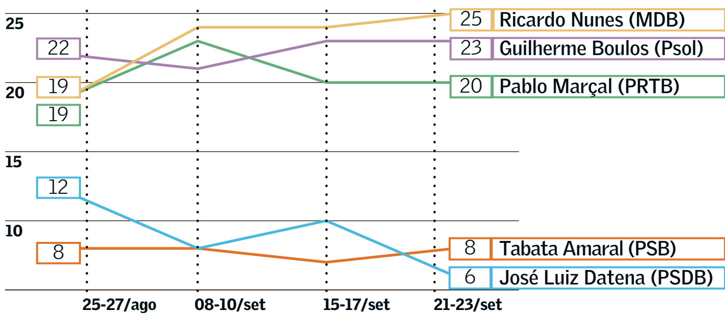
O prefeito, que tem o maior tempo de propaganda eleitoral, reforçou nos últimos dias compromissos com lideranças religiosas e em igrejas evangélicas. Paralelamente, Nunes também segue apostando no vínculo com Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu principal cabo eleitoral. Em evento com partidos aliados nessa semana, Nunes exaltou a "lealdade" do governador paulista e as parcerias de sua gestão com o Estado. Ele não citou Jair Bolsonaro (PL). Depois que Nunes se distanciou de Marçal nas pesquisas, o ex-presidente gravou vídeos em apoio ao prefeito, mas ainda não veio à capital paulista para participar pessoalmente da campanha — ao contrário de Tarcísio, que sai em agendas de corpo a corpo nas ruas.

Já Boulos ainda espera por uma presença mais ativa do seu principal apoiador, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente cancelou a participação em agendas previstas para este fim de semana, o que frustrou a equipe do deputado do Psol e de outros candidatos na região metropolitana da capital.

Boulos conta com Lula para conquistar os votos na periferia, que têm sido atraídos por Nunes. A campanha do Psol justificou o cancelamento por "problemas de agenda" do presidente. Desde o início oficial da campanha, em 16 de agosto, Lula só veio uma vez a São Paulo.

A Quaest testou três cenários de segundo turno. O prefeito seria reeleito com 49% (eram 46% há uma semana) ante 32% de Boulos, que tinha 35%. Os votos nulos e em branco somam 15% e os indecisos, 4%. Com Marçal, Nunes amplia a vantagem e venceria com 52% (eram 47%) contra 25% do influenciador (eram 27%). O influenciador também perde para Boulos, que seria eleito com 41% (eram 42%) ante 36% do adversário. Os votos em branco e nulos chegam a 19%, e os indecisos, 4%.

**São Paulo**
Pesquisa Quaest de intenção de votos - em %




| | 25-27/ago | 08-10/set | 15-17/set | 21-23/set |
|---|---|---|---|---|
| Marina Helena (Novo) | 3 | 2 | 2 | **2** |
| Bebeto Haddad (DC) | 2 | 1 | 0 | **0** |
| João Pimenta (PCO) | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Ricardo Senese (UP) | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Altino (PSTU) | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Indecisos | 8 | 5 | 7 | **7** |
| Em branco/nulo/não vai votar | 7 | 8 | 7 | **9** |

Fonte: Quaest e TV Globo. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. Entrevistas: 1.204 (20-21/8) e 1.200 (8-10/9, 15-17/9, 21-23/9) Registros no TSE: SP-08379/2024 (25-27/ago), SP-09089/2024 (8-10/9), SP-00281/2024 (15-17/9) e SP-06330/2024 (21-23/9)

# Banco de dados traz indicadores das cidades do país para auxiliar eleitor

**Lucianne Carneiro**
Do Rio

De olho nas eleições municipais, o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds) organizou um amplo banco de dados, com 65 indicadores em seis áreas (educação; habitação e saneamento; pobreza; saúde; segurança; e trabalho e renda). A ideia é que os eleitores conheçam as carências e dificuldades de suas cidades e possam tomar decisões com a ajuda desses dados, afirma o economista Paulo Tafner, diretor-presidente do instituto e fundador, ao lado do ex-presidente do Banco Central (BC) Arminio Fraga.

Os números apontam mais uma vez as desigualdades no país em diferentes campos. O conjunto de indicadores selecionados contempla temas que são de responsabilidade exclusivamente municipal, como alfabetização; outros em que a responsabilidade é compartilhada, em geral entre município e Estado; além de áreas em que a responsabilidade não é do município, mas que ganharam destaque no atual ciclo eleitoral, como é o caso da segurança pública.

"Mesmo quando não há essa competência municipal, são questões que têm um impacto muito grande na vida do cidadão, que ocorre no município", afirma Tafner, economista especializado em previdência que nos últimos anos se voltou para o estudo da mobilidade social.

Tafner diz que o objetivo é dar mais informações na hora de as pessoas votarem. "Isso vai fazer a cabeça do cidadão?", questiona ele, que reconhece as limitações. "Não vai. Política é paixão, ideologia... Mas tem uma parte da população que não tem nem paixão nem ideologia claramente definida. A pessoa olha para a realidade e vê se está boa ou não", nota.

No tema educação, pelo menos um quinto dos jovens entre 19 e 24 anos de 13 das 27 capitais brasileiras não concluiu a educação básica, que considera os ensinos fundamental e médio, segundo dados de 2023. Na média das capitais, esse percentual é de 20%. Curitiba (PR) é a capital com a menor parcela de jovens nesta situação (11%), seguida por Palmas (TO, com 11,9%) e São Luís (11,9%).

Oito capitais brasileiras tinham, em 2022, menos de metade da população com acesso adequado ao saneamento. Em Macapá (AP), menos de uma a cada dez pessoas (8,1%) tinha saneamento adequado, enquanto em Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR) há universalidade no serviço.

"Temos mais de 5 mil municípios, alguns grandes, muitos pequenos. A gente encontrou resultados que mostram muitas disparidades, mesmo quando se olha apenas para as capitais. No caso de saneamento, quando se caminha para Norte e Nordeste, a situação é devastadora", diz o economista.

Na média das capitais, 1,9% da população estão na faixa de extrema pobreza. A proporção varia entre os 0,5% de Goiânia (GO) e os 4,6% em Porto Velho (RO), o que corresponde a nove vezes mais.

No contexto da saúde, um dos principais indicadores é o de mortalidade infantil, que aponta o número de mortes a cada 1 mil nascidos vivos. A média é de 12,6 no Brasil, mas chega a 18,8 em Macapá (AP); 17,5 em São Luís (MA) e 17,2 em Salvador (BA). "Isso é gravíssimo. São crianças morrendo que poderiam mais à frente entrar na força de trabalho e produzir riqueza para o país", reforça Tafner, ao lembrar do processo de envelhecimento da população brasileira.

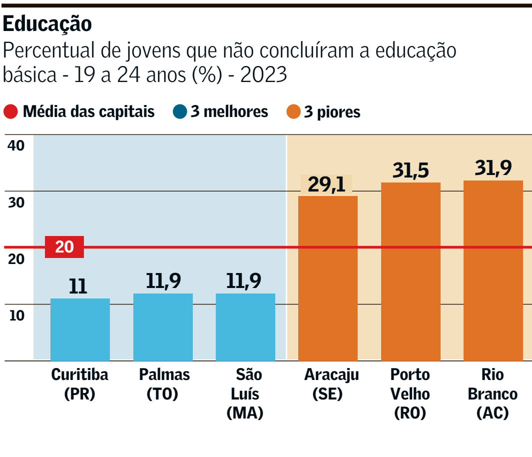
A capital do Amapá também lidera o ranking daquelas com maior nível de homicídios por armas de fogo. Se na média das capitais brasileiras o número era de 19,8 a cada 100 mil habitantes em 2021, é mais do que o dobro disso em Macapá (44 a cada 100 mil).

A ferramenta de consulta está disponível no site do Imds, com informações para os mais de 5 mil municípios brasileiros — com poucas exceções — e série histórica a partir de 2012. É possível construir comparações entre cidades e entre indicadores.

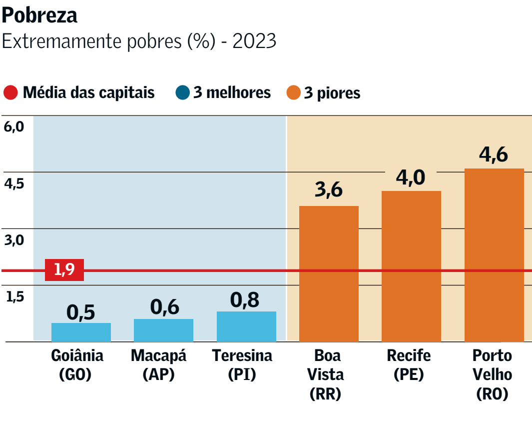
Para cada cidade, há uma tela de panorama, com os melhores e piores desempenhos em cada uma das seis áreas avaliadas pelo Imds. Além disso, há um gráfico de dispersão, para avaliar a relação entre determinados indicadores.

**Panorama das capitais**
Indicadores mostram retrato em diferentes áreas

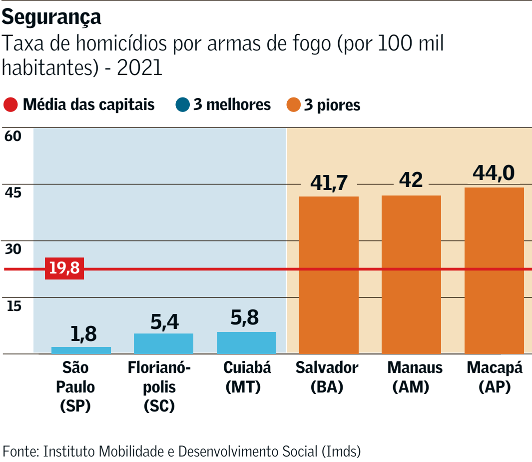
**Educação**
Percentual de jovens que não concluíram a educação básica - 19 a 24 anos (%) - 2023



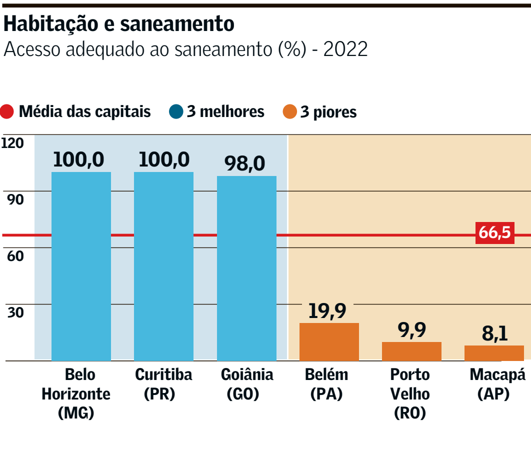

**Pobreza**
Extremamente pobres (%) - 2023



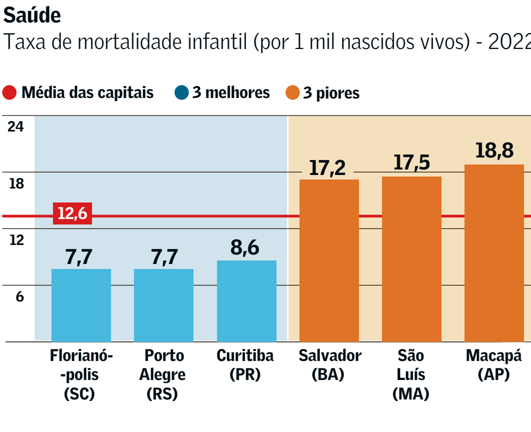

**Segurança**
Taxa de homicídios por armas de fogo (por 100 mil habitantes) - 2021



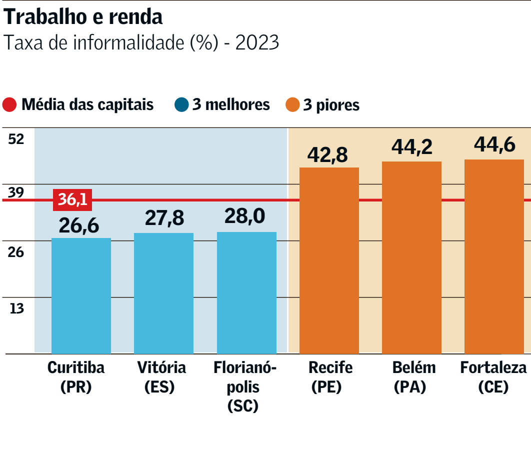

**Habitação e saneamento**
Acesso adequado ao saneamento (%) - 2022




**Saúde**
Taxa de mortalidade infantil (por 1 mil nascidos vivos) - 2022




**Trabalho e renda**
Taxa de informalidade (%) - 2023




Fonte: Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds)

INÊS 249



**Eleições** Candidato do Psol em São Paulo foi o último a ser sabatinado pelo 'Valor', 'O Globo' e rádio CBN

# Boulos nega preferir Marçal em 2º turno e defende medida que onera Previdência




**Mariana Ribeiro**
De São Paulo

Último candidato à Prefeitura de São Paulo a ser sabatinado pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, Guilherme Boulos (Psol) negou que prefira ir para o segundo turno com Pablo Marçal, candidato pelo PRTB, por ter mais chance de derrotá-lo do que ao prefeito Ricardo Nunes (MDB), de acordo com pesquisas. "Ninguém escolhe adversário", disse ele. "O que eu vou enfrentar no segundo turno é o bolsonarismo, pelo menos é o que todas as pesquisas apontam, seja o bolsonarismo do Nunes, que é aquele que 'come de garfo e faca', que tenta se vender como civilizado, ou o do Marçal, que nem faz o esforço de se vender como civilizado, que é o da pancadaria."

Boulos defendeu sua proposta de, se eleito, revogar a contribuição de 14% dos servidores aposentados e disse que a medida cabe no orçamento do município. Segundo ele, a ação custaria R$ 728 milhões por ano. Questionado sobre se isso não passaria uma mensagem de descompromisso com as contas públicas, Boulos discordou. "Estou dizendo de onde vai sair cada real do meu governo, dos meus planos. Se isso não é responsabilidade fiscal eu não sei o que é."

O candidato afirmou que seu plano demanda R$ 51 bilhões em quatro anos. Desse total, R$ 41 bilhões viriam de recursos próprios do município e outros R$ 10 bilhões viriam via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), operações de crédito e recuperação da dívida ativa. De acordo com ele, é possível recuperar cerca de R$ 1,5 bilhão anualmente da dívida ativa.

Ele iniciou sua participação na sabatina comentando o episódio de violência durante o debate promovido pelo Grupo Flow, na segunda-feira (23), quando um assessor do influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) deu um soco no rosto do marqueteiro de Nunes, Duda Lima. Boulos afirmou que a participação de Marçal nesta eleição tem sido um "absurdo" e que isso não começou no debate.

"A provocação tem sido ostensiva, com mentiras, ataques baixos", disse Boulos. "Esse é o método da extrema direita, o método que a gente viu o bolsonarismo atuar. Estamos vendo isso no mundo todo", acrescentou. Momentos antes da agressão física, Marçal havia sido expulso do debate, no último bloco, por ter desrespeitado as regras e atacado verbalmente o prefeito. Questionado sobre a possibilidade de as campanhas pressionarem as emissoras a excluírem o influenciador dos próximos debates, Boulos disse que, até onde sabe, a conversa não foi adiante.

O candidato destacou que seu desafio nesta eleição é combater "as duas faces do bolsonarismo", que, para ele, se manifestam tanto na figura de Marçal quanto de Nunes. "Me preocupa muito porque a gente tem dois candidatos bolsonaristas, cada um a seu modo, o Marçal no estilo mais histriônico, mas Nunes também ao seu modo, com muitas mentiras e flertando com as mesmas narrativas falsas de ataque rebaixado."

Questionado sobre o seu índice de rejeição, Boulos disse considerar normal que o nível seja alto em uma eleição polarizada. Segundo o Datafolha mais recente, divulgado no dia 19, Nunes tem 27% das intenções de voto e está tecnicamente empatado apenas com Boulos, que aparece com 26%. Marçal está em terceiro, com 19%. Já a Quaest, divulgada nesta terça-feira (24), mostra os três candidatos ainda em empate técnico. Nunes aparece com 25%, Boulos com 23% e Marçal com 20%.

Em relação à rejeição, a pesquisa Datafolha mostra que o candidato do Psol é rejeitado por 38% dos entrevistados, ficando atrás apenas de Marçal, com 47%. Nunes, por sua vez, aparece com 21%. Já na Quaest, Marçal e Boulos são rejeitados por 50% e Nunes por 39%.

> "O que eu vou enfrentar no segundo turno é o bolsonarismo, seja o de Nunes ou o de Marçal"

Indagado sobre a estratégia que vem sendo construída ao longo de sua campanha, de mostrar uma imagem mais moderada e "paz e amor" do candidato, Boulos afirmou não se tratar de mostrar algo que ele não é, mas de saber diferenciar os diferentes papéis que exerce. "Como liderança do movimento social, eu tinha um papel de defender as pessoas que não tinha sido vistas. É lógico que isso gera mais contundência, um discurso mais combativo", disse Boulos.

"Quando que virei deputado federal, muita gente esperava que eu ia ficar fazendo bate boca de internet com os bolsonaristas. E fui um deputado propositivo, aprovei projetos com votos de partidos que não tem nada a ver com o meu." O papel de prefeito de São Paulo, por sua vez, exige capacidade de diálogo com a cidade toda, acrescentou.

O candidato do Psol disse ter segurança de que, na reta final da disputa, vai ganhar votos e aumentar sua representatividade na periferia de São Paulo. "Esse eleitor tende a decidir mais na última hora, ele tem menos tempo para acompanhar os debates e se conecta com esses temas mais no final da campanha."

Boulos afirmou que pretende entregar já no primeiro ano do seu governo unidades do Poupatempo da Saúde, modelo proposto pelo candidato para ampliar a oferta de exames e de consultas com especialistas. A ideia é que 16 equipamentos sejam inaugurados, em diferentes regiões da cidade. Haverá parceria com o governo federal para contratação de especialistas. Para ele, uma solução que envolva contratações na rede privada para reduzir as filas por exame, como proposto no Corujão da Saúde, não funcionaria como uma solução permanente.

Em relação à Cracolândia, Boulos afirmou que vai buscar atuar em conjunto com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. "Critico a atuação policial excessiva. Agora, na Cracolândia, para lidar com o problema do tráfico, essa é uma questão de polícia."

Ele defendeu um plano que inclua diferentes medidas, como atuação na segurança, identificação de laboratórios clandestinos e centros de armazenamento. Além disso, o candidato quer adotar o modelo de Centros de Atenção Psicossocial (Capes) móveis e medidas de intervenção social, com ações, por exemplo, para geração de empregos para pessoas egressas do sistema prisional e que vivem nesses territórios.

Durante a sabatina, Boulos frisou que seu plano de governo não será focado apenas nas populações mais vulneráveis, mas em toda a cidade. "Tenho dito em encontros que vou com empresários que combater a desigualdade, diminuir o abismo social que existe em São Paulo e criar uma cidade mais segura é bom para todo mundo."

Boulos foi questionado sobre o fato de o vereador Senival Moura (PT), seu aliado, estar sendo investigado no caso de uma das empresas de ônibus suspeitas de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC). O candidato afirmou que "vai passar o pente-fino em contratos, doa a quem doer".

Em relação à perspectiva de apoio da Câmara de Vereadores, caso seja eleito, Boulos disse esperar que o campo progressista encerre essas eleições com algo entre 22 e 24 representantes. Hoje, são 18. "De toda forma, isso não faz maioria e é lógico que eu vou dialogar com os outros."

O deputado é o último candidato a ser sabatinado. Na semana passada foram entrevistados o prefeito Ricardo Nunes (MDB), o apresentador José Luiz Datena (PSDB) e a deputada Tabata Amaral (PSB). Na segunda-feira (23), foi a vez de Marçal.

A ordem das sabatinas foi definida por sorteio, mas as datas precisaram sofrer ajustes por conta da agenda de debates. Foram chamados os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Todas as entrevistas tiveram início às 10h30, duração aproximada de uma hora, e transmissão ao vivo pelos canais dos três veículos.

EDILSON DANTAS/O GLOBO




**Boulos: "A provocação tem sido ostensiva, com mentiras, ataques baixos. Esse é o método de a extrema direita atuar. Estamos vendo isso no mundo todo"**

**valor.com.br**
Veja o que é #Fato ou #Fake no site https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/24/veja-o-que-e-fato-ou-fake-na-sabatina-de-guilherme-boulos-para-valor-o-globo-extra-e-cbn.ghtml

## Paes nega relação com Brazão e diz não poder colocar 'mão no fogo' por todos

**Camila Zarur**
Do Rio

O prefeito do Rio e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), negou ontem que tenha relação com a família Brazão, cujos irmãos, Domingos e Chiquinho, estão presos acusados de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol), em 2018. Em sabatina do "RJTV", da TV Globo, Paes foi questionado sobre ter nomeado Chiquinho como secretário de Ação Comunitária, cargo que ocupou até o começo deste ano.

Chiquinho é deputado federal e foi preso pela Polícia Federal em março, junto com Domingos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio. De outubro do ano passado até fevereiro, o parlamentar comandou a pasta municipal.

Na sabatina, Paes afirmou que demitiu o então aliado ao saber de suspeitas do envolvimento de Chiquinho no assassinato da vereadora. A família Brazão era citada nos inquéritos desde 2019 e a suposta ligação com o crime ganhou força em outubro, quando o caso foi levado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) depois de Domingos ser mencionado por um dos assassinos, o ex-policial militar Ronnie Lessa, réu confesso que firmou acordo de colaboração.

Paes disse que a nomeação de Chiquinho se deu por indicação do partido Republicanos: "A gente tem que fazer aliança política. Tive uma conversa com o presidente do Republicanos do Rio, prefeito Waguinho, de Belford Roxo. Eles indicaram o nome de um deputado federal, que já tinha sido vereador. Não havia nenhum fato específico que desabonasse a conduta dele. Não tinha sido levantada suspeita nenhuma sobre o envolvimento [no crime]", disse. Em outro momento da entrevista, Paes foi mais categórico: "Eu nunca tive nenhuma relação com a família Brazão."

O prefeito também afirmou que logo que soube do suposto envolvimento de Chiquinho no crime, rompeu com o Republicanos: "No momento que eu soube que tinha suspeita envolvendo o nome dele, imediatamente eu demiti e fiz com que o Republicanos saísse da minha aliança."

"Na convivência com o deputado Chiquinho Brazão, não havia nada que desabonasse a conduta dele. Agora, na hora que eu tive a informação de que poderia haver envolvimento do deputado Chiquinho Brazão, eu tirei eles do meu governo e tirei o Republicanos da minha aliança", reforçou.

O rompimento de Paes com o Republicanos só se deu no começo de junho — meses depois da prisão do deputado. A ruptura aconteceu após o prefeito exonerar aliados do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que comanda o diretório municipal do Republicanos e é aliado de Chiquinho e Waguinho.

"Muitas vezes você pode cometer equívocos na política. Não tenho como colocar minha mão no fogo por todo mundo que trabalha na prefeitura quando a indicação é política", disse Paes.

O prefeito também foi questionado sobre a aliança com a deputada estadual Lucinha (PSD), indiciada pela PF por envolvimento com milícia. Paes afirmou que trata o caso da parlamentar de forma diferente do de Chiquinho.

"Conheço a Lucinha há muito mais tempo e bem. É claro que a gente tem que aguardar o julgamento. O meu histórico e minha experiência com a deputada Lucinha é de uma mulher que luta pelo povo pobre da Zona Oeste", disse. "Não vou ter a mesma atitude com ela que eu tive com o Chiquinho Brazão. Eu espero que ela não tenha envolvimento nenhum."

DIVULGAÇÃO



**Eduardo Paes, atual prefeito e candidato à reeleição no Rio: "Muitas vezes você pode cometer equívocos na política"**

**Eleições** Temas tributários, modernização do Estado, ajuste fiscal e redução da burocracia estão no centro das propostas do grupo no Congresso

# Frente parlamentar abre o debate para novos negócios




**Julia Lindner e Marcelo Ribeiro**
De Brasília

Um dos temas centrais da campanha para a Prefeitura de São Paulo e outros centros urbanos, o empreendedorismo vem ganhando espaço no Congresso nos últimos três anos. Com essa bandeira, deputados e senadores passaram a mobilizar votos para tentar aprovar temas tributários, barrar aumento de impostos e defender o ajuste fiscal. As frentes que atuam nessa área também tratam de propostas de modernização do Estado e redução da burocracia. Essa é a abordagem da segunda reportagem da série que trata do empreendedorismo iniciada na edição de terça-feira (24).

Uma delas, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), foi criada sob a inspiração da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a tradicional bancada ruralista, em agosto de 2021. Atualmente, reúne 202 deputados e 46 senadores de diferentes correntes políticas: um indicativo da heterogeneidade do grupo é o fato de o presidente da FPE ser o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), da oposição, enquanto o vice é Zé Neto (PT-BA), da base aliada.

Para realizar suas articulações, assim como ocorre com outras frentes parlamentares e associações setoriais, a FPE mantém uma espécie de "embaixada" no Lago Sul, área nobre de Brasília próxima ao Congresso Nacional. Nela, os membros da FPE têm reuniões semanais em que o grupo oferece almoço para os convidados e promove debates com a presença de autoridades, como ministros de Estado e outros integrantes do algo escalão do Executivo.

Nesses encontros semanais, os parlamentares costumam ouvir demandas e sugestões dos empresários. Na prática, atuam a partir dessas gestões, uma espécie de lobby informal, para que os interesses sejam contemplados durante as votações. Seus integrantes costumam falar que a sua atuação já influenciou mais de 300 matérias legislativas.

Presidente da FPE, o deputado Joaquim Passarinho cita a conclusão da regulamentação da reforma tributária do consumo como principal prioridade do grupo até o fim deste ano. O paraense pontua ainda que a bancada temática pretende segurar a tramitação do projeto que prevê a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do imposto de renda incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

> "A burocracia e a ineficiência sacrificam o empreendedor"
> *Arnaldo Jardim*

Encaminhado em agosto pelo Executivo ao Legislativo, o texto aumenta a alíquota da CSLL em 1 ponto porcentual para empresas e em 2 pontos percentuais para instituições financeiras. Também eleva de 15% para 20% a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre JCP. Com a eventual aprovação da medida, o governo espera arrecadar R$ 20,94 bilhões em 2025.

"Estamos preocupados com essa pauta da reforma tributária. Essa é a maior preocupação para que não tenhamos retrocessos. Temos esse projeto que fala sobre Juros sobre Capital Próprio, que também é importante para nós. Como o governo mandou, estamos preocupados com isso, focados em tentar dar uma segurada nisso. São as duas propostas principais que estão em nosso horizonte. Essa proposta relacionada ao JCP estava parada e de repente explodiu aí", disse Passarinho ao **Valor**.

Ainda que o texto principal da regulamentação da reforma tributária esteja travado no Senado, Passarinho avalia ser possível concluir a aprovação da proposição ainda neste ano, mesmo que ela retorne para uma nova apreciação dos deputados. "Sim, é possível. Poucos temas ficaram pendentes. Talvez ocorram ajustes em relação à construção civil, à cesta básica. O que mais? Não tem muita coisa para mudar. Podem fazer cinco, seis mudanças. Depois de aprovar no Senado, o texto volta, nosso grupo de trabalho volta a se reunir, se debruça sobre as mudanças e mata isso em uma semana."

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Passarinho: Estamos preocupados com essa pauta da reforma tributária. A preocupação é que não tenhamos retrocessos"**

Mas não é apenas a FPE que trata do empreendedorismo no Legislativo. Outros grupos, como a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, formada por mais de 200 parlamentares, também buscam explorar temas que interessam ao setor produtivo.

"A burocracia e a ineficiência sacrificam o empreendedor de uma forma geral, mas particularmente o micro e o pequeno empreendedor, porque ele é mais vulnerável e tem, portanto, menos estrutura para poder fazer frente a exigências muitas vezes exageradas do ponto de vista contábil e jurídico", diz o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que é presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo e membro da FPE. "O empreendedor acaba vivendo uma alta taxa de mortandade daquele que é o empreendedor que toma iniciativa, constitui uma empresa... Mesmo agora com todo o avanço que fizemos com as MEIs, mas entre aquelas que são constituídas e aquelas que duram, que depois permanecem depois de um tempo, a taxa é pequena."

Jardim afirma que o grupo tem feito um esforço pró-digitalização do governo: "Nos Estados, isso tem diminuído exigências e o prazo para constituir empresas, mas o processo de uma forma geral ainda é muito lento. Nós temos acompanhado também todo o processo de simplificação de garantias para que empreendedores possam ter acesso mais facilitado ao financiamento. Essas são as preocupações que nós estamos tendo."

Segundo o parlamentar, as frentes são importantes por tratarem de temas e, ao mesmo tempo, reunirem parlamentares de diferentes partidos. "Com isso, eles conseguem fugir daquela polêmica que é tradicional de governo versus oposição", declarou.

Após as eleições municipais, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo também pretende discutir alternativas para o ajuste fiscal. Em manifesto divulgado neste mês, a FPE afirma que é contra o Orçamento de 2025 encaminhado pelo governo ao Legislativo, por considerar que o texto "amplia o custo Brasil, inibe o crescimento econômico e cria mais encargos para a população, é uma verdadeira falta de coerência com o país".

"Embora o projeto defina gastos orçamentários do governo com o objetivo de equilibrar o déficit fiscal, não oferece um controle eficaz sobre esses gastos e aumenta as despesas desnecessárias", avalia a frente, no documento, acrescentando que o aumento da carga tributária prejudica o ambiente de negócios e reduz a competitividade das empresas. Além disso, o grupo alega que o texto apresentado "é um absurdo, pois desestimula investimentos nacionais e estrangeiros, reduz o fomento de novas empresas e dificulta a criação de empregos e renda".

Entre as outras pautas prioritárias da FPE também está o projeto de lei que muda as regras de fiscalização dos estabelecimentos comerciais. Entre outros pontos, o projeto determina que a multa seja aplicada sobre o faturamento individual da unidade de negócio que cometeu a infração, e não com base no faturamento de todo o grupo econômico. O grupo também atua para regulamentar a portaria do Ministério do Trabalho sobre o expediente do setor de comércio aos domingos e feriados, que foi suspensa após forte reação.

# Cármen Lúcia pede ações rápidas e efetivas contra violência

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF — 18/9/2024



**Cármen Lúcia: "Há que se exigir que candidatos e seus auxiliares de campanha deem-se ao respeito"**




**Flávia Maia**
De Brasília

As cenas de violência durante as campanhas municipais acenderam um alerta vermelho no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As cenas da cadeirada de José Luiz Datena (PSDB) em Pablo Marçal (PRTB), candidatos à Prefeitura de São Paulo, e a agressão sofrida por um assessor do prefeito Ricardo Nunes (MDB) são exemplos que a Justiça Eleitoral quer combater.

Por isso, sem citar casos específicos, a presidente do TSE, Cármen Lúcia, afirmou na sessão da terça-feira (24) que enviou ofício à Polícia Federal, ao Ministério Público e aos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais exigindo que priorizem, com "celeridade" e "efetividade", as investigações, acusações e julgamentos relativos à violência nas eleições municipais.

"Há que se exigir, em nome do eleitorado brasileiro, que candidatos e seus auxiliares de campanha deem-se ao respeito. E se não se respeitam, respeitem a cidadania brasileira, que ela não está à mercê de cenas e práticas que envergonham e ofendem a civilidade democrática", afirmou Cármen Lúcia.

A ministra também chamou a atenção dos partidos políticos, que recebem recursos para as campanhas e pactuam com as práticas violentas de seus candidatos. "E há que conclamar também os partidos políticos a que tomem tenência. Com os recursos financeiros e humanos de que dispõem, recursos que são do povo brasileiro, as agremiações são os instrumentos para a representação eleitoral lícita. Não podem pactuar com desatinos e cóleras expostas em cenas de vilania e desrespeito aos princípios básicos da convivência democrática", disse.

Cármen Lúcia disse ainda que espera que os próximos sejam dias de revisão de condutas. "A agressão física, os atentados contra pessoas — em especial contra mulheres — e todas as agressões praticadas no processo eleitoral e que vêm aumentando em demonstração de ensurdecedor retrocesso civilizatório não serão tolerados por essa Justiça Eleitoral".

"Democracia exige respeito e humanidade impõe confiança. Não se confia em quem não tem compostura e modos para conviver. Eleição é processo de multiplicação de ideias e propostas de candidatos, não de divisão de cóleras mal resolvidas", conclamou Cármen Lúcia.

INÊS 249



# Na ONU, Lula aplica 'vacina' e também vai para o ataque



**Fernando Exman**

Foi em tom de consternação que um experiente servidor relatou o teor das imagens que circulavam entre autoridades, enquanto ocorria neste mês a reunião do Grupo de Trabalho da Agricultura do G20.

Grupo das 20 maiores economias do mundo, o G20 é presidido temporariamente pelo Brasil. Tem sido usado como plataforma para a defesa de algumas bandeiras caras à gestão Lula no cenário internacional, inclusive dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), como o desenvolvimento sustentável, o combate à fome e mudanças na governança global.

Mas o arquivo mostrava a situação da rodovia que conecta o aeroporto da capital do Estado do Mato Grosso ao resort localizado na Chapada dos Guimarães, onde se reuniam as delegações que integram o GT. Cercada de fogo e ofuscada pela fumaça, a estrada não era nem de longe o cenário que o governo brasileiro pretendia apresentar aos convidados estrangeiros que iriam discutir, entre outros temas, agricultura sustentável e adaptação às mudanças climáticas.

"Parecia uma cena de 'Mad Max'", disse esse interlocutor, citando a consagrada franquia de ficção científica baseada em um futuro pós-apocalíptico.

Cerca de dez dias depois, o constrangimento permanece. Tanto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou nessa terça-feira (24) para a abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas tendo que se explicar sobre as queimadas, algo que também está com dificuldades de fazer internamente.

Segundo uma recente pesquisa do Ipec, o meio ambiente foi exatamente o setor da administração federal com pior desempenho entre os entrevistados. Consideraram a gestão Lula no meio ambiente ruim ou péssima 44% das pessoas ouvidas na sondagem, ante 27% que a avaliaram ótima ou boa. Em abril, 33% dos entrevistados consideravam o desempenho do Executivo no segmento ruim ou péssimo.

É verdade que já se fala abertamente na Esplanada dos Ministérios que, embora tenha se planejado para enfrentar a crise provocada pela seca, o governo implementou estratégias que não deram conta dos incêndios que destruíram 5 milhões de hectares apenas em agosto. Porém, não há consenso no Executivo quanto a essa estratégia de comunicação. No Palácio do Planalto, existe ainda quem rejeite assinar o "termo de confissão".

Nesse contexto, Lula aproveitou o aguardado discurso para a abertura da Assembleia-Geral para tentar "aplicar algumas vacinas" e reduzir os danos de imagem. "O meu governo não terceiriza responsabilidades nem abdica da sua soberania. Já fizemos muito, mas sabemos que é preciso fazer mais", disse ele, depois de pontuar que o planeta está cansado de metas de redução de emissão de carbono negligenciadas e do auxílio financeiro a países pobres que não chega. "Reduzimos o desmatamento na Amazônia em 50% no último ano e vamos erradicá-lo até 2030", acrescentou.

Quando passou a falar da reforma das instituições multilaterais, contudo, o presidente saiu da defensiva e partiu para o ataque.

Nos bastidores, o Itamaraty já havia adotado uma estratégia considerada internamente arrojada de levar a discussão da reforma da governança global para uma reunião de chanceleres do G20 marcada para ocorrer dentro da sede da ONU e à margem da Assembleia-Geral. Uma vitória, dentro dos limites que a prática tradicional da diplomacia impõe aos operadores das relações exteriores.

Em público, Lula também avançou. O presidente apresentou um plano objetivo de reforma da ONU que vai além da antiga demanda brasileira de ampliação do Conselho de Segurança. Ele citou, por exemplo, a transformação do Conselho Econômico e Social no principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável e do combate à mudança climática. Segundo ele, o órgão deve ter "capacidade real de inspirar as instituições financeiras".

Em paralelo, defendeu a revitalização do papel da Assembleia-Geral, inclusive em temas de paz e segurança internacionais, e o fortalecimento da Comissão de Consolidação da Paz. Já em relação à reforma do Conselho de Segurança, a ideia é focar em mudanças nos métodos de trabalho e direito de veto, de modo a torná-lo mais eficaz e representativo das realidades contemporâneas, mas também na sua composição.

Nessa última frente, Lula evocou o colonialismo para atacar a ausência de países da América Latina e da África com assentos permanentes no colegiado. Foi uma sinalização para o eleitorado que busca para levar a ideia adiante, estratégia que também prevê articulações nas reuniões dos grupos de países dos quais o Brasil faz parte.

Em um deles, aliás, há uma potencial armadilha no caminho de Lula: acredita-se que a Rússia pode tentar avançar em uma proposta para incluir a Venezuela no Brics, já que o presidente Javier Milei anunciou que a Argentina não irá aderir ao bloco. Seria uma nova expansão de um grupo que já passou a abrigar Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia e Emirados Árabes, com novo potencial embaraço para o Brasil.

Ao não se opor à ideia, Lula acabaria por legitimar a contestada reeleição de Nicolás Maduro, a qual ainda não reconheceu e sequer citou em seu discurso na ONU. Porém, esse tema pode estar presente na cúpula do Brics de Kazan, em outubro na Rússia, rondar conversas paralelas durante a cúpula do G20 no Rio de Janeiro em novembro e ainda virar um problema maior em 2025, justamente durante a presidência temporária do Brasil no bloco.

**Fernando Exman** é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
**E-mail** fernando.exman@valor.com.br

**Judiciário** Ministro foi um dos convidados da festa de aniversário de Gusttavo Lima em iate ancorado na ilha de Mykonos, em 3 de setembro

# Nunes Marques diz que não sabia de suspeitas sobre cantor

**Flávia Maia**
De Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Kassio Nunes Marques, afirmou nesta terça-feira (24) ao **Valor** que não sabia que Gusttavo Lima era investigado por suposta prática do crime de lavagem de dinheiro associado a jogos de azar, como apostas esportivas e cassinos online. O ministro foi um dos convidados da festa de aniversário do cantor sertanejo realizada em 3 de setembro em um iate ancorado na ilha de Mykonos, na Grécia.

Nessa data, já estavam em andamento as investigações da Operação Integration, que resultaram no dia seguinte na prisão da influenciadora digital Deolane Bezerra e de outros investigados. Na mesma data, entre as diligências da operação, foi apreendido, pela Polícia Civil de São Paulo, um avião que pertencia a uma empresa de Gusttavo Lima, a Balada Eventos e Produções.

Segundo o magistrado, ele sabia que o cantor fazia propaganda para bets, mas não tinha conhecimento da investigação e da suposta participação dele em jogos de azar, conforme aponta a Polícia Civil de Pernambuco. Entre os convidados do aniversário, estava o casal de investigados José André da Rocha Neto e Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha, sócios da empresa Vai de Bet.

"Cobrar que cada um de nós saiba quem estará num aniversário ou qual dos convidados está sob investigação, é surreal. Na maioria das vezes nem o investigado sabe. Quase na totalidade das vezes as investigações são sigilosas. O investigado não sabe que está sendo investigado. Não tem como saber", acrescentou.

Marques lembrou que a decretação de prisão de um dos convidados só ocorreu na manhã do dia seguinte ao aniversário do cantor, quando ele não estava mais lá, pois fez apenas um bate-volta de Roma a Mykonos. O ministro estava na Itália para um programa acadêmico.

Gusttavo Lima teve a prisão decretada na segunda-feira (23) pela Justiça de Pernambuco. Na decisão assinada pela juíza Andréa Calado da Cruz, um dos motivos para justificar a prisão são os indícios de que Lima teria transportado o casal Rocha Neto e Aislla Rocha da Grécia até as Ilhas Canárias, na Espanha. Assim, pode ter ajudado na fuga do casal.

Nesta terça-feira (24), o desembargador Eduardo Guilliod Maranhão revogou a prisão preventiva de Gusttavo Lima. A decisão afastou ainda a suspensão do passaporte e do certificado de registro de arma de fogo do artista.



ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF — 20/3/2024

Nunes Marques: "Cobrar que cada um de nós saiba qual dos convidados está sob investigação, é surreal"

O desembargador disse que, ao analisar o relatório policial, constatou que o embarque ocorreu em 1º de setembro, enquanto as prisões preventivas de Rocha Neto e Aislla Rocha foram decretadas em 3 de setembro. "Logo, resta evidente que esses não se encontravam na condição de foragidos no momento do retromencionado embarque, tampouco há que se falar em fuga ou favorecimento a fuga." O desembargador afirmou que a justificativa de prisão preventiva foi fundada em "ilações impróprias" e "genéricas". "Desconstituída, assim, de qualquer evidência material a justificar, nesse momento, a segregação cautelar", escreveu.

Maranhão também justificou a revogação da prisão por entender que não há "lastro plausível" entre o fato de o artista ter adquirido uma participação de 25% na empresa Vai de Bet com as transações financeiras investigadas.

Também presente na confraternização, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), disse em nota acreditar "que ele [Gusttavo Lima] vai provar sua inocência". Caiado é amigo do cantor e viajou a convite dele para a Grécia. A nota ressalta que o governador não conhecia os investigados e que não cabe a ele fazer "levantamento da vida pregressa de pessoas que vão aos mesmos eventos que ele". Segundo ele, o casal não estava no voo que trouxe o grupo de volta ao Brasil e que parou nas Ilhas Canárias para reabastecimento.

Na segunda-feira (23), o Tribunal de Justiça de Pernambuco determinou a revogação da prisão preventiva de 18 suspeitos envolvidos na Operação Integration. Entre eles Deolane Bezerra e o casal Rocha Neto e Aislla Rocha.

Ver também página B3

**Cenário** Medidas anunciadas pelo BC chinês vão na direção certa, mas analistas cobram apoio fiscal mais agressivo para dar impulso econômico

# Novo pacote de estímulo da China é 'insuficiente', alertam economistas

Agências internacionais

A China lançou ontem uma série de medidas para combater uma prolongada recessão em seu mercado imobiliário. Porém, economistas alertam que as medidas ainda são insuficientes para estimular a retomada do crescimento.

Em uma rara entrevista coletiva, o presidente do Banco do Povo da China (o banco central chinês), Pan Gongsheng, disse que a instituição reduzirá a taxa de compulsório bancário em 0,5 ponto porcentual "no curto prazo". Também anunciou uma redução nas taxas de juros de suas linhas de financiamento para bancos comerciais, no valor da entrada mínima para certas compras de imóveis e prometeu outras medidas para reanimar a economia em desaceleração e revitalizar o mercado de ações estagnado. O pacote amplo sinaliza a crescente inquietação em Pequim com a série de fracos dados sobre emprego, consumo e inflação.

O anúncio deu impulso às ações, especialmente para incorporadores imobiliários. O índice Hang Seng, de Hong Kong, fechou em alta de 4,1%, enquanto o índice Shanghai Composite subiu 4,2%.

Economistas disseram que, embora o apoio seja bem-vindo, não será suficiente para tirar a economia chinesa de uma situação de baixo crescimento. Em vez disso, Pequim precisa lidar de maneira mais firme com a recessão no setor imobiliário e tomar medidas robustas para aumentar o consumo, se quiser desencadear uma recuperação duradoura da economia, afirmaram muitos economistas.

"O pacote é encorajador, mas insuficiente para colocar um piso sob o mercado imobiliário e a economia em geral. Uma queda substancial no crescimento nominal está embutida", disseram Rory Green e Freya Beamish da TS Lombard em um comentário.

Ao contrário dos EUA, onde a inflação alimentada por uma economia aquecida é a principal preocupação das autoridades nos últimos anos, a China tem lutado contra a desaceleração do crescimento e a pressão de queda sobre os preços devido à fraca demanda.

O mercado imobiliário entrou em colapso depois que Pequim passou a reprimir vários anos de empréstimos excessivos das incorporadoras, o que levou muitas a deixarem de pagar suas dívidas e a não entregar apartamentos vendidos na planta. Comprar imóvel é a principal forma de investimento na China e isso movimenta muitos outros setores, como construção, decoração e eletrodomésticos.

Pequim tem evitado lançar pacotes massivos de gastos públicos que usou no passado para acelerar o crescimento e que resultaram numa bolha no mercado imobiliário. Mas as rupturas nos negócios e perdas de empregos durante a pandemia da covid-19, juntamente com a queda dos preços das casas, deixaram muitos chineses relutantes ou incapazes de gastar.

Recentemente, o líder chinês Xi Jinping pediu às autoridades que fizessem mais para colocar o crescimento de volta nos trilhos.

A série de medidas de flexibilização ocorre na sequência de dados que mostram que a atividade econômica da China enfraqueceu durante o segundo trimestre, para 4,7% ao ano, após uma expansão de 5,3% no primeiro trimestre. Os dados indicam que a China pode não atingir a meta oficial de crescimento de cerca de 5% para todo o ano. Bancos de investimento como Goldman Sachs e UBS reduziram suas previsões para abaixo dessa meta, alertando que é necessário mais apoio do governo e do BC para acelerar o crescimento.

"As ações do BC chinês sugerem que o governo está finalmente aceitando a grave situação em que a economia se encontra", disse Eswar Prasad, professor de política comercial da Universidade Cornell e ex-chefe da divisão da China no Fundo Monetário Internacional.

Mas a grande questão é se o pacote anunciado ontem fornecerá um impulso significativo à economia, uma vez que os custos de empréstimos já estavam baixos. Os dados de crédito sugerem que as famílias e empresas não estão interessadas em contrair novos empréstimos. A confiança do consumidor está próxima de níveis mínimos recordes, refletindo a preocupação com os empregos em uma economia fraca e o impacto do colapso no setor imobiliário.

Além disso, os cortes anunciados nas taxas de empréstimos de referência só afetam os empréstimos existentes em janeiro de cada ano, e a China não permite que os proprietários refinanciem suas hipotecas como acontece nos EUA.

O Barclays estima que, desde 2021, a crise imobiliária destruiu cerca de US$ 18 trilhões no patrimônio das famílias, o equivalente a cerca de US$ 60 mil por família.

Julian Evans-Pritchard, chefe de economia da China na Capital Economics, em Cingapura, disse que as medidas foram um passo na direção certa, "mas não são suficientes para impulsionar uma recuperação econômica".

O que está faltando é um apoio fiscal mais agressivo, disse ele. A fraca atividade está afetando a receita fiscal, e os governos locais estão lutando para gastar sua cota de empréstimos em projetos de infraestrutura viáveis. Pequim precisa emprestar e gastar mais para aumentar o crescimento e a inflação, e deve dar mais liberdade às autoridades locais para usarem suas cotas de empréstimo para apoiar o consumo, acrescentou.

Acima de tudo, o mercado imobiliário continua sendo o maior problema econômico da China. Em vez de cortar as taxas para sustentar uma demanda já fraca por imóveis, muitos economistas dizem que o governo precisa permitir que os preços das casas caiam ainda mais e tome medidas mais audaciosas para eliminar um enorme estoque de casas inacabadas e restaurar a confiança no mercado. O consumo só voltará aos níveis de crescimento anteriores à pandemia se as famílias virem uma luz no fim do túnel, após mais de três anos de crise no setor imobiliário, disseram analistas.

> "Pequim precisa emprestar e gastar mais para aumentar o crescimento"
> *J. Evans-Pritchard*

Leia mais sobre China na pág. C2

## Israel diz ter matado outro líder do Hezbollah



HUSSEIN MALLA/AP

**Israel afirmou ter matado um dos principais comandantes do Hezbollah, Ibrahim Qubaisi, chefe da divisão de mísseis do grupo extremista apoiado pelo Irã, em um ataque lançado ontem ao sul de Beirute. O Hezbollah não confirmou imediatamente a informação, mas fontes ligadas ao grupo confirmaram a jornalistas a morte de Qubaisi. Autoridades disseram que mais seis pessoas foram mortas e 15 feridas no ataque. A ofensiva foi similar à de sexta-feira, também em Beirute, que matou o comandante de operações especiais do Hezbollah, Ibrahim Aqil, e outros 15 oficiais do Hezbollah. Ataques de Israel se intensificaram na segunda-feira e pelo menos 558 morreram até ontem. Na foto, casa destruída no sul do Líbano.**

# Netanyahu reforça imagem após ações mais agressivas

**James Shotter**
Financial Times, de Jerusalém

O premiê de Israel, Benjamin Natenyahu, recuperou-se dos baixos índices de aprovação pós-7 de Outubro e seu partido Likud voltou ao topo das pesquisas após ações agressivas no Líbano e Irã.

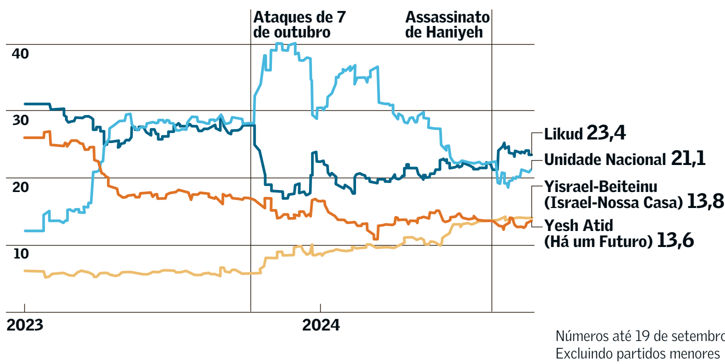
A recuperação do Likud começou no início deste ano, mas se tornou mais pronunciada desde o fim de julho, quando Israel assassinou líderes importantes do Hezbollah e do Hamas em Beirute e Teerã num espaço de 24 horas, numa escalada dramática na guerra de Israel contra inimigos regionais.

A recuperação vem se mantendo nas últimas semanas, com Israel desferindo uma série de golpes debilitantes ao Hezbollah e intensificando seus ataques ao Líbano — que incluiu um ataque aéreo na sexta-feira que matou vários comandantes da força de elite Radwan do grupo militante. Este foi seguido na segunda-feira pelo bombardeio israelense mais mortal contra o Líbano desde a guerra de 2006 entre os dois países.

O aumento da violência gerou consternação no exterior, com a Organização das Nações Unidas (ONU) pedindo uma redução da tensão e aliados de Israel alertando para o risco de uma guerra em larga escala. Mas em Israel, pesquisas sugerem que o Likud recuperou muito do terreno perdido depois do ataque do Hamas, amplamente visto como a pior falha de segurança da história de Israel.

**Netanyahu se recupera nas pesquisas**
Intenção de voto (%) se houvesse eleição hoje

**As linhas representam médias móveis ponderadas**




Números até 19 de setembro
Excluindo partidos menores

Fonte: FT

A coalizão de Netanyahu com partidos ultrarreligiosos e de extrema direita ainda ficaria aquém da maioria em novas eleições. Mas pesquisas feitas nas duas últimas semanas indicam que o Likud conquistaria entre 20 e 25 cadeiras no Parlamento de 120, um aumento em relação ao mínimo de 16 cadeiras nos meses após o 7 de Outubro.

"Netanyahu definitivamente se recuperou do colapso pós-guerra", diz Dahlia Scheindlin, uma pesquisadora a analista política, afirmando que a ação cada vez mais agressiva de Israel "no âmbito regional" desempenhou um papel na sua reabilitação.

"Parece que Israel está tomando a iniciativa", diz. "Todos ficam aterrorizados com as consequências. Mas a cada vez elas acabaram sendo muito menores do que o Armagedom que muitos temem. E muitos pensam que Netanyahu recuperou o passo de Israel."

A escalada do confronto de Israel com o Hezbollah — e o risco de que ele possa se transformar em um conflito regional — dominou o noticiário e desviou as atenções da guerra com o Hamas.

Scheindlin diz que essa mudança funcionou a favor de Netanyahu, já que Israel ainda está longe de atingir seus objetivos de guerra em Gaza, de destruir o Hamas e libertar cerca de 70 reféns israelenses ainda mantidos lá.

# *Biden hesita com Israel e ameaça eleição de Kamala*

**Análise**

**Edward Luce**
*Financial Times*

Uma das vantagens de Joe Biden abrir caminho para Kamala Harris era de que ele poderia se concentrar na Presidência. Dois meses depois, há poucas evidências de que sua agenda mais livre teve grande impacto. Em outra época, Biden poderia ter tido o luxo de se despedir de forma mais tranquila ao deixar os holofotes. Mas o Oriente Médio está à beira de uma guerra e a Ucrânia caminha para um inverno perigoso. As chances de eleição de Kamala e o próprio legado de Biden estão ameaçados.

Este não é o momento de evitar decisões difíceis. No entanto, é exatamente isso que Biden está fazendo. Destas, a mais urgente é o espectro crescente de uma guerra aberta entre Israel e Hezbollah. A resposta de Biden aos ataques preventivos autodeclarados do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, ao Hezbollah, seguiu até agora o mesmo curso que em Gaza. Biden crê que quanto mais próximo estiver de Israel, mais influência terá sobre o que o país faz. Não há evidências de que isso funcione com Netanyahu.

As ações de Biden nos 11 meses e meio desde o massacre de 1.200 israelenses pelo Hamas em 7 de outubro seguiram um padrão deprimentemente familiar. Biden fornece a Israel todas as armas e apoio internacional que precisa; Netanyahu ignora devidamente os esforços de Biden para intermediar um cessar-fogo e modificar as táticas militares de Israel.

A definição de insanidade atribuída a Albert Einstein é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar um resultado diferente. Ninguém acredita que Biden seja louco. Mas ele está preso a um padrão previsivelmente contraproducente. O princípio de um "quid pro quo" é receber algo em troca. Com Netanyahu, Biden parece estar preso a um "quid pro nihilo" (dar algo em troca de nada) perpétuo.

A última aposta questionável de Biden é aceitar o argumento de Netanyahu de que Israel precisa "escalar para desescalar" no sul do Líbano. Em termos simples, isso significa que quanto mais duros forem os ataques militares de Israel contra o Hezbollah nos próximos dias, maior a probabilidade de o grupo apoiado pelo Irã recuar.

Mas o Hezbollah tem um grande arsenal, que inclui estimados 200.000 foguetes e mísseis. É a mais poderosa força não estatal do mundo. Quanto maior o número de civis mortos no Líbano, maior será a pressão para o Hezbollah retaliar em grande escala, mesmo que isso represente o eventual risco de um suicídio.

No entanto, Biden está mantendo o Plano A. Na segunda-feira, ele pediu moderação a Israel, anunciando ao mesmo tempo que vai aumentar a presença militar dos EUA no Oriente Médio. Isso oferece a Israel uma camada extra de proteção para ignorar as exortações de Biden. Do ponto de vista de Kamala, a postura arriscada de Netanyahu é preocupante. Se Israel ocupar uma faixa do sul do Líbano para criar uma zona de proteção contra a ameaça do Hezbollah — como alguns no entorno de Netanyahu estão sugerindo —, isso poderá mudar o clima eleitoral nos EUA. Preços mais altos do petróleo afetariam o sentimento do consumidor americano, anulando parte do efeito estimulante do corte de meio ponto porcentual na taxa de juros feito pelo Federal Reserve (Fed), o banco central americano.

> A evolução do conflito entre Israel e Líbano pode mudar o clima eleitoral nos EUA

Nem é preciso dizer que Donald Trump tem interesse em incentivar Netanyahu. O líder israelense também faz pouco segredo de seu desejo por uma vitória republicana. Até onde Netanyahu iria para ajudar Trump? Descobriremos nas próximas semanas. As hesitações de Biden em relação à Ucrânia são menos relevantes para o que ocorrerá em 5 de novembro. Mas uma vitória de Trump poderá ser existencial para a Ucrânia. O presidente russo, Vladimir Putin, também se interessa pela vitória de Trump, embora tenha provocado a mídia ao afirmar que apoia Kamala.

A defesa da Ucrânia e da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) por Biden é o seu legado mais valioso na política externa. Seu objetivo tem sido dar à Ucrânia as ferramentas para ela se defender sem começar a Terceira Guerra Mundial. Mas a Ucrânia não poderá manter sua posição se não receber os meios para atacar dentro do território russo. Isso, Biden se recusa a fornecer. Como disse recentemente um analista, a Ucrânia pode derrubar algumas das flechas que chegam, mas não pode atingir o arqueiro.

Um número crescente de aliados dos EUA, liderados pela Polônia e o Reino Unido, vêm pressionando Biden para que ele dê permissão à Ucrânia para usar artilharia fornecida pelos EUA para atacar dentro do território russo. Mas Biden está com medo de que isso cruze as linhas vermelhas nucleares de Putin. Como resultado, a Ucrânia está lutando uma guerra contra o segundo maior exército do mundo em uma grande desvantagem. Mesmo que Kamala vença, seria apenas em janeiro, no mínimo, que os EUA mudariam sua posição.

Parafraseando TS Eliot, a maioria das carreiras políticas não termina com um estrondo, mas com um gemido. Se a guerra estourar no Oriente Médio e Trump vencer, os lendários 50 anos de Biden na vida pública dos EUA terminarão com um estrondo e também com um gemido. Certamente esse não é o legado que ele deseja.

# Pesquisa dá a Kamala maior vantagem sobre Trump

Agências internacionais

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, ampliou sua vantagem na pesquisa nacional Reuters/Ipsos divulgada ontem. Ela obteve 46,61% das intenções de voto, enquanto o ex-presidente e candidato republicano, Donald Trump, ficou com 40,48%. A margem de erro é de cerca 4 pontos.

A diferença numérica superior a 6 pontos é a maior já registrada por grandes institutos desde que Kamala assumiu a candidatura, em julho. Segundo analistas, ajudou no resultado o crescimento da melhora da imagem de Kamala como potencial administradora de "economia e emprego". Trump já teve 11 pontos de vantagem sobre a democrata neste item. Na pesquisa de ontem, 43% apontaram Trump como melhor gestor, enquanto 41% citaram Kamala.

Pesquisas nacionais dão sinais nas eleições nos Estados, que, em última análise, determinarão o vencedor da eleição de novembro.

INÊS 249





# Plano sobre agrotóxicos precisa de ordem e rigor científico

Um embate que já dura 25 anos entre ruralistas e ambientalistas em torno da redução do uso de agrotóxicos volta a emergir, e o presidente Lula foi chamado a intermediar a discussão. Lula reclamou recentemente que 80% dos produtos proibidos na Alemanha podem ser vendidos no Brasil, “como se fôssemos uma republiqueta de bananas”. Um relatório divulgado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no fim do ano passado informou que um em cada quatro alimentos de origem vegetal no país apresentou resíduos de agrotóxicos proibidos ou acima do limite permitido. Foram examinadas amostras de amendoim, batata, brócolis, café em pó, laranja, feijão, farinha de mandioca, maracujá, morango, pimentão, quiabo, repolho e farinha de trigo.

Ainda que os defensivos, como os ruralistas o denominam, tenham tido um papel fundamental para a expansão da produção agrícola, o avanço do conhecimento científico revelou os malefícios de seu uso descontrolado, como ocorre no Brasil: chegam a matar seus usuários, causam doenças graves e mutações genéticas, contaminam rios e lençóis freáticos e destroem a natureza.

Uma das primeiras iniciativas para contê-los e discipliná-los surgiu em 2013 no governo de Dilma Rousseff, com o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que tinha como pano de fundo a disputa pela sucessão presidencial de 2014, quando a hoje ministra Marina Silva era candidata. O Planapo buscava incentivar a produção e a distribuição de insumos orgânicos e de base agroecológica, fomentar a conservação, o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais, facilitar o acesso do consumidor a informações relacionadas a esses produtos, e ainda incentivar a agricultura familiar.

Fazia parte do Planapo o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), elaborado em 2014, com 153 iniciativas na primeira versão, entre as quais substituir agrotóxicos considerados ultraperigosos, retirar os subsídios a esses produtos e introduzir uma taxação progressiva. Mas ele não chegou a entrar em vigor porque a então ministra da Agricultura, Katia Abreu, era contra.

A oposição a esse tipo de proposta ganhou cada vez mais espaço. Em novembro de 2023, perto do fim do primeiro ano do governo Lula 3, o Congresso aprovou a Lei dos Agrotóxicos — apelidada de PL do Veneno pelos críticos e de PL dos Defensivos pelos seus defensores, entre eles o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que chegou a se licenciar do cargo para reassumir o posto no Senado e votar a favor da lei. A nova legislação, originada do Projeto de Lei 1.459, transformado em Lei 14.785 após 24 anos de tramitação, busca agilizar a aprovação de licenças e de registro de novos defensivos em até dois anos em comparação com os até dez anos então vigentes.

Um dos pontos mais controversos da nova lei é a mudança de responsabilidades entre os órgãos do governo para aprovação dos agrotóxicos. Anteriormente, ela era dividida entre a Agricultura, a Anvisa e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A Agricultura passou a decidir a liberação dos defensivos agrícolas, relegando a Anvisa e o Ibama a segundo plano, de apoio técnico.

O texto segmenta os agrotóxicos em “pesticidas” e “produtos de controle ambiental”, divisão que não existia. Como era previsível, os pesticidas ficaram sob a alçada do Ministério da Agricultura; e os de controle ambiental, com o Ibama, reduzindo o papel do Ministério da Saúde e da Anvisa.

Em agosto passado, PT, Psol e Rede protocolaram, ao lado da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a nova lei. A petição argumenta que a lei “viola princípios constitucionais norteadores da administração pública, como legalidade e eficiência, e direitos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Mas o principal sinal de que o embate continua é a discussão em torno da tentativa de setores do governo de ressuscitar a dupla Planapo e Pronara, apesar da oposição da Agricultura, dos ruralistas e da indústria de defensivos. O relançamento do Planapo já foi adiado quatro vezes. O Pronara pretende reduzir o uso dos produtos de maior toxidade e risco ao ambiente e ampliar investimentos em bioinsumos.

O presidente Lula recebeu uma carta com críticas ao comportamento da Agricultura e chamou reunião entre as partes. Na versão do governo, o encontro terminou em consenso, e o novo Planapo, com o Pronara, deverá ser publicado em breve. O problema da contaminação por defensivos é sério e é preciso controlá-los com rigor. Legislativo, Judiciário e Executivo fizeram um pacto em prol do ambiente, e é hora de ativá-lo. A questão dos agrotóxicos é das mais relevantes, por envolver a segurança alimentar da população. Há que colocar ordem e rigor científico na algazarra em que se tornou a aprovação a toque de caixa e sem critérios de produtos proibidos nos países desenvolvidos e vendidos sem controle no Brasil.



É necessária nova concepção de cidades, com carros e bicicletas compartilhando as ruas. Por **Roberto Troster**

# Eleições e ambiente: quatro propostas

Uma questão que preocupa a todos os cidadãos são as queimadas, que são causa e consequência do aquecimento global. As queimadas liberam gás estufa e destroem ecossistemas que absorvem $CO_2$ da atmosfera, aumentando o aquecimento global. Que por sua vez aumenta a ocorrência de queimadas por conta das temperaturas mais altas e de secas mais prolongadas.

É um ciclo vicioso que impera ser revertido. A causa primária é a emissão do $CO_2$ na atmosfera que aumentou nas últimas décadas. O Brasil em 1990 emitiu 197,9 milhões de toneladas (Mt), em 313,7 Mt em 2000, 397,9 Mt em 2010 e 414,1 Mt em 2020.

Em 30 anos, o Brasil mais do que dobrou as emissões de $CO_2$. Nesse período, a participação das hidroelétricas na produção de energia caiu de 92,8% em 1990 para 61,8% na última mediação. A produção de energia com outras fontes renováveis subiu de 1,7% para 12,1% e a produção de energia com combustíveis fósseis aumentou de 4,5% em 1990 para 23,4% na última estatística.

Quando a produção de energia de fontes renováveis chega ao limite, é acionada a produção de energia com combustíveis fósseis que emitem $CO_2$. Cada consumo a mais de energia é responsável por mais emissões de $CO_2$ na atmosfera, mais aquecimento do planeta e mais queimadas.

A produção de energia é responsável por 26,3% das emissões, o transporte por 44,8%, a indústria por 20,6% e residências e comércios 4,8%. As cidades emitem $CO_2$ e o campo arde. A questão é o que fazer. A solução é diminuir o consumo de energia e aumentar a eficiência de seu uso. Nesse sentido há medidas que os eleitos no pleito municipal podem adotar. Seguem quatro propostas:

- Congelar São Paulo. A proposta é de congelar a área construída da cidade. O efeito mais importante dessa solução é que limitaria o crescimento da população da cidade e com isso restringiria o crescimento dos problemas. Uma lei congelando a área construída é viável legalmente, pois a concessão de alvarás de construção é uma prerrogativa da administração municipal. Basta apenas a vontade política.

A medida seria feita por meio de uma lei municipal que fixaria nos níveis atuais a área construída de cada bairro da cidade. Pela lei proposta, para conseguir a autorização para construir uma área em determinado bairro da cidade, seria necessária a comprovação de haver demolido a mesma área no bairro em questão. Dessa forma, a área construída em cada bairro ficará congelada, assim como os congestionamentos e as emissões que eles causam.

- Imposto verde. Ajustar o IPTU de acordo com a quantidade de verde que cada terreno tem e o uso de painéis solares. Com mais verde aumenta a absorção de $CO_2$ da cidade e com mais painéis solares diminui a necessidade de produção de energia com combustíveis fósseis.

- Mudar a concepção de cidade feita para carros para cidade feita para pedestres e bicicletas. As cidades brasileiras foram desenvolvidas só para carros. Pedestres e bicicletas são “intrusos”. Falta uma concepção de cidades em que carros e bicicletas compartilhem as ruas em condição de igualdade.

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO

O uso das bicicletas, apesar do aumento dos últimos anos, é baixo. O potencial de crescimento de seu uso é elevado e as vantagens são consideráveis. O custo de uma bicicleta é 50 vezes menor que o de um carro popular. Ocupa menos espaço nas ruas e nos estacionamentos e não emite $CO_2$.

A infraestrutura para bicicletas melhorou nos últimos anos. O Código de Trânsito tem o que é necessário; no artigo 58 diz que a circulação de bicicletas deve ocorrer nos bordos da pista de rolamento, com preferência sobre os veículos automotores; e no artigo 201, diz que é infração deixar de guardar a distância de 1,5 metros ao passar ou ultrapassar bicicletas. Nunca li uma notícia sobre algum motorista sendo multado por isso. Algo que pode ser corrigido.

Morre mais de um ciclista por dia em São Paulo. É um número que assusta e inibe pessoas de usarem bicicletas. Estudos apontam que nos países em que há um uso proporcional maior de bicicletas, a mortalidade de ciclistas é menor. Os motoristas passam a ter uma percepção maior dos benefícios das bicicletas compartilhando as ruas.

O uso de bicicletas está aumentando, especialmente com os mais jovens, mas num ritmo lento, ainda. Uma nova concepção das cidades brasileiras com carros e bicicletas compartilhando as ruas amigavelmente é necessária. É uma lacuna que pode e deve ser preenchida. Mudando a concepção, aumentará a proporção de bicicletas sobre carros, diminuirão a poluição e os congestionamentos.

- Campanhas de conscientização. O problema do aquecimento é global, mas a solução é local. Cada cidadão e cada localidade podem contribuir para melhorar a questão ambiental, na medida do possível, com ações como privilegiar o transporte coletivo, locomover-se a pé ou de bicicleta, economizar água e energia e os 3 Rs — Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Urge divulgar as melhores práticas ambientais.

A mudança é possível. Um exemplo emblemático é Paris, com o plano “Paris, Prioridade ao Pedestre”. O objetivo é aumentar o número dos deslocamentos de pedestres e de ciclistas. Medidas como limitar a velocidade de carros a 30km/h em muitas ruas, priorizar o uso de transportes coletivos e de bicicletas, limitar o uso de automóveis em certas ruas e a construção de mais ciclovias. O resultado é palpável. Pôde ser observado nos Jogos Olímpicos. Outras cidades como Milão, Sevilha e Bruxelas adotaram planos parecidos.

O momento para debater mudanças e como reduzir emissões é agora. O pleito municipal pode ser visto como um contrato com um fornecedor, com seus planos para melhorar o futuro da cidade. Exige uma escolha criteriosa, não há como cancelar o serviço durante quatro anos. São Paulo é a cidade que mais emite $CO_2$ no Brasil, pode ser pioneira sendo a que mais vai reduzir as emissões nos próximos anos. Ganhariam os paulistanos, ganharia o campo brasileiro e ganharia o Brasil.

**Roberto Luis Troster** é economista.
e-mail: robertotroster@uol.com.br.

# Estatais prejudicam o país

**Nilson Teixeira**



Uma das pautas mais equivocadas do governo é a defesa da maior intervenção do Estado na economia, com membros influentes da atual gestão vendo o fortalecimento das empresas públicas como a melhor forma de alcançar o desenvolvimento e de proteger os interesses do país em um mundo globalizado.

Essas alegações não são, porém, suportadas pelas evidências. Países com mais estatais não apresentam maior soberania, maior justiça social nem economia mais estável. Ao contrário, nações desenvolvidas são caracterizadas por uma presença dominante de firmas privadas, com estatais, quando muito, focadas em poucos setores. Ademais, a pandemia atestou que as empresas privadas em momentos de crise respondem de forma mais rápida e eficiente do que as empresas públicas, como, por exemplo, no caso do desenvolvimento de vacinas.

O afã pelo fortalecimento das estatais resulta do devaneio de que as firmas privadas, ao buscarem a maximização dos lucros, investem menos do que se estivessem focadas no crescimento e no bem-estar da sociedade. As críticas à privatização da Vale, da Eletrobras e da Petrobras Distribuidora estão alinhadas com a ilusão de que o controle privado reduziu os investimentos e o atendimento à população. O desejo de controlar a Petrobras é parte desse cenário, ainda mais quando a empresa não faz parte do cômputo do resultado primário.

As alegações de que as estatais alavancam o crescimento sustentável e atendem melhor os interesses da sociedade não têm sustentação na realidade. Ao contrário, o crescimento per capita irrisório acumulado desde os anos 1980, com duas décadas perdidas, se deu com recorrentes políticas de intervenção na economia e nas empresas públicas, gerando déficits contínuos na maioria das estatais e corrupção em muitas delas.

A eficiência da economia seria certamente maior caso muitos dos investimentos patrocinados pelos governos não tivessem ocorrido; várias empresas públicas, como Codevasf e Valec, tivessem sido fechadas; e estatais, como Petrobras e subsidiárias, Banco do Brasil, BNB, Itaipu e Correios, tivessem sido privatizadas. Essa conclusão advém da observação de que as empresas públicas têm pior performance e investimentos menos eficazes.

Um exemplo de fracasso é a reinauguração do antigo Comperj — polo petroquímico no Rio de Janeiro, lançado em 2006 e orçado em US$ 6 bilhões. A ideia inicial foi abandonada em função do custo atualizado de US$ 30 bilhões. Mesmo já tendo sido consumidos US$ 13 bilhões, só uma parte do projeto será implementada e, ainda assim, serão necessários investimentos até 2029 para o seu pleno funcionamento.

Os malfeitos na Petrobras incentivaram a aprovação da Lei de Responsabilidade das Estatais em 2016, com a introdução de novo estatuto jurídico e de garantias de maior transparência nas compras, licitações e contratos dessas empresas. A norma estabelece para cargos no conselho de administração e na diretoria de estatais a quarentena de 36 meses anteriores à nomeação para políticos que disputaram eleições, pessoas em cargos de indicação e dirigentes partidários ou sindicais. As regras ditam que essas posições sejam ocupadas por profissionais com notório conhecimento e experiência compatível com a atuação da empresa.

Todavia, a Lei tem sido contornada com frequência, com canhestras justificativas para burlar a exigência de notório conhecimento sendo sempre acatadas. O STF manteve, por exemplo, nomeações do atual governo para a direção e conselhos de administração de estatais que não respeitam a legislação sob a fraca alegação da existência de liminar de março de 2023. Na maioria das vezes, os nomes indicados incluem políticos, ministros, membros de direção partidária e ocupantes de cargos em gabinetes de parlamentares, tendo por objetivo garantir interferência política para seus "padrinhos" e prover remuneração adicional para seus ocupantes — valores não são sujeitos ao teto constitucional.

Mesmo não sendo benéfico para a sociedade nem para os acionistas das empresas, o governo oferece posições em estatais para assegurar apoio de políticos, que pedem desde a diretoria "que fura poço" da Petrobras até a presidência e as diretorias da Caixa. Apesar dos malfeitos na Petrobras, o atual governo não se acanha e acata indicações políticas até para cargos técnicos na empresa, o que tende a gerar decisões pouco alinhadas às boas práticas.

**Alegações de que as estatais alavancam o crescimento e atendem melhor a sociedade não têm apoio na realidade**

Além do viés intervencionista, as críticas às empresas privatizadas e a interferência na atuação das empresas adicionam custos à economia. Não há ganhos, por exemplo, nas críticas à operação da Vale e, muito menos, à remuneração de seu principal executivo. Seria mais útil se o governo tentasse, por exemplo, eliminar privilégios imorais, como os pagamentos anuais acima do teto constitucional de pelo menos R$ 4,5 bilhões com penduricalhos para magistrados, conforme dados da Transparência Internacional — valor atenderia 550 mil famílias por ano no Bolsa Família.

A atual intervenção na economia também tem sido marcada pela reintrodução de várias políticas que fracassaram nas últimas décadas, como: compras de estatais com limite mínimo para conteúdo nacional ou com produção doméstica, aquisições do governo direcionadas para produtos nacionais de informática e comunicação, e financiamentos privilegiados para aquisição de bens de capital produzidos localmente a preços maiores do que no exterior.

Essa intervenção e o fortalecimento das estatais estão na contramão do que efetivamente precisa ser feito. O governo deveria adotar regulação eficiente para alinhar os objetivos das empresas aos da sociedade, focar mais na melhoria da educação para aprimorar a qualidade da mão de obra, reduzir o protecionismo para estimular a competição e incentivar a pesquisa para incorporar mais tecnologia. Ao mesmo tempo, a retomada da desestatização livraria o Estado de obrigações que tiram o foco das políticas públicas mais relevantes. Essa seria a melhor forma de assegurar maior contribuição das empresas para o desenvolvimento e o bem-estar social.

**Nilson Teixeira**, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

## Frase do dia

"Nos emergentes, infelizmente o Brasil é um dos poucos com precificação de alta, junto com a Rússia".

**Do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre o início de um novo ciclo de elevação das taxas de juros**

## Cartas de Leitores

### Circo eleitoral

A atual campanha eleitoral para prefeito de São Paulo se tornou um circo, com palhaços atuando frequentemente, dando socos, cadeiradas e agredindo uns aos outros com xingamentos. A maior capital do Brasil merece um gestor de alto nível, comprometido em resolver os desafiadores problemas que atormentam a população nos últimos anos. A falta de preparo dos candidatos é estarrecedora, produzindo sinistros eventos a cada novo debate. Parece que ninguém quer discutir minimamente as eventuais soluções, caso seja eleito em 2024. Gasta-se muito dinheiro e tempo, em campanhas inúteis. A falta de civilidade reina entre os desastrados candidatos e seus assessores.

**José Carlos Saraiva da Costa**
jcsdc@uol.com.br

### IDH da ONU

A ONU publicou recentemente o IDH ajustado à desigualdade por países do ano de 2022 comparado a 2018, em que o Brasil cai dez posições passando de 85 a 95. Foi o período da pandemia, o que não pode ser apresentado como justificativa, porque todos os países do mundo foram atingidos. Por coincidência a queda se verificou no governo de Jair Bolsonaro, quando o desempenho da economia foi muito fraco e houve um aumento da concentração de renda. É bom lembrar que a vacinação foi demorada e o mercado de trabalho informal foi duramente atingido, não tendo nenhum plano de socorro ao mesmo, a não ser um auxílio irrisório que não dava nem para alimentação, enquanto a classe alta que possui grande parte da dívida pública foi ostensivamente beneficiada pelo aumento dos juros em 2021.

**José Osvaldo Gonçalves Andrade**
jog.andrade64@yahoo.com

### Resposta aos incêndios

Incrível como o ex- governador da Bahia Rui Costa, hoje ministro da Casa Civil, não se sente constrangido em dizer que os incêndios começaram a acontecer depois do dia 7 de setembro, quando Bolsonaro disse, segundo o ministro, "vamos tocar fogo no Brasil". No final de semana de 23 de agosto, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Franca, Sertãozinho e outras regiões tiveram suas terras incendiadas. Onde estava o ministro Costa que não viu essa tragédia, cujas notícias estavam em todas as TVs? Como pode um ministro, que se diz atualizado em relação ao que acontece no país, cair numa esparrela dessa? Infelizmente já se vão 2 anos do governo do PT, e a cúpula do governo continua a olhar pelo espelho retrovisor.

Lula admitiu não estar preparado para combater os incêndios, tanto é que foi preciso o ministro Flávio Dino, do STF, tomar frente da situação. E agora se fala em achar um ator, para nomeá-lo de autoridade climática. É ou não é um governo do improviso?

**Izabel Avallone**
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

A chave é garantir que a regulamentação não sufoque o crescimento. Por **Martin Wolf**

# Como operar a política industrial na UE

"A principal razão para que a produtividade da União Europeia tenha divergido da dos Estados Unidos em meados dos anos 1990 foi o fracasso da Europa em capitalizar a primeira revolução digital, liderada pela internet — tanto em termos de dar origem a novas empresas de tecnologia como de difundir a tecnologia digital na economia. Na verdade, se excluirmos o setor de tecnologia, de forma geral o crescimento da produtividade da UE nos últimos 20 anos estaria no mesmo nível do dos EUA". Este trecho do relatório de Mario Draghi sobre a competitividade europeia aponta para um componente central da agenda para o futuro da UE.



Por mais vital que seja, esse é apenas um dos desafios econômicos estratégicos que a UE enfrenta. Entre os demais estão a vulnerabilidade energética, a transição verde e o crescimento do protecionismo. Draghi oferece tanto um marco conceitual como sugestões sobre como responder a eles. O que incluirá políticas comerciais e industriais mais intervencionistas. O desafio é fazer que essas políticas sejam direcionadas e razoáveis.

Nos setores da área de defesa, por exemplo, o argumento em favor de tomar o exemplo da Airbus como base parece forte. Comparado com o dos EUA, o setor de defesa europeu é fragmentado demais. Fusões transnacionais parecem ser algo essencial.

Problemas não muito diferentes existem nas áreas de bancos, mercados de capital e fornecimento de energia. Por vários motivos, os governos têm se recusado a permitir a tão necessária integração transnacional. Em grande medida, isso é um reflexo de políticas nacionalistas e de grupos com interesses específicos. Como resultado, as barreiras regulatórias persistem. Felizmente, a história da UE mostra que tais obstáculos podem ser superados com vontade política. Mas será que isso vai acontecer algum dia?

A transição para a "tecnologia limpa" nos setores automobilístico e de energia é um desafio mais complexo. Como observa o relatório de Draghi: "Por conta do ritmo rápido de inovação, dos baixos custos de manufatura e de subsídios estatais quatro vezes maiores do que em outras grandes economias, [a China] hoje domina as exportações mundiais de tecnologias limpas".

**Por vários motivos, os governos têm se recusado a permitir a tão necessária integração transnacional. Em grande medida, isso é um reflexo de políticas nacionalistas e de grupos com interesses específicos. Como resultado, as barreiras regulatórias persistem**

Isso cria oportunidades para a adoção acelerada de novas tecnologias, mas também causa transtornos para setores importantes da UE e a possibilidade de que eles sejam excluídos de partes das cadeias de fornecimento, como as de baterias, porque não têm acesso a matérias-primas essenciais. No geral, a intervenção é inevitável. A lei comercial também permite isso. Já intervir de maneira efetiva é outra questão. Mas, se for feita com cuidado, deve ser possível.

A revolução digital é outra questão ainda. Seria ridículo imaginar que investir em "campeãs da UE" que seriam versões de Google, Microsoft, Apple ou Nvidia funcionaria. Medidas comerciais padrão tampouco ajudariam: como seria possível dificultar as pesquisas no Google sem introduzir restrições ao estilo chinês? Também não parece plausível que não haja recursos disponíveis para oportunidades atraentes na área de tecnologia, ainda que uma reforma dos mercados de capitais deva ajudar a desenvolver um setor de capital de risco maior na UE. Mas o fato de que em 2023 o investimento de capital de risco na UE foi apenas um quinto do que nos EUA não se deve à falta de poupança na UE. Ela se deve ao fracasso em criar o ecossistema de tecnologia necessário.

Então, por que isso acontece? Não é que a UE careça de pessoas. Comentaristas bem informados argumentam que isso se deve em grande parte ao excesso de regulamentação. Dois tipos de regulamentação são cruciais: a regulamentação específica do setor de tecnologia e a regulamentação geral da economia, em especial do mercado de trabalho, que afeta de maneira mais concreta os novos empreendimentos, que são imprevisíveis. Se você não pode demitir, você não vai contratar e, portanto, se mudará para outro lugar.

O conceituado especialista em tecnologia Andrew McAfee, do MIT, faz uma crítica rigorosa à política da UE. Ele concorda que o estado do setor de tecnologia da UE é calamitoso. Mas o problema não é de falta de dinheiro: os governos da UE gastam praticamente a mesma quantia (e parcela do Produto Interno Bruto, PIB) com apoio à pesquisa e ao desenvolvimento que o governo dos EUA. Sim, no caso da UE isso está fragmentado entre os Estados-membros. Mas ele argumenta que o maior problema não é esse: "É a intervenção governamental nesse ecossistema, não com financiamento, mas com leis e regulamentações e outras exigências, restrições e encargos para as empresas".

O analista de políticas de tecnologia Adam Thierer detalha mais esse aspecto: "Vários estudos recentes documentam os custos associados ao RGPD [Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados] e a abordagem rígida demais da UE com relação aos fluxos de dados de forma mais geral", observa. Isso impõe custos pesados às empresas inovadoras e, inevitavelmente, quanto menor é a empresa, maior será o imposto implícito. Levando isso em consideração, assim como os mercados fragmentados da UE, não é de estranhar que os EUA estejam tão à frente.

Um ensaio de Oliver Coste e Yann Coatanlem, publicado pela Universidade Bocconi, em Milão, aponta outro aspecto importante e ainda mais amplo sobre a regulamentação: empresas novas e dinâmicas precisam ser capazes de ajustar seus custos rapidamente à luz dos evoluções do mercado. Por conseguinte, os autores argumentam que os custos de reestruturação, que resultam em grande medida da regulamentação da proteção ao emprego, são fundamentais. Quanto mais caro for uma reestruturação, mais cautelosa será a empresa. Tomadas de forma conjunta, essas proteções são incapacitantes.

Draghi concorda que a regulamentação é um problema grave. Assim, ele observa que "o ambiente regulatório extenso e rigoroso da UE (exemplificado por políticas baseadas no princípio da precaução) pode, como efeito colateral, restringir" a inovação. "As empresas da UE enfrentam custos de reestruturação maiores em comparação com suas equivalentes dos EUA, o que as deixa em uma posição de desvantagem enorme em setores extremamente inovadores, caracterizados pela dinâmica do vencedor leva quase tudo".

A questão na verdade é mais filosófica e política. A UE precisa encontrar uma maneira de regulamentar o setor de tecnologia que não estrangule seu crescimento ao mesmo tempo. Fazer isso será um desafio imenso. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

**Martin Wolf** é o principal comentarista econômico do Financial Times.

INÊS 249

Especial

**Eleições** Estado chave na disputa presidencial, Michigan é o centro da indústria de automóveis; Trump e Kamala divergem sobre combustíveis fósseis e energia limpa

# No polo das montadoras dos EUA, carros elétricos influenciam humor dos eleitores

**Marcos de Moura e Souza**
De Detroit

Em um dos mais tradicionais polos da indústria dos EUA, o debate sobre transição energética e o futuro dos empregos está influenciando a decisão de parte dos eleitores na disputa presidencial deste ano.

O debate é sobre a mudança do perfil da indústria de automóveis movidos a gasolina para automóveis elétricos. Nas eleições presidenciais deste ano, o ex-presidente e candidato do Partido Republicano, Donald Trump, faz a defesa da indústria do petróleo e dos motores a combustão; a vice-presidente e candidata do Partido Democrata, Kamala Harris, tem atuado em favor de medidas que reduzem emissões de gases-estufa.

O tema mexe com Estados onde montadoras de carros a combustão e seus fornecedores mantêm grandes fábricas e milhares de empregos. São Estados como Alabama, Arizona, Michigan, Nevada, Ohio, Tennessee, entre outros. À exceção do Arizona e de Michigan (governados pelo Partido Democrata), os demais são republicanos.

De todos, Michigan é o mais significativo. Aqui estão as monumentais fábricas das chamadas Big Three: General Motors, Ford e Chrysler (parte do grupo franco-ítalo-americano Stellantis).

Michigan também é chave para as eleições presidenciais de 5 novembro porque é um dos poucos Estados-pêndulo do país, ou seja, onde nas últimas eleições o voto foi ora para o Partido Republicano ora para o Partido Democrata. É um dos palcos mais acirrados da disputa entre Trump e Kamala.

O setor emprega cerca de 700 mil pessoas no Estado. As empresas estão concentradas em Detroit e região. A cidade tem um apelido antigo de "Motor City".

A questão é o que será das fábricas de veículos com motor a combustão quando os carros elétricos tiverem mais mercado e mais estímulos do governo? O que será da mão de obra treinada por anos para fazer os carros tradicionais? E qual será o impacto diante de uma eventual concorrência com a China pelos elétricos? Para muitos trabalhadores, a dúvida é quantos deles terão espaço — e treinamento — para se manterem no ramo quando a eletrificação ganhar corpo.

"Com certeza isso é uma preocupação", disse ao **Valor** Joseph Losier, de 45 anos, membro do influente sindicato que reúne parte dos trabalhadores do setor, o United Automobile Workers (UAW).

"Queremos nos manter atualizados com a tecnologia e com as demandas dos clientes, mas não queremos perder nenhum emprego. É um equilíbrio delicado." Para especialistas, no entanto, diante da urgência para reduzir emissões no setor de transporte, a eletrificação dos veículos é inevitável.

Funcionário da Chrysler/Stellantis por 20 anos, Losier conta que é parte da terceira geração da família que fez carreira montando automóveis no Estado. Atualmente, é um dos dirigentes do UAW e um dos responsáveis pelos programas de ações junto à comunidade.

Trump foi até agora quem mais buscou explorar os veículos elétricos de maneira negativa. Em julho, no discurso de encerramento da convenção nacional de seu partido, ele declarou: "Vou acabar com a obrigatoriedade de veículos elétricos no primeiro dia [de um eventual segundo mandato]. Assim, vou salvar o setor automobilístico dos EUA de uma completa destruição, que está acontecendo agora, e economizarei milhares e milhares de dólares por carro para os consumidores dos EUA."

Ele se referia a uma regulamentação anunciada no início do ano para automóveis e picapes. Pelas regras, 56% dos novos veículos terão de ser elétricos em 2032. Outros 13% terão de ser híbridos. No ano passado, mesmo com vendas recordes, os elétricos representaram 7,6% do mercado americano.

Do ponto de vista climático, não há dúvidas: a medida vai na direção certa para reduzir as emissões de gases que provocam efeito estufa. O setor de transporte é o responsável pela maior parte das emissões americanas. Juntos, China e EUA respondem por 45% das emissões do mundo causadas por queima de combustível, segundo a Agência Internacional de Energia.

Mas parte dos consumidores americanos viu a nova regra com antipatia alegando que os elétricos são mais caros e que serão obrigados a gastar mais em função das metas desenhadas pelo governo e pela Agência de Proteção Ambiental (EPA na sigla em inglês). É um dos argumentos de Trump e de seu companheiro de chapa J.D. Vance.

Kamala trabalhou a favor da Inflation Reduction Act, lei patrocinada pelo governo Biden que concede amplos incentivos federais para o aumento da produção de carros elétricos e de projetos de geração de energia solar, eólica e de outras fontes renováveis. Também apoiou um projeto aprovado por democratas e republicanos — e sancionado por Biden — para ampliação de estações de carregamento de baterias de carros elétricos. Biden aprovou ainda lei que garante US$ 39 bilhões em incentivos para produção nos EUA de semicondutores, importantes nos elétricos. O mundo depende fortemente da China como fonte de fornecimento desses chips.

Kamala já indicou que, se eleita, manterá apoio às medidas de Biden. Mas no caso dos elétricos, ela ainda não deixou totalmente claro se vai manter a regulamentação do atual governo ou se vai flexibilizar as metas de eletrificação.

> "Queremos estar atualizados com a tecnologia, mas sem perder nossos empregos"
> *Joseph Losier*

Em 2019, como senadora, Kamala apoiou um projeto que previa que em 2035 todos os carros fabricados nos EUA teriam de ser elétricos ou a hidrogênio.

Num ano de eleições, o setor de petróleo banca campanhas de rádio e TV para fustigar Kamala. Em anúncios de rádio e TV em alguns Estados, entre eles Michigan, a campanha diz: "Talvez haja alguém novo na direção, mas o destino é ainda o mesmo: proibir a maior parte da produção de carros a gasolina".

Trump voltou ao assunto em entrevistas e discursos, embora após o apoio de Elon Musk (fundador da Tesla, líder americana de elétricos) passou a relativizar as críticas.

Mesmo assim, suas posições sobre os impactos dos elétricos nos empregos parece seguir ressoando nos Estados mais dependentes da indústria tradicional de automóveis, como Michigan. "Trump transformou essa questão em um divisor de águas. Acho que a questão dos elétricos é um problema para uma parte dos trabalhadores porque eles acham que perderão seus empregos", diz Losier.

Há alguns cenários na mesa. Um deles é que muitas atividades atuais na cadeia automotiva serão extintas dando lugar a novas. Em Michigan, por exemplo, projetos de produção de baterias de cinco empresas estão em andamento e já receberam subsídios da ordem de US$ 1 bilhão. Um balanço recente apontou que os projetos, quando prontos, criarão cerca de 10,5 mil novos empregos. As previsões anteriores eram de 12 mil.

Mas há também um cenário que leva em conta o fato de os elétricos terem muito menos peças e que isso poderá levar a uma demanda de menos mão de obra.

A palavra de ordem entre os sindicalistas quando tratam do tema é "transição justa". É também a expressão usada pelo atual governo democrata.

Don Grimes, pesquisador sênior do Instituto de Trabalho, Emprego e Economia da Universidade de Michigan, avalia que por mais ou menos 10 anos a tendência será de empresas ampliarem sua produção de veículos elétricos mantendo parte da produção dos veículos a combustão. E, então, a partir de 2033 o cenário da indústria e do emprego automotivo começaria a mudar mais significativamente.

Mas há outra questão que, para ele, é a mais importante para Michigan e para as famílias que dependem do negócio dos automóveis. "A verdadeira questão é: as empresas que estão aqui sobreviverão? Esse é um risco muito maior para Michigan, e também é uma possibilidade real de que elas não sobrevivam. Novas empresas, como a Tesla, estão crescendo. Eles já estão vendendo um milhão de veículos. Além disso, a China vai acabar em algum momento vendendo carros nos Estados Unidos e em outros lugares. E vai conquistar uma fatia de mercado das empresas automotivas existentes".

Chrysler, Ford e GM têm linhas de carros elétricos no mercado, mas os programas das empresas para treinarem funcionários que operam as linhas convencionais estão ainda no começo. E no UAW há ainda mais perguntas do que respostas sobre quem financiará esse treinamento. O governo vai subsidiar esse treinamento? Será totalmente pago pelas empresas?

Além de ser um palco central da indústria de carros dos EUA, Michigan é estratégico para os dois candidatos porque, diferentemente, da maioria dos Estados, aqui os ventos eleitores variaram recentemente. Em 2016, Trump ganhou em Michigan; em 2020, Biden.

Apesar de tecnicamente empatados, Kamala mantém uma leve vantagem numérica. Segundo o agregador de pesquisas 538, a última sondagem feita entre 15 e 18 de setembro, pelo Emerson College, a democrata tinha 50% das intenções de voto; Trump 49%. A favor de Kamala há o fato de a governadora ser uma nova estrela do Partido Democrata, Gretchen Withmer. Além disso, o influente UAW formalizou seu apoio à democrata, dizendo que ela e seu candidato a vice Tim Walz estiveram ao lado de pautas trabalhistas ao longo de anos. Na campanha, Kamala já esteve algumas vezes em Michigan. Trump também tem agendas no Estado e conta com o apoio organizado de parte dos trabalhadores sindicalizados.

Na manhã ensolarada de sábado, 14 de setembro, o **Valor** viu uma pequena amostra dessa divisão entre eleitores. Ao lado de quatro sindicalistas do UAW, a reportagem visitou uma área residencial nos arredores de Detroit. O grupo tinha a tarefa de bater de porta em porta e buscar convencer os moradores a votar em Kamala. Uma tarefa apelidada de GOTV, "get out to vote" (vá votar). Todos usavam camiseta vermelha com a frase "Trump is a scab [algo como pelego, fura-greve]. Vote Harris". O local escolhido pelo grupo foi uma área de casas térreas, com gramados em frente e sem muros onde vivem muitos funcionários da indústria de automóveis. Estacionados nas ruas, ou embicados diante do portões das garagens estavam SUVs e outros modelos. Todos "Made in USA" e todos a gasolina.

A paisagem não era favorável ao grupo. Várias casas exibiam plaquinhas de Trump fincadas na grama. "Foram educados, mas disseram que não querem falar sobre eleições", disse um deles logo após conversar com um dos moradores. Foram respostas parecidas que o grupo ouviu nas primeiras casas que visitaram. Numa disputa tão apertada como a deste ano e num Estado-pêndulo, sindicalistas dos dois lados consideram esse corpo a corpo um momento chave de sua colaboração.

Na convenção republicana, Sean O'Brien, presidente do sindicato que reúne caminhoneiros americanos, subiu ao palco para empenhar o apoio da categoria a Trump. Na convenção democrata foi a vez de Shawn Fain, presidente do UAW, dizer que sua categoria apoiava Kamala.

Vários temas dividem eleitores da classe trabalhadora. De um jeito meio caricato, Joseph Losier resume as divergências em três palavras. "Eu costumo chamar de três Gs: guns, god, gays", diz ele. Republicanos, em geral são pró-armas; têm posições que levam em conta questões de fé cristã, o que nestas eleições, têm muito a ver com regras mais rígidas sobre aborto. Republicanos também são mais conservadores e resistentes a iniciativas voltadas a homossexuais.

Don Grimes dá como certo que em Detroit, Kamala vencerá por uma grande margem. E que o UAW fará diferença em prol da democrata. Mas diz que este ano um fantasma rondará as urnas. "A maioria dos membros do UAW provavelmente votará em Kamala para presidente, mas não tanto quanto no passado já votaram em outros democratas. E acho que parte disso se deve ao fato de todos estarem preocupados com os veículos elétricos."

UAW




**Ato de campanha: sindicalistas durante evento com Kamala Harris na sede da UAW, em Wayne, no Estado de Michigan**

EMILY ELCONIN/BLOOMBERG




**Trabalhadores das montadoras pró-Trump em evento com o republicano em setembro do ano passado, em Michigan**

**Ensino**
Vitru negocia compra ou potencial fusão com Cruzeiro do Sul e Yduqs
B5

**Educação**
Red House vai direcionar aporte de R$ 100 milhões para crescimento, diz Raquel Lam B5



**Financiamento**
BB capta US$ 800 milhões para agricultura de baixo carbono B7

**Luxo**
Dior abre desfiles em Paris, que mira o luxo sob a sombra da queda nos lucros B6





# Empresas

**Celulose** Grupo reviu projeto e elevou em 40% capacidade produtiva da unidade que construirá em MS

## Arauco vai investir R$ 25 bi em fábrica no país

**Stella Fontes e Helena Benfica**
De São Paulo

A Arauco revisou o projeto de sua primeira fábrica de celulose no Brasil e elevou em 40% a capacidade produtiva da futura unidade, de 2,5 milhões de toneladas para 3,5 milhões de toneladas por ano de fibra branqueada de eucalipto. Com esse porte, a fábrica do grupo chileno em Inocência (MS) será a maior do mundo e vai requerer investimentos de pelo menos US$ 4,6 bilhões, cerca de R$ 25 bilhões ao câmbio de hoje.

O desembolso, o maior da história da companhia, foi aprovado nesta terça-feira (24) pelo conselho de administração. O funding do projeto já está equacionado. "É o maior projeto de celulose do mundo implantado em etapa única", disse ao **Valor** o presidente da Arauco no Brasil, Carlos Altimiras.

Hoje, o grupo pode produzir 5,2 milhões de toneladas por ano da matéria-prima, em fábricas no Chile, na Argentina e no Uruguai, onde opera uma joint venture com a Stora Enso (Montes del Plata). A unidade brasileira será equivalente em volume a toda celulose produzida pela companhia no Chile.

Batizado Sucuriú, o projeto recebeu a licença de instalação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) em maio, e inclui duas linhas de fibra, uma de recuperação e três máquinas de secagem. Conforme Altimiras, apesar do aumento significativo da capacidade produtiva em relação ao plano original, o início das obras está mantido para 2025 e a partida da fábrica, para o segundo semestre de 2027.

"Durante os estudos de engenharia, surgiu a possibilidade de fazer um aumento de capacidade. E, quando se faz um projeto maior, seus números gerais melhoram", explicou, ao ser questionado sobre os custos mais elevados de terras e madeira no país e de máquinas e equipamentos para a indústria globalmente.

A caminho de se tornar o principal polo de celulose do país, Mato Grosso do Sul tem atraído investimentos bilionários do setor de base florestal. A Suzano, que já tinha operações no Estado, recém-inaugurou seu Projeto Cerrado, em Ribas do Rio Pardo. A Eldorado, com unidade em Três Lagoas, tem planos de expansão. Há cerca de um mês, a Bracell, do grupo asiático Royal Golden Eagle (RGE), iniciou estudos de viabilidade para construção de uma fábrica de celulose em Água Clara. E outros grupos estrangeiros, incluindo a portuguesa Navigator, já andaram por terras sul-matogrossenses avaliando as possibilidades.

Neste momento, indicou Altimiras, a prioridade está voltada à compra do maquinário do parque industrial e à formação da base florestal que vai abastecer a fábrica, além da preparação e treinamento de mão de obra. Junto com o aval do conselho, a Arauco anunciou a contratação da finlandesa Valmet como principal fornecedor, responsável por entregar cerca de metade do projeto industrial. "Essa é uma importante e decisiva etapa do Projeto Sucuriú, que contará com expertise e o estado da arte em termos de tecnologia", disse.

Um dos principais desafios que a Arauco tem pela frente é o desenvolvimento de sua base florestal. A meta é chegar a 400 mil hectares cultivados em três anos. Até o momento, mais de 100 mil hectares de floresta já foram plantados. "A estratégia não muda, seguimos no desenvolvimento de nossa floresta", afirmou o executivo. Considerando as áreas de plantio, o projeto se esparrama por 10 cidades da região (Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paraíso das águas, Paranaíba, Selviria, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo).

Conforme Altimiras, a distância média (raio médio) entre fábrica e floresta, que tem peso relevante no custo de produção de celulose, não deve mudar com a necessidade de mais áreas plantadas (na esteira do aumento da capacidade de produção). O executivo também descartou a possibilidade de comprar madeira de terceiros. "Vai ser uma fábrica muito competitiva, parecida com o custo caixa do último projeto do Brasil", disse.

**3,5**
**milhões de toneladas é a nova capacidade**

A fábrica já foi projetada prevendo uma expansão futura, mas Altimiras ponderou que essa opção será avaliada no momento adequado, considerando disponibilidade de madeira, logística e preços no longo prazo. A unidade vai gerar mais de 400 megawatts (MW) de energia elétrica a partir de fonte renovável, dos quais 200 MW destinados a consumo interno. A energia excedente (outros 200 MW), que será exportada pelo "grid" nacional, é suficiente para abastecer uma cidade com mais de 800 mil habitantes. A Arauco vai construir uma linha de transmissão de 90 quilômetros, até uma subestação em Ilha Solteira (SP), para despachar essa energia.

Do ponto de vista de eficiência energética, o projeto inclui uma planta de gaseificação que vai gerar biocombustível para abastecer os fornos de cal da operação, uma caldeira de recuperação química e uma caldeira de biomassa, responsável por gerar energia a partir do reaproveitamento de biomassa e outros resíduos do processo da fabricação da celulose. "Esse é um projeto em que a Arauco consegue mostrar uma faceta de capacidade técnica e execução de investimento, mas também da nossa cultura de respeito à comunidade e ao meio ambiente", afirmou.

Altimiras reconhece que há carência de mão de obra qualificada. Para atacar esse problema, a companhia chilena estabeleceu diversas parcerias para oferecer cursos de capacitação gratuitos. "Além disso, não descartamos a possibilidade de trazer profissionais de outros Estados", observou. Conforme a Arauco, no pico das obras, o projeto deve gerar 14 mil postos de trabalho. Na operação, por sua vez, estima-se entre 5 mil e 6 mil trabalhadores, distribuídos entre as áreas florestal, logística e industrial.

INÊS 249



**Logística** Recursos para expansão fazem parte de investimentos já anunciados de R$ 23 bi; varejista quer ampliar entrega em até 24 horas em todo país

# Mercado Livre vai dobrar centros de distribuição até 2025

**Adriana Mattos**
De São Paulo

O Mercado Livre informou ontem que deve abrir 11 novos centros de distribuição até o fim de 2025 no país, de forma que o total de centrais passará de 10 para 21 no Brasil. Se o grupo conseguir dobrar esse número, como anunciou, deve se tornar a varejista on-line com a maior área de armazenagem no país, superando Magazine Luiza e Casas Bahia.

A intenção é que outras partes do país atinjam prazo de entrega aos consumidores próximo ao registrado no Estado de São Paulo, quando boa parte do recebimento de mercadorias pelos clientes ocorre em até 24 horas.

Para este ano, os recursos para este reforço na área logística devem sair do plano de investimento de R$ 23 bilhões previsto para 2024, e já anunciado meses atrás. Seis dos 11 centros previstos devem ser inaugurados em 2024.

Ontem, Fernando Yunes, principal executivo do grupo no país, disse que o investimento total de 2024 deve ultrapassar os R$ 23 bilhões, por conta dos desembolsos em projetos totais já aprovados pela companhia.

O plano do grupo foi possível após um início de envio de produtos, para as regiões mais distantes do país, por meio de aviões, que é o tipo de logística mais cara para uma varejista. A companhia opera, por meio de parceria, nove aeronaves.

"Verificamos que havia uma demanda forte de clientes nessas regiões pela entrega aérea a partir de São Paulo, e com isso mapeado, avançamos com o projeto dos 11 centros de distribuição", afirmou o executivo.

O Mercado Livre não detalha eventuais custos e despesas futuras com esse investimento, considerando que os desembolsos com as centrais envolve um acordo de locação da área no formato "built to suit".

Nesse modelo, a companhia encomenda um imóvel customizado para alugá-lo no longo prazo, pagando pela locação. O espaço será disponibilizado também para lojistas parceiros do marketplace, que podem pagar para usar a área das centrais estocando os seus produtos.

Neste caso, trata-se de um acordo no formato "fulfillment". Todos os 11 centros serão abertos dentro desse modelo. São espaços que podem ser utilizados para armazenagem pelos lojistas que vendem na plataforma, e eles pagam pela prestação de serviços, inclusive pela entrega.

> "Expectativa é que, com produtos mais perto, custos com fretes caiam até 50%"
> *Luiz Vergueiro*

As 11 novas centrais do Mercado Livre estarão em locais como Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Pernambuco, além de Bahia e Ceará. Entre os novos endereços, 63% são fora de São Paulo. E com mais centrais perto de regiões metropolitanas, a empresa entende que conseguirá aumentar o total de envios que ocorrem no mesmo dia.

A expectativa é que, com produtos mais perto da casa dos clientes, os custos de frete sejam diminuídos em até 50%, com redução de preços para vendedores e consumidores, disse ontem o diretor de operações da companhia, Luiz Vergueiro.

De janeiro a junho, a receita da companhia no país cresceu 33% frente o mesmo período de 2023, e o Brasil representa cerca de 53% do faturamento total do grupo.

Mesmo não sendo tão forte no varejo de mercadorias pesadas, como refrigeradores e lavadoras, que ocupam maiores áreas, o Mercado Livre deve ultrapassar as concorrentes com a inauguração de cerca de 880 mil metros quadrados de 11 novos centros que começam a operar até dezembro do ano que vem.

Essa ampliação de área começa neste ano, com seis novos centros previstos a serem inaugurados, então é provável que essa liderança seja alcançada ainda em 2024. O Mercado Livre já é a maior plataforma e venda on-line da América Latina.

JULIO BITTENCOURT/VALOR



Fernando Yunes, responsável pelas operações no Brasil, diz que investimento total deve ultrapassar R$ 23 bi em 2024

A nova área total de 880 mil metros quadrados, se soma à atual da empresa, com 1,12 milhão de metros quadrados nos 10 centros de armazenagem já em operação, totalizando, 2 milhões de metros quadrados. Isso equivale a 270 campos de futebol, pela metragem padrão.

A Casas Bahia tem mais centros de distribuição hoje, num total de 25, com 1,12 milhão de metros quadrados, mesma área do Mercado Livre atualmente.

O Magazine Luiza tem 21 centrais com 1,13 milhão de metros quadrados. Isso quer dizer que há praticamente um empate entre as companhias, em termos de área de armazenagem disponível, e o investimento a ser feito por elas deve desempatar esse ranking.

Os cálculos foram feitos pelo **Valor** com base nos dados das companhias informados nos últimos balanços anuais de resultados, e considerando que as redes brasileiras não anunciaram planos de abertura de novos CDs até o momento.

Plataformas asiáticas têm menos centrais no Brasil e operam com maior volume de "cross dockings", usados como área de permanência de produtos apenas por poucas horas.

A base por metros quadrados a mais tem importância estratégica fundamental no on-line pelo fator logístico. Empresas aproximam a estrutura de distribuição dos clientes porque o prazo de envio e o valor de frete são fatores de decisão na hora da compra.

Quanto mais perto o produto da casa do cliente e mais barato o envio, maior a adesão de compradores aos programas de fidelidade (que atualmente são pagos), e maior é a adesão de lojistas ao sistema de "fullfilment".

É nos serviços oferecidos aos lojistas pelo "fullfilment", inclusive, que reside parte do crescimento de rentabilidade das empresas digitais no mundo.

# Tarifa mais cara reduz procura por viagens corporativas

**Passagem aérea**

**Cristian Favaro**
De São Paulo

A tarifa mais elevada do modal aéreo tem atrapalhado as vendas do setor de viagens corporativas no Brasil, e levou a uma desaceleração da indústria em agosto, segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp).

Os preços elevados têm afastado até mesmo os clientes corporativos, que sempre aceitaram pagar mais pelos bilhetes. Com isso, esses consumidores reduziram a frequência de viagens e passaram a buscar outros modais, como o rodoviário, ou a locação de automóvel. O câmbio também tem sido um dos vilões — e ajuda a explicar o salto dos preços dos bilhetes —, assim como o cenário econômico.

De acordo com levantamento da Abracorp, o faturamento do setor em agosto totalizou R$ 1,183 bilhão, aumento de 15% em relação ao mesmo mês de 2019, antes da pandemia da covid-19. Em comparação a agosto do ano passado, entretanto, o faturamento caiu 5,3%.

No mês, foram realizadas 1,699 milhão de transações envolvendo produtos corporativos, o que representa uma queda de 5,51% na comparação com o ano passado e de 5,72% contra igual mês de 2019 — esse é um dos indicadores em que as agências mais encontram dificuldades de recuperação. A Abracorp analisa mensalmente dados de 11 segmentos ligados ao mercado de viagens corporativas.

> **5,3%**
> **foi a queda do faturamento do setor**

Um dos principais fatores a comprometer a indústria atualmente é a tarifa aérea, segmento que representa mais de 60% do faturamento das agências corporativas no Brasil. O faturamento do modal totalizou em agosto R$ 712 milhões, alta de 3,1% sobre igual mês de 2019, mas uma queda de 11,5% na comparação com igual mês de 2023.

O volume de bilhetes aéreos emitido ao setor corporativo em agosto foi de 466.991, queda de 7,6% contra igual mês de 2023 e redução de 22,9% em comparação a 2019. Ou seja, o mercado mostra uma recuperação de receita por causa do bilhete mais caro, mas ainda tem um caminho a percorrer para ver uma retomada total em volume.

A tarifa aérea mais cara tem levado empresas a racionalizar as viagens corporativas, o que explica parte da queda no volume. Na outra ponta, quando possível, o setor tem buscado enviar funcionários por meio de outros modais para cumprir agendas de trabalho. Essa mudança de modal é muito perceptível em rotas mais próximas, como Rio e São Paulo, ponte-aérea que tem perdido clientes por causa dos preços mais salgados.

Um dos principais setores a se beneficiar da tarifa mais cara é o rodoviário. Em agosto, o faturamento do modal com vendas ao setor corporativo chegou a R$ 4,610 milhões, um grande salto de 375% se comparado a agosto de 2019 e 13,6% ante o mesmo mês do ano passado.

A locação de veículos também tem sentido mais demanda. O faturamento desse segmento em agosto totalizou R$ 32,878 milhões, alta de 106,6% contra igual mês de 2019 e de 1,1% na comparação com 2023.

# O tripé para vencer os desafios globais

**Inovação**



**Wellington Vitorino**

A interseção entre ciência, negócios e pessoas é, sem dúvida, um dos temas mais relevantes para o cenário empresarial contemporâneo. A crescente complexidade dos desafios globais, como mudanças climáticas, transformações digitais e segurança de dados, exige uma abordagem integrada desses três pilares.

Durante o Four Summit 2024, Austin Van Groningen, diretor do MIT Center for Information Systems Research (CISR), abordou o tema de maneira clara e assertiva, destacando o papel fundamental de universidades, como o MIT, como motores da inovação científica.

A ciência, entendida como a busca sistemática pelo conhecimento baseada em métodos empíricos, oferece a base para inovações tecnológicas que impulsionam o progresso. No entanto, a ciência, por si só, não é suficiente para enfrentar os desafios globais. É necessário um ecossistema que inclua tanto os negócios quanto a sociedade para que os avanços científicos sejam traduzidos em soluções práticas e escaláveis.

No contexto dos negócios, as empresas que adotam a transformação digital e utilizam dados de forma estratégica estão em melhor posição para prosperar em um ambiente em constante evolução.

Segundo pesquisas do MIT CISR, as empresas mais bem-sucedidas são aquelas que integram ciência e tecnologia em suas estratégias, desenvolvem capacidades analíticas robustas e constroem parcerias estratégicas. Um exemplo relevante trazido por Van Groningen foi o da Tetra Pak e do DBS Bank, que seguiram rotas estratégicas desenhadas pelas pesquisas do MIT, alcançando transformações impactantes em seus modelos de negócio.

Por outro lado, é impossível ignorar o papel das pessoas — sejam consumidores, funcionários ou líderes — como agentes de inovação e mudança. Uma abordagem centrada nas pessoas garante que as transformações tecnológicas gerem valor real. Dotar a força de trabalho com habilidades que permitam extrair o máximo valor de dados e novas tecnologias é mandatório. A Fidelity Investments, por exemplo, desenvolveu capacidades avançadas de monetização de dados, garantindo que seus funcionários tivessem as ferramentas necessárias para agregar valor aos seus clientes.

O sucesso dessa abordagem se apoia no seguinte tripé: estratégia, capacidades e parcerias. A definição de uma estratégia clara, voltada para o futuro, é essencial. O framework "Future Ready", criado pelos pesquisadores do MIT, oferece um mapa para as empresas se prepararem para as transformações digitais, alinhando suas iniciativas tecnológicas com os objetivos de negócio de longo prazo, o que permite otimizar a eficiência operacional.

O segundo pilar, desenvolvimento de capacidades, reside na habilidade de transformar dados em valor. Empresas que desenvolvem competências analíticas robustas e conseguem monetizar seus dados estão em uma posição privilegiada para navegar os desafios do futuro. Van Groningen sublinhou que essa capacidade é central para empresas que pretendem prosperar em um ambiente cada vez mais orientado por dados.

Finalmente, o terceiro pilar — parcerias estratégicas — é indispensável para inovação. A colaboração com startups, outras empresas e instituições acadêmicas criam um ambiente fértil para experimentação e desenvolvimento de soluções inovadoras. As parcerias estratégicas permitem que as empresas compartilhem riscos, explorem novos mercados e acelerem o desenvolvimento de inovações. Exemplos práticos incluem as colaborações entre a Schneider Electric e startups, que trouxeram novos valores aos seus clientes por meio de ecossistemas digitais.

À medida que o cenário empresarial global enfrenta desafios sem precedentes, a colaboração entre ciência, negócios e pessoas se torna mais crítica do que nunca. A ciência fornece a base para inovações disruptivas; os negócios têm o papel de transformar essas inovações em valor econômico; e as pessoas, tanto como beneficiárias quanto como agentes de mudança, são essenciais no processo de transformação.

A transformação digital e a inovação sustentável só podem ser alcançadas por meio de uma colaboração eficaz entre todos os agentes envolvidos. A integração entre ciência, negócios e pessoas é o caminho para criar valor real e duradouro. Para prosperar, as organizações devem adotar a abordagem tripla, capacitando, adotando uma estratégia orientada por dados e fomentando parcerias que permitam a inovação contínua e o sucesso de longo prazo.

**Wellington Vitorino** é diretor-executivo do Instituto Four
**E-mail** wvitorino@institutofour.org

**Consumo** Cinco milhões de beneficiários do Bolsa Família apostaram R$ 3 bi; gasto faz BC temer calote

# Brasileiros gastam R$ 20 bi ao mês com 'bets' e jogos

**Adriana Mattos e Helena Benfica**
De São Paulo

O Banco Central publicou, pela primeira vez, dados sobre o mercado de apostas esportivas e jogos de azar no país, e, os dados mostram um negócio bem acima do projetado pelos analistas, e com impacto direto no valor pago pelo Bolsa Família. Pelas estimativas do BC, os brasileiros têm gasto entre R$ 18 bilhões e R$ 21 bilhões ao mês com apostas e jogos on-line.

Em termos anualizados, isso representa 15% da receita do comércio varejista brasileiro e 3% do consumo nacional previsto para 2024, calculou o **Valor**.

Ontem, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, comentou o tema em evento, em São Paulo, e alertou para o risco de um aumento na inadimplência com o crescimento das "bets", especialmente nas classes mais baixas, e disse que o quadro é preocupante. "Começamos a ter a percepção de que vai ter um efeito na inadimplência na ponta. Nosso trabalho é levar ao governo e à sociedade nossas preocupações. Não cabe ao BC regular."

Segundo Campos Neto, o crédito neste ano está melhor que o esperado do "e a inadimplência até uns dois meses também estava um pouquinho melhor que o esperado, mas agora na baixa renda começou a ter um pouquinho de piora, e tem um tema muito relevante das bets."

Segundo a análise do BC, cerca de 17% dos cadastrados no Bolsa Família fizeram apostas em agosto, com base no cadastro de 2023.

Cinco milhões de pessoas pertencentes ao programa colocaram dinheiro nas plataformas no mês passado — 80% são chefes de família, que efetivamente recebem o valor do governo federal.

O **Valor** calculou que, ao se considerar os dados do programa deste ano, isso equivale a um a cada quatro beneficiados pelo Bolsa Família. Os números consideram apostas esportivas e jogos virtuais, como o "tigrinho", também conhecido como caça níquel.

Foram R$ 3 bilhões enviados pelos beneficiados do programa às empresas, via Pix, apenas em agosto. Isso representa 14% do total desembolsado em apostas e jogos de azar no mês no país.

Em agosto, a soma total alcançou R$ 21,1 bilhões (considerando apostas de empresas com registro localizado pelo BC e de operações que o órgão estima que sejam do setor).

De janeiro a agosto, a instituição projeta que cerca de 24 milhões de pessoas fizeram pelo menos uma transferência via Pix para as empresas de jogos. Ao se considerar a população economicamente ativa (PEA), equivalente a um quarto da PEA. Outro dado que chama a atenção é o perfil dos apostadores que fazem parte do Bolsa Família.

Dos 5 milhões de beneficiários que jogaram em agosto, 80% são chefes de família, e enviaram R$ 2 bilhões às empresas em apostas. Na soma total do programa, foram despejados R$ 3 bilhões. A mediana dos gastos foi de R$ 100.

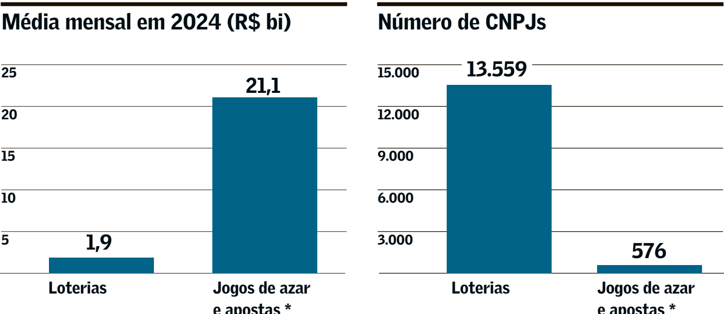
Além disso, a maior parte desse público de apostadores tem entre 20 e 30 anos. Entre os mais jovens, o montante está torno de R$ 100 mensais, enquanto entre aqueles com mais idade, o valor ultrapassa R$ 3 mil por mês.

A análise técnica preliminar do BC envolve transferências brutas, portanto, o BC faz a ressalva de cerca de 15% do que é gasto acaba sendo retido pelas empresas, e o restante é distribuído aos ganhadores como prêmio. Ou seja, volta para a conta dos apostadores.

Horas após a divulgação, empresas de "bets" e consultores começaram a levantar dúvidas sobre os dados, e devem levar questionamentos ao Banco Central. "Falar em R$ 20 bilhões ao ano, em jogos e bets, é muito. É algo que estava fora do que projetávamos e vamos tentar entender melhor isso", disse o diretor de uma líder em "bets".

O IDV, principal entidade do comércio, vem destacando o efeito desses gastos nas vendas do setor, e projetava até R$ 130 bilhões em gastos anuais das bets.

A análise do BC foi feita a partir de pedido do senador Omar Aziz (PSD-AM). ***(Colaboraram Estevão Taiar, Caetano Tonet, Gabriel Roca e Álvaro Campos).***




# Com M&A, Orizon passa a ter térmicas no portfólio

Pipe

**Resíduos**

**André Ítalo Rocha**
De São Paulo

A Orizon, de gestão de resíduos, adquiriu duas usinas termelétricas, uma em João Pessoa, na Paraíba, e outra em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco — as primeiras do seu portfólio de ativos. Os dois negócios, comprados do grupo italiano Asja, foram avaliados em R$ 156,6 milhões, montante que inclui dívidas e capital de giro, sendo R$ 32,4 milhões pela operação paraibana e R$ 124,2 milhões pela pernambucana.

Antes da aquisição, as duas térmicas da Asja já eram usadas pela Orizon, em um contrato que permitia que o biogás, produzido a partir do lixo acumulado nos aterros sanitários da empresa de resíduos, fosse usado como combustível para gerar energia elétrica. Até então, a Orizon ganhava apenas uma fatia da receita das usinas, sem ter participação acionária.

Depois de oito anos operando nesse modelo com a Asja, a Orizon passou a ter o direito da opção de compra dos ativos, previsto em acordo e exercido agora. "Fizemos essa parceria lá atrás, porque era um momento em que a companhia não tinha estrutura de capital para investir", disse Milton Pilão, CEO da Orizon. Segundo ele, a decisão de exercer a opção de compra estava tomada desde 2023.

As duas usinas, com capacidade de instalada somada de 33,2 MW, estão operando normalmente, mas a tendência é que seu uso seja diminuído a partir de 2025, porque a Orizon está construindo duas plantas de biometano (produzido a partir da purificação do biogás), em João Pessoa e Jaboatão, que vão gerar energia elétrica e também atender a um contrato de fornecimento para a Copergás, de gás natural, em leilão vencido no ano passado.

A Orizon opera mais quatro térmicas no país em modelos de parceria, duas com o Grupo Urca, em São Gonçalo e Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e mais duas com o Grupo Gera, em Barra Mansa, também no Rio de Janeiro, e Paulínia, no interior paulista. A empresa, porém, não tem planos de adquiri-las.

Com a aquisição das duas térmicas, a Orizon agora terá 100% da receita dos ativos. No segundo trimestre, essa divisão representou 15% da sua receita líquida.

Enquanto avança no Nordeste, a Orizon se prepara para erguer uma outra usina, uma de recuperação energética, que será tocada em sociedade com a Sabesp, esta focada em um processo que queima resíduos e gera energia a partir do calor. A empreitada vai marcar a entrada da Orizon no chamado "waste-to-energy". O investimento será de R$ 550 milhões e o plano é começar a operar em 2027.

**Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico**

## Curta

### Dragagem em Itapoá

O porto de São Francisco do Sul (SC) e o Porto de Itapoá, terminal privado do complexo portuário, obtiveram a licença de instalação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para aprofundar o canal da Baía da Babitonga, de 14 metros para 16 metros. Com isso, o complexo portuário poderá receber os grandes navios do mercado, de até 366 metros. A obra deve custar R$ 300 milhões e será financiada pelo terminal privado. O porto deverá abrir a licitação para contratar a dragagem, e a ideia é iniciar a obra neste ano.

INÊS 249



**Energia** Secretário-geral do cartel, Haitham Al Ghais diz que organização incentiva produção de todas as fontes, incluindo as renováveis

# 'Acabar com o petróleo no mundo é fantasia', diz presidente da Opep

**Kariny Leal**
Do Rio

Fontes renováveis ainda não conseguem fornecer toda a energia que o mundo precisa. É o que defende Haitham Al Ghais, secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O cartel é formado por 12 países que fazem acordos de cotas de produção e outros 10 não-membros, que participam de forma voluntária. O executivo disse, em entrevista ao **Valor**, que vai continuar existindo demanda para o petróleo, mas também destacou a importância de desenvolver fontes limpas: "A Opep está incentivando todas as formas de energia, incluindo as renováveis."

Al Ghais lançou nesta terça-feira (24), no Rio, o caderno anual de perspectivas de petróleo da Opep. Na publicação, o executivo diz ser "uma fantasia" a ideia de acabar com o petróleo e o gás no mundo (*ler matéria abaixo*).

O dirigente, que também é diplomata, participou da ROG.e, evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Ao apresentar o estudo, Al Ghais foi interrompido por uma ativista do Greenpeace, que levantou um cartaz com a frase: "Transição energética justa". No mesmo instante, a energia do galpão que recebe a ROG.e, na região portuária do Rio, foi desligada. No retorno ao palco, Al Ghais retomou a apresentação em tom descontraído. A seguir, os principais pontos da entrevista:

**Valor:** *Por que o relatório usa a palavra "fantasia" para se referir à ideia de acabar com o petróleo?*

**Haitham Al Ghais:** É importante explicar que nosso estudo está baseado em fatos e dados. Sem ideologia. Na Opep, temos mandato claro de fornecer o petróleo e a energia que o mundo irá precisar. Hoje, na matriz energética mundial, o petróleo representa 30%. Se somar o gás, chega a 55%. Dizemos que é fantasia porque não é fácil tirar isso tudo da matriz energética. O mundo continua crescendo e precisando de mais energia de todas as fontes. Somos contra a visão de alguns de que temos que retirar petróleo e gás da matriz energética e colocar outras fontes de energia, seja renovável, solar ou eólica. O mundo vai crescer tanto que vamos precisar de tudo. Não somos contra as renováveis, quero deixar isso claro. A Opep incentiva todas as formas de energia, incluindo as renováveis. Quase todos os nossos países-membros estão investindo bilhões de dólares em energias renováveis, assim como em tecnologias como captura e armazenamento de carbono e em hidrogênio.

**Valor:** *Então o senhor acredita no mix de todas as formas de energia?*

**Al Ghais:** Sim. É por isso que dizemos que é fantasia. Quanto dinheiro foi investido em transição em todos esses anos? Hoje, as energias renováveis ainda não conseguem fornecer toda a eletricidade que o mundo precisa. Somente 3% ou 4% da matriz energética mundial é de renováveis. A entrada de veículos elétricos ainda está em desenvolvimento. Outro fator importante é a pobreza energética no mundo. Mais de 670 milhões de pessoas não têm acesso a energia elétrica. O crescimento de nova demanda por energia tem vindo do mundo em desenvolvimento, não do mundo desenvolvido.

> "Somos contra a visão de que temos que retirar petróleo e gás da matriz"

**Valor:** *Quais lições o Brasil pode tirar do caderno deste ano?*

**Al Ghais:** O Brasil é um líder, demonstrando ao mundo como pode ser produtor de todas as fontes de energia. Morei no Brasil. Me lembro que, quando eu morava aqui no fim dos anos 1980, o Brasil era o único país do mundo que colocava álcool nos carros. O Brasil é pioneiro em usar etanol em veículos. O país é um líder e está mostrando ao mundo como usar todas essas formas de energia de maneira responsável. Cerca de 90% da energia produzida no Brasil vem de fontes limpas, mas ainda assim é um crescente produtor de petróleo. O país está se tornando um dos maiores produtores de petróleo pelos próximos anos e ainda está investindo em biocombustíveis, todas as outras fontes de energia, como solar e eólica. Eu não tenho uma mensagem para o Brasil. Eu tenho uma mensagem para o mundo, para que siga o que o Brasil está fazendo. Isso é o que estamos tentando fazer em outros países-membros da Opep. A Argélia, por exemplo, tem muita energia solar. A Arábia Saudita até 2030 terá 50% da produção de energia elétrica oriunda de fontes renováveis. Os Emirados Árabes têm energia nuclear, solar e eólica. O meu país, o Kuwait, terá 30% da matriz energética vinda de geração solar daqui a seis anos. Nós acreditamos que o mundo vai precisar de tudo, porque a demanda de energia irá crescer 24% até 2050. O mundo vai consumir 24% mais energia até lá. Outro ponto importante é que, falamos muito sobre transição energética, mas o mundo está mudando constantemente. O consumo de energia está sempre em transição. Mas é importante saber que o mundo está acrescentando fontes de energia, não subtraindo.


LEO PINHEIRO/VALOR
Haitham Al Ghais, da Opep: "Mundo vai precisar investir quase US$ 17,4 trilhões daqui até 2050 na cadeia do petróleo"

**Valor:** *O carvão é uma exceção?*

**Al Ghais:** O carvão tem diminuído, mas o petróleo e o gás estão estáveis. Vemos que o consumo de gás deve aumentar por ser um combustível limpo. O petróleo também é um combustível limpo. Temos tecnologias para fazer com que seja limpo. Temos tecnologias para reduzir emissões. O problema que temos hoje são as emissões, e não a fonte de energia. O mundo tem que focar no que diz o Acordo de Paris, que afirma que temos que reduzir emissões e não reduzir o consumo de petróleo ou gás.

**Valor:** *Como está a relação do Brasil com os membros da Opep?*

**Al Ghais:** Desde quando me tornei secretário-geral da Opep [em 2022], vim para o Brasil três vezes, contando esta. Em outubro do ano passado, tive a honra de encontrar o presidente Lula, com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, com Alexandre Silveira, de Minas e Energia e com a Petrobras. Estamos desenvolvendo essa relação de forma rápida e amigável, porque temos entendimentos em comum. Nós convidamos o Brasil para entrar na nossa carta de cooperação. É uma plataforma voluntária para países produtores de petróleo, que fazem parte da Opep e os que não fazem parte, para terem um diálogo, e nada mais. É um diálogo sobre troca de informações, de experiências, sobre discussões que envolvem energia no mundo, seja matriz energética ou a experiência do Brasil que pode passar para outro país e vice-versa. Isso também abre portas para investidores entrarem no mercado brasileiro e para companhias brasileiras trabalharem em outros países. Estamos felizes que o Brasil ache que essa cooperação técnica é uma boa plataforma. Queremos fazer a cooperação com países que têm tecnologias e experiências no mercado mundial de petróleo. A Opep existe há 64 anos. Podemos trazer muito para o lado brasileiro e o Brasil pode trazer muito para a Opep e nossos parceiros.

> "Brasil está mostrando como usar todas as formas de energia"

**Valor:** *Qual a visão da Opep sobre os conflitos no Oriente Médio?*

**Al Ghais:** Não quero falar sobre política. Posso dizer que estamos sempre olhando a estabilidade do mercado. Esse é nosso mandato, estabilizar o mercado de petróleo, que representa 30% da energia do mundo. Os derivados fazem parte do dia a dia. É importante para nós assegurar o fornecimento de petróleo. Significa que continuamos investindo em petróleo. Nosso estudo diz que o mundo vai precisar investir quase US$ 17,4 trilhões daqui até 2050, seja em produção de petróleo, exploração, refino, petroquímica ou logística. Por isso, nosso mandato é dar certeza de que o mercado está estável para que investidores tenham apetite de investir. Em comparação com outras commodities, o petróleo é a que tem a menor volatilidade.

**Valor:** *Podemos dizer que existe uma segurança agora?*

**Al Ghais:** Essas coisas [conflitos] acontecem sempre.

# Cartel prevê alta de 24% na demanda por energia até 2050

Do Rio

A coexistência do petróleo e gás com fontes renováveis de energia dá o tom do caderno anual de perspectivas para o setor elaborado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Lançado nesta terça-feira (24) na ROG.e, evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) no Rio, o estudo reforça a necessidade de combinar a produção da commodity com a busca por redução das emissões de gases de efeito estufa.

Conforme a publicação, a Opep estima que a demanda por energia global deve aumentar 24% até 2050, induzida pelo crescimento dos países de fora da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para atender a essa demanda, o cartel espera uma expansão em todas as fontes de energia, com exceção do carvão: "Só para o petróleo, a demanda deve atingir 120 milhões de barris por dia até 2050, com potencial para ser maior. Não há pico de demanda por petróleo no horizonte", diz trecho do documento.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário-geral da Opep, Haitham Al Ghais, afirma que o que embasa os estudos da Opep são os dados: "Temos base técnica, sem ideologias. Nosso mandato é garantir o fornecimento do petróleo e da energia que o mundo irá precisar."

Segundo Al Ghais, uma visão realista das expectativas de crescimento da demanda exige investimentos em petróleo e gás. A estimativa da Opep é que, só para o petróleo, o mundo terá necessidade de investimento de US$ 17,4 trilhões até 2050.

A Opep reforça que as petroleiras estão desempenhando importante papel no desenvolvimento de novas tecnologias em busca de reduzir emissões, o que prova, na visão do cartel internacional, que é possível avançar em busca de zerar os poluentes ao mesmo tempo que continua produzindo o petróleo que o mundo precisa.

"O caderno também destaca a necessidade de intensificar os esforços para reduzir as emissões, melhorar continuamente a eficiência e introduzir soluções de baixo carbono. Neste sentido, a indústria já está desempenhando um papel", afirma a organização no documento.

A publicação reforça ainda a necessidade de encontrar uma forma de unir o desenvolvimento de ferramentas que reduzam emissões, e as necessidades energéticas ao redor do mundo.

"Durante o ano passado, houve um reconhecimento adicional de que o mundo só pode introduzir novas fontes de energia em escala quando estiverem genuinamente prontas, economicamente competitivas, aceitáveis aos consumidores e com a infraestrutura adequada instalada. Além disso, é necessário continuamente reconhecer as diferentes circunstâncias e abordagens nacionais para todas as nações, tendo em mente inclusão e o princípio de que há responsabilidades comuns, mas diferenciadas", ressalta a Opep.

O documento reforça também a importância a médio prazo dos volumes de líquidos totais, que somam petróleo e condensados de gás natural, produzidos por países fora do acordo de cotas da Opep, que devem sair de um nível de 51,7 milhões de barris por dia em 2023 para 58,8 milhões de barris por dia em 2029.

Os Estados Unidos lideram esse grupo, com expectativa de crescimento de 2,3 milhões de barris por dia de 2023 a 2029. O Brasil está na segunda posição, com expectativa de aumento de 1 milhão de barris por dia.

No horizonte mais longo, até 2050, a organização internacional estima que a produção esteja em 57,3 milhões de barris por dia, considerando um declínio da produção americana depois de atingir um pico em 2030.

"Isso [o declínio dos Estados Unidos] é mais do que compensado por uma produção maior na América Latina, Canadá, Oriente Médio [fora da Opep] e ganhos globais de processamento de refinaria. Outras regiões terão apenas uma mudança modesta", diz a publicação. ***(KL).***

# Petrobras quer evitar volatilidade no preço interno

**Combustíveis**

**Fábio Couto**
Do Rio

A Petrobras acredita que é fundamental, no atual momento, evitar trazer a volatilidade das cotações de petróleo e derivados no mercado externo para os preços domésticos. De acordo com o diretor de logística, comercialização e mercados da Petrobras, Claudio Schlosser, o mercado apresenta nível de volatilidade que dificulta qualquer percepção de mudança estrutural das cotações, e a decisão de reajustes de combustíveis pela estatal é baseada em critérios técnicos, com base nos modelos da companhia, para evitar "movimentos bruscos".

"Em fevereiro, o preço do petróleo era de US$ 94 o barril. Recentemente, chegou a US$ 70, depois subiu para US$ 75", observou Schlosser, em entrevista a jornalistas após participar de painel na ROG.e, antiga Rio Oil & Gas, promovida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Em paralelo, o executivo afirmou que a estratégia comercial da Petrobras considera parâmetros como logística, custo de frete, transporte e sazonalidade, além das cotações internacionais e "market share". Ele observou que a empresa "não segue mais" o preço de paridade de importação (PPI), que compara preços internos e externos. Schlosser disse ainda que a estrutura da companhia leva a custos menores de abastecimento do país quando comparado com o PPI. "Tem momentos que estaremos acima, tem momentos que estaremos abaixo. É essa a estratégia a que nós nos propomos [a adotar] desde o ano passado."

Sobre uma eventual decisão tomada para reajustar preços de combustíveis, Schlosser disse que a estatal não antecipa nenhum tipo de movimento: "Essa tem sido a postura da companhia, para não ter implicações no mercado."

No evento, Schlosser disse que as refinarias terão papel fundamental na transição energética, como porta de entrada para a oferta de biocombustíveis. Ele afirmou também que a Petrobras e o Brasil possuem desafios para vender produtos de energia renovável, especialmente biocombustíveis, em países cuja demanda por produtos verdes seja crescente, diante das metas de descarbonização.

"Temos que trabalhar em parceria para fazer o 'advocacy' [defesa] dos nossos produtos", afirmou, lembrando desafios como a certificação da matéria-prima nacional, de forma a evitar possíveis barreiras comerciais.

## Curtas

### Equatorial na Sabesp

A Equatorial, que se tornou sócia de referência da Sabesp com a privatização, não vê risco iminente de racionamento, afirmou o presidente do grupo, Augusto Miranda, ao ser questionado sobre o tema, em evento do Safra, em São Paulo. Ele destacou as obras feitas pela companhia após a crise hídrica de 2014. Perguntado sobre o interesse nas próximas concessões regionais em São Paulo, Miranda disse que a prioridade serão os investimentos contratados para a universalização, mas qualquer oportunidade dentro do Estado faz sentido para a empresa.

### CCR seletiva

A CCR será seletiva nos próximos leilões de rodovias, segundo o presidente Miguel Setas, que falou na terça (24) em evento do Safra. Até o fim deste ano, a empresa prevê oito licitações, mas "vai escolher uma parte para participar", segundo ele. Nesta quinta (26), o grupo já deverá disputar o leilão da BR-040 entre Cristalina (GO) e Belo Horizonte, que recebeu proposta de outros três concorrentes. Setas disse que o aumento da concorrência é positivo. "Isso dá maturidade ao setor. Vai ter consequência de perdermos algumas oportunidades, mas faz parte."

**Ensino** As três companhias têm assessores financeiros engajados nas conversas para estudar transação

# À venda, Vitru negocia com Cruzeiro do Sul e Yduqs

Pipe

**Maria Luíza Filgueiras**
De São Paulo

A Vitru contratou os bancos UBS BB e Itaú BBA para encontrar um comprador ou um potencial sócio em operação de fusão, apurou o **Pipeline**. Estão na mesa em tratativas com a companhia a Cruzeiro do Sul Educacional, assessorada pelo BTG Pactual, e a Yduqs, assessorada pelo Morgan Stanley, conforme três fontes com conhecimento do assunto.

No caso da Cruzeiro do Sul, trata-se de uma fusão de companhias hoje de portes semelhantes, mas cujo desenho de governança é um item de debate para acomodar famílias e fundos acionistas de ambos lados. Já para Yduqs, seria uma aquisição, o que torna a discussão sobre preço mais sensível dada a demanda por prêmio por parte da Vitru.

Já houve conversa sobre preço nos dois casos, mas não há proposta vinculante. A depreciação das ações ainda complica uma avaliação satisfatória na troca de papéis ou no desembolso em dinheiro, disseram as fontes. Por isso, ainda não há definição se a tratativa vai avançar com alguma das partes.

Tanto Vitru quanto Cruzeiro do Sul têm baixa liquidez em bolsa. A Vitru foi listada em bolsa americana, mas acabou transferindo a negociação para B3, o que não se refletiu em maior volume de negociação.

Ontem, as ações das três companhias foram impactadas pela operação de fusão e aquisição. Os papéis da Yduqs fecharam em alta de 2,13%, cotados a R$ 9,60, enquanto os da Cruzeiro do Sul subiram 3,05%, a R$ 3,38. Durante o pregão de terça-feira, as ações da Vitru subiram após a notícia de potencial M&A, mas fecharam com ligeira queda de 0,43%, negociadas a R$ 9,27.

Em um ano, as ações da Yduqs caíram 50%, a Cruzeiro do Sul desvalorizou 22% e a Vitru cai 30% desde junho, quando veio para a B3 — na Nasdaq, foi listada a US$ 16 em 2020 e, quando decidiu fazer a migração este ano, o papel era cotado a US$ 9,07.

Com a forte reprecificação dos ativos de educação em bolsa desde a pandemia, discussões regulatórias e dificuldade de digerir aquisições, conversas entre os grupos para alternativas de M&A têm sido uma constante — mas não haviam chegado ainda à fase de propostas, mesmo que iniciais e não vinculantes.

A Vitru tem entre os principais acionistas, com mais de 10% de participação cada, fundos como SPX Carlyle, Vinci, Crescera e 23S. A família Zaher e a Advent são acionistas de referência da Yduqs e a Cruzeiro do Sul é investida do GIC.

Numa outra movimentação desse contexto de educação e investida de fundo de private equity, a General Atlantic decidiu tirar a Arco Educação da bolsa americana, em acordo com a família fundadora — fechando capital da empresa, que consideravam desvalorizada em bolsa.

Procuradas pelo **Pipeline**, a Vitru não comentou; Cruzeiro do Sul Educacional e Yduqs disseram que "não comentam rumores de mercado".

**Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico**

# Escola Red House recebe aporte de R$ 100 milhões

**Beth Koike**
De São Paulo

A Red House — rede de escolas internacionais fundada pela família Lam e que tem o fundo Gama como sócio — fez um novo aporte de capital de R$ 100 milhões. No total, entre as captações já realizadas desde 2020, recursos dos fundadores e investimentos de sócios das escolas, o grupo educacional já levantou R$ 450 milhões, que estão sendo investidos em expansão e projeto pedagógico.

A gestora Gama, cuja participação é de 60%, já fez três captações que somam cerca de R$ 300 milhões. Esses recursos vieram dos mesmos investidores: famílias brasileiras ricas, que gostam da tese de educação com retornos de longo prazo.

A maior parte dessa nova entrada de capital é destinada à expansão orgânica. Em 2020, a Red House tinha apenas unidades em São Paulo e chegará ao próximo ano com 20 escolas em várias regiões do país. Em localidades com culturas específicas, o grupo tem um sócio local que passa a ter até 40% da escola. Esses investidores já desembolsaram um total de R$ 100 milhões para a construção de escolas que têm, em média, uma área de 10 mil m². Em caso de evento de liquidez, há um acordo em que esses sócios das escolas passam a deter uma participação na holding.

"Ficamos surpresos com a receptividade em outras praças. Em Curitiba, mercado que costuma servir de teste para novos produtos e operações, já temos 400 alunos em apenas dois anos de atividades", disse Michel Lam, presidente da Red House International School, que usa a mesma bandeira em todo o país. No mercado de educação básica, os colégios têm marcas regionais diferentes do que ocorre no ensino superior, em que é comum haver uma marca nacional.

"Hoje, temos 3 mil alunos, mas nossas escolas têm capacidade instalada para 12 mil. Ou seja, a expansão já está garantida. Hoje, o nosso foco é o crescimento orgânico, mas no futuro, podemos acelerar essa expansão via aquisições", complementou Jonas Gomes, sócio da Gama Capital e ex-Abril Educação. Ele lembra que a Red House não tem endividamento, mas está nos planos alavancar.

**3 mil**
**é o número de alunos que o grupo possui**

A Red House trabalha com mensalidades entre R$ 8 mil e R$ 12 mil, nas unidades de São Paulo, e deve encerrar o ano com receita de R$ 120 milhões.

A outra parte dos recursos será destinada ao projeto pedagógico, que foi desenvolvido internamente, e plataforma educacional. "Estamos investindo R$ 5 milhões, por ano, no nosso projeto pedagógico, durante quatro anos. É um modelo bilíngue que trabalha também habilidades socioemocionais e conteúdo. Atendemos desde a educação infantil até o ensino médio, um ciclo que muitas escolas bilíngues não atendem", disse Raquel Lam, diretora pedagógica da Red House.

Raquel e seu marido, Moisés Lam, criaram a rede de escolas de inglês para crianças Red Balloon, que hoje pertence à Cogna. A família Lam também entrou como investidora nesse novo aporte.

O mercado brasileiro de escolas premium e bilíngue vem sendo alvo de grande interesse de grupos educacionais estrangeiros, que têm assinado cheques polpudos para entrar no Brasil, onde o número de alunos estudando na rede privada é inferior a 20% do total.

A Red House é uma das que constantemente é procurada por esses investidores, mas no momento o grupo não tem interesse em se associar aos grupos estrangeiros. "Somos sempre procurados e conversamos com eles, mas não é o momento", disse Michel. "Ainda estamos começando, temos apoio das famílias que estão conosco desde o começo", complementou o sócio da Gama.

No mês passado, o grupo inglês Nord Anglia comprou a Escola Móbile. Anteriormente, adquiriram a Avenues School (unidades São Paulo e Nova York) e a British College Brazil, na capital paulista.

Em 2022, o grupo Inspired, com sede em Londres, pagou R$ 2 bilhões pela Escola Eleva, o equivalente a 25 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Essa transação da Eleva, que tinha entre seus sócios o empresário Jorge Paulo Lemann, foi a maior já fechada no setor.

GABRIEL REIS/VALOR



**Jonas Gomes (esq.), Raquel e Michel Lam: Investimento de R$ 5 milhões, por ano, no projeto pedagógico**

INÊS 249



**Luxo** Com a sombra dos lucros do 2º trimestre em queda, grifes vão desfilar suas coleções até 1º de outubro na capital francesa

# Dior mostra em Paris roupa prática, do trabalho à festa

**Pedro Diniz**
Para o Valor, de Paris

VIANNEY LE CAER/INVISION/AP



**No desfile da Dior, o alvo da estilista Maria Grazia Chiuri foi a praticidade para o dia a dia, sem estardalhaço**

Treze seguranças ladeavam um único bloco da primeira fila do desfile da grife Christian Dior na tarde desta terça-feira (24), no Museu Rodin, em Paris. Havia motivos para tanto. É que a primeira-dama da França, Brigitte Macron, havia acabado de sentar entre a rainha da Noruega, Sônia Haraldsen, e Bernard Arnault, fundador e presidente do grupo LVMH do qual a marca faz parte, como convidada da apresentação.

Ficou claro, ali, que o evento não só serviu de pontapé para a temporada de desfiles de primavera-verão 2025 da semana de moda Paris, mas também como uma demonstração de força da indústria do luxo direcionada à audiência.

Se os balanços do segundo trimestre apontaram uma retração nos lucros dos principais conglomerados, notadamente o Kering, de Gucci e Saint Laurent, e LVMH, de Louis Vuitton e Tiffany & Co, a resposta foi dada naquele triz pré-desfile. O aviso do clã Arnault aos analistas, e também aos convidados atônitos pela visita ilustre de Brigitte dentro da caixa gigante montada pela grife no jardim do museu, parecia ser de que o futuro do negócio será de céu azul com algumas nuvens, tal qual a intervenção plástica que preencheu a passarela e a área externa da redoma de madeira onde ocorreu o desfile.

A presença de três dos cinco herdeiros da família, Delphine, a executiva-chefe (CEO) da Christian Dior, Frédéric, o CEO da divisão de relógios do grupo, e Jean Arnault, o mais jovem dos irmãos e que, em julho passado, assumiu o posto de diretor de marketing e desenvolvimento dos relógios da Louis Vuitton, também reforçava a contundência da imagem, rara, como símbolo da transição sucessória em curso na família mais poderosa da moda global.

Nos primeiros segundos do desfile, um outro golpe de imagem. A multiartista Sagg Napoli, conhecida no circuito das artes visuais pelo uso do arco e da flecha, entrou vestida de amazona para mirar um ponto distante do tablado e disparar flechas para o alvo várias vezes. Os erros e acertos soaram como recados da estilista Maria Grazia Chiuri, a diretora criativa da Dior.

Chiuri conjugou na coleção uma mistura de roupas esportivas e bases clássicas, como a alfaiataria, para tratar do desejo de que a roupa volte a assumir sua proposta básica de ser item funcional, o que, em texto à imprensa, a grife descreveu como "uma volta às origens do que conecta o corpo ao que se veste".

Trocando em miúdos, pregou-se menos estardalhaço, típico da série de tendências nascidas nas redes sociais, e mais roupa bem feita para o dia a dia, do escritório à festa. O alvo da estilista foi a praticidade. A dualidade do preto e do branco, portanto, tingiu a maioria das propostas da Christian Dior, com um ou outro elemento em vermelho.

Apoiada nas formas de um vestido criado pelo estilista que dá nome à marca nos anos 1950, o "amazone dress", Chiuri apostou em farta oferta de camisaria combinada a saias e calças, aparentemente simples não fossem os recortes e as linhas diagonais que emprestaram certa rigidez gráfica.

Jaquetas do tipo "bomber", peças finalizadas com aviamentos metalizados e vestidos com linhas brancas estampadas em toda a extensão do corpo conferiram o aspecto jovem que a grife parece querer incluir no portfólio clássico de sua história.

Havia bordados pontuais e vestidos lânguidos tingidos em bege, do tipo de silhueta helênica que, nas últimas temporadas, deu o tom das propostas da Dior. A grife participou ativamente do guarda-roupa visto nos Jogos Olímpicos de Paris –assim como todo o grupo LVMH, um dos patrocinadores do evento – tendo vestido Celine Dion e Lady Gaga para as performances da cerimônia de abertura. Portanto, fizeram sentido as referências ao esporte, à indumentária grega e ao esforço de criar "amazonas modernas", como definiu o texto da apresentação.

> "Muitas [marcas] estão navegando em um crise momentânea"
> *Cláudia d'Arpizio*

> **28**
> **de outubro é quando a Hermès desfila**

Sob o prisma mercadológico, tanto a coleção da Dior quanto esta temporada de desfiles de verão iniciada em Paris devem se basear nas respostas práticas da moda à acomodação dos gastos com itens de luxo após um boom no pós-pandemia.

Um estudo da Bain & Company produzido em parceria com a associação italiana Altagamma, publicado em junho, afirma que no cenário de "leve declínio" das vendas de artigos pessoais registrado no primeiro trimestre, as marcas "precisarão investir em facilitadores de crescimento e defender os principais elementos do negócio".

Não à toa, desde a semana de moda de Milão, que terminou no último fim de semana e é prelúdio desta temporada iniciada em Paris, novas versões de bolsas e múltiplas propostas de acessórios apareceram nas passarelas de ícones da moda italiana, como Prada, Fendi e Dolce & Gabbana.

No relatório, a sócia da Bain & Company e autora do estudo, Cláudia d'Arpizio, afirmou que "muitas [marcas] estão navegando em uma crise momentânea, impulsionadas por pressões macroeconômicas e uma base de clientes polarizada". "Isso representa um momento único para definir um novo caminho a seguir", disse.

Nesse esforço de forjar novas conexões, a Valentino fará no próximo domingo (29) uma das estreias mais aguardadas da temporada, a do estilista Alessandro Michele à frente da direção criativa da marca.

Ex-estilista da Gucci, ele foi o responsável por tirar a marca italiana do ostracismo em 2015 e multiplicar seu tamanho nos anos seguintes por meio de uma bem coordenada oferta de clássicos costurados sob uma ótica que, se por vezes soou extravagante, também tornou a marca querida entre jovens da Geração Z (nascidos entre a segunda metade da década de 1990 até o início da década de 2010).

No antigo emprego, essa fórmula se esvaziou e a expectativa agora é sobre o que ele pretende fazer na Valentino e para quais alvos, para usar a metáfora da Christian Dior no desfile desta terça, irá atingir em sua coleção de estreia.

Outra apresentação aguardada pela indústria é a da Hermès, no sábado (28), por ser uma das poucas casas de moda que conseguiram manter o crescimento vertiginoso em meio às turbulências. No ano passado, ela se tornou a segunda grife mais valiosa do luxo, com valor de mercado estimado em US$ 218 bilhões, e atrás apenas do grupo LVMH e seus US$ 458 bilhões de grandiosidade no mercado.

Também espera-se que a Chanel, ainda sem sucessão criativa desde a saída da estilista Virginie Viard do posto de diretora artística, em junho, agora mostre os rumos que pretende tomar em seu estilo no médio prazo. O desfile ocorre no último dia da maratona parisiense, em 1° de outubro, e antecede apresentações importantes como a da Louis Vuitton, Miu Miu e Lacoste.

# Custo com ciberataque sobe 11,5% no país

**Tecnologia**

**Daniela Braun**
De São Paulo

Os custos de empresas brasileiras com vazamentos de dados e ataques cibernéticos no Brasil alcançou US$ 1,36 milhão de dólares por empresa este ano (R$ 7,44 milhões na conversão do dólar desta terça-feira pelo Banco Central), aumento de 11,5% em relação a 2023, aponta a pesquisa "Custo do Vazamentos de Dados", feita pela IBM.

O estudo realizado em parceria com o instituto de pesquisas Ponemon, avaliou incidentes de segurança em 604 organizações no mundo, de março de 2023 a fevereiro de 2024.

Entre 16 países e regiões avaliados, o custo médio de uma violação de dados alcançou US$ 4,9 milhões (R$ 26,8 milhões), crescimento de 10% em base anual.

Para chegar ao valor médio por incidente de cibersegurança, a análise considera, por exemplo, o valor de mercado da empresa, o tipo de informação à qual cibercriminosos tiveram acesso — se é um dado sensível, pessoal, interno ou de clientes externos, por exemplo — e até o valor de revenda de dados a outros bandidos, explica Fábio Mucci, que comanda a área de segurança da IBM Brasil. "É feita também uma comparação do impacto do incidente sobre a imagem da empresa afetada", diz Mucci, ao **Valor**.

Organizações dos setores de saúde e serviços pagam mais caro por incidentes de segurança da informação. No Brasil, o custo médio de incidentes no setor de saúde foi de R$ 10,46 milhões. No setor de serviços, o valor médio alcançou R$ 8,82 milhões.

Os Estados Unidos apresentaram o maior custo por vazamento de dados (US$ 9,36 milhões) pelo 14º ano consecutivo do levantamento. No entanto, o valor recuou em relação a 2023. O mesmo ocorreu no Canadá. Mucci explica que a redução do custo por invasão nestes países reflete programas de treinamento de funcionários em cibersegurança como a adoção da inteligência artificial (IA) na prevenção e no rastreio de ameaças. "O treinamento e o aprendizado de máquina foram os principais fatores de redução dos custos médios de violação de dados", diz o executivo.

A falta de visibilidade sobre onde estão armazenados os dados da empresa, entre diversos dispositivos, infraestrutura interna e de computação em nuvem, e o controle sobre quem pode acessá-los são os principais vetores da alta de custos com vazamentos. "Não saber se aquele dado pode estar exposto a perfis que não deveriam acessar informações sensíveis, por exemplo, é um risco alto", diz Mucci.

**Custo de um ciberataque**
Custo médio por incidente de segurança em diferentes países

| | 2024 (US$ milhões) | 2023 (US$ milhões) | Variação em base anual (%) |
|---|---|---|---|
| EUA | 9,36 | 9,48 | -1,27 |
| Alemanha | 5,31 | 4,67 | 13,7 |
| Itália | 4,73 | 3,86 | 22,5 |
| Canadá | 4,66 | 5,13 | -9,16 |
| Reino Unido | 4,53 | 4,21 | 7,6 |
| Brasil | 1,36 | 1,22 | 11,5 |

Fonte: IBM - Setembro/2024

# No Golfo Pérsico, mais centros de dados para IA

**Chloe Cornish**
Financial Times, de Dubai

A Ooredoo, companhia de telecomunicações do Catar, está tomando crédito de 2 bilhões de riais (US$ 550 milhões) para ampliar sua rede de centros de dados. Assim, a nação do Golfo Pérsico rica em gás está tentando aproveitar a infraestrutura de informações que atravessa o Oriente Médio.

A Ooredoo é controlada majoritariamente pelo governo do Catar, mas listada e administrada de forma independente. Sua subsidiária de centros de dados, a Mena Digital Hub, obteve um financiamento de 10 anos junto a três bancos cataris e pretende reformar e ampliar seus centros de dados para atender a demanda por aplicações de inteligência artificial (IA).

Os países exportadores de petróleo do Golfo Pérsico estão apostando muito na IA para diversificar suas economias dependentes dos hidrocarbonetos. Eles acreditam que podem fornecer a energia barata necessária para alimentar os armazéns de computação famintos por energia que processam grandes quantidades de dados para usos de IA.

Analistas preveem que a Arábia Saudita, a maior economia da região, e os Emirados Árabes Unidos (EAU), focados em tecnologia, se tornarão os maiores mercados para centros de dados e IA.

A Ooredoo tem grandes ambições. Ela pretende criar 120 MW de capacidade de centros de dados nos próximos cinco anos. Isso equivale a cerca de metade do atual mercado de 237 MW da região, segundo dados da companhia imobiliária internacional Cushman & Wakefield, que projeta que esse número irá mais que dobrar para 537 MW até 2029.

Em junho, a Ooredoo firmou uma parceria com a fabricante americana de semicondutores Nvidia, que produz chips que podem ser usados em centros de dados para atender a intensa demanda de computação de IA.

No Golfo "há espaço para provavelmente três ou quatro grandes concorrentes", disse ao "Financial Times" o diretor-executivo da Ooredoo, Aziz Aluthman Fakhroo. "Esperamos ser um deles."

Além de energia barata e terras vazias, o Golfo Pérsico é um mercado particularmente atraente para os armazéns de computação porque as autoridades reguladoras exigem que os dados locais sejam processados dentro do país. "Já temos 26 centros de dados [nos principais mercados da Ooredoo] e estamos crescendo", disse Fakhroo, observando que "30% da conectividade mundial flui através da região". A Ooredoo tem centros de dados no Catar, Kuwait, Iraque, Omã, Tunísia e Indonésia.

Mas a construção de centros de dados pode ser lenta, de 18 a 24 meses. "Esse é um problema bom que temos, mas ainda assim é um problema. Não consigo entregá-los rápido o suficiente."

Além da competição por processadores de IA de grande demanda, os EUA colocaram países do Golfo em uma lista de regiões que precisam de licenças para exportar tecnologias de ponta, em razão de preocupações com possíveis vazamentos para a China.

O acesso aos chips de IA fabricados nos EUA é apenas uma das maneiras pelas quais os países do Golfo Pérsico acabaram sendo pegos no fogo cruzado entre Washington e Pequim envolvendo o comércio e a tecnologia. Fakhroo disse que isso significa manter os hardwares chineses fora dos centros de dados que atendem empresas ocidentais. A Ooredoo trabalha com a Huawei da China, mas como seus clientes de centros de dados incluem Microsoft e Google, eles "estão executando tecnologia ocidental e não oriental".

A Ooredoo criou a Mena Digital Hub e que planeja investir US$ 1 bilhão para ampliar sua capacidade nos próximos anos. ***A (Tradução de Mário Zamarian)***

# Dono da LVMH é alvo de forte crítica

**Adrienne Klasa**
Financial Times, de Paris

O executivo-chefe da LVMH, Bernard Arnault, recebeu fortes críticas de grupos de comunicação franceses – inclusive de alguns que ele controla – por causa de um memorando aos funcionários do conglomerado de artigos de luxo em que proíbe o contato com jornalistas de certos veículos.

Em uma carta aberta publicada no jornal "Le Monde" ontem (24), os sindicatos de jornalistas dos grupos de comunicação manifestaram solidariedade às publicações visadas. Lembraram a Arnault que a "missão da imprensa" não é "transmitir os comunicados oficiais de empresas e instituições", mas informar. "Isso constitui um dos pilares da democracia."

A carta foi assinada por sindicatos de jornalistas de mais de uma dúzia de grandes publicações na França, entre elas "Le Monde", "Le Figaro" e AFP, assim como pelas emissoras de notícias France Télévision, BFM-TV e France 24. As equipes do "Les Echos" e do "Le Parisien", de propriedade da LVMH, também firmaram a carta.

Arnault, cujo conglomerado é dono das marcas de artigos de luxo Louis Vuitton e Dior, tem tido um relacionamento tenso com meios de comunicação. No ano passado, viveu um impasse prolongado com a equipe do "Les Echos" depois que jornalistas o acusaram de afastar seu editor-chefe, em desrespeito à independência editorial do veículo.

Arnault escreveu em janeiro o memorando a executivos do grupo, mas sua existência só foi noticiada no início deste mês, pelo jornal "La Lettre". O documento informava que ele estava decretando "uma proibição absoluta" de falar com jornalistas de sete veículos: "La Lettre", "Puck", "Miss Tweed", "L'Informé", "Médiapart", "Le Canard Enchaîné" e "Glitz.paris".

"Condeno formalmente qualquer conduta consistente com a manutenção de relacionamentos com jornalistas inescrupulosos e com dar a eles informações ou fazer comentários sobre a vida do grupo", escreveu Arnault. "Qualquer violação (e será inevitável que ela se torne conhecida) será considerada uma infração grave, com as consequências correspondentes associadas a ela." A LVMH não se pronunciou.

Os sindicatos afirmaram que os funcionários têm direito à liberdade de expressão e associação. Para eles, a proibição também foi uma tentativa ilegal de subverter as proteções para funcionários que fazem denúncias.

O incidente é o último de vários confrontos na imprensa francesa. A área dos meios de comunicação no país é dominada por bilionários, que usam esses ativos para projetar seu status e influência.

Em março, jornalistas do "La Provence", do magnata do setor de transporte marítimo de carga Rodolphe Saadé, entraram em greve quando seu editor foi suspenso por causa de uma primeira página que criticava a visita do presidente Emmanuel Macron a Marselha para enfatizar o combate ao tráfico de drogas. O editor foi reintegrado depois que o protesto se espalhou para o "La Tribune" e o "BFM", que também são de Saadé.

Além dos dois jornais, Arnault é dono da Radio Classique e está para comprar a revista de fofocas de celebridades "Paris Match" do bilionário Vincent Bolloré, que controla o canal de TV direitista CNews. O bilionário das telecomunicações Xavier Niel era o principal acionista do "Le Monde", mas há pouco tempo transferiu sua participação a um fundo fiduciário. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

**Estratégia** Recursos irão financiar produtores que praticam agricultura de baixo carbono no Brasil

# BB capta US$ 800 milhões com bancos estrangeiros

**Rafael Walendorff**
De Brasília

O Banco do Brasil anunciou na terça-feira a captação de US$ 800 milhões junto a bancos estrangeiros para financiar pequenos e médios agricultores que utilizam métodos de agricultura de baixo carbono. A operação tem prazo de 10 anos. Não foram divulgados detalhes sobre os custos da captação.

A captação foi oficializada em Nova York durante o Investor Day do Banco do Brasil. A operação envolveu os bancos JP Morgan, Standard Chartered, HSBC e Crédit Agricole e tem garantia da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA, na sigla em inglês), que faz parte do Banco Mundial.

Em comunicado, o Banco do Brasil disse que a aplicação dos US$ 800 milhões em apoio a práticas conservacionistas, como o plantio direto, por exemplo, ajudará a evitar até 11,8 milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a conservar aproximadamente 1 milhão de hectares de terra durante um período de 10 anos.

O montante levantado será usado em financiamentos a médios e pequenos produtores para acelerar a adoção de boas práticas e a apoiar a transição do Brasil para uma economia de baixo carbono, informou a instituição em nota.

"Com soluções inéditas e inovadoras, como é o caso dessa captação, estamos mostrando ao mundo que o agro e a sustentabilidade podem e devem andar juntos. Apoiar nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono com desenvolvimento socioeconômico é um compromisso nosso e queremos que possa inspirar cada vez mais instituições e investidores no Brasil e no mundo", afirmou a presidente do BB, Tarciana Medeiros, na nota.

> "A garantia conquistada para o negócio traz a operação para um rating AAA"
> *Francisco Lassalvia*

Segundo o banco, o financiamento terá natureza rotativa: após os empréstimos serem quitados, os agricultores se tornam elegíveis para solicitar novos valores nos anos subsequentes. Isso permitirá aos produtores sustentar suas operações agrícolas e atender às crescentes necessidades financeiras durante todo o período de garantia, de acordo com a instituição financeira.

"A garantia conquistada para o negócio traz a operação para um rating AAA. Isso reduz o custo de captação geral, tornando os preços mais competitivos no mercado. São recursos captados a partir de negociações com bancos internacionais e que serão destinados a financiar operações agrícolas no Brasil para plantio direto, com prazo de 10 anos", afirmou Francisco Lassalvia, vice-presidente de Negócios e Atacado do BB, na nota.

BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO



Tarciana Medeiros, presidente do BB: apoio à economia de baixo carbono

A operação contempla ainda uma doação de US$ 300 mil pela MIGA para projetos sociais envolvendo mulheres empreendedoras no campo e comunidades quilombolas e povos originários, desenvolvidos pelo conglomerado Banco do Brasil.

Esse é o primeiro empréstimo coberto pela MIGA em conformidade com os princípios do Empréstimo Verde, a primeira transação da MIGA no Brasil desde 2014 e seu primeiro projeto de agricultura de conservação, tornando a operação inédita junto ao Banco do Brasil.

"Estamos muito satisfeitos em executar a maior transação até o momento na América Latina com a garantia da MIGA e a primeira transação apoiada pela agência para um banco comercial globalmente", disse John Meakin, chefe global de exportação e financiamento de agências na JP Morgan Payments, em nota divulgada pela assessoria do BB.

# Santander quer recuperação judicial do Agrogalaxy em SP

**Insumos**

**Camila Souza Ramos**
De São Paulo

O Santander apresentou ontem um embargo de declaração no processo de recuperação judicial da rede de distribuição de insumos Agrogalaxy em que pede que a juíza Alessandra Gontijo do Amaral, da 19ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia, reconheça que o foro competente para o processamento do caso é São Paulo, e não a capital goiana.

Ao apresentar seu pedido de recuperação judicial na capital de Goiás, o Agrogalaxy argumentou que é a cidade onde possui sede e de onde o grupo tem suas raízes. Porém, a sede da companhia era em São Paulo até 13 de agosto, como já antecipou o **Valor**.

No embargo, o Santander argumentou que "os próprios documentos anexados pelas recuperandas à petição inicial demonstram que o local em que efetivamente eram e são desempenhadas as principais atividades e decisões corporativas do grupo econômico é na cidade de São Paulo". Na lista de documentos estão a autorização para apresentação do pedido, estatuto social, demonstrações financeiras e contratos de garantias.

A disputa sobre o foro adequado é comum em processos do tipo. Segundo uma fonte da área jurídica, na visão das empresas com atuação nacional que pedem recuperação judicial, os tribunais de São Paulo, por estarem próximo do principal centro financeiro do país, costumam ter uma postura pró-bancos. Já segundo outra fonte que atua na área, a busca por um foro do interior pode favorecer empresas do agronegócio.

Em sua petição, o Agrogalaxy argumenta que sua empresa mais longeva, a Rural Brasil, tem origem em Goiânia, onde ela tem sua atuação mais consolidada. A discussão na companhia sobre a mudança da sede de São Paulo para Goiânia começou em abril. Uma fonte a par das discussões afirmou que na época a empresa ainda buscava uma saída de mercado para seu aperto financeiro.

O banco também voltou-se contra a liminar que suspendeu a execução de garantias de dívidas extraconcursais antes do processamento do pedido do Agrogalaxy. A companhia pediu a suspensão das execuções para proteger seu fluxo de caixa e manter as operações.

Procurado, o Agrogalaxy justificou que Goiânia é "o foro do principal estabelecimento da companhia, tal como determina a legislação", que a mudança da sede é "uma etapa de um processo de redução de custos operacionais que teve início meses antes do ajuizamento do processo" e que "outros eventuais questionamentos serão oportunamente rebatidos em juízo, em respeito à autoridade das decisões da Justiça de Goiás". O Santander não comentou.

## Movimento falimentar

### Falências Requeridas

Requerido: **3gs Technology Comércio Ltda. -** CNPJ: 26.833.926/0001-51 - Endereço: Rua Bom Pastor, 2224, Bairro Ipiranga, São Paulo/sp - Requerente: Way Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Axpr Valve Science Distribuição e Manutenção Industrial Ltda. -** CNPJ: 36.243.599/0001-31 - Endereço: Av. Vitória Rossi Martini, 1081, Bairro Comercial Vitória Martini - Requerente: Finanza Prime Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 1a Vara de Indaiatuba/SP

Requerido: **Colimax Comercial, Importadora e Exportadora Ltda. -** CNPJ: 13.747.264/0001-55 - Endereço: Rua Bahia, 1232, Sala 22, Bairro Higienópolis - Requerente: Premium Recebíveis L Multissetorial Fundo em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Colúmbia Brasil Comercial Importadora Ltda. -** CNPJ: 13.896.037/0001-91 - Endereço: Não Consta - Requerente: Adair Siqueira de Queiroz Filho - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Comércio de Brindes e Confecções Ven Ture Ltda. -** CNPJ: 13.992.846/0001-05 - Endereço: Rua Marcelino Coelho, 4001, 1º Andar, Bairro Jardim Ângela, São Paulo/sp - Requerente: Nbb Crédito Investimento e Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Fort Solutions Comercial, Importadora e Exportadora Ltda. -** CNPJ: 08.416.313/0001-37 - Endereço: Rua Ceará, 84, Bairro Consolação - Requerente: Premium Recebíveis L Multissetorial Fundo em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Jarp Produtos Siderúrgicos Ltda. -** CNPJ: 13.571.600/0001-51 - Endereço: Rua Manuel de Freitas, 430, Bairro Jardim Alamo - Requerente: Tubos Ipiranga Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Koniserv Serviços de Manutenção Predial Ltda. -** CNPJ: 31.861.126/0001-84 - Endereço: Rua Cristóvão Pereira, 1345, Bairro Campo Belo - Requerente: Koniserv Serviços de Manutenção Predial Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Lda Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 46.253.225/0001-50 - Endereço: Rua Alcindo Nardini,03, Bairro Jardim Dulce - Requerente: Proton Primus Máquinas e Equipamentos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Sumaré/SP

Requerido: **Natural Body ME Comércio Ltda. -** CNPJ: 45.105.489/0001-02 - Endereço: Rua Conceição de Monte Alegre, 107, Bloco B, 10º Andar, Cjto. 101, Bairro Cidade Monções - Requerente: Emellus Nutracêuticos e Alimentos Naturais Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Odebrecht Realizações Sp 06 Empreendimento Imobiliário S/A -** CNPJ: 12.513.063/0001-20 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, Setor B, Edifício Aroeira, 5º Andar, Cjto. 53, Sala 03, Bairro Vila Gertrudes, São Paulo/sp - Requerente: Eduardo Henrique Pereira do Nascimento - Vara/Comarca: 2a Vara de Santos/SP

Requerido: **Olimpo Participações e Empreendimentos Imobiliários S/A -** CNPJ: 23.982.916/0001-90 - Endereço: Rua Funchal, 513, 5º Andar, Bairro Vila Olímpia - Requerente: Katch Diversifield Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara de Monte Mor/SP

Requerido: **Planova Planejamento e Construções Ltda. -** CNPJ: 47.383.971/0001-21 - Endereço: Rua Campos Sales, 226, Sala 83, Centro, Barueri/sp - Requerente: Mwt Comércio de Roupas e Estamparia Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Plasbras Comércio Ltda. ME Ou Plasbras Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 15.616.173/0001-06 - Endereço: Rua Albertina Cassaro Galli, 230, Bairro Cascalho - Requerente: Premium Recebíveis I Multissetorial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara de Pedreira/SP

Requerido: **Sequoia Logística e Transportes Ltda. -** CNPJ: 01.599.101/0001-93 - Endereço: Av. Isaltino Victor de Moraes, 437, Piso Térreo M, Bairro Vila Bonfim - Requerente: Realpack Packaging do Brasil S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Embu Das Artes/SP

Requerido: **Unigres Cerâmica Ltda. -** CNPJ: 02.276.340/0001-75 - Endereço: Estrada Municipal Limeira, 335, S/nº, Bairro Geada - Requerente: Sarfaty Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 4a Vara de Limeira/SP

Requerido: **Zeus Gestão Financeira Ltda. -** CNPJ: 34.093.099/0001-35 - Endereço: Rua Funchal, 513, 5º Andar, Sala 51, Bairro Vila Olímpia - Requerente: Katch Diversifield Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

### Falências Decretadas

Empresa: **Construtora Moreschi Ltda. -** CNPJ: 54.302.765/0001-05 - Endereço: Av. Vinte e Quatro de Fevereiro, 902, Centro, Catanduva/sp - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

### Processos de Falência Extintos

Requerido: **7 Oceans Ship Suplier Comércio e Exportação Ltda. -** CNPJ: 31.252.187/0001-44 - Requerente: Esquerdo & Fernandes Comércio de Alimentos Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Gafisa S/A -** CNPJ: 01.545.826/0001-07 - Requerente: Shirlei Maria Emiliani Cassefo - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

### Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Voltio Indústria do Brasil Ltda. -** CNPJ: 46.976.605/0001-13 - Endereço: Av. Minasa, 25, Galpão 01, Condomínio Coronel, Bairro Nova Veneza, Sumaré/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

### Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **3 M Commerce Varejo de Autopeças, Eletrônicos e Artigos de Uso Pessoal Ltda. Ou Virtual Stock Ltda. -** CNPJ: 37.512.457/0001-95 - Endereço: Rua Liege, 140, Bairro Vila Vermelha - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **New Comércio de Peças Automotivas Ltda. -** CNPJ: 27.089.882/0001-60 - Endereço: Rua Liege, 140, Bairro Vila Vermelha - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

### Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Cosme Regini Produção Agrícola Ltda., Nome Fantasia Estância 3 S -** CNPJ: 56.296.526/0001-15 - Endereço: Rodovia Br 376, Km 163, S/nº, Bairro Bernardo, Nova Andradina/ms - Administrador Judicial: Foco Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Três Lagoas/MS

Empresa: **Drogaria Ultra Econômica Ltda., Nome Fantasia Hiper Popular Drogarias -** CNPJ: 26.599.510/0001-10 - Endereço: Av. André Antonio Maggi, 6714, Bairro Jardim Das Oliveiras - Administrador Judicial: Dra. Joice Wolf Scholl - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Jcn Comércio e Representações Eireli -** CNPJ: 66.047.630/0001-20 - Endereço: Av. Mutinga, 3188 e 3180, Bairro Jardim Líbano - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Jcn Válvulas e Conexões Ltda. -** CNPJ: 05.300.050/0001-08 - Endereço: Av. Mutinga, 3140, Bairro Pirituba - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Nova Gestão Investimentos e Participações Ltda. -** CNPJ: 10.989.365/0001-44 - Endereço: Av. Coronel Cirilo Lopes de Morais, S/nº, Quadra 33, Lotes 01 e 02, Bairro do Turista - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 2a Vara de Caldas Novas/GO

Empresa: **W 80 Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 35.573.044/0001-95 - Endereço: Av. Coronel Cirilo Lopes de Morais, S/nº, Quadra 33, Lotes 01 e 02, Bairro do Turista - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 2a Vara de Caldas Novas/GO

Empresa: **W 80 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Filial -** CNPJ: 35.573.044/0002-76 - Endereço: Rua Dezessete, Bairro do Turista - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 2a Vara de Caldas Novas/GO

### Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Apb Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 06.152.015/0001-51 - Endereço: Alameda Dos Arapanés, 508, Bairro de Indianópolis - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

## Agenda Tributária

**Mês de Setembro de 2024**

**Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.**

| Data de Vencimento | Tributos | Código Darf*/GPS** | Período de Apuração do Fato Gerador (FG) |
|---|---|---|---|
| Diária | Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | | |
| | Rendimentos do Trabalho | | |
| | Tributação exclusiva sobre remuneração indireta | 2063* | FG ocorrido no mesmo dia |
| | Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior | | |
| | Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior | 0422* | FG ocorrido no mesmo dia |
| | Renda e proventos de qualquer natureza | 0473* | " |
| | Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior | 0481* | " |
| | Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior | 5192* | " |
| | Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa | 5286* | " |
| | Fretes internacionais - Residentes no Exterior | 9412* | " |
| | Remuneração de direitos | 9427* | " |
| | Previdência privada e Fapi | 9466* | " |
| | Aluguel e arrendamento | 9478* | " |
| | Outros Rendimentos | | |
| | Pagamento a beneficiário não identificado | 5217* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diária | Imposto sobre a Exportação (IE) | 0107* | Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes. |
| Diária | Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 | | |
| | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível. | 9438* | Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia. |
| Diária | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Importação de serviços (Lei nº 10.865/04) | 5434* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diária | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Importação de serviços (Lei nº 10.865/04) | 5442* | FG ocorrido no mesmo dia |
| Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento) | Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol) | 4316** | Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento) |
| Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos | Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) | | |
| | CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração | 1684* | Agosto/2024 |
| 25 | Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | | |
| | Rendimentos de Capital | | |
| | Títulos de renda fixa - Pessoa Física | 8053* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica | 3426* | " |
| | Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica | 6800* | " |
| | Fundo de Investimento em Ações | 6813* | " |
| | Operações de swap | 5273* | " |
| | Day-Trade - Operações em Bolsas | 8468* | " |
| | Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados | 5557* | " |
| | Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95) | 5706* | " |
| | Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos | 5232* | " |
| | Demais rendimentos de capital | 0924* | " |
| | Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva | 3699* | " |
| | Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1º da Lei nº 13.043/2014) | 5029* | " |
| | Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º) | 5035* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | IRRF - Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM) | 1605* | |
| | Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior | | |
| | Aplicações Financeiras | 5286* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | Juros remuneratórios de capital próprio | 9453* | " |
| | Outros Rendimentos | | |
| | Prêmios obtidos em concursos e sorteios | 0916* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | Prêmios obtidos em bingos | 8673* | " |
| | Multas e vantagens | 9385* | " |
| 25 | Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) | | |
| | Operações de Crédito - Pessoa Jurídica | 1150* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | Operações de Crédito - Pessoa Física | 7893* | " |
| | Operações de Câmbio - Entrada de moeda | 4290* | " |
| | Operações de Câmbio - Saída de moeda | 5220* | " |
| | Aplicações Financeiras | 6854* | " |
| | Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97) | 6895* | " |
| | Seguros | 3467* | " |
| | Ouro, Ativo Financeiro | 4028* | " |
| 25 | Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) | | |
| | Posição na Tipi Produto | | |
| | 87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida; | 0676* | Agosto/2024 |
| | 87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05; | 0676* | " |
| | 84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados; | 1097* | " |
| | 84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte; | 1097* | " |
| | 84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37; | 1097* | " |
| | 87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09); | 1097* | " |
| | 87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista; | 1097* | " |
| | 87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias; | 1097* | " |
| | 87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias; | 1097* | " |
| | 87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais. | 1097* | " |
| 25 | Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) | | |
| | Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco | 5110* | Agosto/2024 |
| | Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi | 5123* | " |
| | Bebidas do capítulo 22 da Tipi | 0668* | " |
| | Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0821* | " |
| | Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0838* | " |
| 25 | Contribuição para o PIS/Pasep | | |
| | Faturamento | 8109* | Agosto/2024 |
| | Folha de salários | 8301* | " |
| | Pessoa jurídica de direito público | 3703* | " |
| | Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária | 8496* | " |
| | Combustíveis | 6824* | " |
| | Não-cumulativa | 6912* | " |
| | Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária | 1921* | " |
| | Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0679* | " |
| | Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0691* | " |
| | Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. | 0906* | " |
| 25 | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | | |
| | Demais Entidades | 2172* | Agosto/2024 |
| | Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária | 8645* | " |
| | Combustíveis | 6840* | " |
| | Não-cumulativa | 5856* | " |
| | Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária | 1840* | " |
| | Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0760* | " |
| | Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. | 0776* | " |
| | Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. | 0929* | " |
| 25 | Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) | | |
| | CPSS - Servidor Civil Ativo | 1661* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | CPSS - Servidor Civil Inativo | 1700* | " |
| | CPSS - Pensionista Civil | 1717* | " |
| | CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária | 1769* | " |
| | CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária | 1814* | " |
| 25 | Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) | | |
| | CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor | 1723* | 11 a 20/setembro/2024 |
| | CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor | 1730* | " |
| | CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor | 1752* | " |

**Fonte: Secretaria da Receita Federal**

**Obs.:** *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

**Safra 2024/25** Levantamentos indicam que ritmo de semeadura é mais lento que no ciclo passado por causa da seca, mas cenário pode mudar se houver chuvas regulares

# Atraso no plantio de soja no país já impacta preços internacionais

**Cibelle Bouças**
De Belo Horizonte

No momento em que a colheita nos Estados Unidos avança sem preocupações, investidores voltam os olhares para o início do plantio da safra 2024/25 de soja no Brasil e possíveis impactos do clima na produção. E isso já começa a afetar os preços internacionais.

Os primeiros levantamentos indicam algum atraso no plantio por causa da seca. Mas o cenário pode se alterar se houver chuvas regulares. Hoje, a área plantada de soja no país está em 0,5% do total estimado — a média histórica para o período é de 1,5%, calcula Luiz Fernando Roque, analista de mercado sênior da Safras & Mercado.

"Na primeira semana de outubro está prevista a chegada de chuva na região central do país, que pode melhorar a condição para plantio. O mercado vive um momento especulativo de clima e deve ficar mais nervoso nas próximas semanas", afirma Roque.

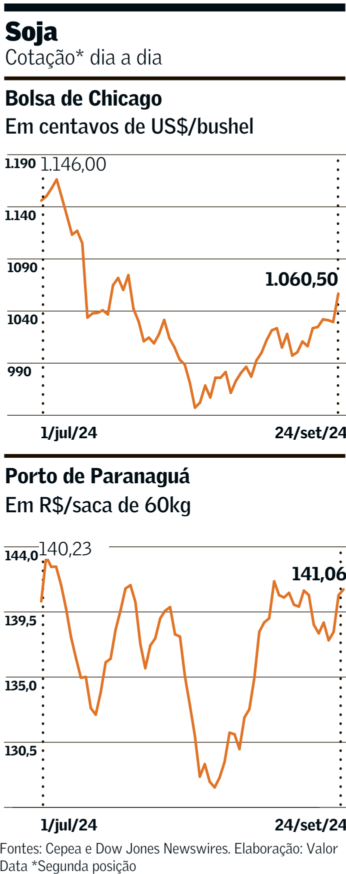
Em Mato Grosso, maior Estado produtor da oleaginosa, 0,27% da área prevista para a safra 2024/25, de 12,6 milhões de hectares, foi semeada até o dia 20, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea). Um ano antes, a área plantada chegava a 1,82%. Por enquanto, o cultivo está restrito às áreas irrigadas, devido ao atraso no início das chuvas no Estado.

"O que tem trazido preocupação é que não há perspectiva de chuva forte até a primeira quinzena de outubro. É um sinal amarelo para os produtores", afirma Cleiton Gauer, superintendente do Imea. Se a falta de chuvas se prolongar para a segunda quinzena de outubro, há risco de impacto na colheita da soja e no plantio do milho safrinha no ano que vem.

O Imea projeta que a produção de soja em Mato Grosso na safra 2024/25 deve alcançar 44 milhões de toneladas, alta de 12,78% em relação ao ciclo passado — se o clima ajudar.

No Paraná, segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado, o plantio atinge 10% da área prevista para a safra 2024/25. No mesmo período do ciclo 2023/24, estava em 16%. A área plantada no Estado deve ficar praticamente estável em relação ao ciclo 2023/24, em 5,8 milhões de hectares.

Com o atraso no plantio, a colheita tem de ser feita em menos tempo, o que eleva o risco de perdas, se houve chuva excessiva no fim da safra. "Mas se o clima se normalizar em outubro, podemos ter uma safra cheia", avalia Vlamir Brandalizze, consultor da Brandalizze Consulting. A empresa projeta uma safra de 165 milhões a 170 milhões de toneladas no país.




> "Falta de chuvas fortes na primeira quinzena de outubro preocupa"
> *Cleiton Gauer*

Os analistas ouvidos pelo **Valor** consideram que, se forem confirmadas as chuvas previstas para a região Central do país na primeira quinzena de outubro, os produtores poderão acelerar o plantio, compensando o atraso inicial, evitando perdas. Qualquer sinal de seca mais longa, porém, terá impacto nos preços. Mas as altas podem não ser duradouras, pois a previsão é de uma produção global de soja maior que o consumo, o que pressiona os preços para baixo.

Nos Estados Unidos, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) , a colheita atinge 13% da área plantada de soja e 65% das lavouras apresentam condições de boas a excelentes — mesmo nível apresentado na semana passada.

"Há um certo consenso de que os Estados Unidos vão colher uma boa safra. O mercado começa então a olhar mais para América do Sul e Brasil, afirma Francisco Queiroz, analista da Consultoria Agro do Itaú BBA. Na avaliação de Queiroz, o clima muito seco e quente no Centro-Oeste deve se traduzir em atraso no plantio.

Ana Luiza Lodi, especialista de inteligência de mercado de grãos da StoneX, diz que o maior risco de perda de produção no Brasil por causa do clima pode elevar os preços da soja. Esse movimento tende a ser acentuado pela ação de especuladores. "Os fundos especulativos têm uma posição líquida vendida em Chicago de 122 mil contratos. É uma posição vendida muito grande, e qualquer mudança abre espaço para movimentos de cobertura de posições", afirma.

No Brasil, os produtores de soja comercializaram 24,2% da safra 2024/25, segundo a StoneX. Há 12 meses, a comercialização estava em 20%. O prêmio para a soja no Brasil para novembro está em US$ 1,65 por bushel acima da cotação de Chicago, uma diferença de 15,8%. Ontem, os contratos de soja com vencimento em novembro fecharam a US$ 10,4225 por bushel em Chicago, em alta de 0,29%, após subirem 2,69% na segunda-feira.

O dólar valorizado ante o real também contribui para tornar o preço da soja mais atrativo para os produtores que têm estoque para venda, observa Brandalizze.

Ignacio Espinola, analista sênior de grãos da Hedgepoint Global Markets, diz que compras da China também podem ajudar a dar suporte aos preços. "A China tem comprado para formar estoques, com receio de uma potencial vitória de Donald Trump na eleição americana", afirma. O anúncio feito pelo governo da China de um pacote de estímulo à economia também deve incentivar as compras de commodities pelo país, avalia.

## Demanda por biodiesel deve crescer quase 50% em dez anos

**Fábio Couto**
Do Rio

A demanda por biodiesel pode crescer 47,8% em dez anos, considerando apenas o percentual obrigatório de adição de 15% do produto ao óleo diesel convencional, de acordo com estimativas do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A projeção para a produção que atende ao mandato de 14% estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para este ano é de 9,2 bilhões de litros. Para 2034, a demanda está estimada em 12,5 bilhões de litros, segundo o caderno do Plano Decenal de Expansão de Energia 2034. A alta é de 35,9% em dez anos.

Mas caso seja estabelecido mandato de 15% para o transporte aquaviário, a demanda por biodiesel em dez anos chegará a 13,6 bilhões de litros, uma alta de 47,8%.

A atual capacidade produtiva de biodiesel no Brasil é de 13,8 bilhões de litros, e deve chegar até 15 bilhões de litros em dez anos, considerando ampliações e construções previstas e aprovadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A capacidade é suficiente para atender ao aumento da demanda, segundo as projeções.

"Essa capacidade gera excedente ao longo do período decenal, que poderá ser utilizada para atender demandas de outros setores, visando a redução de emissões de GEE [gases de efeito estufa], como um meio mais fácil de descarbonização a curto prazo", disse a EPE no documento.

O estudo não considera eventuais mudanças no percentual ao longo do período, como o programa Combustível do Futuro, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de biocombustíveis no país. O programa estabelece que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) pode avaliar a viabilidade das metas de aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil, podendo reduzir ou aumentar o percentual entre os limites de 13% e 25%.

> **15%**
> **é o teor considerado na projeção da EPE**

O biodiesel utilizado atualmente é o chamado éster, obtido por um processo chamado transesterificação, e que é adicionado ao óleo diesel fóssil pelas distribuidoras. Esse processo possui limitações tecnológicas que impedem percentuais mais elevados de adição, sob risco de gerar resíduos (borras) nos motores.

Para a produção de biodiesel, são utilizados como matéria-prima o óleo de soja e o sebo bovino. No entanto, a gordura animal tende a ser ultrapassada por outros materiais graxos ao longo dos próximos dez anos, de acordo com o caderno da EPE.

"O óleo de soja deverá manter sua posição histórica de liderança até o final do período analisado", observa a estatal.

As projeções da EPE não incluem outras rotas tecnológicas, como o diesel verde (HVO, na sigla em inglês), que permite o coprocessamento com o diesel nas refinarias, por meio de um processo chamado hidrogenação catalítica.

Para a produção do diesel verde, é esperado o uso de outras matérias-primas, como o óleo de palma e a macaúba.

O projeto do Combustível do Futuro propõe que o CNPE defina a participação mínima obrigatória anual do diesel verde no fóssil (tipo B) até 2037, sem ultrapassar 3%, e considerando que os volumes produzidos serão destinadas à exportação.

## Produzir milho nos EUA custa mais do que no Brasil e na Argentina

**Cenários**

**Fernanda Pressinott**
De São Paulo

O custo para produzir milho nos Estados Unidos é mais alto que no Brasil e na Argentina, segundo um estudo do Itaú BBA. Para o Brasil, o custo operacional calculado para a safra 2024/25 é de US$ 597 por hectare; na Argentina, de US$ 576 por hectare; e nos EUA, de US$ 1.174 por hectare. Para fazer a projeção, o banco trouxe todas as despesas para a mesma base, com cálculo em dólares, considerando um câmbio de R$ 5,40.

Os EUA têm o maior custo operacional, principalmente pelo uso de fertilizantes, em especial os nitrogenados. Isso porque as dosagens aplicadas pelos produtores americanos são maiores que as usadas por argentinos e brasileiros. Nos EUA, os custos com fertilizantes somam, em média, US$ 445 por hectare, enquanto no Brasil ficam em U$ 235 e, na Argentina, US$ 159 por hectare.

O mesmo acontece com sementes e defensivos. Além disso, a mecanização é mais intensa nos EUA, diz o banco, em relatório.

O Itaú-BBA usou como referência os custos de produção de uma propriedade típica de Mato Grosso, com base nos dados do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), para calcular o custo no Brasil.

Para estimar os custos nos Estados Unidos, usou os dados de produção no Estado de Illinois, apurados pela Universidade de Illinois. No caso da Argentina, foram utilizados dados da região central da Zona Núcleo, do veículo "Márgenes Agropecuarios", para fazer os cálculos.

Historicamente, o Brasil tem o menor custo operacional, pelo aproveitamento dos nutrientes da safra de soja, plantada antes do milho. Entretanto, a previsão para a próxima safra é de que os custos do Brasil superem os da Argentina. "Apesar da redução no preço dos insumos, o real mais desvalorizado fez com que os custos permanecem praticamente iguais aos da safra passada", diz o estudo.

Quando a análise é feita levando-se em conta a produtividade, é possível observar que o Brasil tem um custo superior ao dos EUA e Argentina, devido ao menor rendimento médio por hectare. Mas esse menor rendimento brasileiro tem relação com o período do ano com menos chuvas e maior risco em relação aos cultivos de verão. O Brasil planta milho no inverno, após a colheita da soja, e os outros dois países no verão.

CHARLIE RIEDEL/AP



Itaú BBA projeta melhora de rentabilidade com o plantio de milho tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos

Com os custos operacionais para a safra 2024/25 convertidos em dólares por bushel, no Brasil o valor é de US$ 2,3 por bushel; na Argentina, US$ 1,8 por bushel e; nos EUA, US$ 2,1 por bushel.

Considerando os custos estimados e as expectativas de receita para o ano safra 2024/25, o banco fez uma projeção de margem operacional para os dois maiores mercados do cereal, EUA e Brasil. A expectativa é de melhora de rentabilidade dos agricultores brasileiros e americanos, diante da queda esperada para os custos de produção.

"Não esperamos grande reação para os preços internos, mas os custos menores devem favorecer algum incremento da margem operacional para 2024/25, mas que ainda deve ficar bem abaixo da média observada entre as safras 2017/18 e 2021/22 (51%)", afirma o Itaú BBA

Nos EUA, a produção de etanol, que consome 55% da produção de milho, deve garantir a rentabilidade acima de 50%.

valor.com.br
Mais sobre custo de produção do milho nos EUA, Argentina e Brasil em
www.valor.com.br/agro

**Financiamentos**
Banco do Brasil levanta US$ 800 milhões para apoiar agricultura de baixo carbono
B7

**Estratégia**
CVPar, de Phylipe Corsini, vai atuar como 'corretora light' em parceria com o BTG C6



**Dívida**
Emissões de 'títulos verdes' no exterior ganham força em 2024 C3

**Mercados**
China dá alívio a ativos locais e provoca ajuste em prêmios de risco C2

**Venture capital**
Brasil segue fraco em investimentos em startups sustentáveis C6



**Política monetária** Mercado amplia aposta em elevação de 0,5 ponto na Selic em novembro; expectativa de juro a 12% ou mais ganha força

# Ata do Copom reforça sinal de aceleração de ritmo de aperto

**Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro**
De São Paulo e Brasília

Diante da manutenção de um tom ainda bastante duro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) na ata da última decisão, a sensação de que uma aceleração no ritmo de aperto se fará necessária a partir de novembro se consolidou no mercado. O cenário de uma elevação de 0,5 ponto na Selic na próxima decisão ganhou ainda mais adeptos e viu suas chances aumentarem no mercado, enquanto a autoridade monetária se mostrou atenta aos desafios do cenário inflacionário com uma economia que opera acima da capacidade e uma inflação corrente acima da meta.

No mercado de opções digitais, a probabilidade de uma elevação de 0,25 ponto na próxima reunião caiu levemente, ao passar de 18% para 17%, enquanto a chance de um aumento mais agressivo, de 0,5 ponto, subiu de 64% para 66%.

O J.P. Morgan foi uma das casas a mudar a projeção ontem para contemplar uma Selic mais alta à frente. O banco abandonou a expectativa de mais três elevações de 0,25 ponto na Selic para abarcar um ritmo mais veloz de aperto em novembro e em dezembro, e um ciclo que termina com o juro básico em 12% em janeiro. Em relatório enviado a clientes, os economistas Cassiana Fernandez, Vinicius Moreira e Mirella Sampaio citam, em particular, a piora na percepção de risco fiscal e o alívio bastante contido do câmbio.

Na avaliação dos economistas do J.P. Morgan, as recentes notícias envolvendo a seara fiscal, em particular após o relatório bimestral de receitas e despesas, "colocam em questão a credibilidade do arcabouço fiscal e seus principais parâmetros visíveis, ou seja, o limite de gastos e a meta de resultado primário".

Na ata, inclusive, o Copom deu mais espaço do que o usual para avaliar a situação fiscal. Quando descreveu os fatores que impulsionam a demanda, o colegiado elencou a política fiscal expansionista. Em outro trecho da ata, destacou que uma política fiscal crível "embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados", além de estratégias que reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos últimos anos, são importantes para a ancoragem das expectativas inflacionárias e redução dos prêmios de risco nos ativos.

O Copom informou ainda que incorpora no seu cenário base uma desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos públicos ao longo do tempo. A ata ressaltou também que "políticas monetária e fiscal síncronas e contracíclicas contribuem para assegurar a estabilidade de preços".

"É um tom de preocupação e sabemos que isso tem aumentado ao longo do tempo, ainda mais com o hiato do produto [medida de ociosidade da economia] positivo. A ata serviu para detalhar melhor as posições do Copom", diz a diretora de macroeconomia para Brasil da UBS Global Wealth Management, Solange Srour, ao observar as indicações sobre o quadro fiscal. "E é claro que isso leva a uma política monetária mais restritiva", diz. Ela observa ainda que o mercado já trabalha com uma aceleração no ritmo de aperto e discute, até mesmo, uma alta de 0,75 ponto na Selic.

"O que ficou para o mercado, então, foi o questionamento de, se o BC está tão 'hawkish' [duro] em termos de atividade e piora da inflação e do fiscal, por que dar uma alta de 0,25 ponto?", nota. Para Srour, a incerteza relatada pelo Copom para um início de ciclo mais gradual "não parece ser doméstica" e guarda relação com as condições externas, "o que é um pouco inconsistente com a frase de que não há relação mecânica entre a política do Fed e a do Brasil ou entre o câmbio e os juros".

Uma aceleração do passo, assim, se mostra necessária. "O ritmo de 0,25 ponto é muito curto, muito pequeno. Acho natural que o mercado espere três altas de 0,5 ponto. Se vai ser suficiente ou não é uma coisa que vai depender muito do exterior. Dentro do campo doméstico, não vejo grande novidade que possa fazer o ciclo não ser muito agressivo", defende Srour.

Na visão do economista-chefe da Porto Asset Management, Felipe Sichel, a ata mostra que o gradualismo escolhido pelo Copom foi circunscrito ao início do ciclo. Para ele, o início contido do ciclo de alta da taxa Selic está em linha com o cenário descrito pelo BC, que contempla uma atividade forte e pressão de alta sobre a inflação, além da percepção de que o juro neutro — aquele que não estimula nem contrai a atividade econômica — pode ter aumentado.

GABRIEL REIS/VALOR



"No campo local, não vejo novidade que possa fazer o ciclo não ser agressivo" *Solange Srour*

"A opção de gradualismo foi para o início do ciclo. Nosso cenário-base contempla, por ora, movimentos de 0,25 ponto, mas fica claro que o Copom está dependente dos dados", diz o economista. De acordo com Sichel, a projeção da casa para a trajetória da Selic está sob avaliação, e ele deve aguardar pela divulgação do Relatório de Inflação, na quinta-feira, para ter mais clareza quanto ao cenário.

No caso da Quantitas, o economista-chefe Ivo Chermont passou a esperar três aumentos de 0,5 ponto no juro básico e um final de 0,25 ponto em março, o que levaria a Selic a 12,5%. Antes, a gestora projetava a taxa básica em 12%.

"As expectativas de inflação adicionaram uma preocupação, porque, depois de um Copom mais 'hawkish', e a mensagem de compromisso com a meta, ainda assim o Focus não cedeu", diz Chermont, ao se referir à deterioração adicional das projeções de inflação divulgadas na segunda-feira. "Acho que parte da explicação vem do fiscal, que nessas últimas semanas tem sido um pouco pior", argumenta.

O economista da Quantitas pondera ainda que a revisão de cenário da gestora não ocorre sob a perspectiva de novas informações ou avaliações, e sim pelo reconhecimento do próprio BC de que o hiato do produto está positivo e com o aumento da projeção de inflação dentro do horizonte relevante, de 3,2% para 3,5%.

Já no caso da economista-chefe da Canvas Capital, Camila de Faria Lima, a Selic deve subir a 12% no fim do ciclo, em janeiro de 2025. Para ela, a menos que a atividade econômica e a inflação arrefeçam rapidamente, o BC terá de acelerar o ritmo de aperto dos juros já na reunião de novembro do Copom.

"A menos que a gente veja já uma mudança na parte de atividade ou mesmo surpresas mais positivas na abertura da inflação, tendo a achar que o mais provável é acelerar o ritmo para 0,50 ponto", diz Faria Lima. Em sua avaliação, a ata reiterou a "preocupação grande" do BC em reforçar o compromisso com o cumprimento da meta de inflação dentro do horizonte relevante da política monetária.

A demanda por mais gastos e a tentativa de deixar algumas despesas fora da meta fiscal — como a ampliação do auxílio-gás e o combate às queimadas — traz uma "sensação de perda de transparência que acaba sendo muito ruim", argumenta a economista da Canvas. "O mercado não acredita que o governo vai buscar um resultado primário melhor para estabilizar a trajetória da dívida pública", avalia. "Seria muito bom se a gente tivesse uma clareza e uma correção nessa história."

De qualquer forma, ela não acredita que o BC deva acelerar o ritmo de aperto além das altas de 0,5 ponto projetadas por ela e precificadas pelo mercado no momento.

# *BC mantém viva a hipótese de intensificar processo de alta*

**Análise**

**Alex Ribeiro**
*De São Paulo*

Sem assumir um compromisso formal, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve viva, em ata divulgada ontem, a hipótese de uma intensificação do processo de elevação da taxa básica de juro.

O colegiado diz que "julgou que o início do ciclo deveria ser gradual". Dizer que o início do ciclo será gradual é diferente de afirmar que o ciclo de aperto monetário será gradual. Ou seja, depois de iniciar de forma gradual, o ritmo pode muito bem se intensificar.

Há grandes chances de que, de fato, o ciclo se intensifique porque o Copom sugeriu, por meio de suas projeções de inflação e balanço de riscos, que seria necessário aumentar a Selic para um nível mais alto do que o estimado pelo mercado para levar a inflação à meta.

Na ata, o Copom é claro em não "conferir indicação futura de seus próximos passos", ou seja, não oferecer "forward guidance". Mas, de outro lado, faz um grande esforço para coordenar as expectativas do mercado em torno de um ciclo de aperto mais significativo.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse em evento ontem do banco J. Safra que o mercado se "comporta melhor" quando o BC oferece guidance. "Mas nem sempre é possível fazer isso, porque a gente não sabe o que vai fazer na próxima reunião", disse.

Para não passar uma mensagem de que a falta de guidance significa leniência, ele entabulou algumas frases conservadoras logo a seguir. "A gente tem um desconforto grande em relação às expectativas", disse. "A gente tem um desconforto grande em relação ao que acontece na curva longa [de juro]."

De fato, não era de se esperar que o Copom fizesse um "forward guidance", ou uma sinalização firme para a taxa de juros, porque o comitê abandonou esse instrumento de política monetária a partir de maio, quando ficou claro que a incerteza sobre o cenário econômico aumenta muito o risco de descumprimento das promessas.

A comunicação para a taxa de juros, desde então, passou a ser feita de forma mais indireta, a partir da sua descrição sobre o cenário econômico e, sobretudo, das projeções de inflação e do balanço de riscos. E também pela forma como o comitê pretende reagir, com os juros, a esse cenário econômico, tecnicamente chamada função de reação.

"O Comitê ao longo do tempo tem delineado sua função de reação, tornando transparente sua forma de agir, e perseguirá plenamente seu mandato", afirma a ata. Essa comunicação vem, ao longo do tempo, provocando uma mudança na política monetária em direção a um nível mais restritivo.

O Copom diz ainda na ata que esse início mais gradual do ciclo de aperto — o colegiado subiu a Selic de 10,5% ao ano para 10,75% ao ano — faz com que "já comecem a atuar" os mecanismos de transmissão da política monetária que possibilitarão a convergência da inflação à meta.

A ata do Copom, ao contrário de suas versões anteriores, não faz uma escalada da comunicação em relação ao comunicado. Isso ocorre, provavelmente, não porque o Copom esteja menos conservador, mas porque o comitê decidiu encorpar o comunicado, evitando deixar mensagens mais sensíveis apenas para a ata.

Na reunião anterior, em julho, o Copom divulgou um comunicado que, na leitura do mercado, parecia mais moderado, que foi seguido por uma ata bem mais conservadora. O BC foi alvo de críticas de que teria deixado de dar informações essenciais no comunicado.

Nesta reunião, o Copom fez um comunicado mais completo, reconhecendo, por exemplo, que a economia está sobreaquecida. Normalmente, esse tipo de comunicação ocorreria apenas no Relatório de Inflação.

Com um comunicado mais encorpado, a ata do Copom fica mais vazia. Isso não deveria ser confundido como uma mensagem menos austera, assim como a falta de um "forward guidance". A política monetária austera — que demanda mais juro — foi comunicada pelo cenário econômico, projeções e balanço de riscos para a inflação.

## Destaques

### IPO da PicPay

A PicPay, da J&F, holding da família Batista, está formatando o sindicato de bancos para preparar sua abertura de capital nos EUA, apurou o **Valor**. No momento, o Citi já foi contratado e deve liderar o grupo. O sindicato ainda contará com outras instituições financeiras e os mandatos serão fechados até o início da próxima semana. Segundo as fontes, o plano é de se fazer uma oferta inicial de ações (IPO em inglês) no primeiro trimestre de 2025, para conseguir aproveitar os recursos aguardados para com o ciclo de queda de juros nos EUA. A Moove, da Cosan, por exemplo, já deu os primeiros passos e deverá estrear na bolsa de Nova York em outubro. *(Fernanda Guimarães)*

### Emissão da Oceânica

A Oceânica lançou uma emissão de dívida (bonds) de US$ 375 milhões, apurou o **Valor**. A taxa está sendo testada em torno de 13%. A operação deverá ser concluída hoje. Nos últimos dias, bancos estavam sondando interesse pelo papel. São os coordenadores Bradesco BBI, BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA, Santander e UBS. *(FG)*

### Consulta pública do BC

O Banco Central (BC) lançou consulta pública para atualizar as normas de requerimentos prudenciais voltados a conglomerados formados por bancos e instituições de pagamento. Atualmente, esses conglomerados precisam cumprir exigências que "valem para o grupo, não para as partes". Na consulta, o BC propõe por exemplo "que o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) das instituições de maior porte passe a ser apurado também em base subconsolidada, contemplando apenas instituições do conglomerado prudencial que estiverem localizadas no Brasil". Também são propostas "medidas para assegurar a livre movimentação de recursos. *(Estevão Taiar)*

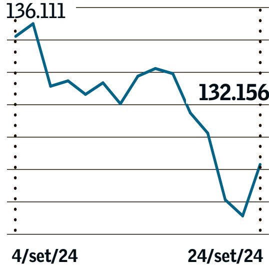
### CVM condena Bluebenx

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou, por unanimidade, a Bluebenx e seu sócio e presidente, Roberto Cardassi, a multas que somam R$ 750 mil devido à realização de oferta pública sem registro na autarquia. A empresa foi multada em R$ 400 mil e o executivo, em R$ 350 mil. *(Rafael Rosas)*

INÊS 249

**Finanças**

**Ibovespa**
Em pontos



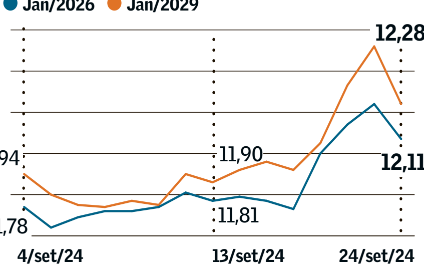

Alta de **1,22%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

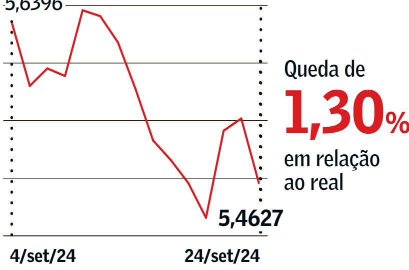
**Bolsas internacionais**
Variações no dia 24/set/24 - em %

| | |
|---|---|
| Dow Jones | 0,20 |
| S&P 500 | 0,25 |
| Euronext 100 | 0,73 |
| DAX | 0,80 |
| CAC-40 | 1,28 |
| Nikkei-225 | 0,57 |
| SSE Composite | 4,15 |

**Juros**
DI-Over futuro - em % ao ano

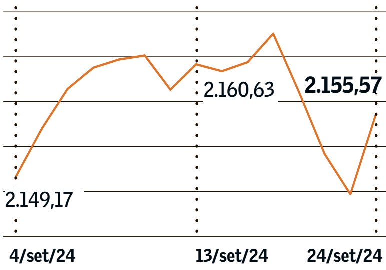



**Dólar comercial**
Cotação de venda - em R$/US$




Queda de **1,30%** em relação ao real

**Índice de Renda Fixa Valor**
Base = 100 em 31/12/99




**Ativos** Dólar encerra o pregão em queda de 1,30%, cotado a R$ 5,46, enquanto os juros futuros registram forte recuo; Ibovespa volta a subir depois de cinco sessões

# Impulso da China dá alívio a mercados e provoca ajuste em prêmios de risco

**Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet**
De São Paulo

O "efeito China", com impulsos advindos de um pacote de estímulos para a economia chinesa, ajudou a reverter ontem o mau humor que tinha tomado conta dos mercados locais no dia anterior. O dólar comercial encerrou a sessão em queda de 1,30%, a R$ 5,4627, e o real teve o melhor desempenho no ranking das 33 divisas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**.

Os juros futuros terminaram a sessão em forte queda, um dia depois de avançarem para o maior patamar de 2024. E a alta de ações de commodities mais cíclicas trouxe o Ibovespa de volta ao campo positivo, após cinco sessões consecutivas em queda. O índice fechou em alta de 1,22%, aos 132.156 pontos.

O banco central chinês anunciou uma série de medidas de afrouxamento monetário, como cortes no compulsório bancário, na taxa de recompra reversa de sete dias e na taxa de hipoteca existente, bem como iniciativas para estimular o mercado de ações. O pacote teve impacto positivo em moedas como o real.

"Houve uma melhora nos preços das commodities, principalmente daquelas ligadas ao crescimento [da economia chinesa], como as metálicas. Caso essas medidas se provem eficazes, as commodities tendem a beneficiar no médio prazo moedas como o real e outras divisas de países exportadores desses bens, como é o caso também do peso chileno", diz o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira.

Apesar da euforia gerada nos mercados, Fernando Rocha, economista-chefe e sócio da gestora JGP, defende que as medidas anunciadas ontem não são "suficientes" para impulsionar o crescimento econômico na China. O especialista cita que a redução da taxa de empréstimos hipotecários parece ser a mais "importante de todas", mas que cálculos apontam que o valor a ser liberado com o corte seria em torno de US$ 20 bilhões, o que ele considera baixo levando em conta que o Produto Interno Bruto (PIB) da China é de US$ 18 trilhões. Ele também vê pouco efeito com regras "requentadas", como a redução da entrada mínima para compra do segundo imóvel.

Gilberto Cardoso, CEO da Tarraco Commodities Solutions, considera que a repercussão foi bastante expressiva pelo conjunto de medidas, mas diz que é preciso verificar se as iniciativas vão ser sustentáveis. "Hoje [ontem] foi uma euforia. Temos que ver se isso persiste e se materializa em retomada de novos investimentos em infraestrutura, redução dos estoques de propriedades que estão vazias, além da volta do espírito mais agressivo dos chineses, que têm adotado uma postura mais conservadora."

LEO PINHEIRO/VALOR



"Medidas não são suficientes para impulsionar o crescimento chinês"
*Fernando Rocha*

As medidas impactaram ações relacionados à China, que apresentaram forte valorização. Os papéis da CSN foram o destaque, com alta de 9,39% na sessão, a R$ 12,12. Papéis da Usiminas, Vale e CSN Mineração avançaram 7,68%, 4,88% e 4,11 %, respectivamente.

A subida no preço dos papéis fez a Vale recuperar R$ 13 bilhões em valor de mercado nos negócios, totalizando R$ 274 bilhões. Alexandre Sant'anna, gestor de renda variável da ARX Investimentos, detém uma posição comprada (que se beneficia da alta das ações) na mineradora. O executivo diz que a companhia gera caixa e resolveu problemas de produtividade, e que os imbróglios envolvendo a tragédia em Mariana (MG) parecem perto de uma solução. O gestor também está com posição comprada em Gerdau. Ele diz que o setor se manteve mais "blindado", mesmo com a desaceleração da atividade nos EUA.

A ausência de novas surpresas conservadoras na ata do Comit}e de Política Monetária (Copom) do Banco Central também impulsionou um movimento de alívio na curva de juros. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2027 teve forte baixa de 12,415% a 12,16%; e a do DI de janeiro de 2029 despencou de 12,56% para 12,265%.

"O mercado acalmou, a ata do Copom veio em linha [com o comunicado] e o pessoal aproveitou para ajustar posições mesmo", comenta um gestor ouvido sob condição de anonimato. Segundo ele, o volume de "stop loss" (ordem de contenção de perdas) na curva diminuiu e o mercado voltou a operar de forma mais convencional.

Dados vindos da China, somados a números mais fracos de confiança do consumidor nos EUA, ajudaram a aprofundar a queda do dólar no exterior e a impulsionar novos recordes no S&P 500 e no Dow Jones, que subiram 0,25% e 0,20%, respectivamente. Já o Nasdaq avançou 0,56%.

## *Medidas são 'injeção de adrenalina' na economia para ganhar tempo*

**Análise**

*Bloomberg*

Primeiro, ele tomou um gole de chá para se recompor. Então, o banqueiro central chinês Pan Gongsheng desencadeou uma das campanhas de política mais ousadas do país em décadas.

No que equivale a uma enorme injeção de adrenalina para uma economia à beira de uma espiral deflacionária, o presidente do Banco do Povo da China (PBoC) e outras autoridades financeiras de alto escalão anunciaram uma série de medidas de flexibilização que os observadores do mercado queriam havia semanas, em uma rara entrevista coletiva ontem de autoridades em Pequim.

Elas incluem cortes nas taxas de juros, mais dinheiro para os bancos, maiores incentivos para a compra de moradias e planos para a criação de um fundo de estabilização de ações.

Os mercados no continente e em Hong Kong dispararam, com o índice CSI 300, referencial das ações chinesas locais, registrando seu maior ganho desde julho de 2020. Ações nos Estados Unidos e Europa também subiram impulsionadas por setores com grande exposição à China, como o automobilístico e o de artigos de luxo.

A reação do mercado à iniciativa política sugere que Pan, um tecnocrata que estudou em Harvard e Cambridge, comprou um tempo precioso para a economia chinesa. No entanto, os economistas acreditam que isso é apenas um suspiro inicial, se o presidente Xi Jinping quiser tirar a economia de aproximadamente US$ 18 trilhões de uma crise prolongada marcada por uma implosão do mercado imobiliário, fraqueza nos preços ao consumidor e aumento das tensões comerciais globais.

"Não acho que seja suficiente abordar as questões implícitas por trás do movimento da China em direção à espiral deflacionária", disse Duncan Wrigley, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics para a China. O que a China precisa, acrescentou ele, é de "um pacote de reformas que fundamentalmente reconfigure a economia e libere o crescimento do consumo".

A entrevista de ontem, organizada às pressas apenas 48 horas antes, ocorreu após semanas de uma ansiedade crescente entre os principais líderes do governo de Xi, segundo fontes a par da situação. Formuladores de políticas graduados realizaram várias reuniões a portas fechadas e não programadas, para discutir a economia, à medida que ficava cada vez mais claro que a meta de crescimento deste ano estava fugindo do alcance, segundo essas fontes.

De particular preocupação foram os alertas de autoridades de pelo menos uma grande província costeira, com uma importante contribuição para o crescimento, de que teria problemas para atingir a meta de PIB bruto, disse uma das fontes.

"Os mercados chineses deverão desfrutar de um doce período de lua de mel"
*Linda Lam*

A rápida reviravolta dos principais líderes do Partido Comunista foi uma surpresa para muitas autoridades, que esperaram meses para ouvir qualquer retorno sobre as propostas de políticas que elas elaboraram para reanimar a economia. Na semana passada, elas receberam repentinamente solicitações de mais informações, forçando alguns a passar noites em claro antes da entrevista desta terça, segundo autoridades reguladoras que pediram para não ser identificadas.

O trabalho pareceu dar resultado. Pan e outras autoridades mudaram a narrativa em torno da economia da China, pelo menos por enquanto. Isso é uma grande mudança: nas últimas semanas, bancos como o Goldman Sachs e o UBS cortaram suas previsões para o crescimento econômico da China depois de uma série de dados negativos que levantaram preocupações com a queda nos preços.

A Bloomberg Economics e outras consultorias agora acreditam que o governo atingirá a meta de Xi de crescimento de "cerca de 5%" do PIB para este ano. Mas a maioria dos economistas também concorda que é preciso fazer mais para evitar uma deflação enraizada ao estilo japonês. A grande peça que falta continua sendo uma estratégia coerente para fazer com que 1,4 bilhão de chineses aumentem seus gastos.

"Muitos dos problemas da China são motivados pela demanda ou pela confiança", disse Nigel Peh, gerente de portfólio da Timefolio Asset Management. "No geral, não acredito que as medidas conseguirão mudar a situação, pois os problemas da China são complexos. E não há uma bala de prata."

QILAI SHEN/BLOOMBERG



Pan Gongsheng, presidente do BC chinês, endereça dúvidas dos mercados

Na entrevista de ontem, Pan e outras autoridades se mantiveram firmes na política monetária. E não houve menção à "deflação", um termo que as autoridades chinesas tentaram censurar.

Ainda assim, o fato de o presidente do banco central chinês ter realizado uma entrevista televisionada ao vivo para anunciar grandes mudanças na política monetária, fornecer alguma orientação futura e responder perguntas de jornalistas representa uma mudança radical na forma como a China opera.

Sob os presidentes anteriores, o banco central geralmente anunciava grandes decisões de política monetária em declarações publicadas em seu site na internet. Às vezes, um acompanhante do comunicado fornecia algumas informações básicas, atribuídas a um "funcionário relevante" não identificado.

Para alguns investidores, a transparência demonstrada nesta ontem indica a urgência de Pequim em conter uma derrocada que eliminou mais de US$ 6 trilhões do valor de mercado das ações chinesas e de Hong Kong desde seu pico em 2021.

"O que surpreendeu o mercado foi a direção clara e o financiamento do Banco do Povo da China ao se firmar como uma fonte sólida de liquidez para sustentar o mercado de ações", disse Linda Lam, chefe de consultoria de ações para o norte da Ásia do Union Bancaire Privee em Hong Kong.

"Os mercados de capitais chineses deverão desfrutar de um doce período de lua de mel de liquidez. A China está ganhando tempo para resolver problemas de crescimento mais graves", acrescentou ela.

Leia mais na página A15

## Reação ao fiscal parece exagerada, diz Campos

**Gabriel Roca e Álvaro Campos**
De São Paulo

A recente piora na percepção do mercado sobre as contas públicas não se deu apenas pelos receios com o aumento do endividamento, mas também por uma questão de qualidade e transparência dos números apresentados pelo governo. Ainda assim, na avaliação feita pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ontem, em evento do Banco J. Safra em São Paulo, os prêmios de risco embutidos pelo mercado na curva de juros parecem exagerados, dados os episódios recentes envolvendo os temas fiscais.

"Temos um momento onde existe, por parte do mercado, uma apreensão maior com o fiscal, nem só com a dívida, mas sobre a transparência dos números. Surgiu esse tema da qualidade dos dados [fiscais], então é importante acompanhar, mas precisamos ver em um horizonte um pouco mais longo e passar por esses ruídos de curto prazo", comentou.

Na sequência, Campos Neto afirmou existir, dentro do Banco Central, um reconhecimento de que essas discussões levaram a um aumento nos prêmios de risco nos ativos locais, especialmente na curva de juros. "A gente monitora essa preocupação, mas temos a percepção de que ela parece exagerada, dado o que aconteceu. Não é nossa função julgar os preços de mercado e sim entender o que tem de informação ali e o que podemos usar na nossa função reação", avaliou.

Os últimos dias foram marcados por um forte aumento nas taxas dos juros futuros, à medida que os agentes financeiros exibiram preocupações com as discussões envolvendo o aumento de benefícios à margem das regras do arcabouço fiscal, como a ampliação do vale-gás, e do uso de créditos extraordinários para o combate aos eventos climáticos que assolaram o país recentemente.

O presidente do BC também apontou que mesmo as projeções mais otimistas para a dívida pública não mostram mais uma convergência, ainda que tenha ponderado que este é um cenário comum aos demais países do mundo. "Tem muita coisa de discussão de novos gastos, programas, tem essa incerteza em relação ao que vai ser nos próximos anos, sobre a trajetória da dívida.... E não é só no Brasil, outros países também estão passando por isso, vai ser um tema mais relevante no ambiente global."

Na primeira aparição pública após o fim do período de silêncio, marcado pela divulgação da ata da última reunião de política monetária, Campos Neto também voltou a demonstrar preocupação com a trajetória da inflação.

Segundo ele, o Brasil tem um quadro de crescimento econômico acima do esperado, com mão de obra apertada. "Fizemos uma revisão que mostra que o hiato está positivo, o que indica que o Brasil está crescendo acima do seu potencial". Para Campos Neto, ainda não há uma certeza absoluta sobre a influência da mão de obra apertada na inflação, "mas há indícios de que é um fator que começa a ser mais restritivo".

"Fizemos uma revisão que mostra o Brasil crescendo acima do potencial"
*Campos Neto*

**Dívida** Volume captado no exterior pelo Tesouro Nacional e por empresas na modalidade soma US$ 6,6 bilhões até junho, segundo dados do BC

# Emissões de 'títulos verdes' ganham força em 2024

**Jéssica Sant'Ana e Gabriel Shinohara**
De Brasília

As emissões brasileiras de títulos sustentáveis no exterior, conhecidos como "green bonds", estão em alta neste ano. Até junho, empresas, bancos e o Tesouro Nacional captaram US$ 6,55 bilhões por meio de títulos carimbados como "verdes", o dobro do lançado em todo o ano de 2023, de acordo com série histórica do Banco Central (BC). Na avaliação da autoridade monetária, há potencial para que o resultado completo de 2024 supere o recorde de 2021, quando foram lançados US$ 12,11 bilhões em papéis com esse perfil.

O volume de "green bonds" neste ano foi impulsionado pela segunda emissão do Tesouro Nacional, de US$ 2 bilhões — que representou sozinha 30% do total de bônus sustentáveis brasileiros colocados no mercado no primeiro semestre. O restante veio de empresas (US$ 3,55 bilhões) e bancos (US$ 1 bilhão). Na segunda metade de 2024, a Raízen também lançou papéis verdes, captando US$ 1 bilhão.

O valor emitido no primeiro semestre já é o segundo maior da série histórica mesmo se comparado aos números completos dos anos anteriores. Em nota, o BC diz que há potencial para que o volume supere o de 2021. O resultado naquele ano foi impulsionado por taxas de juros internacionais mais baixas e ampla liquidez internacional, em um contexto de estímulo à economia mundial, que sofria os impactos da covid-19.

De lá para cá, houve uma redução nas emissões sustentáveis, com US$ 2,06 bilhões captados em 2022 e US$ 3,25 bilhões em 2023. Foram anos marcados por taxas de juros mais restritivas, que fizeram muitas companhias brasileiras se voltarem ao mercado local. Em 2023, houve aumento nas emissões externas, mas com pequena participação dos títulos verdes.

As captações no mercado internacional de dívida — em títulos verdes ou não — voltaram a crescer neste ano, influenciada pela melhora das taxas e do ambiente externo. Até agora, foram levantados US$ 18,2 bilhões em bônus. Em todo o ano passado, foram emitidos US$ 15,5 bilhões.

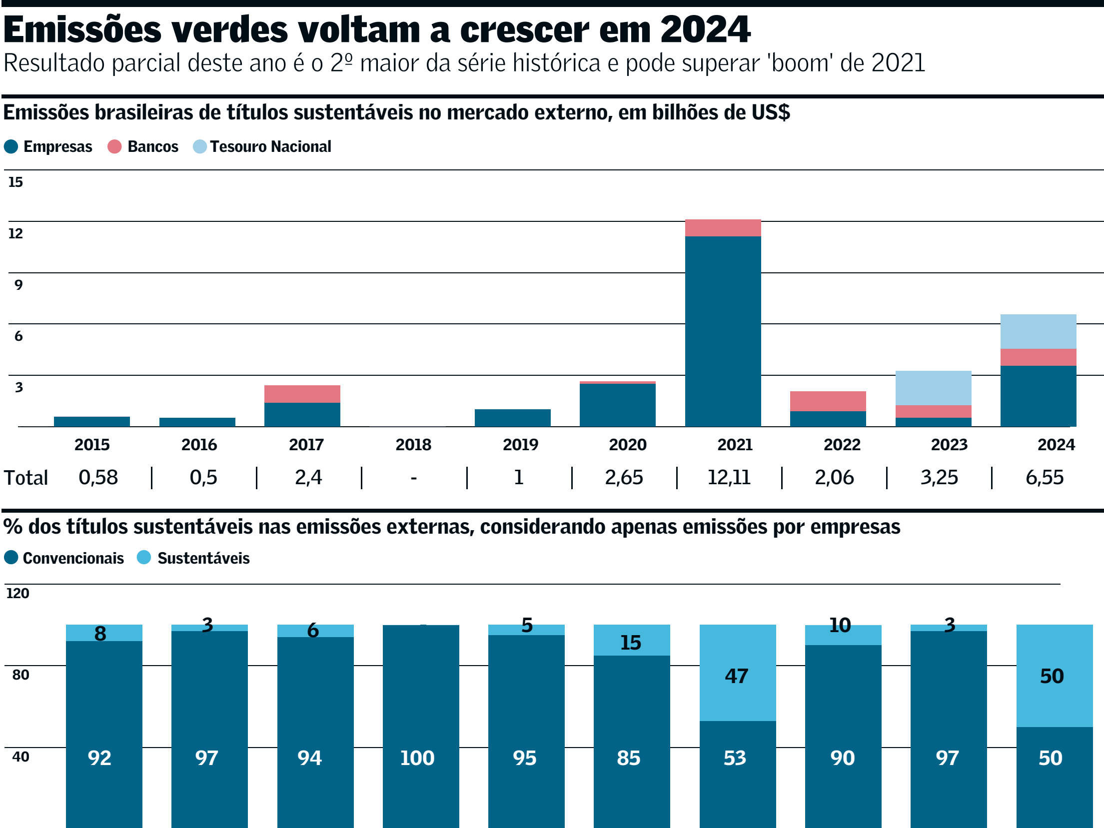
> "Não vejo um cenário em que esse mercado vá se contrair"
> *Leonardo Gava*

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, há um aumento do interesse de investidores por títulos relacionados à práticas ESG (sigla em inglês para padrões sociais, ambientais e de governança).

O gerente sênior de transição agrícola no Brasil da Climate Bonds Initiative (CBI), Leonardo Gava, vê potencial para o recorde de 2021 ser batido. Segundo ele, o financiamento da transição para a economia verde não virá apenas dos orçamentos públicos ou das instituições financeiras, mas também do mercado de dívida. "Não vejo um cenário em que esse mercado vá se contrair", diz.

Para Eduardo Grübler, gestor de multimercados da AMW Asset, há muito espaço para o Brasil avançar nesse segmento. "Na própria América Latina, temos tanto o Chile quanto o México emitindo volumes consideravelmente maiores. O Brasil, apesar de todo o potencial sustentável, não representa nem 1% das emissões globais", afirma.

Na avaliação de Grübler, esse tipo de emissão é interessante porque é paralelo aos desafios fiscais e políticos que o país tem, além de os papéis oferecerem taxa real mais atrativa.




Fonte: Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos de 2024, do Banco Central. *Em 2018 não houve emissões sustentáveis. **Resultado de 2024 é o acumulado até junho; todos os demais anos apresentam os valores para o ano completo

Gava destaca que a construção da Taxonomia Sustentável Brasileira, que trará regras e critérios para a avaliação de métricas de impactos sociais e ambientais, será um "grande passo" para incentivar esse mercado. A previsão é que a primeira versão do documento seja colocada em consulta pública no fim deste ano, segundo estudo da analista do BC Evelyn Maria Boia Baptista.

As emissões globais de títulos sustentáveis se aproximam dos US$ 5 trilhões, valor acumulado desde 2015, quando a categoria — criada em 2008 — começou a ganhar mais volume. A América Latina representa entre 3% e 4% desse montante, com o Brasil tendo emitido US$ 31,09 bilhões de 2015 até junho. As empresas locais representaram 71% do volume, os bancos, 16% e o Tesouro, 13%.

O Tesouro estreou nos títulos sustentáveis em novembro de 2023, quando captou US$ 2 bilhões. A segunda oferta, de US$ 2 bilhões, foi em junho deste ano. Há a expectativa de uma presença regular nos próximos 5 anos. O objetivo é atuar como referência para emissões de empresas e aumentar a presença de investidores estrangeiros na dívida pública federal.

"Um estudo realizado anteriormente à primeira emissão do Brasil, com base em dados do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] para emissores na América Latina e no Caribe, forneceu evidências de um aumento de até 25% no número de emissões e de até 60% no volume financeiro captado pelo setor corporativo de um país após uma emissão soberana temática, dentro de um prazo de até 36 meses", diz o Tesouro Nacional em nota

Os títulos sustentáveis costumam designar se são destinados exclusivamente a financiar projetos sustentáveis ou se têm destinação livre, mas com o compromisso de o emissor perseguir algumas metas. Caso elas não sejam cumpridas, o emissor é penalizado, por exemplo, com o pagamento de uma taxa adicional.

Joelson Sampaio, professor da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), afirma que o crescimento das emissões sustentáveis é uma mudança de paradigma. "O próximo passo é as empresas começarem a estruturar mais projetos sustentáveis, e, com o tempo, você também tem o impacto não só em volume, mas em taxa, até mesmo conseguindo taxas mais acessíveis para financiar projetos com essas características", afirma. Ele acrescenta que os eventos climáticos recentes tendem a trazer o tema da sustentabilidade para o mercado de capitais.

INÊS 249

# Finanças Indicadores

## IMA - Índices de Mercado Anbima

### Em 24/09/24

| Índice | Referência | Valor do índice | Var. no dia % | Var. no mês % | Var. no ano % |
|---|---|---|---|---|---|
| IRF-M | 1* | 16.272,9811760 | 0,07 | 0,68 | 7,02 |
| IRF-M | 1+** | 20.483,1191980 | 0,63 | 0,32 | 2,72 |
| IRF-M | Total | 18.660,6818680 | 0,44 | 0,44 | 4,00 |
| IMA-B | 5*** | 9.453,8941400 | 0,28 | 0,41 | 5,32 |
| IMA-B | 5+**** | 11.335,7679070 | 0,46 | -1,12 | -2,32 |
| IMA-B | Total | 10.006,4097030 | 0,38 | -0,48 | 1,00 |
| IMA-S | Total | 6.902,7518980 | 0,05 | 0,70 | 8,02 |
| IMA-Geral | Total | 8.345,0322080 | 0,23 | 0,32 | 4,97 |

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

## Crédito

### Taxas - em % no período

| Linhas - pessoa jurídica | 10/09 | 09/09 | Há 1 semana | No fim de agosto | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro pré até 365 dias - a.a. | 33,16 | 33,76 | 33,50 | 32,55 | 32,42 | 35,57 |
| Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a. | 24,87 | 23,71 | 23,99 | 23,58 | 25,02 | 28,54 |
| Conta garantida pré - a.a. | 33,03 | 40,07 | 39,42 | 45,01 | 49,35 | 46,57 |
| Desconto de duplicata pré - a.a. | 22,43 | 22,09 | 21,27 | 21,37 | 21,83 | 28,02 |
| Vendor pré - a.a. | 18,85 | 17,18 | 16,45 | 16,90 | 18,41 | 18,54 |
| Capital de giro flut. até 365 dias - a.a. | 17,12 | 17,12 | 16,00 | 15,23 | 14,15 | 21,69 |
| Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a. | 19,58 | 19,74 | 18,28 | 18,24 | 19,54 | 18,20 |
| Conta garantida pós - a.a. | 24,81 | 24,55 | 24,60 | 24,41 | 24,84 | 27,73 |
| ACC pós - a.a. | 7,80 | 7,80 | 7,58 | 8,10 | 8,50 | 7,91 |
| Factoring - a.m. | 3,28 | 3,26 | 3,26 | 3,22 | 3,23 | 3,54 |

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Juros externos

### Empréstimos - em % ao ano

| | 24/09/24 | 23/09/24 | Há 1 semana | No fim de agosto | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SOFR - empréstimos interbancários em dólar *** | | | | | | |
| Atual | - | 4,8300 | 5,3800 | 5,3200 | 5,3300 | 5,3000 |
| 1 mês | - | 5,2801 | 5,3434 | 5,3465 | 5,3478 | 5,3150 |
| 3 meses | - | 5,3492 | 5,3703 | 5,3684 | 5,3675 | 5,2466 |
| 6 meses | - | 5,3871 | 5,3976 | 5,3951 | 5,3940 | 5,1462 |
| **€STR - empréstimos interbancários em euro **** | | | | | | |
| Atual | - | 3,4140 | 3,6650 | 3,6540 | 3,6640 | 3,9050 |
| 1 mês | - | 3,6276 | 3,6684 | 3,6690 | 3,6688 | 3,6731 |
| 3 meses | - | 3,6665 | 3,6795 | 3,7145 | 3,7334 | 3,5619 |
| 6 meses | - | 3,8003 | 3,8162 | 3,8379 | 3,8466 | 3,3091 |
| 1 ano | - | 3,9084 | 3,9128 | 3,9130 | 3,9127 | 2,4781 |
| **Euribor ***** | | | | | | |
| 1 mês | - | 3,346 | 3,414 | 3,589 | 3,595 | 3,872 |
| 3 meses | - | 3,431 | 3,480 | 3,490 | 3,525 | 3,958 |
| 6 meses | - | 3,212 | 3,268 | 3,360 | 3,382 | 4,082 |
| 1 ano | - | 2,902 | 2,948 | 3,088 | 3,102 | 4,213 |
| **Taxas referenciais no mercado norte-americano** | | | | | | |
| Prime Rate | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 | 8,50 |
| Federal Funds | 5,00 | 5,00 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 |
| Taxa de Desconto | 5,00 | 5,00 | 5,50 | 5,50 | 5,50 | 5,50 |
| T-Bill (1 mês) | 4,68 | 4,71 | 4,92 | 5,26 | 5,33 | 5,38 |
| T-Bill (3 meses) | 4,61 | 4,63 | 4,86 | 5,09 | 5,13 | 5,49 |
| T-Bill (6 meses) | 4,37 | 4,44 | 4,56 | 4,85 | 4,91 | 5,54 |
| T-Note (2 anos) | 3,54 | 3,59 | 3,62 | 3,90 | 3,92 | 5,11 |
| T-Note (5 anos) | 3,47 | 3,51 | 3,45 | 3,67 | 3,65 | 4,56 |
| T-Note (10 anos) | 3,73 | 3,75 | 3,66 | 3,86 | 3,80 | 4,44 |
| T-Bond (30 anos) | 4,09 | 4,09 | 3,96 | 4,15 | 4,09 | 4,53 |

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

## Evolução das aplicações financeiras

### Rentabilidade no período em %

| Renda Fixa | set/24* | ago/24 | Mês jul/24 | jun/24 | mai/24 | abr/24 | Acumulado Ano* | 12 meses** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic | 0,67 | 0,87 | 0,91 | 0,79 | 0,83 | 0,89 | 7,81 | 11,20 |
| CDI | 0,67 | 0,87 | 0,91 | 0,79 | 0,83 | 0,89 | 7,81 | 11,20 |
| CDB (1) | 0,73 | 0,72 | 0,72 | 0,71 | 0,73 | 0,73 | 6,81 | 9,99 |
| Poupança (2) | 0,57 | 0,57 | 0,57 | 0,54 | 0,59 | 0,60 | 5,18 | 7,09 |
| Poupança (3) | 0,57 | 0,57 | 0,57 | 0,54 | 0,59 | 0,60 | 5,18 | 7,09 |
| IRF-M | 0,44 | 0,66 | 1,34 | -0,29 | 0,66 | -0,52 | 4,00 | 8,26 |
| IMA-B | -0,48 | 0,52 | 2,09 | -0,97 | 1,33 | -1,61 | 1,00 | 5,32 |
| IMA-S | 0,70 | 0,90 | 0,94 | 0,81 | 0,83 | 0,90 | 8,02 | 11,40 |
| **Renda Variável** | | | | | | | | |
| Ibovespa | -2,83 | 6,54 | 3,02 | 1,48 | -3,04 | -1,70 | -1,51 | 17,51 |
| Índice Small Cap | -3,39 | 4,52 | 1,47 | -0,39 | -3,38 | -7,76 | -12,75 | -2,18 |
| IBrX 50 | -2,96 | 6,51 | 3,15 | 1,63 | -3,11 | -0,62 | 0,09 | 19,46 |
| ISE | -2,27 | 5,98 | 2,84 | 1,10 | -3,61 | -6,02 | -4,28 | 9,55 |
| IMOB | -1,32 | 5,86 | 4,82 | 1,06 | -0,73 | -11,56 | -8,93 | 4,77 |
| IDIV | -1,09 | 6,68 | 1,90 | 1,99 | -0,99 | -0,56 | 3,86 | 21,94 |
| IFIX | -2,65 | 0,85 | 0,53 | -1,04 | 0,02 | -0,77 | -0,24 | 5,63 |
| Dólar Ptax (BC) | -3,29 | -0,10 | 1,86 | 6,05 | 1,35 | 3,51 | 12,99 | 14,92 |
| Dólar Comercial (mercado) | -3,01 | -0,38 | 1,18 | 6,46 | 1,09 | 3,54 | 12,57 | 13,79 |
| Euro (BC) (4) | -2,50 | 2,08 | 2,92 | 4,73 | 2,89 | 2,37 | 13,98 | 17,26 |
| Euro Comercial (mercado) (4) | -1,94 | 1,77 | 2,23 | 5,07 | 2,79 | 2,43 | 13,70 | 16,00 |
| Ouro (BC) | 2,13 | 3,19 | 5,98 | 5,97 | 2,87 | 7,18 | 44,57 | 48,11 |
| **Inflação** | | | | | | | | |
| IPCA | - | -0,02 | 0,38 | 0,21 | 0,46 | 0,38 | 2,85 | 4,24 |
| IGP-M | - | 0,29 | 0,61 | 0,81 | 0,89 | 0,31 | 2,00 | 4,26 |

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 24/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

## Fundos de Investimento

### Análise diária da indústria - em 19/09/24

| Categorias | Patrimônio líquido R$ milhões (1) | Rentabilidade nominal - % no dia | no mês | em 2024 | em 12 meses | Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia | no mês | no ano | em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Renda Fixa | 3.740.532,49 | | | | | -9.761,17 | 45.285,30 | 353.232,55 | 287.765,87 |
| RF Indexados (2) | 143.972,39 | -0,29 | 0,22 | 4,30 | 7,69 | -579,07 | -1.143,35 | -13.031,55 | -20.077,64 |
| RF Duração Baixa Soberano (2) | 699.578,83 | 0,04 | 0,51 | 7,08 | 10,29 | -3.046,52 | 18.713,31 | 45.282,54 | 10.542,41 |
| RF Duração Baixa Grau de Invest. (2) | 919.444,63 | 0,04 | 0,57 | 8,07 | 11,73 | 698,32 | 11.221,62 | 103.177,61 | 103.010,27 |
| RF Duração Média Grau de Invest. (2) | 191.645,68 | 0,04 | 0,05 | 8,15 | 11,82 | -3.477,05 | -2.443,01 | 80.704,59 | 83.327,10 |
| RF Duração Alta Grau de Invest. (2) | 171.685,80 | -0,02 | 0,24 | 6,27 | 9,16 | 17,19 | 1.331,16 | -3.718,72 | -5.710,62 |
| RF Duração Livre Soberano (2) | 223.840,99 | -0,03 | 0,42 | 6,55 | 9,88 | -394,70 | 6.190,50 | -9.121,24 | -25.079,15 |
| RF Duração Livre Grau de Invest. (2) | 675.205,40 | 0,02 | 0,46 | 7,20 | 10,67 | -2.344,23 | 1.851,52 | -15.748,81 | -31.821,42 |
| RF Duração Livre Crédito Livre (2) | 416.747,39 | -0,05 | 0,49 | 7,31 | 11,17 | -116,35 | 5.974,69 | 119.709,63 | 153.260,84 |
| Ações | 644.116,96 | | | | | -213,85 | -424,91 | 2.667,19 | 44.674,96 |
| Ações Indexados (2) | 10.669,71 | -0,50 | -2,05 | -0,72 | 12,73 | -86,37 | 53,80 | 233,62 | -1.869,79 |
| Ações Índice Ativo (2) | 29.263,30 | -0,68 | -1,19 | -1,60 | 10,35 | 5,17 | -781,40 | -7.929,43 | -7.152,95 |
| Ações Livre | 231.245,28 | -0,53 | -0,40 | 1,16 | 11,55 | -62,84 | -1.659,25 | -3.125,45 | -6.396,10 |
| Fechados de Ações | 126.378,14 | -0,03 | -0,03 | -4,15 | -1,58 | 29,50 | 1.469,18 | -408,18 | 13.581,17 |
| Multimercados | 1.570.038,37 | | | | | -904,83 | -49.295,51 | -192.590,01 | -321.292,06 |
| Multimercados Macro | 143.504,18 | 0,13 | 1,00 | 3,89 | 7,82 | -257,80 | 6.349,72 | -37.705,57 | -57.028,81 |
| Multimercados Livre | 587.152,21 | -0,08 | 0,34 | 6,56 | 10,71 | -563,29 | -42.543,80 | -56.748,73 | -115.274,97 |
| Multimercados Juros e Moedas | 47.267,35 | 0,04 | 0,54 | 7,11 | 10,77 | -52,91 | -1.996,05 | -11.584,21 | -15.931,52 |
| Multimercados Invest. no Exterior (2) | 709.519,86 | 0,00 | -0,35 | 7,71 | 12,91 | -19,49 | -11.296,53 | -87.450,07 | -130.051,49 |
| Cambial | 6.095,91 | -0,16 | -3,51 | 16,62 | 18,19 | -1,93 | -141,58 | -777,58 | -1.065,34 |
| Previdência | 1.482.398,12 | | | | | -163,45 | 195,10 | 29.697,29 | 40.748,62 |
| ETF | 43.635,14 | | | | | 425,23 | 913,85 | -2.427,98 | -1.563,68 |
| Demais Tipos | 2.109.964,80 | | | | | -792,84 | 4.467,88 | 90.471,00 | 104.570,08 |
| **Total Fundos de Investimentos** | **7.486.816,99** | | | | | **-10.619,99** | **-3.467,75** | **189.801,46** | **49.268,37** |
| **Total Fundos Estruturados (3)** | **1.782.818,05** | | | | | **798,20** | **11.813,91** | **122.093,69** | **178.852,43** |
| **Total Fundos Off Shore (4)** | **49.457,77** | | | | | - | - | - | - |
| **Total Geral** | **9.319.092,80** | | | | | **-9.821,79** | **8.346,16** | **311.895,15** | **228.120,80** |

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

## Custo do dinheiro

### Em % no período

| Taxas referenciais | 24/09/24 | 23/09/24 | Há 1 semana | No fim de agosto | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic - meta ao ano | 10,75 | 10,75 | 10,50 | 10,50 | 10,50 | 12,75 |
| Selic - taxa over ao ano | 10,65 | 10,65 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 12,65 |
| Selic - taxa over ao mês | 1,2050 | 1,2050 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,4184 |
| Selic - taxa efetiva ao ano | 10,50 | 10,50 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 12,97 |
| Selic - taxa efetiva ao mês | 0,8351 | 0,8351 | 0,8279 | 0,8675 | 0,8675 | 0,9729 |
| CDI - taxa over ao ano | 10,65 | 10,65 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 12,65 |
| CDI - taxa over ao mês | 1,2050 | 1,2050 | 1,1781 | 1,1781 | 1,1781 | 1,4184 |
| CDI - taxa efetiva ao ano | 10,50 | 10,50 | 10,40 | 10,40 | 10,40 | 12,97 |
| CDI - taxa efetiva ao mês | 0,8351 | 0,8351 | 0,8279 | 0,8675 | 0,8675 | 0,9729 |
| CDB Pré - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | 11,92 |
| CDB Pré - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | 0,9429 |
| CDB Pós - taxa bruta ao ano | - | - | - | - | - | 12,09 |
| CDB Pós - taxa bruta ao mês | - | - | - | - | - | 0,9556 |
| **Taxa de juros de referência - B3** | | | | | | |
| TJ3 - 3 meses (em % ao ano) | 10,97 | 10,96 | 10,86 | 10,77 | 10,57 | 12,31 |
| TJ6 - 6 meses (em % ao ano) | 11,48 | 11,52 | 11,31 | 11,28 | 10,96 | 11,79 |
| **Taxas referenciais de Swap - B3** | | | | | | |
| DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano | 10,66 | 10,66 | 10,66 | 10,53 | 10,46 | 12,65 |
| DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano | 10,79 | 10,79 | 10,74 | 10,62 | 10,54 | 12,50 |
| DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano | 10,98 | 10,98 | 10,88 | 10,79 | 10,65 | 12,30 |
| DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano | 11,14 | 11,16 | 11,04 | 10,98 | 10,78 | 12,13 |
| DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano | 11,49 | 11,52 | 11,31 | 11,30 | 11,05 | 11,78 |
| DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano | 12,01 | 12,12 | 11,71 | 11,74 | 11,42 | 10,84 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Mercado futuro

### Em 24/09/24

| DI de 1 dia | PU de ajuste | Taxa efetiva - em % ao ano | Contratos negociados | Cotação - em % ao ano Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em out/24 | 99.799,39 | 10,651 | 195.393 | 10,650 | 10,654 | 10,654 |
| Vencimento em nov/24 | 98.880,94 | 10,659 | 252.380 | 10,658 | 10,662 | 10,660 |
| Vencimento em dez/24 | 98.102,94 | 10,815 | 69.209 | 10,812 | 10,824 | 10,818 |
| Vencimento em jan/25 | 97.218,96 | 11,018 | 808.583 | 11,010 | 11,025 | 11,025 |
| Vencimento em fev/25 | 96.280,16 | 11,198 | 32.652 | 11,195 | 11,210 | 11,205 |
| Vencimento em mar/25 | 95.402,50 | 11,385 | 7.058 | 11,380 | 11,400 | 11,390 |
| Vencimento em abr/25 | 94.572,72 | 11,517 | 226.084 | 11,505 | 11,565 | 11,530 |
| Vencimento em mai/25 | 93.696,98 | 11,640 | 1.392 | 11,635 | 11,670 | 11,640 |
| Vencimento em jun/25 | 92.792,95 | 11,726 | 6.677 | 11,715 | 11,765 | 11,745 |
| Vencimento em jul/25 | 91.912,36 | 11,835 | 523.060 | 11,820 | 11,915 | 11,860 |
| Vencimento em ago/25 | 90.927,27 | 11,910 | 316 | 11,900 | 11,970 | 11,940 |
| **Dólar comercial** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em out/24 | 5.457,66 | -1,43 | 270.635 | 5.448,50 | 5.529,00 | 5.454,50 |
| Vencimento em nov/24 | 5.476,71 | -1,43 | 14.510 | 5.475,50 | 5.515,50 | 5.479,00 |
| Vencimento em dez/24 | 5.494,23 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em jan/25 | 5.515,47 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em fev/25 | 5.541,31 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Euro** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em out/24 | 6.095,23 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em nov/24 | 6.124,40 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em dez/24 | 6.149,84 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ibovespa** | **Ajuste do dia** | **Var. no dia em %** | **Contratos negociados** | **Cotação - pontos do índice Mínimo** | **Máximo** | **Último** |
| Vencimento em out/24 | 132.901 | 1,19 | 77.410 | 132.350 | 133.865 | 132.875 |
| Vencimento em dez/24 | 135.074 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vencimento em fev/25 | 137.156 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Indicadores do mercado

### Em 24/09/24

| Indicador | Compra | Venda | Variações % No dia | No mês | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$) | 5,4696 | 5,4702 | -1,34 | -3,29 | 12,99 | 11,34 |
| Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$) | 5,4621 | 5,4627 | -1,30 | -3,01 | 12,57 | 10,75 |
| Dólar Turismo (R$/US$) | 5,4903 | 5,6703 | -1,37 | -3,25 | 12,34 | 10,70 |
| Euro (BC) - (R$/€) | 6,0986 | 6,0998 | -1,16 | -2,50 | 13,98 | 16,47 |
| Euro Comercial (mercado) - (R$/€) | 6,1047 | 6,1053 | -0,74 | -1,94 | 13,70 | 16,26 |
| Euro Turismo (R$/€) | 6,1607 | 6,3407 | -1,06 | -2,41 | 13,08 | 15,92 |
| Euro (BC) - (US$/€) | 1,1150 | 1,1151 | 0,19 | 0,81 | 0,88 | 4,61 |
| **Ouro*** | | | | | | |
| Banco Central (R$/g) | 464,7069 | 464,7579 | -0,84 | 2,13 | 44,57 | 52,58 |
| Nova York (US$/onça troy)[1] | - | 2.656,72 | 1,16 | 6,15 | 28,64 | 38,03 |
| Londres (US$/onça troy)[1] | - | 2.628,55 | 0,43 | 4,14 | 27,45 | 36,46 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

## Índices de ações Valor-Coppead

### Em pontos

| Índice | 24/09/24 | 23/09/24 | No fim de ago/24 | dez/23 | Variação - em % dia | mês | Ano |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor-Coppead Performance | 174.223,14 | 172.289,22 | 178.922,92 | 173.997,89 | 1,12 | -2,63 | 0,13 |
| Valor-Coppead Mínima Variância | 102.407,48 | 101.736,00 | 105.748,61 | 93.533,91 | 0,66 | -3,16 | 9,49 |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Captações de recursos no exterior

### Últimas operações realizadas no mercado internacional *

| Emissor/Tomador | Data de liquidação | Data do vencimento | Prazo meses | Valor US$ milhões | Cupom/ Custo em % | Retorno em % | Spread pontos-base ** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nexa | 09/04/24 | 09/04/34 | 120 | 600 | 6,75 | - | - |
| Movida | 11/04/24 | 11/04/29 | 60 | 500 | - | 7,85 | - |
| Aegea (1) (3) | 25/06/24 | 20/01/31 | 79 | 300 | 9,0 | 8,375 | - |
| República Federativa do Brasil (2) | 27/06/24 | 22/01/32 | 91 | 2.000 | 6,125 | 6,375 | 212,8 |
| Vale | 28/06/24 | 28/06/54 | 360 | 1.000 | 6,4 | 6,458 | 210,0 |
| XP | 04/07/24 | 04/07/29 | 60 | 500 | - | 7 | - |
| Raízen (2) | 17/09/24 | 17/01/35 | 124 | 1.000 | 5,7 | 2,18 | - |

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 24/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

## ADR - Índices

### Em 24/09/24

| Índice | 24/09/24 | 23/09/24 | Em 30/08/24 | 29/12/23 | 24/09/23 | Variação - em % dia | mês | ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| S&P BNY | 189,74 | 186,60 | 188,53 | 165,54 | 154,46 | 1,68 | 0,64 | 14,62 | 22,84 |
| S&P BNY Emergentes | 378,78 | 363,92 | 354,71 | 312,75 | 282,30 | 4,08 | 6,79 | 21,11 | 34,18 |
| S&P BNY América Latina | 198,43 | 194,38 | 196,58 | 225,28 | 196,99 | 2,09 | 0,94 | -11,92 | 0,73 |
| S&P BNY Brasil | 197,61 | 192,61 | 197,44 | 232,95 | 202,19 | 2,59 | 0,08 | -15,17 | -2,27 |
| S&P BNY México | 293,31 | 289,36 | 286,82 | 331,67 | 299,47 | 1,37 | 2,26 | -11,56 | -2,05 |
| S&P BNY Argentina | 290,70 | 294,45 | 268,80 | 178,27 | 135,87 | -1,27 | 8,15 | 63,07 | 113,96 |
| S&P BNY Chile | 142,27 | 138,98 | 143,28 | 162,12 | 150,36 | 2,36 | -0,70 | -12,24 | -5,38 |
| S&P BNY Índia | 3.299,57 | 3.305,31 | 3.175,88 | 2.923,01 | 2.696,13 | -0,17 | 3,89 | 12,88 | 22,38 |
| S&P BNY Ásia | 229,72 | 222,85 | 218,99 | 189,60 | 177,18 | 3,08 | 4,90 | 21,16 | 29,66 |
| S&P BNY China | 341,15 | 312,70 | 294,08 | 336,11 | 329,04 | 9,10 | 16,00 | 1,50 | 3,68 |
| S&P BNY África do Sul | 211,48 | 207,54 | 192,07 | 199,87 | 195,26 | 1,90 | 10,11 | 5,81 | 8,31 |
| S&P BNY Turquia | 32,63 | 32,18 | 33,07 | 22,45 | 21,74 | 1,39 | -1,33 | 45,31 | 50,06 |

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

## TR, Poupança e TBF

### Variações % no período

| Período | TR | Poupança * | Poupança ** | TBF |
|---|---|---|---|---|
| 07/09 a 07/10 | 0,0645 | 0,5648 | 0,5648 | 0,7460 |
| 08/09 a 08/10 | 0,0684 | 0,5687 | 0,5687 | 0,7846 |
| 09/09 a 09/10 | 0,0722 | 0,5726 | 0,5726 | 0,8231 |
| 10/09 a 10/10 | 0,0724 | 0,5728 | 0,5728 | 0,8245 |
| 11/09 a 11/10 | 0,0726 | 0,5730 | 0,5730 | 0,8269 |
| 12/09 a 12/10 | 0,0730 | 0,5734 | 0,5734 | 0,8312 |
| 13/09 a 13/10 | 0,0693 | 0,5696 | 0,5696 | 0,7943 |
| 14/09 a 14/10 | 0,0656 | 0,5659 | 0,5659 | 0,7566 |
| 15/09 a 15/10 | 0,0694 | 0,5697 | 0,5697 | 0,7952 |
| 16/09 a 16/10 | 0,0733 | 0,5737 | 0,5737 | 0,8338 |
| 17/09 a 17/10 | 0,0734 | 0,5738 | 0,5738 | 0,8345 |
| 18/09 a 18/10 | 0,0737 | 0,5741 | 0,5741 | 0,8379 |
| 19/09 a 19/10 | 0,0738 | 0,5742 | 0,5742 | 0,8391 |
| 20/09 a 20/10 | 0,0703 | 0,5707 | 0,5707 | 0,8044 |
| 21/09 a 21/10 | 0,0665 | 0,5668 | 0,5668 | 0,7659 |
| 22/09 a 22/10 | 0,0704 | 0,5708 | 0,5708 | 0,8047 |
| 23/09 a 23/10 | 0,0743 | 0,5747 | 0,5747 | 0,8434 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

## B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

### Índices de ações em 24/09/24

| | Índice | No dia | No mês | No ano | Em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| **Variação % em reais** | | | | | |
| Ibovespa | 132.156 | 1,22 | -2,83 | -1,51 | 13,92 |
| IBrX | 55.888 | 1,20 | -2,74 | -0,99 | 14,35 |
| IBrX 50 | 22.238 | 1,25 | -2,96 | 0,09 | 15,22 |
| IEE | 90.519 | -0,01 | -2,55 | -4,67 | 3,65 |
| SMLL | 2.053 | 1,11 | -3,39 | -12,75 | -2,61 |
| ISE | 3.603 | 0,91 | -2,27 | -4,28 | 8,59 |
| IMOB | 920 | 0,56 | -1,32 | -8,93 | 6,42 |
| IDIV | 9.424 | 1,18 | -1,09 | 3,86 | 18,52 |
| IFIX | 3.304 | -0,25 | -2,65 | -0,24 | 2,39 |
| **Variação % em dólares** | | | | | |
| Ibovespa | 24.159 | 2,59 | 0,47 | -12,84 | 2,32 |
| IBrX | 10.217 | 2,58 | 0,57 | -12,38 | 2,71 |
| IBrX 50 | 4.065 | 2,63 | 0,34 | -11,41 | 3,49 |
| IEE | 16.548 | 1,35 | 0,76 | -15,63 | -6,91 |
| SMLL | 375 | 2,48 | -0,11 | -22,78 | -12,53 |
| ISE | 659 | 2,28 | 1,06 | -15,29 | -2,47 |
| IMOB | 168 | 1,93 | 2,04 | -19,40 | -4,42 |
| IDIV | 1.723 | 2,56 | 2,28 | -8,08 | 6,45 |
| IFIX | 604 | 1,10 | 0,66 | -11,71 | -8,04 |

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Melhores e Piores do Ibovespa

### Desempenho das ações em 24/09/24

**Melhores no dia**

| Papel | Código | Variação (%) | Cotação (R$) |
|---|---|---|---|
| Sid Nacional ON | CSNA3 | 9,39 | 12,12 |
| Brava ON | BRAV3 | 8,72 | 19,46 |
| Usiminas PNA | USIM5 | 7,68 | 6,03 |
| Lojas Renner ON | LREN3 | 5,36 | 18,66 |
| Vale ON | VALE3 | 4,88 | 60,34 |

**Piores no dia**

| Papel | Código | Variação (%) | Cotação (R$) |
|---|---|---|---|
| Azul PN | AZUL4 | -5,04 | 5,09 |
| Pão de Açúcar ON | PCAR3 | -1,71 | 2,88 |
| Auren ON | AURE3 | -1,23 | 10,47 |
| Marfrig ON | MRFG3 | -1,21 | 13,90 |
| Raia Drogasil ON | RADL3 | -1,12 | 26,55 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Reservas internacionais

### Liquidez Internacional *, em US$ milhões

| Fim de período | | Diário | |
|---|---|---|---|
| jan/24 | 353.563 | 12/09/24 | 370.017 |
| fev/24 | 352.705 | 13/09/24 | 371.009 |
| mar/24 | 355.008 | 16/09/24 | 371.538 |
| abr/24 | 351.599 | 17/09/24 | 371.197 |
| mai/24 | 355.560 | 18/09/24 | 370.865 |
| jun/24 | 357.827 | 19/09/24 | 371.293 |
| jul/24 | 363.282 | 20/09/24 | 371.135 |
| ago/24 | 369.214 | 23/09/24 | 371.436 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

## Índice de Renda Fixa Valor

### Base = 100 em 31/12/99

| | 24/09/24 | 23/09/24 | 20/09/24 | 19/09/24 | 18/09/24 | 17/09/24 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 2.155,57 | 2.147,31 | 2.151,42 | 2.157,79 | 2.163,77 | 2.160,84 |
| Var. no dia | 0,38% | -0,19% | -0,30% | -0,28% | 0,14% | 0,04% |
| Var. no mês | 0,48% | 0,10% | 0,29% | 0,58% | 0,86% | 0,73% |
| Var. no ano | 4,38% | 3,98% | 4,17% | 4,48% | 4,77% | 4,63% |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Câmbio

### Em 24/09/24

| Moeda | Em US$ * Compra | Venda | Em R$ ** Compra | Venda |
|---|---|---|---|---|
| Baht (Tailândia) | 32,6700 | 32,6800 | 0,16740 | 0,16740 |
| Balboa (Panamá) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4696 | 5,4702 |
| Bolívar Soberano (Venezuela) | 36,7210 | 36,8130 | 0,1486000 | 0,1490000 |
| Boliviano (Bolívia) | 6,8600 | 6,9900 | 0,7825 | 0,7974 |
| Colon (Costa Rica) | 517,0000 | 522,0000 | 0,010480 | 0,010580 |
| Coroa (Dinamarca) | 6,6870 | 6,6875 | 0,8179 | 0,8180 |
| Coroa (Islândia) | 135,3700 | 135,6500 | 0,04032 | 0,04041 |
| Coroa (Noruega) | 10,4420 | 10,4444 | 0,5237 | 0,5239 |
| Coroa (Rep. Tcheca) | 22,4990 | 22,5110 | 0,2430 | 0,2431 |
| Coroa (Suécia) | 10,1283 | 10,1297 | 0,5400 | 0,5401 |
| Dinar (Argélia) | 131,7290 | 133,0460 | 0,04111 | 0,04153 |
| Dinar (Kuwait) | 0,3049 | 0,3057 | 17,8921 | 17,9410 |
| Dinar (Líbia) | 4,7389 | 4,7612 | 1,1488 | 1,1543 |
| Direitos Especiais de Saque *** | 1,3520 | 1,3520 | 7,3949 | 7,3957 |
| Dirham (Emirados Árabes Unidos) | 3,6728 | 3,6732 | 1,4891 | 1,4894 |
| Dirham (Marrocos) | 9,6734 | 9,6784 | 0,5651 | 0,5655 |
| Dólar (Austrália)*** | 0,6870 | 0,6874 | 3,7576 | 3,7602 |
| Dólar (Bahamas) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4696 | 5,4702 |
| Dólar (Belize) | 1,9982 | 2,0332 | 2,6901 | 2,7376 |
| Dólar (Canadá) | 1,3467 | 1,3474 | 4,0594 | 4,0619 |
| Dólar (Cayman) | 0,8275 | 0,8350 | 6,5504 | 6,6105 |
| Dólar (Cingapura) | 1,2855 | 1,2857 | 4,2542 | 4,2553 |
| Dólar (EUA) | 1,0000 | 1,0000 | 5,4696 | 5,4702 |
| Dólar (Hong Kong) | 7,7856 | 7,7859 | 0,7025 | 0,7026 |
| Dólar (Nova Zelândia)*** | 0,6319 | 0,6320 | 3,4562 | 3,4572 |
| Dólar (Trinidad e Tobago) | 6,7822 | 6,8260 | 0,8013 | 0,8066 |
| Euro (Comunidade Européia)*** | 1,1150 | 1,1151 | 6,0986 | 6,0998 |
| Florim (Antilhas Holandesas) | 1,7845 | 1,8200 | 3,0053 | 3,0654 |
| Franco (Suíça) | 0,8457 | 0,8462 | 6,4637 | 6,4683 |
| Guarani (Paraguai) | 7791,7100 | 7804,6700 | 0,0007008 | 0,0007021 |
| Hryvnia (Ucrânia) | 41,3000 | 41,4000 | 0,1321 | 0,1325 |
| Iene (Japão) | 143,7700 | 143,7900 | 0,03804 | 0,03805 |
| Lev (Bulgária) | 1,7521 | 1,7533 | 3,1196 | 3,1221 |
| Libra (Egito) | 48,6600 | 48,7500 | 0,1122 | 0,1124 |
| Libra (Líbano) | 89500,0000 | 89600,0000 | 0,000061 | 0,000061 |
| Libra (Síria) | 13000,0000 | 13003,0000 | 0,00042 | 0,00042 |
| Libra Esterlina (Grã Bretanha)*** | 1,3372 | 1,3379 | 7,3139 | 7,3186 |
| Naira (Nigéria) | 1596,9800 | 1598,9800 | 0,00342 | 0,00343 |
| Lira (Turquia) | 34,1283 | 34,1358 | 0,1602 | 0,1603 |
| Novo Dólar (Taiwan) | 31,8570 | 31,8870 | 0,17150 | 0,17170 |
| Novo Sol (Peru) | 3,7658 | 3,7685 | 1,4514 | 1,4526 |
| Peso (Argentina) | 965,5000 | 966,0000 | 0,00566 | 0,00567 |
| Peso (Chile) | 909,4000 | 910,9000 | 0,006005 | 0,006015 |
| Peso (Colômbia) | 4144,7500 | 4148,6800 | 0,001318 | 0,001320 |
| Peso (Cuba) | 24,0000 | 24,0000 | 0,2279 | 0,2279 |
| Peso (Filipinas) | 56,2200 | 56,2400 | 0,09725 | 0,09730 |
| Peso (México) | 19,3460 | 19,3510 | 0,2827 | 0,2828 |
| Peso (Rep. Dominicana) | 60,0000 | 60,7500 | 0,09003 | 0,09117 |
| Peso (Uruguai) | 42,1000 | 42,1400 | 0,12980 | 0,12990 |
| Rande (África do Sul) | 17,3316 | 17,3371 | 0,3155 | 0,3156 |
| Rial (Arábia Saudita) | 3,7516 | 3,7518 | 1,4579 | 1,4581 |
| Rial (Irã) | 42000,0000 | 42105,0000 | 0,0001299 | 0,0001302 |
| Ringgit (Malásia) | 4,1500 | 4,1580 | 1,3154 | 1,3181 |
| Rublo (Rússia) | 92,7955 | 92,8045 | 0,05894 | 0,05895 |
| Rúpia (Índia) | 83,6000 | 83,6200 | 0,06541 | 0,06543 |
| Rúpia (Indonésia) | 15180,0000 | 15190,0000 | 0,0003601 | 0,0003604 |
| Rúpia (Paquistão) | 277,8000 | 277,9000 | 0,01968 | 0,01969 |
| Shekel (Israel) | 3,7565 | 3,7641 | 1,4531 | 1,4562 |
| Won (Coréia do Sul) | 1329,9600 | 1330,3700 | 0,004111 | 0,004113 |
| Yuan Renminbi (China) | 7,0318 | 7,0319 | 0,7778 | 0,7779 |
| Zloty (Polônia) | 3,8187 | 3,8199 | 1,4319 | 1,4325 |

| | Cotações Ouro Spot (2) | Paridade (3) | Em R$(1) Compra | Venda |
|---|---|---|---|---|
| Dólar Ouro | 2643,19 | 0,01177 | 464,7069 | 464,7579 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

## Bolsas de valores internacionais

| País | Cidade | Índice | 24/09/24 | 23/09/24 | No dia | Variações % No mês | No ano | Em 12 meses | Em 12 meses Menor índice | Maior índice |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Américas** | | | | | | | | | | |
| EUA | Nova York | Dow Jones | 42.208,22 | 42.124,65 | 0,20 | 1,55 | 11,99 | 24,27 | 32.417,59 | 42.208,22 |
| EUA | Nova York | Nasdaq-100 | 19.944,84 | 19.852,20 | 0,47 | 1,89 | 18,54 | 35,67 | 14.109,57 | 20.675,38 |
| EUA | Nova York | Nasdaq Composite | 18.074,52 | 17.974,27 | 0,56 | 2,04 | 20,41 | 36,81 | 12.595,61 | 18.647,45 |
| EUA | Nova York | S&P 500 | 5.732,93 | 5.718,57 | 0,25 | 1,50 | 20,19 | 32,70 | 4.117,37 | 5.732,93 |
| Canadá | Toronto | S&P/TSX | 23.952,22 | 23.894,71 | 0,24 | 2,60 | 14,28 | 21,09 | 18.737,39 | 23.952,22 |
| México | Cidade do México | IPC | 53.653,95 | 52.422,24 | 2,35 | 3,21 | -6,50 | 3,82 | 48.197,88 | 58.711,87 |
| Colômbia | Bogotá | COLCAP | 1.334,90 | 1.322,17 | 0,96 | -2,01 | 11,69 | 22,41 | 1.083,95 | 1.441,68 |
| Venezuela | Caracas | IBVC | 95.560,88 | 96.908,44 | -1,39 | 4,40 | 65,24 | 145,29 | 38.957,57 | 98.913,06 |
| Chile | Santiago | IPSA | 6.449,90 | 6.374,35 | 1,19 | -0,16 | 4,07 | 10,60 | 5.407,50 | 6.810,91 |
| Peru | Lima | S&P/BVL General | 29.807,95 | 29.356,94 | 1,54 | 4,80 | 14,82 | 31,68 | 21.451,73 | 30.891,77 |
| Argentina | Buenos Aires | Merval | 1.774.667,88 | 1.790.228,16 | -0,87 | 3,32 | 90,89 | 220,69 | 543.252,12 | 1.847.053,09 |
| **Europa, Oriente Médio e África** | | | | | | | | | | |
| Euro | - | Euronext 100 | 1.487,41 | 1.476,59 | 0,73 | -0,73 | 6,58 | 11,68 | 3.425,66 | 4.149,65 |
| Alemanha | Frankfurt | DAX-30 | 18.996,63 | 18.846,79 | 0,80 | 0,47 | 13,40 | 22,11 | 14.687,41 | 19.002,38 |
| França | Paris | CAC-40 | 7.604,01 | 7.508,08 | 1,28 | -0,35 | 0,81 | 5,83 | 6.795,38 | 8.239,99 |
| Itália | Milão | FTSE MIB | 33.881,26 | 33.679,80 | 0,60 | -1,43 | 11,63 | 18,57 | 27.287,45 | 35.410,13 |
| Bélgica | Bruxelas | BEL-20 | 4.247,08 | 4.232,61 | 0,34 | 1,50 | 14,55 | 16,84 | 3.290,68 | 4.253,10 |
| Dinamarca | Copenhague | OMX 20 | 2.590,33 | 2.586,93 | 0,13 | -6,95 | 13,44 | 21,66 | 2.059,59 | 2.952,52 |
| Espanha | Madri | IBEX-35 | 11.837,00 | 11.797,90 | 0,33 | 3,82 | 17,17 | 24,57 | 8.918,30 | 11.837,00 |
| Grécia | Atenas | ASE General | 1.454,10 | 1.442,53 | 0,80 | 1,60 | 12,45 | 19,41 | 1.111,29 | 1.502,79 |
| Holanda | Amsterdã | AEX | 907,16 | 903,47 | 0,41 | -1,25 | 15,29 | 24,25 | 714,05 | 944,91 |
| Hungria | Budapeste | BUX | 73.557,89 | 73.060,07 | 0,68 | 0,95 | 21,34 | 32,83 | 55.055,60 | 74.051,15 |
| Polônia | Varsóvia | WIG | 83.324,58 | 81.900,30 | 1,74 | -1,82 | 6,20 | 25,26 | 63.776,83 | 89.414,00 |
| Portugal | Lisboa | PSI-20 | 6.764,46 | 6.737,35 | 0,40 | 0,06 | 5,75 | 9,66 | 5.824,40 | 6.971,10 |
| Rússia | Moscou | RTS* | 974,27 | 956,01 | 1,91 | 6,41 | -10,08 | -2,57 | 890,82 | 1.211,87 |
| Suécia | Estocolmo | OMX | 2.590,01 | 2.583,85 | 0,24 | -0,23 | 8,00 | 19,58 | 2.049,65 | 2.641,47 |
| Suíça | Zurique | SMI | 12.048,85 | 11.965,35 | 0,70 | -3,12 | 8,18 | 9,39 | 10.323,71 | 12.451,48 |
| Turquia | Istambul | BIST 100 | 10.029,73 | 9.887,75 | 1,44 | 2,00 | 34,26 | 24,76 | 7.260,44 | 11.172,75 |
| Israel | Tel Aviv | TA-125 | 2.042,29 | 2.017,65 | 1,22 | -1,89 | 8,88 | 8,48 | 1.608,42 | 2.083,86 |
| África do Sul | Joanesburgo | All Share | Feriado | 84.777,56 | - | 1,23 | 10,25 | 15,50 | 69.451,97 | 84.777,56 |
| **Ásia e Pacífico** | | | | | | | | | | |
| Japão | Tóquio | Nikkei-225 | 37.940,59 | Feriado | 0,57 | -1,83 | 13,38 | 17,09 | 30.526,88 | 42.224,02 |
| Austrália | Sidney | All Ordinaries | 8.385,10 | 8.384,20 | 0,01 | 0,82 | 7,10 | 15,34 | 6.960,20 | 8.437,20 |
| China | Shenzhen | SZSE Composite | 1.555,98 | 1.496,82 | 3,95 | 0,76 | -15,34 | -18,69 | 1.433,10 | 1.936,49 |
| China | Xangai | SSE Composite | 2.863,13 | 2.748,92 | 4,15 | 0,74 | -3,76 | -8,60 | 2.702,19 | 3.171,15 |
| Coréia do Sul | Seul | KOSPI | 2.631,68 | 2.602,01 | 1,14 | -1,59 | -0,89 | 4,93 | 2.277,99 | 2.891,35 |
| Hong Kong | Hong Kong | Hang Seng | 19.000,56 | 18.247,11 | 4,13 | 5,62 | 11,46 | 5,22 | 14.961,18 | 19.636,22 |
| Índia | Bombaim | S&P BSE Sensex | 84.914,04 | 84.928,61 | -0,02 | 3,09 | 17,54 | 28,64 | 63.148,15 | 84.928,61 |
| Indonésia | Jacarta | JCI | 7.778,49 | 7.775,73 | 0,04 | 1,40 | 6,95 | 10,85 | 6.642,42 | 7.905,39 |
| Tailândia | Bangcoc | SET | 1.462,10 | 1.447,90 | 0,98 | 7,58 | 3,27 | -3,97 | 1.274,01 | 1.522,59 |
| Taiwan | Taipé | TAIEX | 22.431,78 | 22.285,53 | 0,66 | 0,74 | 25,10 | 37,24 | 16.001,27 | 24.390,03 |

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

## Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.890/0001-68 - NIRE: 35.223.230.544

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 9h10, na sede social da **Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.** ("Campo dos Ventos I" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Dividendos Intermediários** | |
|---|---|
| **Resultado do Periodo** | **2.009.639,68** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **2.009.639,68** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.009.639,68** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Dividendos Intercalares** | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **6.000.000,00** |
| Por Caixa | 6.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 6.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Desa Morro dos Ventos III Ltda.

CNPJ/ME: 11.686.100/0001-30 - NIRE: 35.232.531.039

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h40, na sede social da **Desa Morro dos Ventos III Ltda.** ("Morro dos Ventos III" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Redução de Capital Social** | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **6.000.000,00** |
| Por Caixa | 6.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 6.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.




## AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00408607872024

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90034/2024.
**Nº Processo:** 024.00053451/2024-48.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 09 (nove).
**Valor Total da Licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 10/10/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.



## TUCANO HOLDINGS III S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.529/0001-51 - NIRE 35.3.0054569-9

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2024**

**Data, Hora, Local:** Em 6/09/24, às 10h00, por videoconferência. **Mesa: Presidente -** Sr. **Rodrigo Cannaval; Secretário -** Sr. **André G. Gil Guimarães. Deliberações:** Eleger, com efeitos a partir do dia 16/09/24, para ocupar a posição de Diretor da Cia., ***a)*** o Sr. **Sérgio L. da Silva,** para o cargo de Diretor Presidente e de Operações; e ***b)*** o Sr. **Sérgio L. B. dos Santos,** para o cargo de Diretor Financeiro. Consignar que os Diretores ora eleitos tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados em livro próprio, bem como que apresentaram declaração que fica arquivada na sede da Cia. afirmando que **(i)** não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos como previsto no § 1º do art. 147 da Lei das S/As; e **(ii)** atendem ao requisito de reputação ilibada, não ocupam cargos em sociedade que possam ser considerados concorrentes no mercado (em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal) e não têm interesse conflitante com a Cia., conforme estabelecido no § 3º, art. 147 da Lei das S/As. Em virtude da eleição acima, a Diretoria da Cia. passa a ser composta pelos seguintes membros: **Sérgio L. da Silva** e **Sérgio L. B. dos Santos,** ambos com mandato até 16/09/26 (inclusive), sendo permitida a reeleição. Em virtude da eleição acima, consignar que as Diretorias das subsidiárias da Companhia, Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A., e Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. passam a ser compostas pelos seguintes membros: **Sérgio L. da Silva** e **Sérgio L. B. dos Santos,** ambos com mandato até 16/09/2026, sendo permitida a reeleição. Autorizar os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos da Cia., a tomar todas as medidas e praticar todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia, ficando desde já ratificadas todas as medidas e atos que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Registrada na JUCESP sob o nº 349.436/24-1 em 20/09/24, por Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

## Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.907/0001-87 - NIRE: 35.223.230.625

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h40, na sede social da **Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara IV" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Redução de Capital Social** | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **16.000.000,00** |
| Por Caixa | 16.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 16.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.




## AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00408640592024

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90059/2024.
**Nº Processo:** 024.00005024/2024-53.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 10 (dez).
**Valor Total da Licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 10/10/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

## Pedra Cheirosa I Energia Ltda.

CNPJ/ME: 10.883.378/0001-34 - NIRE: 35.232.481.309

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h50, na sede social da **Pedra Cheirosa I Energia Ltda.** ("Pedra Cheirosa I" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Redução de Capital Social** | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **26.000.000,00** |
| Por Caixa | 26.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 26.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.908/0001-21 - NIRE: 35.223.230.609

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h20, na sede social da **Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara II" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| **Redução de Capital Social** | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **15.000.000,00** |
| Por Caixa | 15.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 15.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 9963/2024**

A Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018 e no uso de suas atribuições legais conforme artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, cadastrado no Portal de Contratações Públicas sob a ID Contratação **PNCP nº42498600000171-1-005520/2024**, autoriza a **dispensa de licitação nº 90027/2024**, referente à **AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS (NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SMEDU) ASSIM COMO DAS MODALIDADES DE ENSINO: CRECHE, PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**, por intermédio do Processo Administrativo **nº 9963/2024**, em favor da empresa **CBF – COMERCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 17.365.274/0001-87**, no valor de **R$14.852,94** (Quatorze mil oitocentos e cinqüenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Itaguaí, 17 de setembro de 2024.

**Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Educação - Matrícula: 45.972.**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 90065/2024**

O Ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal n° 4.210/2017, em decorrência do procedimento licitatório, através do processo administrativo n° 5912/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social (ORGÃO GERENCIADOR), Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, cadastrado no portal compras BR, com publicidade no Portal Nacional de Contratações públicas sob o ID Contratação PNCP: 29138302000102-1-000111/2024, Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 90065/2024 e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 17 de setembro de 2024 às 10:00 horas que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÁS DE COZINHA (GLP) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO (13KG E 45KG), EM REGIME DE COMODATO E AQUISIÇÃO DE BOTIJAS (CASCO)** para atender as demandas das Secretarias supracitadas. **HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor da Empresa Vencedora: **ESKINA DO GÁS REVENDEROR DE GÁS LTDA, CNPJ: 29.072.300/0001-68**, do lote: 01, 02, 03 e 04 no valor total de **R$: 1.383.868,46 (Um milhão e trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos)**. Homologação na íntegra disponível nos autos do processo.

Itaguaí, 23 de setembro de 2024.

**(a) Elson Rebelo Barbosa 34.849 - Secretário de Assistência Social**
**(a) Rhayanne Cristine Alves Porto Omura 50.865 - Secretária Municipal de Cultura**
**(a) Samuel Moreira da Silva 45.972 - Secretário Municipal de Educação**
**(a) Vanessa Stefony Ferreira 50.954 - Secretária Municipal de Saúde**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 90046/2024**

O Ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal n° 4.210/2017, em decorrência do procedimento licitatório, através do processo administrativo n° 11225/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social, cadastrado no portal compras.gov, com publicidade no Portal Nacional de Contratações públicas sob o ID Contratação PNCP: 42498600000171-1-004941/2024, Pregão Eletrônico para registro de Preços n° 90046/2024 e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 08 de agosto de 2024 às 10:00 horas, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS, ENGLOBANDO: DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESALOJAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS.** Empresa Vencedora: **J C DEDETIZADORA E CONSERVADORA LTDA, CNPJ: 23651803/0001-01**, do lote: 01, valor total de **R$ 9.842,15 (Nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos)**. Homologação na integra disponível nos autos do processo.

Itaguaí, 20 de setembro de 2024.

**(a) Elson Rebelo Barbosa 34.849 - Secretário de Assistência Social.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90074/2024 (P.A. 9925/2024)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE BARRACAS DE FEIRA EM ESTRUTURA DE MADEIRA**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização: dia 10 de outubro de 2024, às 10:00 horas.**
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https: Licitacao comprasbr.com.br.**
**(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90073/2024 (P.A. 12.869/2024)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE FILMES ESPECIAIS PARA RADIOLOGIA DIGITAL E MAMOGRAFIA, para impressora a seco (DRY) e FILMES, FIXADORES E REVELADORES RADIOGRÁFICOS para atender as necessidades do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX e ESF Vila Geni**, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização: dia 08 de outubro de 2024, às 10:00 horas.**
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https: Licitacao comprasbr.com.br**
**(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.**








## CIELO S.A. - Instituição de Pagamento

CNPJ nº 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112

**Fato Relevante**

**Aprovação de Resgate Compulsório**

A **CIELO S.A. - Instituição de Pagamento** ("Companhia") (B3: CIEL3/OTC: CIOXY), no contexto da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado ("OPA"), lançada pelos acionistas controladores da Companhia, informa que foi aprovado, em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no art. 4º, §5º, da Lei nº 6.404/76 ("Resgate Compulsório"). Os titulares de ações nesta data farão jus a receber valor idêntico ao preço por ação da OPA, de R$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), ajustado pela taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde 16 de agosto de 2024, data de liquidação do leilão da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do Resgate Compulsório, o qual será realizado em 26 de setembro de 2024 ("Data de Pagamento"), de forma que o valor final a ser pago aos titulares das ações objeto do Resgate Compulsório será de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos) por ação ("Preço de Resgate"). Diante da aprovação do Resgate Compulsório, fica encerrado antecipadamente o período de 3 (três) meses, contados da data do leilão da OPA, para a realização de aquisições supervenientes, conforme o disposto no item 8.1.1 do edital da OPA e no Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia em 14 de agosto de 2024. O Preço de Resgate será pago em moeda corrente nacional, na Data de Pagamento, e o pagamento será efetuado **(i)** por meio dos respectivos agentes de custódia dos titulares das ações, no caso de acionistas que possuem ações depositadas no ambiente de custódia da B3, e **(ii)** nas contas de titularidade dos acionistas perante o Banco Bradesco S.A. ("Escriturador"), no caso de acionistas que possuem ações no ambiente escritural do Escriturador. Em relação aos acionistas cujos cadastros não estejam devidamente atualizados, o Preço de Resgate será depositado e ficará à disposição no Escriturador, devendo tais acionistas comparecerem a qualquer agência do Escriturador munidos dos documentos abaixo indicados, sem prejuízo de outros que o Escriturador venha a solicitar: • **Pessoa Física**: **(i)** cópia autenticada do Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF"), **(ii)** cópia autenticada da cédula de identidade, e **(iii)** cópia autenticada de comprovante de residência. Representantes de menores, interditos e acionistas que se fizerem representar por procurador deverão apresentar documentação outorgando poderes de representação e cópias autenticadas do CPF e cédula de identidade dos representantes. Os representantes de menores e interditos deverão apresentar, ainda, a respectiva autorização judicial e cópia simples de dados bancários; • **Pessoa Jurídica, fundos de investimento e demais entes sem personalidade jurídica**: **(i)** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado, regulamento do fundo de investimento, ou documento equivalente, **(ii)** cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ"), **(iii)** cópia autenticada da documentação societária outorgando poderes de representação, e **(iv)** cópias autenticadas do CPF, da cédula de identidade e do comprovante de residência de seus representantes. Investidores residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar outros documentos de representação; e • **Investidor não residente que invista no Brasil via Resolução CMN nº 4.373 ou via Lei nº 14.286**: o acionista que tenha investido em ações de emissão da Companhia por meio dos mecanismos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.373 ("Investidor via Resolução CMN nº 4.373") ou pela Lei nº 14.286/21 ("Investidor via Lei nº 14.286"), deverá fornecer, além dos documentos descritos nos itens acima, conforme aplicável, documento atestando o seu número de registro perante a CVM e perante o Banco Central do Brasil (neste último caso, o número de RDEPortfólio e RDE-IED). Caso seja uma pessoa física estrangeira, o Investidor via Resolução CMN nº 4.373 ou Investidor via Lei nº 14.286 deverá apresentar, além dos documentos aqui indicados, uma cópia autenticada de seu número de inscrição no CPF. Após a apresentação dos documentos solicitados acima e sua verificação e validação pelo Escriturador, o pagamento do Preço de Resgate será devidamente processado em conta indicada pelo acionista interessado, respeitada a Data de Pagamento. A Companhia informa que, no caso dos acionistas não residentes para fins fiscais no Brasil, conforme a legislação aplicável, será retido na fonte o Imposto de Renda incidente sobre a diferença positiva, se aplicável, entre o valor recebido em decorrência do Resgate Compulsório e o correspondente custo de aquisição das ações de titularidade desse acionista não residente. Para tal fim, os acionistas não residentes ou seus representantes deverão **(i)** informar diretamente à Companhia a quantidade de ações e o custo médio de aquisição das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, em reais, **(ii)** apresentar documentação hábil e idônea para comprovação de tal custo (e.g., notas de corretagem), e **(iii)** apresentar documentação hábil e idônea para comprovação de sua jurisdição de domicílio para fins fiscais. Tal informação e documentação deverão ser enviadas **(i)** à área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail opa@cielo.com.br, e **(ii)** aos respectivos agentes de custódia dos acionistas não residentes, observado que as informações e os documentos mencionados acima deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 24 de setembro de 2024, até às 14h. Caso as informações e os documentos mencionados acima não sejam recebidos pela Companhia até o dia 24 de setembro de 2024, até às 14h, ou caso a documentação enviada não seja suficiente, de acordo com as regras vigentes e a critério da Companhia, para suportar o custo médio informado, a Companhia considerará que o custo de aquisição do acionista não residente em questão é o preço mínimo histórico da ação R$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos). Em qualquer caso, a responsabilidade pelo conteúdo das informações enviadas será exclusiva do acionista não residente e de seu representante legal no Brasil. Em caso de dúvidas ou necessidade de informações adicionais, o atendimento do Escriturador aos acionistas será feito por meio da central de atendimento, pelo seguinte número: **0800 701 1616**, em dias úteis, das 9h00 às 18h00.

Barueri, 23 de setembro de 2024

**Filipe Augusto dos Santos Oliveira**

Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores

*Nos termos do art. 3, §8º da Resolução CVM 44, a Companhia informa que os fatos relevantes datados de 2 de abril, 5, 11 e 18 de julho e 14 e 16 de agosto de 2024 estão disponíveis na íntegra em ri.cielo.com.br

INÊS 249



**Venture capital** Fatia de investimento no setor subiu de 3% para 6%, atrás da média mundial de 22%

# Brasil segue fraco em aporte em startup sustentável

**Liane Thedim**
Do Rio

O Brasil está muito atrás dos outros países nos investimentos em venture capital com foco em sustentabilidade, mas a fatia do segmento vem aumentando mesmo com a queda no volume de recursos direcionados para startups em geral. Estudo da Bain & Company mostra que a participação passou de 3% em 2019 para 6% do total em 2023, muito abaixo da média mundial, que até 2018 era de 8%, e foi a 22% no terceiro trimestre do ano passado. "Não seguimos o mundo", diz André Fernandes, sócio da consultoria.

Segundo dados da Bain, no mundo foram quase US$ 60 bilhões captados em cerca de 2 mil negócios com startups ligadas a sustentabilidade em 2023, volume 60% maior que em 2019. Estados Unidos, China e Europa foram os principais focos e concentraram cerca de 80% do financiamento global de venture capital em 2023. Na China, a fatia das startups de sustentabilidade no total dos investimentos foi de 23% em 2023, na Europa, de 27% e, nos EUA, apenas 12%. Excluindo esses principais mercados, o Brasil não ganha nem da média do restante, que é de 10%.

Fernandes diz que o Brasil pode chegar a dois dígitos nos próximos anos porque depende muito de capital externo — ou seja, como os estrangeiros estão buscando este tipo de ativo, essa demanda também virá para cá.

No entanto, por enquanto, os recursos estão muito concentrados em energia renovável, com 32% dos investimentos no país em 2023, e mobilidade (18%), com startups focadas em reduzir emissões e ineficiências no transporte, como uso de biocombustíveis. Já agricultura, por exemplo, vocação natural do Brasil e com vários problemas de gestão, é pouco explorada. Os investimentos em capital natural (gestão de água, por exemplo) receberam 47% dos recursos.

Daniela Carbinato, sócia da Bain e líder da prática de ESG, diz que o tema de energia renovável é mais fácil de entender e de captar, enquanto outros assuntos mais complexos acabam sendo deixados para trás. "O Brasil tem grande potencial em agricultura e capital natural, que não se vê ou se tem dificuldade de aproveitar em mercados desenvolvidos." Ela explica que os investimentos em startups ligadas ao setor acabam agindo mais na "primeira camada", ou seja, aumento de produção e redução de custos, porque as necessidades ainda são básicas. "Já se tentou investir em agricultura vertical, por exemplo, mas nada bate a agricultura tradicional no país."

No que a executiva chama de "segunda camada", os esforços são voltados à melhoria na compra dos insumos e à venda eficiente para a cadeia de valor. Só na terceira camada, diz, é que estão sustentabilidade e inovação para produzir melhor. "Nas duas primeiras camadas já vimos investimento relevante e o país é referência no mundo", completa Fernandes. Agora, a expectativa é que o movimento mundial aumente a atenção ao tema. "Os fundos locais, por enquanto, estão na base da pirâmide."

Há outros temas ainda pouco explorados ou com longos caminhos a percorrer, como a rastreabilidade da cadeia — da carne, por exemplo, para identificar a origem dos bezerros e se a criação tem ligação com o desmatamento —; o sistema de alimentos sustentáveis, cuja produção gera impacto positivo, cuida do solo e, portanto, é regenerativa; o aço verde; e a mineração responsável.

Carbinato cita ainda a circularidade de embalagens, que tem visto movimentação sobretudo no plástico, mas que ainda tem o desafio de escalar a reciclagem no Brasil, onde as cadeias são mais informais, e o mercado de créditos de carbono, que, para ela, vai ganhar corpo. "À medida que legisla e robustece, vai incentivando o crescimento do ecossistema de serviços do carbono."

No mundo, são sete os temas principais em sustentabilidade em VC: energia verde, infraestrutura sustentável, mobilidade, manufatura e materiais limpos, sistemas alimentares sustentáveis, capital natural e produtos/serviços de consumo sustentável. O estudo da Bain mostra ainda um leve aumento nos investimentos em materiais eficientes, construção sustentável e sistemas de aquecimento e ventilação.

Os recursos para capital natural aumentaram em 2023, com a gestão de água recebendo cerca de 60% do total. Já os investimentos em consumo sustentável diminuíram, com varejo verde e distribuição sustentável representando cerca de 50% do financiamento nos últimos três anos.

# CVPar vai atuar como 'corretora light' em parceria com BTG

**Rita Azevedo**
De São Paulo

A gestora de fundos estruturados CVPar, criada em Fortaleza há duas décadas, pretende escalar sua atuação no mercado após ter sua licença como DTVM homologada pelo Banco Central. A casa irá atuar como "corretora light" em parceria com o BTG Pactual. Nesse modelo, a operação é plugada a um banco, que fica na retaguarda operacional.

Segundo Phylipe Corsini, responsável pela área de distribuição da CVPar, um dos focos de atuação na nova fase será a coordenação de ofertas públicas, de títulos próprios ou de terceiros. "Sem a DTVM, era necessário contratar uma instituição financeira. Agora, eu passo a ser o coordenador líder", diz Corsini, que atuou por 12 anos no BTG e deixou a área de distribuição da asset do banco em setembro de 2023.

A gestora atua principalmente com fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e quer aproveitar o trânsito que tem nesse mercado para crescer na coordenação. "Quando as empresas buscam ofertas com bancos grandes, não necessariamente encontram nas áreas de DCM [dívida] alguém que tenha contato direto com as gestoras de FIDC no mesmo nível que nós temos", afirma.

A CVPar operou R$ 7,3 bilhões em transações desde sua criação e tem R$ 940 milhões de ativos sob gestão.

Para Corsini, há hoje uma safra de gestores de crédito colocando FIDCs em seus fundos de crédito, o que também pode ajudar a impulsionar a distribuição. "Quando você olha para o que tem hoje no mercado em termos de distribuição, existe uma carência muito grande porque as plataformas fazem aquilo como um supermercado. A nossa estratégia, como DTVM, é trabalhar como uma curadoria."

ROGERIO VIEIRA/VALOR


"Nossa estratégia, como DTVM, é trabalhar como uma curadoria" *Phylipe Corsini*

Essa "curadoria" deve aparecer em um fundo de FIDC que será lançado neste mês na plataforma do BTG com o nome de FIC FIDC CVPAR Cota Sênior Multigestores. "Vamos selecionar entre dez e 15 outras gestoras de FIDC e investiremos nos fundos desse grupo, com um limite de participação de 10% por casa", explica. "Há muitos FICs que compram FIDC da própria gestora, mas isso seria investir em uma cabeça só. Quando eu invisto em 12, 15 cabeças diferentes, tenho uma diversificação melhor e uma mitigação de risco maior."

O Cota Sênior Multigestores terá prazo de resgate de DI mais 90 e objetivo de retorno de CDI mais 2%. A capacidade desse fundo é de R$ 1 bilhão e a expectativa de captação é de R$ 250 milhões até o fim do ano. Outro fundo, com o nome de FIC FIDC CVPAR I Cota Mezanino, já foi lançado na plataforma do BTG, e tem objetivo de retorno de CDI mais 5,5% e prazo de resgate em D + 150. Ambos são voltados para o público qualificado.

# Mio, 'insurtech' da Vinci Partners, avança entre empresas médias

Do Rio

A Mio, "insurtech" da Vinci Partners, gigante com R$ 69 bilhões sob gestão, começa a ganhar tração. Nove meses após sua estreia no mercado, a seguradora focada em previdência privada soma R$ 400 milhões sob gestão e vem conseguindo levar, via portabilidade, carteiras de médias empresas, que, com as pessoas físicas de altíssima renda, são o público-alvo da empresa.

Vinicius Albernaz, sócio da Vinci Partners responsável pela Mio — "meu" em italiano —, explica que os planos corporativos não chegam a 15% do total de R$ 1,4 trilhão em patrimônio líquido do segmento de previdência privada. Por isso, a companhia vem centrando esforços em inovação para o segmento. "As seguradoras prestam muito pouca atenção às empresas médias, e um dos entraves para que elas cresçam na área é a falta de tecnologia", afirma.

O foco são empresas com até 500 funcionários, que não são alvo das grandes seguradoras e que podem usar o benefício para retenção de talentos, além de deduzir as contribuições que fazem para os planos dos empregados. "É nessa faixa onde existe mais insatisfação que gera troca de gestora", diz o executivo.

Para "pescar" esse cliente, a Mio está oferecendo facilidades comuns nos planos individuais, mas geralmente não adaptadas aos corporativos. Por exemplo, o aplicativo da seguradora permite que o investidor escolha seu plano conforme seu perfil, com a ajuda de inteligência artificial, entre fundos da Mio ou de outras dez gestoras selecionadas.

A carteira pode ser personalizada e rebalanceada na plataforma, no sistema multifundos. Isso quer dizer que é possível fatiar o investimento em vários produtos e criar seu próprio "fundo de fundos". Aportes extraordinários podem ser feitos por Pix, por exemplo. "O sistema de multifundos já foi autorizado há tempos pela Susep e existe no mercado, mas não da forma como oferecemos, com a montagem pelo app", diz.

NILANI GOETTEMS/VALOR


"As seguradoras prestam muito pouca atenção às empresas médias" *Vinicius Albernaz*

A plataforma também oferece um "portal do RH", que simplifica a gestão pelas áreas de recursos humanos das companhias. "Um dos entraves para uma empresa média ter um plano próprio para seus funcionários é ser obrigado a ter estrutura, que gera custo. Significa ao menos um funcionário para gerenciar, na maioria das vezes de maneira pouco ágil, com necessidade de troca de e-mails e telefonemas."

Na plataforma, a empresa define o perfil de investimento da sua parcela de contribuição para o plano do funcionário, diz Albernaz. Por sua vez, o funcionário escolhe o da parcela dele. "Essa indústria ainda está muito na linha de 'one fits all' [quando um mesmo produto é ofertado a todos] e precisamos sair desse modelo, para que o produto faça sentido para cada um."

O executivo, que deixou o comando da Bradesco Seguros em novembro de 2020 e, seis meses depois, começou a formatar o modelo da Mio, conta que a primeira fase de crescimento da seguradora foi entre clientes da Vinci. Agora, tem captado recursos com multifamily offices e trabalhado com corretores especializados em previdência corporativa.

Outros produtos de seguros, como o de vida, por exemplo, não são objetivo estratégico, mas o executivo diz que é uma demanda que virá do mercado e que poderá ser atendida via parceria com outras seguradoras. Albernaz observa que é um setor muito concentrado, sendo 90% do mercado nas mãos de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander. "Temos muito o que explorar e, para isso, nos estruturamos como uma prevtech."

Segundo ele, são sete profissionais seniores com uma equipe de 30 desenvolvedores fazendo melhorias na plataforma. A Mio tem também um portal para o corretor, que, de acordo com Albernaz, ainda é o meio mais utilizado para a compra de planos de previdência. A seguradora não cobra taxa de performance em seus fundos e as taxas de administração ficam entre 0,25% e 0,4% ao ano. *(LT)*

# Os 'penetras' do mercado

## Palavra do gestor



**Petrônio Cançado**

Há algumas semanas, uma frase dita para mim pelo CFO de uma grande empresa brasileira chamou atenção: "Nas nossas reuniões de mercado para analistas de ações, tenho visto um número cada vez maior de analistas de crédito".

O que nos impressionou não foi o fato de haver cada vez mais analistas de crédito nas reuniões, mas duas outras informações que podem passar despercebidas pela maior parte das pessoas. O CFO estava claramente surpreso com a maior presença de equipes de crédito nas suas apresentações trimestrais de resultado; e ele deixava claro que as apresentações a investidores eram elaboradas tendo em vista os investidores de ações.

Em outra reunião, também recente, indaguei a um segundo CFO se ele estava acompanhando o preço dos títulos de sua emissão no mercado secundário. Ele disse que não acompanhava muito de perto, pois já tinha captado e essas oscilações de preço não alteravam o custo do título já emitido. Como não via necessidade de fazer novas captações no curto prazo, o preço dos títulos de sua emissão no mercado secundário não era um tema prioritário.

Ainda mais reveladora foi a confissão de um terceiro CFO: "Estou sentindo falta de falar com os analistas de equity". Admiro esse grau de transparência e não posso deixar de elogiá-lo. O fato é que os compradores de títulos de crédito privado ainda não são vistos como investidores por muitas empresas. Somos vistos hoje como "penetras" e, portanto, causamos algum desconforto.

Posso entender esse tal desconforto. Afinal, nós procuramos problema em tudo. Não gostamos de crescimento. Fazemos cara feia nos anúncios de projetos ambiciosos. Vemos com desconfiança até o cheiro de mudança. Raramente aplaudimos aquisições estratégicas ou investimentos relevantes. Damos mais valor ao fluxo de caixa que à demonstração de resultados. Não damos muito valor para o que pode dar certo, mas focamos no que pode dar errado. Em resumo: somos chatos.

No entanto, as companhias podem ganhar muito ao dar ouvidos às equipes de crédito. Além do benefício auto-evidente que a capacidade de levantar recursos para se financiar pode trazer a qualquer empresa operando no país, escutar a opinião e as preocupações dos analistas de crédito pode ajudar as companhias no seu planejamento de longo prazo. Vou explicar com um exemplo.

Há alguns anos, tive a oportunidade de conversar com o fundador de uma empresa no segmento de shopping centers e com seu filho. Eles fizeram uma apresentação sobre seu plano de investimentos e crescimento, pois queriam ver alternativas de financiamento. Eu avisei que a apresentação deles provavelmente agradaria muito a um gestor de fundos de private equity, mas que eles tinham me assustado. Queriam aumentar o tamanho em algumas vezes num curto espaço de tempo, e o volume de recursos necessário para tal era substancial. Como tinham uma história de sucesso, estavam muito confiantes e não viam os riscos associados. O fundador da empresa disse para seu filho, na minha frente: "Eu disse que você tinha que fazer uma apresentação diferente para ele".

Na verdade, o problema não era fazer uma apresentação diferente para mim, mas ser um pouco menos agressivo e ambicioso. Eles estavam tão convencidos de sua capacidade que não eram capazes de enxergar nenhum risco. Não demos limite de crédito para o grupo, que veio a ter problemas sérios ao longo dos anos seguintes.

O fato é que conversar com pessoas que têm como trabalho achar e mitigar riscos pode ser muito útil. Normalmente, os consultores e investidores de longo prazo têm uma visão otimista sobre o cenário e tendem a incendiar o "espírito animal" de um empreendedor. Cito aqui uma frase que escutamos muito: "Vamos devagar, pois temos pressa". Escutar os analistas de crédito pode ajudar as companhias a resistirem a modismos e moderar o apetite pelo crescimento demasiado. A moderação, além de contribuir para a perenidade, acaba ajudando na valorização do próprio capital das empresas no longo prazo.

**Petrônio Cançado** é gestor de crédito privado da Occam
**E-mail** contato@occambrasil.com.br

INÊS 249

**Fio da Meada**
Autoritarismo fiscal: a administração fazendária paulista declara lei inconstitucional
valor.globo.com/legislacao



**Opinião Jurídica**
Descabimento de modulação dos efeitos do Tema 372
E2

**Receita Federal**
Norma regulamenta atualização de valor de imóvel
E2



**Valor E**
Quarta-feira, 25 de setembro de 2024

# Legislação & Tributos SP

**Fiscal** Expectativa é de adesão de 20% dos contribuintes aos editais do Programa de Transação Integral

## União espera arrecadar R$ 26 bi em 2025 com acordos em grandes teses tributárias

**Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Marcela Villar**
De Brasília e São Paulo

O governo espera que 20% dos contribuintes que discutem processos de grande impacto econômico no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) venham aderir aos editais do Programa de Transação Integral (PTI), que serão lançados pelo Ministério da Fazenda, a partir de propostas apresentadas pelas empresas. O número consta em nota técnica obtida pelo **Valor** e é importante porque foi considerado para estimar a expectativa de arrecadar R$ 26,48 bilhões com essa modalidade em 2025.

O PTI vai tratar de duas modalidades de transação tributária — os acordos entre a União e contribuintes para encerrar litígios administrativos ou judiciais. Uma para recuperar créditos inscritos na dívida ativa e com a cobrança judicializada e a outra para tratar de grandes teses em disputa. Para o segundo caso, uma portaria já foi publicada com um rol de 17 temas. Empresas podem sugerir outros assuntos que tenham interesse em transacionar. Ao todo, a arrecadação prevista com as duas modalidades de transação do PTI é de R$ 41,93 bilhões — R$ 12 bilhões englobados de outros editais.

No caso das grandes teses, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prevê a abertura de editais que cubram 40% dos R$ 945,9 bilhões em discussão nos 6,5 mil processos de maior impacto econômico em tramitação no Carf. Ou seja, os editais do PTI vão tratar de R$ 378,36 bilhões em disputa.

A taxa de adesão esperada dos contribuintes é de 20%. Para estimar a arrecadação prevista por essa modalidade, a PGFN considerou o desconto máximo permitido pela lei de 65% sobre o valor desses créditos. Todo esse detalhamento consta em nota técnica obtida a partir de pedido de informação formulado pelo **Valor**, via Lei de Acesso à Informação.

O programa também prevê a possibilidade de transação para créditos inscritos em dívida ativa, mas que a cobrança foi judicializada pelo contribuinte. A estimativa é arrecadar R$ 15,45 bilhões com essa modalidade em 2025, com uma taxa de adesão de 40%.

Segundo estimativas da PGFN, há um estoque potencial de R$ 95,7 bilhões. Desse total, 42,27% são referentes a créditos de Imposto de Renda (IRPJ), 20,39% de CSLL CSLL e 15,61% sobre Cofins. O restante trata dos demais tributos.

Para calcular a estimativa de arrecadar R$ 15,45 bilhões com a recuperação desses créditos, o governo considerou um desconto médio de 80% nas verbas acessórias (juros, multa e encargo) e a adesão de 40% dos créditos elegíveis.

Em nota, a PGFN explica que a estimativa de adesão "se justifica no fato de o PTI passar a contemplar contribuintes saudáveis economicamente, mas cujos créditos jamais foram elegíveis à transação antes do PTI, que inovou ao trazer o conceito de Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ)".

Com as duas modalidades previstas, a arrecadação total esperada pela União com o Programa de Transação Integral é de R$ 41,93 bilhões, incluindo outros editais. A PGFN considera que as adesões aconteçam de forma gradual. Por isso, é esperado que a arrecadação ocorra também gradualmente, entrando R$ 7,27 bilhões no primeiro trimestre no caixa, valor que aumenta 25% a cada trimestre, chegando aos quase R$ 42 bilhões ao fim de 2025.

A arrecadação esperada com o PTI foi incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, como uma das medidas extras de receita necessárias para alcançar o déficit zero no próximo ano. Luiz Gustavo Bichara, sócio-fundador do Bichara Advogados, diz que as previsões com o programa são, no mínimo, "ousadas", mas que falta na nota técnica mais detalhes da metodologia utilizada para uma avaliação precisa.

"Estima-se um percentual de adesão de 40% para os 56 maiores casos judiciais, e 20% sobre os 6 mil maiores processos no Carf. De onde vem essa prognose? Quero crer que alguma metodologia séria foi utilizada. No entanto essa informação não foi disponibilizada na nota que instruiu o PTI", afirma Bichara.


DIVULGAÇÃO
Henrique Mello: em apenas cinco controvérsias não há jurisprudência pacífica

Neste ano, apenas no âmbito da PGFN, cerca de R$ 33,5 bilhões referentes a grandes teses já foram transacionados. Porém, mais da metade do valor veio da adesão da Petrobras à transação do afretamento.

Para advogados, a maioria das teses apresentadas pelo Ministério da Fazenda no Programa de Transação Integral não parece animar os contribuintes. Henrique Mello, sócio fundador do HM Law e juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP), destaca que em apenas cinco das 17 controvérsias jurídicas de alto impacto econômico não há jurisprudência pacífica e as discussões são mais de direito do que dos casos concretos.

Para as outras 12, afirma ele, já existe um entendimento favorável às empresas tanto na esfera administrativa quanto no Judiciário, como na amortização de ágio e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP). Portanto, acrescenta, é mais vantajoso continuar com o contencioso e esperar uma decisão definitiva, mesmo que leve anos.

Henrique Mello já recomendou a dois clientes aderirem ao PTI em duas das cinco teses que entende ser interessantes. Para outras duas, deu recomendação negativa. São elas: o aproveitamento de crédito de IPI na Zona Franca de Manaus e o conceito de praça para aplicação do Valor Tributável Mínimo (VTM) nas operações entre partes interdependentes, para recolhimento de IPI.

Dentre as teses indicadas para adesão, estão as discussões sobre incidência de IRRF sobre ganho de capital auferido por investidor não residente no país. A outra trata da incidência de contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) de empresas.

Um terceiro litígio que vale a pena encerrar, afirma o tributarista, é o da incidência de tributos na desmutualização da Bovespa e da BM&F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas. "As seguradoras criaram uma tese para dizer que não poderia haver incidência dos tributos federais e não tiveram sucesso desde 2007", diz Mello, indicando acórdão desfavorável na 3ª Turma da Câmara Superior do Carf (processo nº 16327.721093/2012-17).

O advogado ainda cita controvérsias relacionadas a aplicação de regras antigas de preços de transferência, com base na Lei nº 9.430/1996, para o setor aéreo. Além de casos que pedem a dedução da base de cálculo do PIS/Cofins, pelas instituições arrendadoras, de estornos de depreciação do bem, ao encerramento do contrato de arrendamento mercantil.

Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, entende, porém, que, considerando a jurisprudência do Carf e da Justiça, valeria a transação apenas para um dos 17 itens, o que trata sobre a incidência de tributos federais na desmutualização da Bovespa e da BM&F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas.

Para ele, a tese de PLR, por exemplo, não valeria a pena, "por envolver uma interpretação da Receita Federal que vai contra a própria lei e a Constituição Federal, ao negar a natureza de PLR sem sequer ouvir empregados e sindicatos". "Há um grande número de autuações e um viés fiscalista na jurisprudência mais recente do Carf, mas isso não justifica aderir à transação, pois o contribuinte tem direito a não pagar contribuições previdenciárias sobre PLR. Inclusive, por isso, a transação de PLR em 2021 arrecadou muito menos do que a Receita previa."

Sobre as teses ligadas ao setor aéreo, Thiago Medaglia, sócio de TozziniFreire Advogados, diz que a que trata de discussões sobre tributação de receitas na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL é muito abrangente e pode valer a pena apenas para companhias estrangeiras e não brasileiras. E que sejam, acrescenta, de um país que não tenha algum tratado afastando a bitributação.

Essa controvérsia se tornou mais acentuada com uma operação da Receita Federal chamada Voo Rasante, em 2014. Para o Fisco, empresas teriam isenção de alguns tributos, mas não da CSLL. Na época, 12 companhias estrangeiras foram investigadas e os valores não recolhidos poderiam chegar a R$ 820 milhões. Medaglia diz, porém, que essa situação vale para casos muito específicos e que a jurisprudência no Carf tem sido favorável. Além disso, não há discussões novas após uma nova lei ter sido editada.

Outra tese, da incidência da IRRF e Cide sobre remessas ao exterior efetuadas por áreas, na visão do advogado, não vale muito a pena. Como regra, não é tributável pela Cide e o frete é isento, salvo raras exceções, segundo ele. "Já tem uma solução de consulta dizendo que não tem incidência, então na imensa maioria dos casos, não tem grande aplicabilidade", diz Medaglia, citando a Solução de Consulta Cosit nº 140/2024. ***(Colaborou Arthur Rosa)***

"Previsões com o Programa de Transação Integral são ousadas"
*Luiz G. Bichara*

## Parecer contesta impacto de julgamento sobre Plano Collor Rural

**Rafael Walendorff**
De Brasília

Um parecer técnico elaborado pelo economista Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, contesta dados apresentados pelo Banco do Brasil no processo em que produtores rurais pedem para reaver valores referentes à diferença de taxas de juros de financiamentos bancários reajustadas, da noite para o dia, pelo chamado Plano Collor Rural, na década de 1990.

Naquele ano, os agricultores brasileiros viram os índices de seus financiamentos rurais no BB saltarem de 41,28%, do Bônus do Tesouro Nacional (BTNF), para 84,32%, do IPC, com o Plano Collor Rural. A medida afetou milhares de contratos em vigor. A inadimplência escalou e o endividamento foi apurado em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, que motivou uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), em 1994. O tema passou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e está no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o BB, o impacto financeiro potencial do ressarcimento aos produtores é de quase R$ 240 bilhões. No parecer, Malan aponta, porém, que a informação é "inconsistente com documentos oficiais", como o balanço mais recente do próprio banco, que não menciona a provisão desse montante.

O parecer de Malan foi juntado no processo pelo advogado Ricardo Alfonsin, que defende a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) na ação, que estimam impacto bem menor, da ordem de R$ 30 bilhões. O BB informou que se manifestará apenas nos autos do processo.

A defesa dos produtores diz que o parecer "desmistifica" o número "jogado" aos autos pela instituição financeira. Segundo Alfonsin, a cifra "absurda" informada na ação foi um movimento para tentar impactar os julgadores e adiar a conclusão do processo, que já foi analisado pelo STJ com decisão favorável aos produtores (REsp 1319232).


DIVULGAÇÃO

"Cifra informada na ação foi movimento para tentar impactar julgadores"
*Ricardo Alfonsin*

O parecer afirma que há "inconsistências importantes" nas estimativas de impacto financeiro do BB. Uma delas é que o valor informado é três vezes superior ao patrimônio líquido da instituição no momento da condenação pelo STJ, no fim de 2014. Qualquer risco plausível de ser obrigado a desembolsar esse valor, sustenta a defesa e o parecer, deveria ser informado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "É impossível esse número ser admitido como real", diz Alfonsin.

"Ou o valor em questão tem fundamento e deveria refletir-se nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil como provisão ou passivo contingente, e ter sido objeto de divulgação como fato relevante; ou não tem fundamento, o que se pode concluir em razão dos elementos comentados", diz a conclusão do parecer de Pedro Malan, assinado também por Bolívar Moura Rocha e Luiz Roberto de Assis, especialistas na área.

O balanço mais recente do BB tem provisão de R$ 12,6 bilhões para demandas consideradas de perdas prováveis, entre elas a relacionada ao Plano Collor Rural. A instituição financeira não considera provável ou mesmo possível o risco de perda dos R$ 240 bilhões, afirma o parecer.

"Caso esse valor fosse considerado de perda provável deveria ser provisionado nas demonstrações contábeis do Banco. Se fosse reputado de perda possível, o valor deveria ser classificado como passivo contingente. Não ocorreu nem uma coisa, tampouco a outra", acrescenta o documento.

O número de potenciais beneficiários da ação civil pública, ajuizada há mais de 30 anos para o ressarcimento dos valores, seria de 823.017, com mais de dois milhões de operações em aberto em 1º de março de 1990.

Para chegar aos R$ 240 bilhões de impacto, foi multiplicado o número de potenciais beneficiários pelo valor médio das ações naquele ano, de R$ 294,7 mil. O parecer técnico ressalta, porém, que nem todos os produtores teriam direito ao ressarcimento. O reembolso só deve ser pago a quem efetivamente pagou os financiamentos com aplicação do índice de juros maior na época, número consideravelmente menor que os mais de 823 mil.

O advogado Ricardo Alfonsin lembra que nem todos recorreram ao Judiciário, o que também diminui o volume de credores. O parecer contesta ainda o valor médio das operações, informado pelo BB em outro momento do processo, como sendo de R$ 105,5 mil.

"No mesmo documento, o banco informa que em 31 de dezembro de .2022 — oito anos após a condenação pelo STJ — havia 39.652 ações judiciais com citação, das quais 31.602 ainda em tramitação. Informa também que R$ 1,6 bilhão havia sido já pago e que haveria R$ 3,3 bilhões de potencial de desembolso nas ações ainda em andamento. Valores, a toda evidência, muito distantes do alegado impacto de R$ 240 bilhões", acrescenta o parecer de Malan, Rocha e Assis.

O recurso apresentado pelo BB (RE 1445162) deverá ser julgado ainda este ano, com repercussão geral, pelo STF.

INÊS 249



# Descabimento de modulação dos efeitos do Tema 372

## Opinião Jurídica

**Márcio Crejonias e Mariana Ratzka**

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o RE 609096/RS (Tema nº 372), oportunidade em que fixou a tese de que, em relação aos bancos, deve-se entender por faturamento — como base de cálculo do PIS/Cofins à luz do regime cumulativo previsto na Lei nº 9.718/98 — a somatória de suas receitas operacionais, que advém da atividade bancária típica, o que, por via de consequência, inclui suas receitas financeiras.

Na esteira dessa definição dada pelo Supremo, dotada tanto de vinculatividade como de aplicabilidade imediata, consoante firme jurisprudência daquela Corte (AgR ARE 930647, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 15/03/2016), a Fazenda Nacional passou a requerer a retomada da tramitação dos processos sobrestados pelo Tema nº 372, no afã de que estes fossem enfim julgados conforme a decisão do STF, com o expresso reconhecimento de que os bancos, sob o regime da Lei nº 9.718/98, não poderiam se eximir do recolhimento do PIS/Cofins sobre suas receitas financeiras operacionais, à diferença do que os bancos sempre sustentaram.

Todavia, recentemente foi determinado um novo sobrestamento desses processos judiciais, acolhendo a justificativa de que existe a probabilidade de modulação temporal dos efeitos do julgamento do Tema nº 372, em razão de pedido nesse sentido deduzido em sede de embargos de declaração, ainda pendentes de análise no STF.

No entanto, afigura-se completamente descabida a modulação temporal dos efeitos do julgamento do Tema 372, já que a modulação é medida excepcional, só admissível em casos nos quais o STF altera jurisprudência sedimentada, inclusive, a exarada pelo STJ em recursos repetitivos, frustrando uma legítima expectativa de direito criada judicialmente para o jurisdicionado, o que, definitivamente, não se verifica nesse caso.

Para fundamentar a pretensão de excluir as receitas financeiras da base de cálculo do PIS/Cofins, sob o pálio da Lei nº 9.718/98, os bancos sempre se escoraram na definição literal de faturamento contida no artigo 2º da LC nº 70/91, como correspondente ipsis litteris à receita da venda de bens e/ou de prestação de serviços.

Partindo-se dessa conceituação restritiva de faturamento, os bancos sustentavam que as receitas financeiras da atividade de intermediação bancária não se originavam da prestação de serviços, de sorte que não poderiam ser classificadas como parcela integrante de seu faturamento, estando, assim, a salvo da incidência do PIS/Cofins.

Propositadamente ou não, esqueceram-se os bancos de que, antes da Lei nº 9.718/98, já existiam precedentes do STJ superando a mera literalidade do artigo 2º da LC nº 70/91, esposando a interpretação expansiva de que o faturamento deveria compreender a receita operacional do contribuinte, independentemente de se originar restritivamente da prestação de serviços ou de venda de mercadorias. Esse entendimento, portanto, já deslegitimava a pretensão dos bancos de não enquadrar suas receitas financeiras operacionais como faturamento.

Precedentes datados de mais de 15 anos, tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Superior Tribunal de Justiça, interpretam o conceito de faturamento como sendo o resultado do exercício da atividade empresarial, ao revés do sentido restritivo que as instituições financeiras advogam em juízo.

No AgRg no RE 371258/SP, julgado em 3 de outubro de 2006, de relatoria do ministro Cezar Peluso, a Suprema Corte entendeu que, na atividade de locação de bens imóveis, "o conceito de receita bruta (...) envolve não só aquela decorrente da venda de mercadoria e da prestação de serviços, mas a soma das receitas oriundas do exercício das atividades empresariais".

Em igual sentido, relativamente à atividade de locação de bens móveis, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 929521/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, julgado em 23 de setembro de 2009, de relatoria do ministro Luiz Fux, entendeu que a definição de faturamento/receita bruta não pode ser dissociada do "resultado mesmo da atividade econômica empreendida pela empresa".

Ademais, no precedente que reconheceu a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98 (RE 390840/MG, rel. min. Marco Aurélio, julgado em 09/11/2005), o qual promoveu o alargamento da base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins na sistemática cumulativa, o Supremo Tribunal Federal também compreendeu o conceito de faturamento como a receita operacional da sociedade. Especificamente no voto do ministro Carlos Aires Brito, constou que faturamento corresponde "àqueles ingressos que decorrem da razão social da empresa, da sua finalidade institucional".

Em outras palavras, a incidência das contribuições se dá sobre o resultado das atividades operacionais, decorrentes da exploração do objeto social da empresa, não se restringindo à venda de mercadorias e/ou à prestação de serviços, o que torna cabível a tributação sobre o resultado das atividades financeiras operacionais dos bancos.

Vê-se aí, em arremate, que o julgamento do Tema nº 372 pelo Supremo não representou uma modificação da jurisprudência pretérita, cujos fundamentos já colidiam com o intento dos bancos de não recolherem PIS/Cofins sobre suas receitas financeiras operacionais. Ao contrário, o Supremo a ratificou. É justamente por isso que os bancos nunca tiveram a legítima expectativa de êxito judicial em sua tese, o que, portanto, desautoriza a modulação dos efeitos do julgamento desfavorável proferido no Tema nº 372.

**Márcio Crejonias e Mariana Ratzka** são procuradores da Fazenda Nacional na Divisão de Acompanhamento Especial (Diaes) da Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região (São Paulo)



# Fisco regula pagamento menor de IR sobre imóveis

**Jéssica Sant'Ana e Laura Ignacio**
De Brasília e São Paulo

A Receita Federal regulamentou a possibilidade de atualização de imóveis a valor de mercado com o pagamento de alíquota reduzida de Imposto de Renda (IR). Segundo a Instrução Normativa nº 2.222, publicada no Diário Oficial da União de ontem, os contribuintes têm até o dia 16 de dezembro para optar pela medida.

A novidade foi instituída pela Lei nº 14.973. Para as pessoas físicas que aderirem à medida, a alíquota de Imposto de Renda (IR) será de 4% sobre a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado do bem. Atualmente, ela varia de 15% a 22,5%.

Já para a atualização dos imóveis constantes no ativo não circulante de balanços de pessoas jurídicas, esse percentual será 6% de IR e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a diferença. Sem redução, somam 34%.

Porém, caso o imóvel atualizado seja vendido antes de decorridos 15 anos, o cálculo do ganho de capital será ajustado proporcionalmente ao tempo decorrido desde a atualização. O percentual começa em 0% para alienações ocorridas até 36 meses e aumenta, gradualmente, até 100% após 180 meses, de acordo com a Receita Federal.

Na prática, isso quer dizer que somente se a venda do bem ocorrer após 15 anos da atualização haverá o aproveitamento integral do benefício.

De acordo com a IN, também poderá ser atualizado o valor de imóveis no exterior. "A norma esclareceu que imóveis no exterior podem ser incluídos na atualização, contanto que já declarados", afirma o advogado tributarista Roberto Goldstajn. Contudo, no caso de propriedades de entidades controladas no exterior ou trusts, uma pessoa física precisará ser responsável pela declaração do bem.

A Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (Dabim) já está disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), no site da Receita Federal.

Mas Goldstajn alerta que é importante estudar se é melhor aproveitar o benefício da Lei nº 14.973 ou aguardar o momento posterior de um inventário. "Hoje, se há um inventário em curso, a Lei nº 9.532, de 1997, permite fazer a reavaliação patrimonial antes da transferência do bem", diz. "Nesse caso, é possível aplicar o fator redutor da Lei nº 7.713, de 1988. A alíquota efetiva para o herdeiro variará de 2% a 4%, e a venda do imóvel poderá ser imediata, sem perda do benefício fiscal", acrescenta.

Já para o advogado Alexandre Gorin, sócio da Gorin Advocacia, tanto a Lei nº 14.973 quanto a instrução normativa possuem pontos obscuros. "Não foi dito se os 4% de IR a serem pagos serão compensados no futuro cálculo do ganho de capital a ser feito nos próximos 15 anos, em caso de alienação do imóvel", afirma.

Um imóvel adquirido este ano, se alienado ao fim de 2027, cita como exemplo, teria uma alíquota efetiva de 13,22%. "Quer dizer que o contribuinte pode aderir, recolher 4% agora e ter que pagar mais 13,22% ao final de 2027, arcando com mais tributos do que pagaria se não aderisse?"

Outro ponto duvidoso, para Gorin, é se o custo de aquisição acrescido agora pelo contribuinte que aderir à atualização, poderá ser objeto do fator de redução previsto na Lei nº 11.196/2005. "Não está claro na IN se esse fator de redução se aplica ao custo de aquisição que for acrescido pelo contribuinte agora", afirma.

---

**SILVEIRA LEILÕES**

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º PÚBLICO LEILÃO: 09/OUTUBRO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 10/OUTUBRO/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE**

**MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA**, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEF: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **OFFICE BETHAVILLE SPE EMPREENDIMENTO LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 12.294.145/0001-21**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução o Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra, com Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Barueri/SP no dia 16 de dezembro de 2020, o **IMÓVEL**: **SALA Nº 1307, LOCALIZADA NO 13º PAVIMENTO, DO EMPREENDIMENTO OFFICE BETHAVILLE,** situado na Avenida Trindade, nº 254 e Rua Adelino Cardana, nº 395, Bairro Centro, Barueri/SP, com as seguintes áreas: real privativa de uso exclusivo 44,770m2, real comum 35,940m2, (incluindo o direito de uso de 01 vaga de garagem indeterminada), área real total construída 80,710m2 e fração ideal de 0,003168 ou 0,3168% no terreno e nas demais coisas de propriedade e uso comum. Matrícula imobiliária n.º 176.559 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. CCPM: 23211.14.48.0334.01.227.2. Consolidação da propriedade em 05/09/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 407.858,67. 2º LEILÃO: R$ 339.528,69.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter a*d corpus,* imóvel entregue no estado em que se encontra. O imóvel é foreiro. Ficam os fiduciantes, **Alcidir Recalcati, CPF: 588.889.859-72 e Elizete Cinthia de Barros Recalcati, CPF: 956.320.181-72,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

**Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br**

---

**OPEA SECURITIZADORA S.A. -** CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882449) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de outubro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 218ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0882449), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

**SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00408299192024**

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90002/2024.
**Nº Processo:** 024.00042455/2024-09.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 08 (oito).
**Valor Total da Licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 09/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

---

**OPEA SECURITIZADORA S.A. -** CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 335ª E 542ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0543780/ 23E1930252) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21D0543780/ 23E1930252), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

**SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00407209812024**

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90062/2024.
**Nº Processo:** 024.00062711/2024-76.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 09 itens licitados (nove).
**Valor Total da Licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas**: a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas**: 09/10/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

---

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 173ª, 174ª, 175ª E 176ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de setembro de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão – (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 352ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0608916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de setembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de novembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 352ª Série da 1ª Emissão – (IF 21E0608916), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 243ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0853159) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 243ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 243ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 243ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0853159), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores




## BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

**D-181 - 181ª REUNIÃO DE DIRETORIA DO BANCO GM S.A. REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024**

**Aos** 06/09/2024, às 16 h., na sede, com a presença da totalidade. **Diretores Presentes.** Paulo Henrique Lage Noman, Marcio Santos Frazão, Adriana Lavacca, Agustin Celeiro, Carlos Gustavo Abelha Sulzer, Fernando Ricardo Rodriguez Trevino. **Mesa.** Presidente: Marcio Santos Frazão; Secretária: Adriana Lavacca. **Deliberações Unânimes. (i)** a eleição, do Sr. Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer, RG n.º 43.457.038-2 e CPF/MF n.º 302.562.488-42, como membro integrante do Comitê de Auditoria da Instituição. Nada mais. São Paulo, 06 de setembro de 2024. *Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/* Jucesp nº 350.533/24-6 em 20/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.




**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP**
**Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69**
**Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760**
**Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211**
**CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110**

Acham-se abertos no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., os seguintes Processos Licitatórios:

**Órgão:** Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 025/2024 - **Objeto:** aquisição de 4.000 unidades de registro de esfera ¾" e de 1.000 unidades de registro de gaveta ¾" – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 14/10/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 15/10/2024 as 09h00.

**Órgão:** Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 026/2024 - **Objeto:** aquisição de 2.600 unidades de hidrômetros de 1" – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 09/10/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 10/10/2024 as 09h00.

**Órgão:** Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 026/2024 - **Objeto:** aquisição de 2.600 unidades de hidrômetros de 3/4" – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta**: 07/10/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 08/10/2024 as 09h00.

Editais completos e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Licitação.

Rio Claro, 20 de setembro de 2024

SERGIO LUIZ COSTA FERREIRA
Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro




## AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00407228782024

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade**: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90008/2024.
**Nº Processo:** 024.00042484/2024-62.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados**: 06 itens licitados (seis).
**Valor total da licitação**: sigiloso.
**Disponibilidade do edital**: 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas**: a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas**: 09/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

## CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 | NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 02331-0 | Companhia Aberta

**Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Flutuante, Contando com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.**

**CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia" ou "Emissora") convoca os titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real flutuante, contando com garantia adicional real, para distribuição pública, da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, Contando com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.*", conforme aditado ("Escritura de Emissão"), para, em 1ª (primeira) convocação, reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada no dia **16 de outubro de 2024, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital **"Teams"** ("Plataforma"), com convite individual de acesso a ser enviado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, em atenção à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), à Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de que os Debenturistas discutam e deliberem sobre a implementação do reperfilamento das Debêntures, nos termos do **Fato Relevante e Aviso aos Debenturistas** divulgados pela Companhia em 11 de setembro de 2024 ("Reperfilamento") e detalhado na **Proposta da Administração**, divulgada conforme **Item I abaixo**, com a subsequente celebração dos aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos os atos e assinatura de todos os documentos necessários para implementar o Reperfilamento. **I. Material de Apoio.** A **Proposta da Administração** com informações sobre o Reperfilamento, incluindo, mas não se limitando, a informações sobre a Amortização Extraordinária Obrigatória, os Juros Remuneratórios, o Valor Nominal Unitário, nova hipótese de Vencimento Antecipado, Prazo de Vencimento das Debentures, Amortização, data de Pagamento dos Juros e o Prêmio PIK, bem como informações adicionais sobre a habilitação e participação na Assembleia, está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (https://www.cvccorp.com.br/investidores/servico-aos-investidores/central-de-downloads/) e no website da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/). Eventual(is) alteração(ões) à Proposta da Administração, se houver, serão divulgadas pela Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. **II. Documentos de Representação**. O convite individual para acesso à Assembleia será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, encaminharem aos cuidados da Companhia e da **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nos endereços eletrônicos ri@cvc.com.br, agentefiduciario@vortx.com.br e jsc@vortx.com.br, com assunto "**DEB CVC – Documentos AGD**", a cópia dos documentos necessários para habilitação, conforme descritos na Proposta da Administração, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da Assembleia deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na Assembleia (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma com equipamento do Debenturista). A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da Assembleia. Santo André, 24 de setembro de 2024. **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** (24, 25 e 26/09/2024)

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª EMISSÃO (IF 22D1289605/ 22D1289606) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de agosto de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão – (IF 22D1289605/ 22D1289606), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 354ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0001447) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 354ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 354ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de novembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 354ª Série da 1ª Emissão – (IF 21F0001447), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.899/0001-79 - NIRE: 35.223.230.595

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h10, na sede social da **Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara I" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social votante da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social votante da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **17.000.000,00** |
| Por Caixa | 17.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 17.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo - João Henrique Cavalcante.

## BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 60.770.336/0001-65 e NIRE 35 3 0005322 2

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**I.** Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada presencialmente no dia 01 de outubro 2024, às 09h30, na Avenida Paulista, n° 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

## FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**I.** Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h, na Avenida Paulista, n° 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

## CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.193.806/0001-46 e NIRE 35 3 0002366 8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**I.** Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h30, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do item 7.2 do artigo 7 do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.**2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro** - Diretor Presidente

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF 22F1025725) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de outubro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de novembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 10ª Emissão – (IF 22F1025725), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 24ª EMISSÃO (IF 22E1284935) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 24ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 24ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de novembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 24ª Emissão – (IF 22E1284935), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00407220342024

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90063/2024.
**Nº Processo:** 024.00062850/2024-08.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 10 itens licitados (dez).
**Valor total da licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 09/10/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

INÊS 249

## Atlântica II Parque Eólico Ltda.

CNPJ/ME: 12.963.869/0001-10 - NIRE: 35.232.604.371

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h20, na sede social da **Atlântica II Parque Eólico Ltda.** ("Atlântica II" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares à Sócia da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **5.226.876,89** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **5.226.876,89** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **5.226.876,89** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | 3.300.000,00 |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **7.700.000,00** |
| Por Caixa | 7.700.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 7.700.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Desa Morro dos Ventos IV Ltda.

CNPJ/ME: 11.686.202/0001-55 - NIRE: 35.232.542

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h50, na sede social da **Desa Morro dos Ventos IV Ltda.** ("Morro dos Ventos IV" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| Por Caixa | 3.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 3.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda.** - Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Desa Morro dos Ventos I Ltda.

CNPJ/ME: 11.686.050/0001-90 - NIRE: 35.232.542.146

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h20, na sede social da **Desa Morro dos Ventos I Ltda.** ("Morro dos Ventos I" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **6.000.000,00** |
| Por Caixa | 6.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 6.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário; **Sócia: Dobrevê Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Eurus VI Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.905/0001-98 - NIRE: 35.223.230.706

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h00, na sede social da **Eurus VI Energias Renováveis Ltda.** ("Eurus VI" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **6.000.000,00** |
| Por Caixa | 6.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 6.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário; **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A.** - Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.909/0001-76 - NIRE: 35.223.230.633

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h50, na sede social da **Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara V" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **16.000.000,00** |
| Por Caixa | 16.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 16.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A.:** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



## Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 12.053.687/0001-02 - NIRE: 35.232.576.458

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h10, na sede social da **Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Mônica" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **2.313.020,82** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **2.313.020,82** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.313.020,82** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **11.000.000,00** |
| Por Caixa | 11.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 11.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A.:** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **SPE Turbina 16 Energia Ltda.:** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## SPE Varginha Energia Ltda.

CNPJ/ME: 09.119.054/0001-45 - NIRE: 35.232.542.359

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 9h50, na sede social da **SPE Varginha Energia Ltda.** ("SPE Varginha" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição Da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento das Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberações:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| Por Caixa | 3.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 3.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.906/0001-32 - NIRE: 35.223.230.641

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09h00, na sede social da **Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara VI" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1)** Deliberaram a favor da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **17.000.000,00** |
| Por Caixa | 17.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 17.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A.** - Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90176/2024,** referente ao processo nº **024.00104979/2024-92**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 09/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90171/2024,** referente ao processo nº **024.00144792/2024-21,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS ADAPTADA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 09/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

## SPE Arvoredo Energia Ltda.

CNPJ/ME: 09.076.988/0001-47 - NIRE: 35.232.602.581

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 9h40, na sede social da **SPE Arvoredo Energia Ltda.** ("SPE Arvoredo" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento das Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberações:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| Por Caixa | 3.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | **Sim** |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | **3.000.000** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



## Desa Morro dos Ventos IX Ltda.

CNPJ/ME: 11.686.103/0001-73 - NIRE: 35.232.576.521

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 13h00, na sede social da **Desa Morro dos Ventos IX Ltda.** ("Morro dos Ventos IX" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **6.000.000,00** |
| Por Caixa | 6.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 6.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Desa Morro dos Ventos VI Ltda.

CNPJ/ME: 11.686.150/0001-17 - NIRE: 35.232.576.491

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 13h10, na sede social da **Desa Morro dos Ventos VI Ltda.** ("Morro dos Ventos VI" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **5.000.000,00** |
| Por Caixa | 5.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 5.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Atlântica IV Parque Eólico Ltda.

CNPJ/ME: 12.981.225/0001-55 - NIRE: 35.232.542.090

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h30, na sede social da **Atlântica IV Parque Eólico Ltda.** ("Atlântica IV" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares à Sócia da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **5.939.849,40** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **5.939.849,40** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **5.939.849,40** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **3.700.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **8.300.000,00** |
| Por Caixa | 8.300.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 8.300.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo; João Henrique Cavalcante.

## Desa Morro dos Ventos II Ltda.

CNPJ/ME: 15.207.271/0001-90 - NIRE: 35.232.531.021

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h30, na sede social da **Desa Morro dos Ventos II Ltda.** ("Morro dos Ventos II" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **Dobrevê Energia Ltda.** ("Dobrevê Energia"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **10.000.000,00** |
| Por Caixa | 10.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 10.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa. **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda.** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## São Benedito Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 12.053.657/0001-04 - NIRE: 35.232.604.389

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h00, na sede social da **São Benedito Energias Renováveis Ltda.** ("São Benedito" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **3.197.284,37** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **3.197.284,37** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **3.197.284,37** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | 2.000.000,00 |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **9.000.000,00** |
| Por Caixa | 9.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 9.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário; **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **SPE Turbina 16 Energia Ltda.** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

PECINI LEILÕES

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE**

DIRECIONAL engenharia

**DATA: 1º Público Leilão – 01/10/2024 às 11h30 | 2º Público Leilão – 03/10/2024 às 11h30**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, mat. Jucesp 715, autorizada pela Credora Fiduciária **RIACHO BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ nº 11.838.654/0001-05, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei 9.514/97, e alterações, o **IMÓVEL: APTO Nº 17, TÉRREO DA TORRE/BLOCO 2, integrante do empreendimento MOOB RESIDENCIAL**, à Rua Campante, nº 406, 18º Subdistrito – Ipiranga, São Paulo/SP. Áreas: Privativa (principal): 66,00m²; Outras Áreas Privativas (Acessórios): 8,40m²; Privativa Total: 74,40m²; Uso Comum: 34,081m²; Real Total: 108,481m². Coef. de Prop./FIT: 0,004719, com vaga vinculada nº 212. Matrícula nº 248.119 do 6º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 050.024.0370-0. **1º LEILÃO: R$ 450.000,00. 2º LEILÃO: R$ 481.730,48. Ônus do Arrematante: i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** Todas as despesas que vencerem após as datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes dos leilões; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Devedores Fiduciantes **DIOGO MASSAMI NAKATSU** – CPF nº 369.632.438-83 e **MARIA LUIZA GOMES** – CPF nº 262.505.118-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**



## Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.888/0001-99 - NIRE: 35.232.576.423

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 9h30, na sede social da **Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.** ("Campo dos Ventos V" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **1.547.594,88** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **1.547.594,88** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **1.547.594,88** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **5.000.000,00** |
| Por Caixa | 5.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 5.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 13.330.011/0001-81 - NIRE: 35.232.542.154

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h30, na sede social da **Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.** ("Ventos de São Martinho" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **1.873.866,92** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **1.873.866,92** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **1.873.866,92** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **1.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **5.000.000,00** |
| Por Caixa | 5.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 5.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócias: SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo; João Henrique Cavalcante; **CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00407234782024

**UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90061/2024.
**Nº Processo:** 024.00062212/2024-89.
**Objeto:** Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
**Total de Itens Licitados:** 03 itens licitados (três).
**Valor Total da Licitação:** sigiloso.
**Disponibilidade do Edital:** 25/09/2024.
**Horário:** das 08h00 às 18h00.
**Endereço:** Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
**Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br.
**Entrega das Propostas:** a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
**Abertura das Propostas:** 10/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

CHEVROLET | SERVIÇOS FINANCEIROS

## BANCO GM S.A.

CNPJ/MF 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

**E -153 - 153ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DO BANCO GM S.A.**

**Aos** 06/09/2024, às 10 h., na sede, com a presença totalidade. **Mesa.** Presidente: Marcio Santos Frazão; Secretária: Adriana Lavacca. **Presença:** (a) **General Motors Investment Participações Ltda.**, CNPJ nº 18.956.886/0001-07, neste ato representada por seu administrador, Sr. Marcio Santos Frazão, RG nº 34.727.581 SSP-SP e CPF nº 274.354.888-60; e (b) **GM Financial Holdings LLC**, CNPJ n.º 27.659.955/0001-01, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Adriana Lavacca, RG n.º 22.161.638-X (SSP/SP), CPF n.º 140.059.078-73. **Deliberações Unânimes. (i)** Fazer constar a reforma do Estatuto Social a alteração do "Capítulo VIII - Comitê de Auditoria", que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo VIII - Comitê de Auditoria.** Artigo 33º - A Sociedade manterá um comitê de auditoria permanente que, reportando-se diretamente à diretoria, atenderá as empresas do conglomerado, com estrutura compatível ao patrimônio da Sociedade. As principais atribuições do referido Comitê constam em regulamento interno específico, mantido pela Sociedade à disposição do Banco Central do Brasil. Artigo 34º - O Comitê de Auditoria será constituído por 3 integrantes, sendo 1 deles diretor da Sociedade, devendo ser os demais, membros não administradores e independentes, nos termos da regulamentação vigente. Os integrantes do Comitê de Auditoria serão eleitos pela diretoria da Sociedade, por maioria de votos, mediante indicação de qualquer diretor, considerando a experiência em relação aos produtos e serviços oferecidos pela sociedade e demais empresas do conglomerado, bem como na experiência em atividades inerentes às atribuições do Comitê. O mandato será pelo prazo de 5 anos, podendo 1/3 (um terço) de seus integrantes ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até dez anos consecutivos. Parágrafo Primeiro - Os integrantes do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos de seus cargos, mediante decisão da diretoria da Sociedade, por maioria de votos, a fim de que seja garantida a finalidade do Comitê. Artigo 35º - O Comitê de Auditoria elaborará, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório as seguintes informações: a) descrição das atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; b) descrição das recomendações apresentadas à diretoria da Sociedade, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas; c) descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores; d) descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da Sociedade; e) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da Sociedade, com evidenciação das deficiências detectadas, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente; c) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas; f) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; g) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas. Parágrafo Primeiro - Os relatórios emitidos pelo Comitê de Auditoria permanecerão à disposição do Banco Central do Brasil e dos membros da diretoria da Sociedade pelo prazo mínimo de 5 anos, contados de sua elaboração. Parágrafo Segundo - A Sociedade deve publicar, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento. Artigo 36º - A Sociedade, na administração dos negócios, assegurará ao Comitê de Auditoria condições adequadas de funcionamento, com atuação pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, garantindo ainda o livre acesso a informações e documentos necessários para elaboração dos relatórios, bem como apoio administrativo das demais áreas envolvidas." (ii) Em razão das alterações acima, a renumeração dos Artigos seguintes do Estatuto Social; (iii) Consolidação do Estatuto Social do Banco GM S.A. na forma do Anexo I a esta ata. A Diretoria ficou autorizada à implementação de todas as resoluções da Assembleia Geral. Nada mais havendo a tratar, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Nada mais. São Paulo, 06 de setembro de 2024. Jucesp nº 348.275/24-9 em 18/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - Denominação, sede e foro, objeto e duração.** Artigo 1º - O Banco GM S.A. é uma Sociedade Anônima que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por resolução da Diretoria, abrir agências em qualquer localidade do país ou do exterior, observadas as prescrições legais. Artigo 3º - A Sociedade tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - Capital e Ações.** Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 2.016.478.911,07, dividido em 1.141.400.925 ações ordinárias sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 7º - Os certificados ou títulos das ações, que poderão ser múltiplos, serão assinados por dois Diretores. Artigo 8º - As transferências de ações far-se-ão na sede da Sociedade, no livro competente, com as assinaturas de dois Diretores, do cedente e do cessionário, ou de seus representantes. **CAPÍTULO III - Administração.** Artigo 9º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de um mínimo de 3 e um máximo de 17 membros, que poderão ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. Parágrafo Primeiro - O mandato dos ocupantes de cargos em órgãos estatutários da instituição, à exceção do Conselho Fiscal, estender-se-á até a posse de seus substitutos. Parágrafo Segundo - Dentre os membros da Diretoria, na mesma Assembleia Geral que os eleger, será designado um Diretor-Presidente. Parágrafo Terceiro - Os Diretores que não mantiverem vínculo empregatício com a Sociedade, perceberão pró-labore mensal, e os Diretores que mantiverem vínculo empregatício com a Sociedade, perceberão salário mensal, a título de remuneração pelos serviços prestados. Parágrafo Quarto - O pró-labore e o salário mensal dos membros da Diretoria obedecerão à política de remuneração da Sociedade. Artigo 10º - A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado no livro de "Atas de Reuniões de Diretoria", ficando o efetivo exercício das funções na dependência da respectiva homologação pelas autoridades competentes. Artigo 11º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, os demais diretores poderão, sempre em conjunto de dois, praticar todos os atos privativos do Diretor-Presidente, conforme disposições deste estatuto. Artigo 12º - Em caso de vaga, ausência, impedimento, prolongado ou não, de um ou mais Diretores da Sociedade, os demais poderão nomear substitutos provisórios, até a realização da primeira Assembleia Geral que então deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. Artigo 13º - A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, e as deliberações tomadas por maioria de voto. Artigo 14º - Compete à Diretoria: (a) dirigir os negócios sociais; (b) cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais; (c) zelar pelos fundos de reserva, fixar o montante dos lucros líquidos a serem distribuídos a título de dividendos, observando as prescrições legais; (d) prestar contas, anualmente, de todos os atos de sua gestão, apresentando à Assembleia Geral um relatório circunstanciado de todas as ocorrências, balanço e a comprovação das operações sociais; (e) deliberar sobre a criação de agências; (f) representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, podendo designar qualquer outro funcionário do conglomerado para tal fim, inclusive depoimento pessoal (g) representar a Sociedade perante terceiros. Artigo 15º - A Sociedade obrigar-se-á pela assinatura de qualquer dos seus Diretores, dentro das suas respectivas atribuições. As procurações em nome da sociedade poderão ser outorgadas pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou ainda, por quaisquer outros dois diretores em conjunto, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar. Artigo 16º - Compete ao Diretor Presidente, isoladamente: (a) nomear gerentes, prescrevendo suas atribuições; (b) contratar e despedir empregados; (c) adquirir, mediante deliberação da Diretoria, bens imóveis, assim como vendê-los, uma vez autorizado pela Assembleia Geral; (d) receber bens móveis e imóveis a título de dação em pagamento, assim como vendê-los, independentemente de autorização da Assembleia Geral. Artigo 17º - Os demais diretores, eleitos sem designação específica, poderão, isoladamente e independente de ordem de nomeação, praticar os atos necessários à gestão dos negócios da sociedade, nos termos do artigo 14º, excetuadas as restrições do artigo 16º cuja representação deverá obedecer ao disposto no artigo 11º. Artigo 18º - Fica expressamente vedado a qualquer dos Diretores empregarem o nome da Sociedade, em operações, atos ou contratos, tendo por objeto negócios estranhos aos fins sociais. **CAPÍTULO IV - Assembleia Geral.** Artigo 19º - As Assembleias Gerais serão Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Ordinárias deverão realizar-se nos quatro primeiros meses após o término do exercício social. As Extraordinárias sempre que houver necessidade ou conveniência, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. Artigo 20º - Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações nominativas estejam inscritas em seu nome, no livro competente, até 3 dias antes da realização da Assembleia Geral. Artigo 21º - As Assembleias Gerais serão presididas por um Diretor designado pela Assembleia, que convidará um dos presentes para exercer as funções de Secretário. Artigo 22º - É de competência da Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (c) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; (d) aprovar a correção da expressão monetária do capital social e (e) apreciar as demais matérias que constarem da Ordem do Dia, inclusive aquelas que não estejam expressamente contidas nas atribuições da Diretoria, desde que sua apreciação não seja privativa da Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 23º - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão sempre motivadas, de acordo com os dispositivos legais, e somente cuidarão do assunto especial de sua convocação. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal.** Artigo 24º - O Conselho Fiscal da Sociedade, que será integrado por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Artigo 25º - Sempre que neste Estatuto for feita referência à participação do Conselho Fiscal, para qualquer efeito, tal participação somente será necessária na hipótese de o Conselho se encontrar instalado nos termos do artigo anterior. **CAPÍTULO VI - Exercício Social, Balanços e Lucros.** Artigo 26º - O ano ou exercício social começará em 1o. (primeiro) de janeiro e terminará em 31 de dezembro e, semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro serão levantados balanços gerais. Artigo 27º - Nos termos da Lei, os acionistas têm assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual não inferior a 50% do lucro líquido do exercício apurado de conformidade com as disposições legais, diminuído ou acrescido dos valores consignados no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, quais sejam: (I) quota destinada à constituição da reserva legal; (II) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (III) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Parágrafo Primeiro - Desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, a Assembleia Geral pode deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. Parágrafo Segundo - Ocorrendo distribuição, o saldo do lucro líquido terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, com base na proposta apresentada pela Diretoria da Sociedade. Parágrafo Terceiro - A Sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais, à conta de lucro acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Parágrafo Quarto - A Sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores que seis meses. Parágrafo Quinto - A Sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos da lei. Parágrafo Sexto - Os dividendos intercalares, intermediários e os juros sob o capital próprio pagos em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. Artigo 28º - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos na Lei, competindo à Assembleia Geral Extraordinária que assim o votar, determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período da liquidação. **CAPÍTULO VII - Ouvidoria.** Artigo 29º - A Sociedade manterá uma Ouvidoria permanente, que atenderá gratuitamente os clientes das empresas do conglomerado, identificando as demandas com número de protocolo de atendimento, com estrutura compatível com os produtos e serviços oferecidos. Artigo 30 º - São atribuições da Ouvidoria da instituição: a) atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; b) atuação como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informação à Diretoria da instituição a respeito das suas atividades. Para desempenho de suas atribuições, estão abrangidas as seguintes atividades: I - atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III - sugerir à Diretoria da instituição ações corretivas ou de aprimoramento nos processos e procedimentos que contribuam para melhoria dos serviços e do atendimento aos clientes, bem como mantê-la informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; IV - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo regulamentar. As respostas deverão ser pautadas nos princípios da boa-fé e equidade com base na legislação pertinente a defesa do consumidor. Parágrafo Primeiro - A Ouvidoria deverá elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, e à Diretoria da instituição, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas no cumprimento de suas atribuições. Parágrafo Segundo - Os relatórios emitidos pela Ouvidoria deverão permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 anos. Artigo 31º - O Ouvidor será eleito pela Diretoria, mediante indicação de qualquer diretor, considerando a experiência adquirida em relação aos produtos e serviços oferecidos pela sociedade e demais empresas do conglomerado e no atendimento a clientes, com mandato de 60 meses, podendo ser reeleito. Parágrafo Primeiro - O Ouvidor poderá ser destituído de seu cargo, mediante decisão da diretoria, por maioria simples de votos dos presentes na Reunião a ser realizada para tal deliberação. Parágrafo Segundo - Os critérios para destituição do Ouvidor se pautarão no cumprimento das normas e procedimentos internos da instituição e efetivo desempenho de suas atribuições a fim de que seja garantida a finalidade da Ouvidoria. Artigo 32º - A Sociedade, na administração dos negócios, assegurará à Ouvidoria condições adequadas de funcionamento, com atuação pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, garantindo ainda o livre acesso a informações e documentos necessários para elaboração das respostas, bem como apoio administrativo das demais áreas envolvidas, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **CAPÍTULO VIII - Comitê de Auditoria.** Artigo 33º - A Sociedade manterá um comitê de auditoria permanente que, reportando-se diretamente à diretoria, atenderá as empresas do conglomerado, com estrutura compatível ao patrimônio da Sociedade. As principais atribuições do referido Comitê constam em regulamento interno específico, mantido pela Sociedade à disposição do Banco Central do Brasil. Artigo 34º - O Comitê de Auditoria será constituído por 3 integrantes, sendo 1 deles diretor da Sociedade, devendo ser os demais, membros não administradores e independentes, nos termos da regulamentação vigente. Os integrantes do Comitê de Auditoria serão eleitos pela diretoria da Sociedade, por maioria de votos, mediante indicação de qualquer diretor, considerando a experiência em relação aos produtos e serviços oferecidos pela sociedade e demais empresas do conglomerado, bem como na experiência em atividades inerentes às atribuições do Comitê. O mandato será pelo prazo de 5 anos, podendo 1/3 (um terço) de seus integrantes ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até dez anos consecutivos. Parágrafo Primeiro - Os integrantes do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos de seus cargos, mediante decisão da diretoria da Sociedade, por maioria de votos, a fim de que seja garantida a finalidade do Comitê. Artigo 35º - O Comitê de Auditoria elaborará, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório as seguintes informações: a) descrição das atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; b) descrição das recomendações apresentadas à diretoria da Sociedade, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas; c) descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;; d) descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da Sociedade; e) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da Sociedade, com evidenciação das deficiências detectadas, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente; c) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas; f) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; g) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas. Parágrafo Primeiro - Os relatórios emitidos pelo Comitê de Auditoria permanecerão à disposição do Banco Central do Brasil e dos membros da diretoria da Sociedade pelo prazo mínimo de 5 anos, contados de sua elaboração. Parágrafo Segundo - A Sociedade deve publicar, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento. Artigo 36º - A Sociedade, na administração dos negócios, assegurará ao Comitê de Auditoria condições adequadas de funcionamento, com atuação pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, garantindo ainda o livre acesso a informações e documentos necessários para elaboração dos relatórios, bem como apoio administrativo das demais áreas envolvidas. **CAPÍTULO IX - Comitê de Remuneração.** Artigo 37º - A Sociedade manterá um Comitê de Remuneração, com estrutura compatível ao seu patrimônio. Constituem as principais atribuições do Comitê de Remuneração: a) elaborar a política de remuneração de administradores da instituição, propondo à diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; c) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando à diretoria a sua correção ou aprimoramento; d) propor à diretoria o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei 6.404, de 1976; e) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; f) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; g) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na Resolução 3921, de 25 de novembro de 2010. Artigo 38º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo as seguintes informações: a) descrição da composição e das atribuições do Comitê de Remuneração; b) atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; c) descrição do processo de decisão adotado para estabelecer a política de remuneração; d) principais características da política de remuneração, abrangendo os critérios usados para a mensuração do desempenho e o ajustamento ao risco, a relação entre remuneração e desempenho, a política de diferimento da remuneração e os parâmetros usados para determinar o percentual de remuneração em espécie e o de outras formas de remuneração; e) descrição das modificações na política de remuneração realizadas no período e suas implicações sobre o perfil de risco da instituição e sobre o comportamento dos administradores quanto à assunção de riscos; f) informações quantitativas consolidadas sobre a estrutura de remuneração dos administradores, indicando: I) o montante de remuneração do ano, separando em remuneração fixa e variável e o número de beneficiários; II) o montante de benefícios concedidos e o núme ro de beneficiários; III) o montante e a forma de remuneração variável, separada em remuneração em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros; IV) o montante de remuneração que foi diferida para pagamento no ano, separada em remuneração paga e remuneração reduzida em função de ajustes do desempenho da instituição; V) o montante de pagamentos referentes ao recrutamento de novos administradores e o número de beneficiários; VI) o montante de pagamentos referentes a desligamentos realizados durante o ano, o número de beneficiários e o maior pagamento efetuado a uma só pessoa; VII) os percentuais de remuneração fixa, variável e de benefícios concedidos, calculados em relação ao lucro do período e ao patrimônio líquido. Parágrafo Único - Os relatórios emitidos pelo Comitê de Remuneração permanecerão à disposição do Banco Central do Brasil e dos membros da administração da Sociedade pelo prazo mínimo de 5 anos, contados de sua elaboração. Artigo 39º - O Comitê de Remuneração será constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 5 integrantes, sendo, no mínimo, um não administrador. Os integrantes do Comitê de Remuneração serão eleitos pela Diretoria, por maioria de votos, mediante indicação de qualquer diretor, considerando as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política nagestão de ris cos, com mandato pelo prazo de 01 ano, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro - Os integrantes do Comitê de Remuneração poderão ser destituídos de seus cargos, mediante decisão da diretoria, por maioria de votos, a fim de que seja garantida a finalidade do Comitê. Parágrafo Segundo - Os integrantes do Comitê de Remuneração optam pela remuneração relativa aos respectivos cargos ocupados na Sociedade, em observância ao Artigo 9º do presente Estatuto Social. Artigo 40º - A Sociedade, na administração dos negócios, assegurará ao Comitê de Remuneração condições adequadas de funcionamento, com atuação pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, garantindo ainda o livre acesso a informações e documentos necessários para elaboração dos relatórios, bem como apoio administrativo das demais áreas envolvidas. **CAPÍTULO X - Disposições Gerais.** Artigo 41º - Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pelos princípios legais adequados.

*Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/*

## Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.891/0001-02 - NIRE: 35.232.573.670

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 9h20, na sede social da **Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.** ("Campo dos Ventos III" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **2.526.550,90** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **2.526.550,90** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.526.550,90** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **8.000.000,00** |
| Por Caixa | 8.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 8.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



## Pedra Cheirosa II Energia Ltda.

CNPJ/ME: 10.883.587/0001-88 - NIRE: 35.232.542.731

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h00, na sede social da **Pedra Cheirosa II Energia Ltda.** ("Pedra Cheirosa II" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença**: Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **11.000.000,00** |
| Por Caixa | 11.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 11.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa, **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## SPE Gameleira Energia Ltda.

CNPJ/ME: 07.099.001/0001-84 - NIRE: 35.232.542.111

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h00, na sede social da **SPE Gameleira Energia Ltda.** ("Gameleira" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento das Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberações:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **4.000.000,00** |
| Por Caixa | 4.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 4.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

INÊS 249

## Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 12.053.891/0001-23 - NIRE: 35.232.542.332

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h20, na sede social da **Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Úrsula" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **4.906.153,37** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **4.906.153,37** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **4.906.153,37** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **11.000.000,00** |
| Por Caixa | 11.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 11.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário; **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

**EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 30ª (TRIGÉSIMA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA COM LASTRO EM CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA KLABIN S.A.**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), em Série Única, da 30ª (trigésima) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 30ª (trigésima) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia **22 de outubro de 2024, às 15h00,** via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, 2023 e 2024. Ficam os senhores Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 25 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

## Atlântica I Parque Eólico Ltda.

CNPJ/ME: 12.773.558/0001-99 - NIRE: 35.232.542.715

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h10, na sede social da **Atlântica I Parque Eólico Ltda.** ("Atlântica I" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares à Sócia da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **5.947.220,84** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **5.947.220,84** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **5.947.220,84** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **4.000.000,00** |
| Por Caixa | 4.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 4.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário; **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 10.797.910/0001-09 - NIRE: 35.223.230.617

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h30, na sede social da **Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.** ("Santa Clara III" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis"), representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **(15.000.000,00** |
| Por Caixa | 15.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 15.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A.:** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90174/2024,** referente ao processo nº **024.00129425/2024-06,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 07/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



## OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 9ª EMISSÃO (IF 22F1025672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 9ª Emissão – (IF 22F1025672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## Atlântica V Parque Eólico Ltda.

CNPJ/ME: 12.864.421/0001-40 - NIRE: 35.232.542.120

**Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h40, na sede social da **Atlântica V Parque Eólico Ltda.** ("Atlântica V" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares à Sócia da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Periodo** | **5.644.626,34** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **5.644.626,34** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **5.644.626,34** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** Aprovação de até o montante descrito) | **2.500.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **9.500.000,00** |
| Por Caixa | 9.500.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 9.500.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social.Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## CPFL Bio Ester Ltda.

CNPJ/ME: 14.205.729/0001-09 - NIRE: 35.225.792.795

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 12h10, na sede social da **CPFL Bio Ester Ltda.** ("Bio Ester" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento das Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberações:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Redução de Capital Social | |
|---|---|
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **5.000.000,00** |
| Por Caixa | 5.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 5.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

## São Domingos Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 12.053.825/0001-53 - NIRE: 35.232.542.707

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 11h40, na sede social da **São Domingos Energias Renováveis Ltda.** ("São Domingos" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **2.377.855,25** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **2.377.855,25** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.377.855,25** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **2.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **7.000.000,00** |
| Por Caixa | 7.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 7.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante -** Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



## OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 259ª E 260ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882397/ 19L0882419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19L0882397/ 19L0882419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

**OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

## Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.

CNPJ/ME: 13.329.931/0001-80 - NIRE: 35.232.805.511

**Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h50, na sede social da **Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.** ("Vento de Santo Dimas" ou "Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias, representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição Da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar acerca da declaração e distribuição de dividendos intercalares às Sócias da Sociedade, bem como da redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intermediários | |
|---|---|
| **Resultado do Período** | **4.890.768,70** |
| Provisão Reserva Legal/Contratual | – |
| Reversão do Resultado Abrangente | – |
| **Resultado do Período a ser Destinado** | **4.890.768,70** |
| **Dividendo Intermediário** (Aprovação de até o montante descrito) | **4.890.768,70** |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da declaração dividendos intercalares, bem como da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

| Dividendos Intercalares | |
|---|---|
| **Dividendos Intercalares** (Aprovação de até o montante descrito) | **3.000.000,00** |
| **Redução de Capital Social** | |
| **Valor de Redução de Capital Social** (Redução de até o montante descrito) | **8.000.000,00** |
| Por Caixa | 8.000.000,00 |
| **Cancelamento de ações/quotas?** | Sim |
| **Nº de ações/quotas a serem canceladas** | 8.000.000 |

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, e podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo -** Presidente da Mesa; **João Henrique Cavalcante** - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante. **SPE Turbina 16 Energia Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

**Serviço de Anexo Fiscal do Foro da Comarca de Sumaré /SP**

**EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO** e de intimação da executada e depositária **ADMINISTRADORA BONSUCESSO, INCORPORADORA DE TEXCOLOR SA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.492.660/0001.64; **bem como do interessado TEKA TECELAGEM KUEHRICH,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.636.986/0001-55. **O Dr. Gustavo Pisarewski Moisés**, MM. Juiz de Direito do Serviço de Anexo Fiscal do Foro da Comarca de Sumaré/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução Fiscal** ajuizada por **UNIÃO FEDERAL - PRFN** em face de **ADMINISTRADORA BONSUCESSO, INCORPORADORA DE TEXCOLOR SA - Processo nº 0016124-03.1997.8.26.0604 - Controle nº 1283/1997**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. Além disso, a minuta será publicada em resumo, uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial conforme preconiza art. 22 da Lei de Execuções Fiscais. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 07/10/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 10/10/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 10/10/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 31/10/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. O pagamento deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no CPC e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: LOTE ÚNICO: MATRÍCULA Nº 17.478 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SUMARÉ/SP - IMÓVEL:** Uma Gleba de terras com área de 25.196,81 metros quadrados, situada nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo,- em zona urbana, (Lei 1463 de 25.04.1980), desmembrado de área maior do Sítio denominado Quilombo, gleba essa que assim se- descreve: "Inicia no marco Um e segue com rumo de 43°14'SE e distância de 139,42 ms até atingir o marco 2;do marco 2,de- flete à direita e segue com rumo de 48°14'SW e distância de 15,01 ms até atingir o marco nº 3 (três), de onde deflete a- esquerda e segue com rumo de 42º 53'SE e distância de 97,72 ms ate atingir o marco nº 4 (quatro):de onde deflete a direita e segue com rumo de 23°12'SE e ate atingir o marco nº 05 (cinco), e segue com rumo de 43°16'SE e de 70,17 ms até atingir o marco nº 6 (seis);de onde deflete a direita e se gue com rumo de 83°32'NW e distancia de 134, metros até atingir o marco nº 7 (sete) de onde deflete a direita e segue com rumo de 33009 NW e distancia 68 ms até atingir o o marco nº 8; de de onde de deflete a esquerda e segue- com rumo de 34°58'NW e distância de 57,58 m, até atingir o marco nº 9 (nove) de onde deflete a esquerda e segue com rumo de 43055 NW e distância de 45,41 me até atingir o marco- no 10 (dez), de onde deflete a esquerda e segue com rumo de- 48°53'NW e distância de 36,50 ms até atingir o marco nº 11- (onze) deflete à direita e segue com rumo de 45°00'NE e distância de 60,52 ms ate atingir o marco nº 12 (doze) de onde deflete à esquerda segue com rumo de 47°17'NE e distância de 32,06 ms até atingir o marco nº 01 (um), início desta descrição. CONFRONTAÇÃO: do marco 02.0 (um) ao marco nº 6 (seis) confronta-se com terras de propriedade de Texcolor S/A; do marco nº 66 ao marco nº 07 confronta-se com a marginal da- avenida da Amizade, do marco nº 7 (sete) no marco nº 11 (onze), confronta-se com a rua Soma, do marco nº 11 (onze) ao marco nº 1 confronte-se com a Estrada de ligação Suma- ré a via Anhanguera. **Consta na Av.02 desta matrícula** que nos autos Processo nº 3641/96, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.06 desta matrícula** que nos autos Processo nº 1.283/97, 1.316/97 e 1.317/97, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos Processo nº 555/98 em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.09 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula tornou-se inalienável. **Consta na Av.10 desta matrícula** que nos autos Processo nº 558/98 e 613/98, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA NACIONAL contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula; **MATRÍCULA Nº 53.168 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SUMARÉ/SP - IMÓVEL:** Uma gleba de terras, destacada de maior porção, com area de 17.576,00 metros quadrados, sem benfeitorias, dividinso com a gleba- de João de Vasconcellos com o corrego Tanquinho, com Archimedes de Vasconcellos e com a projetada rua 01, situado no Bairro Quilombo neste município e comarca de Sumaré. **Consta na Av.08 e 13 desta matrícula** que nos autos Processo nº 555/98 em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.09 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula tornou-se inalienável. **Consta na Av.10 desta matrícula** que nos autos Processo nº 1.283/97, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.11 desta matrícula** que nos autos Processo nº 1.283/97, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.14 E 15 desta matrícula** que foram arrolados os bens de TEKA TECELAGEM KUEHRICH. **Consta na Av.16 desta matrícula** que nos autos Processo nº 98.2004809-5, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS contra TEKA TECELAGEM KUEHRICH, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.17 desta matrícula** que nos autos Processo nº 0003386-50.2015.8.26.0604, requerida por FAZENDA NACIONAL contra TEKA TECELAGEM KUEHRICH, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula; **e MATRÍCULA Nº 53.395 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SUMARÉ/SP - IMÓVEL:** Uma gleba de terras situada nesta cidade de Sumaré, zona urbana, no Bairro Quilombo, neste município, com área de 38.915,00 metros quadrados, confrontando com José Maria Matozinho e s/mr. Irene de (Vasconcellos Matosinho, com o córrego do Tanquinho, com Archimedes de Vasconcellos e com a projetada rua Um existindo sobre a mesma, construções industriais, com frente para a rua 01, do Jardim Santa Terezinha. **Consta na Av.08 e 13 desta matrícula** que nos autos Processo nº 555/98 e 613/98 em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.09 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula tornou-se inalienável. **Consta na Av.10 desta matrícula** que nos autos Processo nº 1.283/97, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.11 desta matrícula** que nos autos Processo nº 1.283/97, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra TEXCOLOR S/A, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.14 E 15 desta matrícula** que foram arrolados os bens de TEKA TECELAGEM KUEHRICH. **Consta na Av.16 desta matrícula** que nos autos Processo nº 98.2004809-5, em trâmite na Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Sumaré/SP, requerida por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS contra TEKA TECELAGEM KUEHRICH, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta na Av.17 desta matrícula** que nos autos Processo nº 0003386-50.2015.8.26.0604, requerida por FAZENDA NACIONAL contra TEKA TECELAGEM KUEHRICH, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula. **Consta às fls. 572 no auto de avaliação** que os imóveis constituem um só local, sem divisões que permitem individualiza-los. **Valor da Avaliação deste lote: R$ 49.012.200,00 (Quarenta e nove milhões, doze mil e duzentos reais) para julho de 2019, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Sumaré, 05 de setembro de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Gustavo Pisarewski Moisés - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90172/2024,** referente ao processo nº **024.00105589/2024-30**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE CURATIVOS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 09/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.